Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

JOAQUIM HUDSON DE SOUZA RIBEIRO

Espaços Violados:

uma leitura geográfica e psicossocial da violência sexual infanto-juvenil
na área urbana de Manaus-AM (2006-2010)

São Paulo
2011

JOAQUIM HUDSON DE SOUZA RIBEIRO

Espaços Violados:

uma leitura geográfica e psicossocial da violência sexual infanto-juvenil
na área urbana de Manaus-AM (2006-2010)

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia Humana, da
Universidade de São Paulo, para a obtenção
do título de Doutor em Ciências.

Área de concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof. Dra. Rosa Ester Rossini

São Paulo

2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R482e Ribeiro, Joaquim Hudson de Souza
 Espaços Violados: uma leitura geográfica e
 psicossocial da violência sexual infanto-juvenil na área
 urbana de Manaus (2006-2010) / Joaquim Hudson de
 Souza Ribeiro; orientadora Rosa Ester Rossini. – São
 Paulo, 2011.
 328 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Violência urbana - Manaus (AM). 2. Violência
sexual infanto-juvenil. 3. Problemas Sociais. 4.
Geografia da Saúde. 5. Espacialização da violência.
I. Rossini, Rosa Ester, orient. II. Título.

Joaquim Hudson de Souza Ribeiro

Espaços Violados: uma leitura geográfica e psicossocial da violência sexual infanto-juvenil na área urbana de Manaus-AM (2006-2010)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rosa Ester Rossini (Universidade de São Paulo)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas (Universidade Federal do Amazonas)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Marie Claire Sekkel (Universidade de São Paulo)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dr. Fabio Betioli Contel (Universidade de São Paulo)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dra. Maria Mónica Arroyo (Universidade de São Paulo)

Julgamento: _____ Assinatura: _____

MINISTRARE NON MINISTRARI

*À Dom Luiz Soares Vieira.
Pelos seus anos de episcopado a serviço do povo de
Deus na Arquidiocese Manaus e na Amazônia.*

AGRADECIMENTOS

Um dos valores que sempre admirei na vida é o da gratidão. Penso que tudo só vale a pena se entendemos que o valor do *nós* é mais importante que o valor do *eu*. As cores, sabores, sons, desafios e conquistas da vida têm um tom de muito especial, quando se reconhece a beleza de “construirmos juntos”.

*Primeiramente, a **Deus**, por ter me feito entender que em tudo devemos dar graças. Pela sabedoria adquirida e por compreender que esta deve estar a serviço da vida e da esperança, especialmente dos mais excluídos da sociedade.*

*À **Nossa Senhora de Guadalupe** – Padroeira da América Latina. Por ter caminhado ao meu lado em todos os momentos.*

*À minha querida orientadora e amiga, Dra. **Rosa Ester Rossini**, por quem nutro tanto apreço, admiração e amizade. Obrigado por me fazer encontrar com a humanidade da Geografia. Desde nosso primeiro encontro, entendi que outros se sucederiam e que seria maravilhoso caminharmos juntos. O “seu menino” conseguiu dar passos significativos. Receba minha eterna gratidão.*

*À Profa. Dra. **Sandra Lencioni** por fazer de uma dura espera (a revalidação do diploma do mestrado) um tempo de esperança e de novas possibilidades. Reconheço sua compreensão e gratuidade em muito ajudar.*

*À Profa. Dra. **Marilene Corrêa da Silva Freitas**, ex-reitora da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) pela coragem e visão de futuro no período que estive à frente desta Universidade, pela sua valiosa colaboração em favor da ciência e tecnologia na Amazônia e pelo DINTER USP- UEA.*

*À direção da **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)** pela concessão de uma bolsa para o estágio em São Paulo.*

*Ao Prof. Dr. **Fábio Betioli Contel** e à Profa. Dra. **Marie Claire Sekkel**, pelas importantes e inteligentes sugestões que fizeram para a melhoria deste trabalho no exame de qualificação.*

*Aos professores do Curso de Geografia Humana da USP, em especial: **Rosa Ester Rossini, Maria Monica Arroyo, Heinz Dieter Heidemann e Marcello Martinelli**. Aprendi tanto com vocês. Meu com profundo respeito e gratidão.*

*Ao **Mateus Sampaio** (Geógrafo), pela valiosa ajuda na elaboração da cartografi e à **Cláudia Santos** pelo design criativo da capa e dos capítulos.*

*Às instituições onde foi realizada a pesquisa de campo: **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**, **Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS)**, **Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA)**. Ao representante do **Conselho Tutelar** e do **PAIR-Manaus**. Obrigado pela acolhida e por terem me ensinado tanto.*

*A todos os **voluntários participantes** da pesquisa de campo, usuários dos serviços de atendimento às vítimas de violência sexual em Manaus.*

Aos meus queridos alunos orientandos de Pesquisa em Saúde da UEA: **Alison Kogien, Carlos Alves, Jimmy Scantbelruy, Sherlly Rossetti, Lídia Souza e Netanel Rocha**. Pelas horas que passamos junto na coleta de dados.

Às queridas amigas **Selma Barboza Perdomo e Adriana Barbosa Almeida**. Pela importância que deram à expressão “servir com gratuidade”. Obrigado sincero e de coração. Que Deus as retribua com muitas bênçãos.

Aos amigos: **Edith Tovar e Antonio Fraga** (México); **Valeria Corengia e Rosangela Revegetti** (Itália) pelo envio de fontes bibliográficas.

Aos **Padres do PIME de São Paulo**, pela acolhida oferecida na casa da Vila Mariana durante o período de estudos na USP.

A todos os **Agentes de Pastoral, Assessores Pastorais, Coordenadores de Diaconias e ao povo de Deus de nossa querida Paróquia São Pedro Apóstolo**. Por compreenderem a importância deste estudo e a continuidade da formação permanente de seu padre.

À **Cleisiane Diniz**, pelo apoio dado à minha família enquanto eu e Nazinha estávamos em São Paulo, pela torcida e amizade. Que Deus te pague!

À **minha família: Rosa Ribeiro (mãe), irmãos, irmãs, sobrinhos e cunhadas**, pela torcida, apoio e incentivo em todas as decisões e escolhas durante a minha vida. Mãe, obrigado pelas constantes orações.

À amiga e irmã de todas as horas **Nazaré Ribeiro**, minha querida **Nazinha**. Maravilhosas surpresas Deus nos presenteou na vida. Pela sua presença constante em minha vida, que tanto me fortalece e me faz sentir reconhecido e apoiado. A admiro tanto pela sua humanidade, gratuidade, disponibilidade e competência. Agradeço a Deus porque você existe. Dá mais vontade de arriscar tendo você por perto. Muito obrigado por tudo aquilo que fizeste em prol desta Tese. E não se esqueça que você pode sempre contar comigo.

Ao querido e amado amigo e irmão **Orlando Gonçalves Barbosa**. Obrigado, no abraço forte, pela ajuda nas transcrições das entrevistas; por ter conduzido com competência e responsabilidade nosso Serviço Arquidiocesano de Psicologia; pela colaboração preciosa junto às obras de reforma da Paróquia. Pelas dezenas de xícaras de café que me despertaram quando o cansaço e sono queriam me abater: sentia-se o sabor do carinho e da amizade expressos nelas. Pela torcida, orações, motivações e entusiasmo neste momento.

Ao querido e amado irmão e amigo, **José Carlos Sabino de Andrade**. Obrigado por ajudar nas transcrições das entrevistas. Nos melhores momentos de minha vida você esteve presente. Não poderia ser diferente agora. Quero que você saiba da importância de seu apoio, paciência, tolerância, motivação e oração. Muitas vezes, no silêncio, você disse tanto. Seja essa conquista, mais uma de nossas conquistas. Obrigado pela presença, por esperar, acreditar e torcer.

ESTATUTO DO HOMEM (Thiago de Mello)

Artigo I

Fica decretado que agora vale a verdade.
agora vale a vida,
e de mãos dadas,
marcharemos todos pela vida verdadeira.

Artigo II

Fica decretado que todos os dias da semana,
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,
têm direito a converter-se em manhãs de
domingo.

Artigo III

Fica decretado que, a partir deste instante,
haverá girassóis em todas as janelas,
que os girassóis terão direito
a abrir-se dentro da sombra;
e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro,
abertas para o verde onde cresce a esperança.

Artigo IV

Fica decretado que o homem
não precisará nunca mais
duvidar do homem.
Que o homem confiará no homem
como a palmeira confia no vento,
como o vento confia no ar,
como o ar confia no campo azul do céu.

Parágrafo único:

O homem confiará no homem
como um menino confia em outro menino

RESUMO

RIBEIRO, Joaquim Hudson de Souza. Espaços Violados: uma leitura geográfica e psicossocial da violência sexual infanto-juvenil na área urbana de Manaus-AM (2006-2010). 2011. 329 fl. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

O fenômeno da violência sexual infanto-juvenil não se explica por si só, pois é também resultado de uma prática socioespacial, em que é nítido o envolvimento simultâneo de variáveis sociais, culturais e psicológicas. Nossa pesquisa tem como objetivo entender a violência sexual infanto-juvenil em Manaus (2006-2010), a partir de uma leitura geográfica e psicossocial do fenômeno. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, de natureza exploratória, retrospectiva e descritiva, com abordagem baseada na hermenêutica da profundidade, por meio da qual realizamos pesquisa de campo junto aos casos denunciados, entrevistas aos usuários dos serviços de atendimento às vítimas, mapeamento do fenômeno das zonas administrativas da cidade, levantamento em bases estatísticas oficiais e revisão bibliográfica. Os resultados mostram que a formação do quadro regional da Amazônia a partir de seus projetos de ocupação e “desenvolvimento” teve sua base na exploração material e sexual de seus povos. Não se pode negar que a distribuição espacial do fenômeno em Manaus tem forte ligação com as carências de infra-estrutura urbana e de equipamentos e serviços nas zonas onde a frequência do número de denúncias é maior, constituindo-se assim como espaços segregados e de maior vulnerabilidade do fenômeno. As instituições que compõem a rede de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Manaus são insuficientes frente à demanda do número de casos, à superfície territorial e à população da cidade que buscam por seus serviços. Sua fragilidade está na articulação da rede, na ausência de políticas públicas para o enfrentamento deste tipo de violência, assim como a inadequada distribuição das instituições no espaço da cidade, dificultando o acesso e a acessibilidade da população às mesmas.

Palavras chave: Violência sexual infanto-juvenil; Redes; Amazônia; Manaus

ABSTRACT

RIBEIRO, Joaquim Hudson de Souza. Violated Spaces: a reading of the geographical and psychosocial sexual violence against children and youth in the urban area of Manaus-AM (2006-2010). 2011. 329 fl. Thesis (Ph.D.). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

The phenomenon of child-youth sexual abuse can not be explained by itself alone. It is also the result of socio-spatial practice. It is clear that there is simultaneous involvement of social, cultural and psychological variables. Our research aims at understanding the sexual abuse of children and youth in Manaus (2006-2010) from a geographical and psychosocial reading of the phenomenon. It is about quantitative and qualitative research, of exploratory nature, descriptive and retrospective, using a depth hermeneutics approach for conducting field research in the reported cases, interviewing those who have used the services that care for such victims, mapping the phenomenon in the administrative areas of the city, using survey databases from official statistics and reviewing library materials. The results show that the formation of a regional framework of the Amazon from its settlement projects and "development" has had its basis in the material and sexual exploitation of its people. There is no denying that the spatial distribution of the phenomenon in Manaus has strong links with the lack of urban infrastructure, facilities and services in areas where the frequency of the number of complaints is higher, thus forming as if they were segregated spaces with greater vulnerability to the phenomenon. The institutions that make up the network for fighting child-youth sexual abuse in Manaus are insufficient in facing the demand of the number of cases, the size of the area, and the city population that seeks their services. Its weakness is in the joint network in the absence of public policies to face this kind of violence, as well as the inadequate distribution of institutions within the city, making availability and access difficult for the population to get to them.

Keywords: sexual violence against children and youth; Networks, Amazon, Manaus

RESUME

RIBEIRO, Joaquim Hudson de Souza. Espace Violé: une lecture géographique et psychosociale de la violence sexuelle de l'enfance-juvénile dans la zone urbaine de Manaus-AM (2006-2010). 2011. 329 fl. Thèse (Doctorat.). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

Le phénomène de la violence sexuelle de l'enfance-juvénile ne s'explique pas seulement par soi-même, mais est aussi le résultat d'une pratique socio-espaciale (de l'espace), en quoi est claire l'implication simultanée des données sociales, culturelles et psychologiques. Notre étude a comme objectif de comprendre la violence sexuelle de l'enfance-juvénile de la ville de Manaus (2006-2010), à partir d'une lecture géographique et psycho-sociale du phénomène. Il s'agit d'une étude quantitative et qualitative, de nature exploratoire, rétrospective et descriptive, avec une approximation basée sur l'herméneutique de la profondeur, où nous réalisons une étude de terrain liée aux cas dénoncés, entrevues faites aux usagers des services d'accompagnement aux victimes, avec la carte descriptive du phénomène des zones administratives de la ville, un relevé des statistiques officielles et une révision bibliographique. Les résultats démontrent que la formation du cadre régional d'Amazonie à partir de ses projets d'occupation et de « développement » a sa base dans l'exploration matérielle et sexuelle de ses peuples. Ne peut se nier que la distribution concernant l'espace pour le phénomène dans Manaus a une grande relation avec le manque d'infra-structure urbaine et d'équipements et de services dans les zones où la fréquence de dénonciations est plus grande, se constituant ainsi comme espaces de ségrégation et de plus grande vulnérabilité du phénomène. Les institutions qui composent l'ensemble des ressources pour traiter de la violence sexuelle de l'enfance-juvénile dans Manaus sont insuffisantes, considérant le grand nombre de demande pour les divers cas, la superficie territoriale et la population de la ville, qui cherchent ses services. Sa fragilité se trouve dans l'articulation de l'ensemble des ressources, dans l'absence de politiques publiques pour le traitement de ce type de violence, ainsi que dans la distribution inadéquate des institutions pour le territoire de la ville, ce qui rend difficile l'accès et l'accessibilité de la population aux mêmes services.

Mots-clés: violence sexuelle contre les enfants et les jeunes; réseaux, Amazon, Manaus

RESUMEN

RIBEIRO, Joaquim Hudson de Souza. Espacios Violados, una lectura geográfica y psicosocial de la violencia sexual infantil y juvenil en el área urbana de Manaus-AM (2006-2010) 2011. 329 fl. Tesis (Doctorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

El fenómeno de la violencia sexual en niños y jóvenes, no se explica por sí sola, pues es también el resultado de una práctica socioespacial, la cual incluye simultáneamente variables sociales, culturales y psicológicas. Nuestra investigación tiene como objetivo entender la violencia sexual en niños y jóvenes en la ciudad de Manaus (2006-2010) a partir de una lectura geográfica y psicosocial del fenómeno. Se trata de una investigación cuantitativa, de naturaleza exploratoria, retrospectiva y descriptiva que se aborda con una hermenéutica profunda, donde realizamos una investigación de campo de los casos denunciados, entrevistas a los usuarios de los servicios de atención a víctimas, mapeo del fenómeno en las zonas administrativas de la ciudad, levantamiento de información con base en estadísticas oficiales y consultas bibliográficas. Los resultados mostraron, una formación del cuadro regional de Amazonia a partir de sus proyectos de ocupación y desarrollo los cuales se basaron en la explotación material y sexual de sus pueblos. No se puede negar que la distribución territorial del fenómeno en Manaus, tiene una fuerte liga con las carencias de infraestructura urbana, de equipos y servicios, en las zonas donde la frecuencia en el número de denuncias es mayor, constituyendose así en espacios segregados o de mayor vulnerabilidad al fenómeno. Las instituciones que componen la red que atiende la violencia sexual infantil y juvenil en Manaus, es insuficiente frente a la demanda debido al gran número de casos, superficie territorial y a la población de la ciudad que solicita sus servicios. Su fragilidad está en la articulación de la red, en la ausencia de políticas públicas para enfrentar éste tipo de violencia, así como en la inadecuada distribución de las instituciones en el espacio físico de la ciudad, dificultando el acceso y la accesibilidad a la misma población.

Palabras clave: violencia sexual contra niños y jóvenes ; Redes; Amazonía;Manaus.

Lista de Mapas

Mapa 1 – Localização do Município de Manaus, Amazonas, 2011.....	86
Mapa 2 – Área urbana e rural de Manaus, Amazonas, 2011.....	86
Mapa 3 – Divisão administrativa da área urbana em zonas e bairros de Manaus, Amazonas, 2009.....	87
Mapa 4 - Pontos de exploração sexual infanto-juvenil no mundo (2003-2009): áreas de grande concentração.....	113
Mapa 5 – Brasil: registros de denúncias de violência, em geral, contra crianças e adolescentes no Disque 100, para cada região, em porcentagem. Período: maio de 2003 a junho de 2010.....	118
Mapa 6 – Brasil: registros de denúncias de violência, em geral, contra crianças e adolescentes no Disque 100, por unidade da federação. Período: maio de 2003 a maio de 2009/100.000 hab.....	119
Mapa 7 – Brasil: registros de denúncia de violência sexual infanto-juvenil nacional, Disque 100, período: janeiro a junho de 2010/100.000 hab.....	120
Mapa 8 – Brasil: municípios com o maior número de registros de denúncia de violência sexual infanto-juvenil, no Disque 100. Período: maio de 2005 a maio de 2010/100.000 hab.....	121
Mapa 9 – Região Norte: número de municípios onde ocorre exploração sexual de crianças e adolescentes (ano 2006).....	123
Mapa 10 – BR-174 (Manaus-Boa Vista): rota de exploração sexual comercial.....	125
Mapa 11 – Manaus: rotas internacionais de exploração sexual e de tráfico de pessoas.....	126
Mapa 12 – Amazonas: pontos de exploração sexual infanto-juvenil nos municípios.....	127
Mapa 13 – Manaus: Denúncias de violência sexual segundo a zona de procedência da criança e adolescente, CREAS (2006-2010), em porcentagem.....	184

Mapa 14 – Manaus: Denúncias de violência sexual segundo a zona de procedência da criança e adolescente/100 mil hab.,CREAS (2006-2010)....	185
Mapa 15 – Manaus: Denúncias de violência sexual segundo a zona de procedência da criança e adolescente, DEPCA (2006-2010), em porcentagem.....	186
Mapa 16 – Manaus: Denúncias de violência sexual segundo a zona de procedência da criança e adolescente/100 mil hab., DEPCA (2006-2010).....	187
Mapa 17 – Manaus: Denúncias de violência sexual segundo a zona de procedência da criança e adolescente, SAVVIS (2006-2010), em porcentagem.....	188
Mapa 18 – Manaus: Denúncias de violência sexual segundo a zona de procedência da criança e adolescente/100 mil hab., SAVVIS (2006-2010).....	189
Mapa 19 – Manaus: localização das instituições do eixo quatro (atendimento), da rede de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil em Manaus.....	243

Lista de Tabelas

Tabela 1 – A população, segundo a zona, na área urbana de Manaus, Amazonas de 2006 a 2010.....	89
Tabela 2 – Estimativa internacional de denúncias de violência sexual infanto-juvenil	111
Tabela 3 – Distribuição da frequência, taxa por 100 mil habitantes e média mensal das denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes na zona urbana de Manaus, segundo o ano e as instituições investigadas em Manaus-AM, 2006-2010.....	139
Tabela 4 – Indicadores sociais das condições de vida de crianças e adolescentes no Estado do Amazonas.....	145
Tabela 5 - Manaus: renda familiar de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, em porcentagem.....	149
Tabela 6 - Manaus: escolaridade da criança/adolescente, vítima de violência sexual, em porcentagem.....	152
Tabela 7- Distribuição percentual das ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010, segundo a faixa etária e as instituições pesquisadas, na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011.....	156
Tabela 8 – Distribuição do percentual das ocorrências de violência sexual contra a criança e adolescente, no período de 2006 a 2010, segundo o gênero e as instituições pesquisadas, na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011.....	157
Tabela 9 – Distribuição percentual, segundo o tipo de violência sexual por instituição pesquisada no período de 2006 a 2010 na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas 2010.....	165
Tabela 10 – Distribuição percentual, segundo a Lei 12.015/09, dos subtipos de violência sexual contra crianças e adolescentes no período de 2006 a 2010 na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011.....	166

Tabela 11 – Distribuição percentual segundo os locais de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010 na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011.....	168
Tabela 12 – Manaus, Zona de procedência da criança/adolescente, segundo instituições, em porcentagem. Manaus, Amazonas, 2011.....	183
Tabela 13 – Distribuição percentual do suposto autor de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010, segundo o gênero e as instituições pesquisadas, na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011.....	191
Tabela 14 – Distribuição percentual do suposto autor de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010, segundo o grau de proximidade com a vítima e as instituições pesquisadas, na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011.....	191
Tabela 15 – Distribuição percentual do suposto autor de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010, segundo a faixa etária e as instituições pesquisadas, na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011...	192
Tabela 16 – Distribuição percentual do suposto autor de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010, segundo sua ocupação e as instituições pesquisadas, na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011....	194
Tabela 17 - Distribuição percentual do suposto autor de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010, segundo o grau de parentesco com a vítima e as instituições pesquisadas, na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011.....	197

Lista de Quadros

Quadro 1 - A população de Manaus, Amazonas de 1970 a 2010.....	88
Quadro 2 – Demonstrativo de manchetes e resumos de jornais sobre violência sexual nos meses de agosto a outubro de 2010. Manaus, Amazonas, 2011.....	133
Quadro 3 – Manaus: Principais avanços nas instituições investigadas quanto ao enfrentamento da violência sexual.....	223
Quadro 4 – Manaus: Principais desafios e dificuldades nas instituições investigadas quanto ao enfrentamento da violência sexual.....	225
Quadro 5 – Manaus: Avaliação da articulação da rede de enfrentamento da violência sexual.....	228
Quadro 6 – Manaus: Avaliação da localização, acesso e acessibilidade dos usuários às instituições.....	238
Quadro 7 – Manaus: Avaliação dos usuários sobre o acesso e acessibilidade às instituições investigadas.....	240
Quadro 8 – Implantação de CREAS nos municípios brasileiros.....	246

Lista de Figuras

Figura 1 – Manaus: localização do CREAS.....	244
Figura 2 – Manaus: localização do SAVVIS.....	248
Figura 3 – Manaus: localização da DEPCA.....	249

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição segundo a frequência de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes na zona urbana de Manaus, de acordo com as instituições investigadas no período 2006-2010. Manaus, Amazonas, 2011.....	140
--	-----

Lista de abreviaturas e siglas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AIDS	Adquired Inmodificiency Sindrome
AM	Amazonas
CACRC	Crimes Against Children Research Center
CECRIA	Centro de Referência de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente
CONEP	Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS	
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DCA	Departamento da Criança e do Adolescente
DEPCA	Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente
DF	Distrito Federal
DPRF	Departamento da Polícia Rodoviária Federal
DPTDCA	Departamento Nacional de Políticas Temáticas dos Direitos da Criança e do Adolescente
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECPAT	End Children Prostitution in Asian Tourism
EGF	Excisão Genital Feminino
EPC	Economia Política e Cultura
ESA-UEA	Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Amazonas
Fecani	Festival da Canção de Itacoatiara

FNCA	Fundo Nacional da Criança e Adolescente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
HP	Hermenêutica da Profundidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INTERPOL	International Criminal Police Organization
IML	Instituto Médico Legal
ISPCAN	International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglec
NBR	Norma Brasileira
NVD	Naastenliefde Vrijheid Diversitei
NSPCC	Natinal Society for the Prevention of Cruelty to Children
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações não Governamentais
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Panamericana da Saúde
PA	Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAIR	Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PNUD	Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano
PIM	Pólo Industrial de Manaus
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNEVSCA	Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Criança e Adolescente
PR	Partido da República
SAVVIS	Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual
SAVAS	Serviço de Atendimento às Vítimas de Abuso Sexual
SEDH-PR	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da

	República
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEMASDH	Secretaria Municipal de Direitos Humanos
SEJUS	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas
SEMSA	Secretaria de Saúde do Município
SEPLAN	Secretaria de estado de Planejamento
SEPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
SER/UNB	Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília
SGD	Sistema de Garantia dos Direitos
SIPIA	Sistema de Informações para Infância e Adolescência
SNPDCA	Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SVRI	Sexual Violence Research Initiative
TECLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEPT	Transtorno do Estresse Pós Traumático
TRE-AM	Tribunal Regional Eleitoral no Amazonas
UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UNFPA	United Nation Population Fund
UNICEF	United Nations International Children's Emergency Fund
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	26
 CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA AMAZONIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MANAUS: VIOLÊNCIA, PODER E SUBJETIVIDADE.....	 39
1.1 Um olhar preliminar sobre a violência.....	40
1.2 A produção do espaço urbano.....	50
1.3 Atividades econômicas na Amazônia Ocidental, ocupação do território, organização espacial e violência sexual contra a mulher.....	55
1.3.1 Da violência do extermínio a uma política sexista de ocupação do território.....	55
1.3.2 O período da borracha e a violência contra os seringueiros.....	65
1.4 Evolução Urbana de Manaus: processos históricos de exploração econômica, diferenciação espacial e exploração sexual da mulher.....	71
1.4.1 A exploração sexual da mulher no período da borracha.....	75
1.4.2 A Zona Franca de Manaus: onde a dinâmica do capital e das relações de poder sobrepõem a dinâmica da vida.....	78
1.5 Manaus: evolução populacional.....	85
 CAPÍTULO II – DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL AO LONGO DOS SÉCULOS, AO PANORAMA MUNDIAL, NO BRASIL E NO AMAZONAS.....	 90

2.1	Considerações sobre a “história social” da infância e da violência sexual infantil ao longo dos séculos.....	91
2.2	A violência sexual contra crianças e adolescentes: conceito e classificação.....	101
2.2.1	O abuso sexual.....	103
2.2.2	A exploração sexual.....	105
2.3	Tipos de violência sexual no Brasil, segundo a lei nº12.015, de 7 de agosto de 2009: dos crimes contra dignidade sexual e a liberdade sexual.....	106
2.4	As conseqüências da violência sexual para as crianças e adolescentes.....	108
2.5	A incidência da violência sexual ao redor do mundo.....	110
2.6	A incidência da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.....	114
2.7	A incidência da violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado do Amazonas.....	121
2.8	Deu no jornal.....	132

CAPÍTULO III – UMA LEITURA PSICOSSOCIAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MANAUS A PARTIR DAS DENÚNCIAS..... 137

3.1	Os números da denúncia em Manaus: entre notificação e subnotificação.....	138
3.2	Fatores de vulnerabilidade psicossocial e socioespacial à violência sexual de crianças e adolescentes em Manaus.....	142
3.2.1	A realidade escolar: condição de vulnerabilidade à violência sexual?.....	151
3.2.2	Idade e gênero como fator de vulnerabilidade à violência sexual.....	155
3.3	Descrição dos tipos de violência sexual contra criança e o adolescente, locais onde acontecem e os pontos de maior vulnerabilidade.....	165

3.4	Território e espacialização das denúncias de violência sexual contra criança e adolescente em Manaus.....	171
3.4.1	O território em movimento.....	171
3.4.2	Manaus: território de desigualdade e território de violência?.....	174
3.4.3	As zonas administrativas de Manaus: “porções do território”.....	182
3.5	O suposto autor da violência sexual e a segregação imposta pelo abuso de poder.....	190

CAPÍTULO IV – A REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MANAUS: AVANÇOS E DESAFIOS..... 201

4.1	Epistemologia das redes no território, seus nexos e a rede de serviços às vítimas de violência sexual.....	202
4.2	A legislação nacional responsável pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes e o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e Adolescentes: uma ação em rede...	210
4.3	A rede mundial de computadores (internet) e a violência sexual infanto-juvenil: encontros e desencontros.....	218
4.4	Escutando a rede de enfrentamento da violência sexual em Manaus: avanços, desafios e articulações em rede.....	221
4.5	A questão da acessibilidade aos serviços da rede: rompendo as barreiras.....	234

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 251

REFERÊNCIAS..... 260

APÊNDICES..... 289

Apêndice 1:	Formulário para a coleta de dados quantitativos junto às instituições que atendem crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.....	290
-------------	--	-----

Apêndice 2: Roteiro de entrevista institucional para a coleta de dados qualitativos junto aos representantes das instituições que atendem crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.....	292
Apêndice 3: Roteiro de entrevista para a coleta de dados qualitativos junto aos usuários (acompanhantes de crianças e adolescentes) que estão sendo atendidos pelas instituições que atendem vítimas de violência sexual.....	293
Apêndice 4: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os representantes institucionais.....	294
Apêndice 5: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os responsáveis de crianças e adolescentes vitimizados.....	295
Apêndice 6 – Localização do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).....	296
Apêndice 7 – Localização do Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS).....	297
Apêndice 8 – Localização da Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA).....	298
ANEXOS.....	299
Anexo 1 – Termo de Anuência para a realização da pesquisa de campo no CREAS.....	300
Anexo 2 – Termo de Anuência para a realização da pesquisa de campo no SAVVIS.....	301
Anexo 3 – Autorização da Comissão de Ética para a realização da pesquisa no SAVVIS.....	302
Anexo 4 – Termo de Anuência para a realização da pesquisa de campo na DEPCA.....	303
Anexo 5 – Autorização do Comitê de Ética em Pesquisa.....	304
Anexo 6 – Ficha de Notificação da Secretaria Municipal de Educação.....	305
Anexo 7 – Ficha de atendimento inicial e acompanhamento do CREAS.....	306
Anexo 8 – Ficha de atendimento inicial e acompanhamento do SAVVIS.....	316
Anexo 9 – Ficha de atendimento inicial e acompanhamento da DEPCA.....	320

Anexo 10– Fluxograma de encaminhamento de suspeita ou confirmação de estupro, exploração sexual e tráfico.....	325
Anexo 11– Fluxograma de encaminhamento de suspeita ou confirmação de maus tratos.....	326
Anexo 12– Contatos de alguns atores da rede de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Manaus.....	327
Anexo 13 – Contradições da mídia.....	328

INTRODUÇÃO

*“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”
(ECA, Art. 5).*

Existe uma dignidade inerente à condição de cada ser humano e que o situa acima de todos os outros seres vivos na natureza. Sua dignidade é a coisa mais valiosa que este possui: sua parte imaterial que o faz transcender sobre a realidade e que o constitui sujeito de direitos, de alteridade e de subjetividade.

Nenhum crescimento econômico, progresso material social ou individual, sucesso político e outras conquistas podem ser válidos ou merecedores de respeito se forem conseguidos mediante atos violentos que atentem contra a dignidade e os direitos fundamentais dos seres humanos. Portanto, o respeito pela dignidade da pessoa humana deve existir sempre, em todos os lugares, de maneira igual para todos, pois constitui valor fundamental para a continuidade da espécie humana (BOING, 2009).

Apesar de todo avanço tecnológico e dos progressos alcançados no sistema político e no Estado de Direito sob a bandeira da democracia, no cotidiano das sociedades prevalecem a concentração de renda e a desigualdade socioeconômica que exclui e desrespeita milhares de pessoas num atentado violento contra a dignidade da pessoa. Como consequência, o produto social mais evidente nestes últimos tempos é a **violência** em todas as suas formas e manifestações. É o sinal mais evidente de que a *ética do capital e do mercado* vem tomando assustadoramente o lugar da *ética da vida*.

A violência vem se tornando, nas últimas décadas, um problema que não é inerente a uma única sociedade, classe social ou religião. Configura-se como um problema universal e de saúde pública, com consequências distintas, onde grupos apresentam maior vulnerabilidade no tocante à ocorrência e ao impacto desta sobre suas vidas.

Apesar de ser tema evidente nas reflexões e vivências hodiernas, há na sociedade atual forte tendência para limitar a compreensão da violência ao que é físico, individual e criminal-punitivo, não a igualando às suas formas organizadas, burocráticas, globalizadas e com forte raiz hierárquica, sócio-histórica e socioespacial. Portanto, a violência exige uma leitura sistêmica e interdisciplinar de

todas as suas formas de ramificações, subjetividades, intersubjetividades, sustentações, interrelações e interdependência.

A sociedade brasileira conserva ainda a marca da sociedade colonial escravista, onde há o predomínio do espaço privado (ou dos interesses econômicos) sobre o espaço público, fortes resquícios da hierarquia familiar e forte hierarquia em todos os seus aspectos sociais. Nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior que manda e um inferior que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdade. Neste sentido as pessoas não são vistas como sujeitos autônomos e iguais e tampouco como cidadãos, e, portanto, como portadores de direitos. É exatamente isso que faz a violência ser a regra da vida social e cultural (CHAUÍ, 2007; 1995).

É neste contexto sócio-histórico, cultural e socioespacial que milhares de crianças e adolescentes, por sua condição de dependência e tutela, formam o grupo etário mais vulnerável, sendo que as crianças mais novas, principalmente as do sexo feminino e de camadas mais pobres da população, estão ainda mais expostas, por apresentarem dependência de cuidados essenciais e por seu estágio de maturidade. Nesse grupo populacional, as violências resultam em danos variáveis e repercutem, em sua maioria, no perfil de morbidade devido aos efeitos sobre o seu desenvolvimento somático e psíquico, podendo inclusive, levá-las à morte (BRASIL, 2001a; 2001b; 2002a).

Apesar de todo o “progresso” alcançado no sistema político e no Estado de Direito, as distintas formas de violência contra crianças e adolescentes denunciam que nos falta ainda assumir os grandes desafios, seja no sistema político, seja no Estado de Direito, assim como diante de toda forma de autoridade relacional (pais, professores, adultos e instituições) mantida com as crianças e adolescentes.

Pinheiro e Anicama (2009) afirmam que o tema geral da violência contra crianças e adolescentes continua sendo tratado de maneira fragmentada e muito limitada. Torna-se evidente que o desenvolvimento e estabelecimento de uma teoria e prática tutelar e assistencialista, marcados por características culturais e preconceitos, limitam o pleno reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, de alteridade e de subjetividade e, conseqüentemente, estimulam a perpetuação das violações e das distintas formas de violência de que são vítimas cotidianamente.

Nos últimos dois anos o tema da pedofilia tem disputado espaço na mídia com o tema da violência. Isto porque o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, é uma das formas de violência mais crescente em que é nítido o envolvimento simultâneo de variáveis sociais, culturais e psicológicas que atinge todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas. (SANDERSON, 2005; HABIGZANG e CAMINHA, 2004; AMAZARRAY e KOLLER, 1998).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos menores de 18 anos tenham experimentado relações sexuais forçadas ou outras formas de violência sexual durante o ano de 2002 (PINHEIRO, 2006).

Sanderson (2005) relata que estudos realizados em diferentes partes do mundo sugerem que 7 a 36% das meninas e 3 a 29% dos meninos sofreram abuso sexual. Ressaltam ainda que pesquisas em países europeus indicam que 6 a 36% de meninas e 1 a 15% de meninos sofreram experiências sexuais abusivas antes dos 16 anos.

No Brasil, a realidade também se mostra preocupante, uma vez que o Ministério da Justiça e o Disque Denúncia da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) apresenta dados onde a violência sexual contra crianças e adolescentes estão presentes em todos os municípios brasileiros e que a violência sexual é a mais denunciada e acompanhada por esses órgãos, apresentando-se com um índice de prevalência dentro da proporção de todos os tipos de maus-tratos a que podem ser submetidos crianças e adolescentes.

A situação é preocupante e a ausência de pesquisa na área dificulta ainda mais a mudança de tal quadro, pois violência não detectada não pode ser alvo de medida de prevenção, intervenção e proteção adequadas e garantidas por meio de políticas públicas, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, o conhecimento limitado e as opiniões deturpadas sobre a violência sexual prejudicam a proteção de grande parte das crianças, pois levam à sociedade a terem a falsa sensação de que a maioria das crianças está protegida.

Nesta situação de abusos, sofrimentos e escândalos sem fim, nota-se um estranho silêncio, partindo de muitos, que também gostariam de se pronunciar sobre o assunto. De quem seria a competência para falar sobre este temática? Normalmente escutamos psicólogos, psiquiatras, educadores, assistentes sociais e

profissionais do campo do direito tratando do assunto. Mas uma problemática tão ampla e tão complexa que atinge a todos poderia limitar o campo da reflexão? Poderia a Geografia dialogar com outros saberes dando sua contribuição científica, social e política para este assunto? Como tratar de um tema do cotidiano urbano tão abrangente, complexo e paradoxal, se não buscarmos compreender as diferentes formas como esse fenômeno se apresenta e se articula?

Acreditamos que a Geografia pode contribuir de maneira ampla com a questão da violência e suas formas, devido ao seu diferencial teórico-metodológico, pois vê o espaço geográfico como um fator chave para o entendimento da cotidianidade, uma vez que espacialidade é uma categoria geográfica usada por todos os ramos do conhecimento como uma primeira apreensão do fenômeno na busca de sua explicação pelas diferentes especialidades (MELGAÇO, 2005).

A presente pesquisa tem como **objetivo:** *entender a violência sexual infanto-juvenil em Manaus (2006-2010), a partir de uma leitura geográfica e psicossocial do fenômeno, tendo presente a formação socioespacial de Manaus no contexto do quadro regional da Amazônia; analisar a frequência, distribuição e espacialização dos casos denunciados no espaço urbano de Manaus, identificando os fatores de vulnerabilidade; e avaliar a atuação da rede de enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus, a partir do olhar dos atores nela envolvidos.*

Este estudo pretende defender a seguinte **Tese:** A formação do quadro regional da Amazônia a partir de seus projetos de ocupação e “desenvolvimento” teve sua base na exploração material e sexual de seus povos, o que sustentou ao longo do tempo, a continuidade de inúmeras formas de violência, dentre estas, a violência sexual infanto-juvenil em Manaus, como forma de abuso de poder e de gênero. A violência infanto-juvenil em Manaus é explicada por infinitas razões e não são as formas de empobrecimento da população que geram este tipo de violência. Por outro lado não se pode negar que a distribuição espacial do fenômeno em Manaus tem forte ligação com as carências de infra-estrutura urbana e de equipamentos e serviços nas Zonas onde a frequência do número de denúncias é maior, constituindo-se assim como espaços segregados e de maior vulnerabilidade. As instituições que compõem a *rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes* são insuficientes frente à demanda do número de casos, à superfície territorial e o tamanho da população de Manaus que busca por seus

serviços. A rede apresenta desafios quanto ao atendimento de seus usuários, tendo sua maior fragilidade na sua articulação; necessitam ser mais bem distribuídas no espaço urbano, devendo considerar para tanto o acesso e a acessibilidade da população às mesmas. Por outro lado, uma vez funcional, a rede apresenta-se como recurso imprescindível à prevenção, intervenção e eliminação da violência sexual infanto-juvenil no espaço urbano de Manaus.

Recorte territorial da Pesquisa: o estudo foi desenvolvido tendo como referência a cidade de Manaus, segundo suas zonas administrativas. Três instituições, constituintes da rede de enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus, foram pesquisadas.

Justificativa e relevância da pesquisa. Diversos autores destacam que, tanto no plano internacional como no nacional, os estudos realizados na atualidade mostram a ampliação de pesquisas quantitativas e qualitativas voltadas para o dimensionamento do fenômeno do abuso sexual associado a outras formas de violência (BAZON, 2009; ALGERI e SOUZA, 2006; SANDERSON, 2005; LANDINI, 2003; SAFFIOTI, 2001; AZEVEDO e GUERRA, 1998). No entanto, Bazon (2009) descreve que até o momento poucas investigações sobre a violência sexual buscaram descrever taxas de prevalência, deixando de acrescentar conhecimento quanto à distribuição espacial do fenômeno, permitindo uma lacuna significativa com relação à existência de investigação desta natureza, pois ainda se percebe certa tendência no foco das estatísticas em termos de taxas. Até o presente momento, não foram encontradas em Manaus pesquisas que buscassem responder aos objetivos semelhantes ao do presente estudo. Espera-se ainda que os resultados encontrados colaborem na reflexão das atividades da rede de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil e repercutam em futuras políticas públicas e novas pesquisas na área.

Em nível nacional, embora já se considere avanço quanto às investigações, alguns estudos apontam apenas estimativas de números brutos de casos de violência contra crianças e adolescentes, trazendo apenas informações sobre a distribuição dos casos por modalidade, e alguns extras sobre o perfil das vítimas e dos agressores, deixando uma lacuna significativa de aprofundamento e investigação sobre taxas de prevalência *versus* estimativa populacional, distribuição espacial e incidência detalhada nos tipos de violência sexual, assim como as variáveis de vulnerabilidade em torno do fenômeno (LACRI, 2010; BAZON, 2009;

WILLIAMS e ARAÚJO 2009; AMÊNDOLA, 2009; CRAMI, 2004; SOARES DE MOURA e REICHENHEIM, 2005). Isto se deve à complexidade do problema.

Apesar do número de casos denunciados ou notificados representarem entre 10% e 15% do total de casos, estudos quantitativos se mostram de grande relevância social, uma vez que busca oferecer importantes pistas sobre este tipo de violência e seus determinantes, além de poder contribuir para o desenvolvimento de novas políticas de intervenção social, com propósitos de mudanças no atual quadro do território geográfico em estudo. Tanto no plano internacional, quanto no nacional, diversos estudos encontrados são unânimes em apontar a necessidade de ampliação de estudos quantitativos voltados para ação de dimensionar a violência contra crianças e adolescentes, considerando que esta abordagem do problema, cria novas possibilidades de investigação de outra natureza para ações de prevenção e enfrentamento (BAZON, 2009; WILLIAMS e ARAÚJO 2009; TROCMÉ *et alii.*, 2005; SANDERSON, 2005; OSOFSKY, 2003; AGRAN *et alii.*, 2003; GONÇALVES e FERREIRA, 2002; BRIGIONTTI, 2000; GLASER, 2000).

Nosso interesse pelo tema surgiu há cinco anos em Manaus, impressionado pelo aumento do número de crianças e adolescentes que, com seus familiares, procuravam o Consultório Psicológico Familiar da Arquidiocese de Manaus, onde atendemos a comunidade, com queixa de abuso sexual. De outro lado, as manchetes dos jornais da cidade, também passaram a retratar essa realidade de forma mais freqüente, especialmente no que diz respeito à *rede de prostituição infantil*, tendo Manaus como rota do tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual comercial e as denúncias de envolvimento de políticos e empresários locais nas redes de exploração sexual infanto-juvenil. O que mais nos sensibiliza, porém, é o sofrimento das vítimas, o quadro de exclusão social, a vulnerabilidade infantil e os limites encontrados nos serviços de assistência às vítimas do abuso sexual, assim como a ausência de políticas públicas voltadas para a infância e adolescência e sua efetiva aplicação em Manaus e no Amazonas (MUNHOZ, 2010).

A **perspectiva teórica** que ilumina esta pesquisa e que a perpassa, direta ou indiretamente, este estudo está baseado em reflexões oriundas do âmbito da investigação multidisciplinar com destaque para a geografia, psicologia, sociologia, história, antropologia, filosofia, economia, política e direito. Nota-se, porém, certa relevância para o aprofundamento de base geográfica e psicológica.

Quanto ao **caminho metodológico** que norteia a pesquisa, utilizamos a **Hermenêutica da Profundidade (HP)**, que contribuiu significativamente para a compreensão e *interpretação* da complexidade do fenômeno diante dos dados encontrados. A HP está ligada ao processo de compreensão e interpretação da realidade. Segundo Thompson (1995), o mundo sócio-histórico é um campo-sujeito-objeto, construído, em parte, por sujeitos, inserido em tradições e contextos históricos e culturais, preocupados em compreender a si mesmo e aos outros e de agir fundamentalmente sobre esta compreensão. Porém, os sujeitos não são autônomos na forma de compreender a realidade, pois são também parte constitutiva do mundo social. Thompson sinaliza três fases do referencial metodológico da HP: 1) *análise sócio-histórica*: que considera e reconstrói o contexto sócio-histórico onde são produzidas, reproduzidas e recebidas as formas simbólicas, pois os sujeitos estão imersos em *situações espaços-temporais específicas* no agora, mas em profunda interação com outras situações históricas ocorridas que vão determinar novas formas de relações de poder; 2) *análise formal ou discursiva*: que vai procurar buscar no objeto de estudo e nos dados encontrados os aspectos argumentativos mais relevantes, os quais carregam ainda toda uma carga política e ideológica de relações de poder estabelecidas; 3) *Interpretação e reinterpretação*: constitui no esforço pretensioso de alcançar a objetividade, sem que se possa alcançá-la. Trata-se de um momento conflituoso, exaustivo e questionador sobre os dados obtidos, para que possam suscitar interesses de mais discussão e novas reflexões sobre conhecimento científico produto.

Para a realização desta pesquisa utilizamos o **método quanti-qualitativo**, de natureza exploratória, retrospectiva e descritiva. Concordamos com Oliveira (2002), quando diz que o estudo descritivo do fenômeno permite ainda a obtenção de uma melhor compreensão do comportamento de diversos fatores e elementos da dinâmica socioespacial que o influenciam. A natureza desta abordagem pode ser também denominada epidemiológica. A aquisição de mais conhecimentos sobre o problema e de suas características, é um meio de conhecer as crianças, os adolescentes, os autores da violência, o contexto familiar em que estes se inserem, a distribuição espacial do fenômeno e a acessibilidade aos serviços de atendimento às vítimas na cidade de Manaus.

Universo da pesquisa. Para os dados quantitativos nos concentramos nas denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes registradas em três, das quatro instituições autorizadas a trabalhar com a problemática no período compreendido entre 2006 a 2010, para a área urbana de Manaus, focalizando sua distribuição espacial nas zonas administrativas da cidade. Totalizamos **4.612** casos ($N=4.612$) de denúncias. A amostra foi, portanto de 100% dos casos, com margem relativa de erro de 5%. As instituições investigadas foram: o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) – vinculado à Prefeitura de Manaus, totalizando **1.156** casos investigados; o Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS), vinculado à Secretaria de Saúde do Município (SEMSA), totalizando **863** casos investigados; e a Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA), totalizando **2.593** casos.

No que diz respeito aos dados estatísticos, apresentaremos a totalidade dos casos registrados de denúncias provenientes de todas as zonas de Manaus, mas que não pretendem apresentar o número de casos confirmados de violência sexual ocorridos no período estudado. Apesar dos limites da pesquisa em trabalhar apenas com os dados notificados nas instituições, reconhece-se que esta seja a fonte primária de dados para levantamentos estatísticos sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes (AMÊNDOLA, 2009; MINAYO, 1994).

É importante ressaltar que os casos de denúncias notificados nas instituições CREAS, SAVVIS e DEPCA foram observados e analisados individualmente, pois apesar das exigências do trabalho em rede, cada serviço apresenta metodologia e modelo próprios de atendimento e registro de denúncias, o que dificultou a elaboração de um banco de dados unificado.

Não há ainda em Manaus um sistema de registros de denúncia e de atendimento padronizado, integrado e informatizado, capaz de agilizar o processo de atendimento dos usuários e de investigação dos casos. Em nossa pesquisa de campo, nos deparamos com a duplicação de casos notificados tanto na mesma instituição, assim como nas três instituições investigadas, o que dificultou a apresentação real do número de denúncias de violência sexual contra crianças em Manaus.

Apesar desse limite, concordamos com Minayo (1994) e Amêndola (2009) quando afirmam que mesmo com os limites das notificações e da falta de unificação entre as instituições investigadas, os dados disponíveis tornam-se suficientes para

inferir hipóteses acerca da manifestação da violência sexual contra crianças e adolescentes, avançando em conclusões para estabelecer ações de assistência e prevenção.

Para os **dados qualitativos**. A pesquisa qualitativa constitui um processo permanente de produção de conhecimento, em que os resultados são momentos parciais que se integram constantemente com novas perguntas e abrem nossas possibilidades à produção de conhecimento (GONZÁLEZ REY, 2002). Para tanto, foram realizadas entrevistas com os atores das instituições investigadas (CREAS n=3; SAVVIS n=3; DEPCA n=2), outros atores do sistema de proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes atuantes em Manaus (Programa de Ações Integradas e Rerefenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro/PAIR-Manaus, n=1; Conselho Tutelar, n=1) e alguns usuários dos serviços (n=21, sendo 7 para cada instituição). Estes usuários, escolhidos de forma aleatória e por demanda espontânea, eram pessoas adultas que estavam acompanhando crianças e adolescentes nas instituições investigadas. As entrevistas ocorreram na sede das instituições.

No que diz respeito ao **instrumento e procedimento para a coleta de dados** estes foram organizados segundo a coleta quantitativa e qualitativa. Para a obtenção dos dados **quantitativos** utilizamos um formulário específico (Apêndice1), composto por questões fechadas, obtido e adaptado das variáveis dos protocolos dos registros de atendimento e denúncias provenientes das instituições investigadas. A coleta quantitativa foi realizada pelo pesquisador doutorando e por cinco acadêmicos do Curso de Graduação em Enfermagem e um de Medicina da Escola Superior de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Amazonas (ESA-UEA), componentes do Grupo de Pesquisa Multiprofissional em Saúde da UEA. Os dados quantitativos coletados foram **tabulados e analisados** estatisticamente pelos *softwares* Excel 2007 e Epi-Info 5.0 e apresentados em forma de gráficos e tabelas para suas respectivas análises. As frequências e proporções, bem como os cruzamentos de algumas variáveis obtidas na coleta de dados, foram realizadas a partir de várias informações relevantes sobre a população de Manaus obtidas da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio, PNAD (2009), do Censo do IBGE (2010a) e do Disque Denúncia Nacional. Para a coleta dos dados **qualitativos** utilizamos a técnica de entrevista semi-estruturada junto aos representantes das instituições investigadas, outros representantes da rede de enfrentamento e alguns

usuários dos serviços das instituições investigadas, sendo norteadas por um roteiro de entrevista (Apêndice 2) contendo quatro questões abertas para os representantes das instituições e outros representantes da rede de enfrentamento; e outro roteiro (Apêndice 3) contendo duas questões abertas para a pessoa que acompanhava a criança ou adolescente, vítimas de violência sexual, nas instituições investigadas. As entrevistas aconteceram na sede do CREAS, SAVVIS e DEPCA, onde foram realizadas de forma individual. Utilizou-se um gravador digital para registrar as entrevistas e, para alguns casos, os entrevistados preferiram responder de próprio punho as questões que lhes foram solicitadas.

Critério de exclusão. Considerou-se para os dados quantitativos os casos de denúncia provenientes da área rural de Manaus, de sujeitos pertencentes às etnias indígenas e de portadores de transtornos mentais severos que, segundo as instituições, representam menos de 1% do total de casos. Já para os dados qualitativos, os entrevistados não deveriam residir na área urbana de Manaus, ter abaixo de 18 anos e não estar acompanhando a criança ou adolescente no momento da ida a uma das instituições (CREAS, SAVVIS e DEPCA).

Para a **elaboração dos mapas**, especificamente nos trabalhos com dados de ocorrências zonais, como orienta Martinelli (2007), Batella e Diniz (2006), optamos por um método de representação que contemplasse a variação da intensidade desse fenômeno e sua distribuição pelas unidades observadas, neste caso, a divisão administrativa municipal de Manaus em zonas e bairros. Para isso, utilizamos o *software* Philcarto 5.07 para a obtenção de mapas temáticos, por serem amplamente utilizados em virtude de sua fácil assimilação para o usuário, permitindo a localização imediata das unidades observacionais com maiores e menores concentrações de incidência do fenômeno.

Quanto ao **local da pesquisa**, a investigação aconteceu: 1) Na Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA): situada na Rua 6, Quadra 7, s/nº Conjunto Vista Bela Bairro: Planalto. Manaus – Amazonas. Uma vez que as denúncias chegam provenientes de outras delegacias da cidade ou dos Conselhos Tutelares, a Delegacia faz o registro, o atendimento psicossocial e encaminha os casos para rede de serviços. A DEPCA está sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Segurança e funciona 24 horas; 2) No Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), localizado na Rua Libertador, 535 no Bairro Nossa Senhora das Graças – Manaus-Amazonas,

responsável pelo acompanhamento de crianças e adolescentes vítimas de qualquer tipo de violência. Dentre os programas do CREAS, há o Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. O serviço trabalha com denúncias encaminhadas ao mesmo, sendo estas provenientes de delegacias, escolas, hospitais, conselhos tutelares e ONG's. Mantém permanente articulação com a rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, bem como com o Sistema de Garantia de Direitos (Ministério Público, Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, Defensoria Pública e outros); 3) **No Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual – SAVVIS**, localizado junto à Maternidade Dr. Moura Tapajós, na Av. Brasil, 1335, no Bairro Compensa I – Manaus-Amazonas. O SAVVIS está sob a responsabilidade da Prefeitura de Manaus. Uma vez que é um serviço reconhecido pelo Ministério da Saúde como sendo de referência no atendimento às vítimas de violência sexual no Brasil, disponibiliza um atendimento 24 horas às vítimas, as quais são encaminhadas para fazer exames, além de receberem tratamento em casos de DSTs e apoio psicológico. Conta com uma equipe multiprofissional composta por enfermeiros, médicos, assistentes sociais e psicólogos. Trabalha em parceria com todos os Conselhos Tutelares de Manaus, Instituto Médico Legal (IML), Ministério Público, Vara da Infância e da Juventude, Defensoria Pública e outros.

Aspectos Éticos. O projeto antes da sua condução foi apresentado às três instituições (DEPCA, CREAS e SAVVIS) e seus órgãos maiores de vinculação Secretaria Estadual de Segurança e Delegacia Geral, Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH) para a obtenção de anuência para a realização da pesquisa, sendo esta permitida, conforme os Anexos (1, 2, 3 e 4). Em seguida, o projeto foi submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estado do Amazonas (CEP/UEA), obedecendo às normativas da Resolução 196/1996 do CONEP e sendo autorizado sob o número Proc. 160/10 (Anexo 5). Todos os voluntários (responsáveis de crianças/adolescentes) assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e receberam uma cópia do mesmo por ocasião do convite à participação da pesquisa (Apêndices 4 e 6).

A pesquisa foi estruturada em quatro capítulos.

No **primeiro capítulo** discutimos a *formação socioespacial da Amazônia e a produção do espaço urbano de Manaus: violência, poder e subjetividade*. Veremos

que a Amazônia, a partir de seus projetos de ocupação e “desenvolvimento” teve sua base na exploração material e sexual de seus povos, o que sustentou ao longo do tempo, a continuidade de inúmeras formas de violência, dentre estas a violência sexual infanto-juvenil em Manaus como forma de abuso de poder e de gênero.

No **segundo capítulo** apresentamos uma breve panorâmica do fenômeno da *violência sexual infanto-juvenil ao longo dos séculos, ao panorama mundial, no Brasil e no Amazonas*. Consideramos a história social da infância e da violência sexual infantil ao longo dos séculos, apresentamos os desafios frente à conceituação e classificação da violência sexual, as consequências desta forma de violência sofridas pelas crianças e adolescentes e sua incidência ao redor do mundo, no Brasil e no Amazonas.

No **terceiro capítulo** veremos que a violência infanto-juvenil em Manaus é explicada por inúmeras razões. Para isso, analisamos a violência segundo a frequência, distribuição e espacialização dos casos denunciados no espaço urbano de Manaus, identificando os fatores de vulnerabilidade. Apesar de que esta não é exclusiva das camadas sociais de rendas mais baixas, veremos que o fenômeno tem forte ligação com as carências de infra-estrutura urbana e de equipamentos e serviços nas Zonas onde a frequência do número de denúncias é maior, o que as constitui como espaços segregados e de maior vulnerabilidade ao abuso e exploração sexual.

No **quarto capítulo** avaliamos a atuação da rede de enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus, a partir do olhar dos sujeitos nela envolvidos. Mostrará que as instituições que compõem a *rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes* são insuficientes frente à demanda do número de casos, à superfície territorial e o tamanho da população de Manaus que buscam por seus serviços. Discutimos ainda seus principais avanços, dificuldades, desafios e articulação como rede quanto ao atendimento de seus usuários.

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA AMAZÔNIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MANAUS: VIOLÊNCIA, PODER E SUBJETIVIDADE

*“É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”
(ECA, Art. 18).*

1.1 Um olhar preliminar sobre a violência

A violência sempre existiu em todos os tempos e sociedades e sua noção foi mudando com o tempo, assim como a noção de infância e de família, dos direitos da criança e das pessoas em geral. Hoje, a violência se constitui como questão de grande complexidade, abrangendo uma multiplicidade de fatores que se ramificam e se reconstituem assumindo novos contornos e significações na contemporaneidade.

O filósofo francês Yves Michaud, situa a violência a partir da etimologia do termo (2001, p.8):

Violência vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravio, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a *vis*, que quer dizer força, vigor, potência, violência, emprego de força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. Mais profundamente, a palavra *vis* significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força e portanto a potência, o valor, a força vital [...] Tal força, em virtude de uma coisa ou de um ser, é o que é, sem consideração de valor. Ela se torna violência quando passa da medida ou perturba uma ordem (MICHAUD, 2001, p.8).

Ao longo do tempo, inúmeros desafios surgiram na conceituação e tipificação da violência. No entanto, preferimos adotar a conceituação e tipificação de violência da Organização Mundial da Saúde (OMS) que, junto com outros autores, concorda que existe uma íntima relação entre violência e uso do poder. A OMS, no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, considera a violência como problema de saúde pública e a define como o uso intencional da força física ou do poder, real ou por ameaça, contra a própria pessoa, outra pessoa, um grupo ou comunidade, atingindo a qualidade de vida das pessoas, podendo resultar em lesão, dano psicológico, problemas de desenvolvimento, privação ou até em morte. (WILLIAMS e ARAÚJO, 2009; DAHLBERG e KRUG, 2006; RUTHERFORD *et alii*, 2006; MINAYO, 2005; OMS, 2002; EASTMAN, 2002; BRASIL, 2001a).

A OMS compreende os limites da tipificação e onde começa ou termina um tipo de violência. Mas para fins didáticos a tipifica como: *autoinfligida* que está subdividida em comportamento do tipo suicida e agressão autoinfligida; *violência*

interpessoal na qual se divide em duas subcategorias: a) violência intrafamiliar; b) violência na comunidade – ocorre violência entre indivíduos sem relação pessoal, que podem ou não se conhecerem; e finalizando a *violência coletiva* sendo esta subdividida em violência social, política e econômica. Nesses tipos de violência podem ocorrer ainda a violência física, psicológica, de negligência, de gênero, familiar, doméstica, institucional, patrimonial e a violência sexual (RUTHERFORD *et alii*, 2006; MINAYO, 2005).

Atualmente é no contexto das grandes cidades e de suas complexidades que as discussões sobre violência ganham força, extrapolando a esfera do crime ou da (in)segurança, rotineiramente presente quando se fala de violência. Esta é um fenômeno que se abrange no cotidiano, exige de toda a sociedade novas reflexões, posturas e esforços mútuos que impliquem em ações transformadoras eficientes e eficazes, em vista de preveni-la, bani-la ou ao menos não permitir que se prolifere. Assim, é frequente a associação simplista entre violência e criminalidade ou violência e pobreza. O desafio é superar as leituras simplistas e preconceituosas sobre a violência, porém, não se deve deixar de reconhecer e de valorizar a importância do aprofundamento teórico da desigualdade social, como uma das expressões de violência no contexto das cidades.

A espacialidade é uma categoria geográfica utilizada pelos diversos ramos do conhecimento para compreender o fenômeno no espaço. Partindo desse pressuposto, torna-se necessário aprofundar a relação violência e espaço urbano, procurando compreender como a sociedade produz e reproduz seu próprio espaço de violência e como seus *agentes sociais*¹ dela participam. Carlos (2011, p. 67) observa que:

À Geografia está posto o desafio de pensar a cidade em sua perspectiva espacial, isto é, a necessidade da produção de um conhecimento que dê conta da construção de uma teoria da prática sócio-espacial urbana para desvendar a realidade urbana em sua totalidade e as possibilidades que se desenham no horizonte para a vida cotidiana (CARLOS, 2011, p. 67).

¹ Bourdieu utiliza a categoria *agentes sociais* no lugar de sujeitos ou atores sociais. Carlos (2011) observa, porém, que na Geografia, um dos principais autores a introduzir a noção de *agentes sociais* foi o geógrafo espanhol Horácio Capel, em 1974. Para aprofundamento do tema, sugere-se a leitura do artigo de VASCONCELOS, P.A. A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia Urbana: avanço ou desafio? In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B.(Orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

Ferreira e Penna (2005, p.156), ao comentar sobre violência e Geografia, diz que “a tradição da produção geográfica no assunto se restringe à preocupação com a espacialização do fenômeno”.

Carlos (2011) comenta que na história da Geografia, a noção de espaço superou sua condição de objetividade pura. Apesar de a dificuldade na evolução do conceito, é preciso ainda olhar o espaço como localização dos fenômenos ditos de “produção social”, para assim pensar os conteúdos constitutivos do mesmo e, deste modo, compreender que a sociedade produz e reproduz seu próprio espaço.

Nesse sentido, o desafio de discutir a violência no urbano é procurar compreendê-la como um fenômeno que não é inerente a uma única sociedade, classe social, religião, gênero, etnia e cultura, portanto, não é um produto exclusivo das cidades. Por outro lado, não deixa de sê-lo e de se ramificar em inúmeras formas e tipologias na produção do espaço urbano.

Não se pode negar que a urbanização brasileira carrega um arcabouço sócio-histórico de exclusão e negligência de seus agentes sociais. Esperava-se que o processo de industrialização e de urbanização brasileira pudesse tirar o País do atraso econômico, fruto de séculos de dominação política e econômica da elite agrária oligárquica e proporcionasse melhorias na qualidade de vida dos brasileiros. No entanto, ocorreu um caminho inverso. Percebemos que houve intenso crescimento econômico, acompanhado do crescimento da população nas cidades e com este, um processo de urbanização excludente com o crescimento das desigualdades sociais resultantes de concentrações espaciais da pobreza.

Segundo Milton Santos (2008a, p. 117), a urbanização brasileira é reflexo da “[...] ideologia do crescimento, prática da modernização brasileira, desde o chamado *milagre econômico*, que conduziu o País a enormes mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais”. A cidade, apoiada no sonho de modernidade, vista em si, como relação social e como materialidade, esta é produtora de pólos de exclusão, de especulação, e, portanto de pobreza, onde a pobreza é fruto do modelo socioeconômico vigente e do modelo espacial, o que Santos chama de “chagas sociais”. O autor acrescenta ainda que “a extraordinária geração de riquezas, cada vez mais concentradas, é contraditória com a enorme produção de pobreza [...]” (SANTOS, 2008a, p.115). Santos (2008a, p. 107) afirma que uma solução para as mesmas deve ser buscada a partir de uma profunda e abrangente análise sistêmica

da realidade, “como todos os fatores mutuamente se causam, perpetuando a problemática”.

A geógrafa francesa Marie Morelle, observa que não são apenas as relações sociais que são projetadas no espaço, mas estas produzem um espaço de tensões que perpassam a sociedade e que podem acentuar a marginalidade de grupos e indivíduos (MORELLE, 2007). Portanto, a violência é parte significativa do cotidiano das cidades, assim como retrata a trajetória humana através dos tempos. Evoluiu do individual para o coletivo, em suas diferentes formas, constituindo-se como um problema universal e com conseqüências distintas para os agentes sociais em seus conjuntos de relações.

Melgaço (2005, p. 15) adverte que, uma vez que é difícil definir o urbano, o conceito de violência urbana precisa ser constantemente repensado, pois no atual contexto, [...] o urbano e o não-urbano se misturam, tornando cada vez mais tênue a fronteira que os separa.

Refletindo sobre urbanização e exclusão social, vimos que uma das expressões mais fortes de exclusão social nas metrópoles, ocorre nos espaços de segregação, tais quais os chamados bolsões de pobreza e miséria disseminados no espaço urbano. Abranches (1994) adverte que a urbanização excludente cria condições propícias à criminalidade e outras formas de violência, onde a ordem resultante nos territórios é do abuso de poder pela intimidação sobre os agentes sociais.

Seguindo a mesma linha de reflexão, Ferreira e Penna (2005) concordam com Abranches quando dizem que a violência urbana no território da cidade se produz e se reproduz por um conjunto de fatores que se materializam na luta pelo uso do espaço, situando a violência e a criminalidade como um problema coletivo. Já Castells (1996, p. 98), afirma que “exclusão social é o processo pelo qual determinados grupos e indivíduos são sistematicamente impedidos de acesso a posições que lhes permitiriam uma existência autônoma dentro dos padrões normais [...]”.

Castells (1996, pp.98-99) observa ainda que o tema da exclusão social deva ser visto como processo e não como condição:

A exclusão social é um processo, não uma condição. Desse modo, seus limites mantêm-se sempre móveis, e os excluídos e incluídos podem se revezar no processo ao longo do tempo, dependendo de seu grau de

escolaridade, características demográficas, preconceitos sociais, práticas empresariais e políticas governamentais. Além disso, embora a falta de trabalho regular como fonte de renda seja, em última análise, o principal mecanismo em termos de exclusão social, as formas e os motivos pelos quais indivíduos e grupos são expostos a dificuldades/impossibilidades estruturais de prover o próprio sustento seguem trajetórias totalmente diversas, porém todas elas correm em direção à indigência [...]. Ou ainda, simplesmente, analfabetismo funcional, ilegalidade, falta de dinheiro para aluguel, o que acaba transformando o indivíduo em um sem-teto, ou puro azar com um chefe ou policial, desencadeando uma série de eventos que atira a pessoa (e, muitas vezes, sua família) à margem da sociedade, habitada por farrapos humanos (CASTELLS, 1996, pp. 98-99).

Nesse sentido entendemos que, apesar de pesquisas afirmarem, que fatores biológicos e individuais podem explicar predisposições para atos agressivos ou violentos, é na interação com a vida cotidiana, seja na família, na comunidade, cultura e sociedade, como um todo, que a violência encontra as condições para ocorrer e se ramificar no espaço onde se projetam as relações de poder criando espaços de exclusão social (KISS, 2009; KRUG *et alii*, 2002; BERENSTEIN, 2000; HEISE, ELLSBERG e GOTTMOELER, 1999).

Morais (1981) observa que a violência mantém profunda relação com o medo, a desconfiança e a ameaça que nos torna expropriados de nós mesmos, atacando nossa integridade pessoal, limitando nossas realizações potenciais, com sérias implicações na qualidade de vida. Mas essa violência nem sempre é brutal, física e aparente, pois contempla toda uma carga de subjetividade, muitas vezes nem tanto explícita e nem tampouco fragmentada. Por isso, Melgaço (2010) diz que é preciso evitar a associação simplista entre violência e agressão, crimes, homicídios, roubos, furtos e estupros, haja vista que existem inúmeras formas menos explícitas de violência, porém, não menos perversas.

Assim, nos damos conta que nos diversos tipos de situações vividas ou que causam medo, tensão e indignação encontramos subjetivamente as inúmeras formas de violência e do domínio do poder simbólico presentes no cotidiano das pessoas.

Quando falamos de medo, pensemos nas inúmeras formas de medo vivenciadas no cotidiano das cidades. Nem todas têm a ver com o que se chama de crime, mas que não deixam dúvidas quanto à sua íntima relação com o poder simbólico.

Pensemos no medo de sair de casa devido a situações de insegurança; medo de envelhecer e medo do futuro; medo de perder o emprego e não conseguir outro para se manter e, portanto ser obrigado a submeter-se às exigências do emprego; medo de denunciar situações injustas e sofrer represálias; medo de não conseguir ou de não ser o que a sociedade espera; medo de ser chamado de careta ou antiquado pelos valores defendidos ou adquiridos; medo de não poder pagar mais a casa tão sonhada, o plano de saúde, a conta de luz, de água, telefone, o valor mínimo do cartão de crédito...; medo de comprar com cartão de crédito e ter o cartão clonado; medo de não poder ter filhos ou de criar os filhos (não porque não se queira, mas porque a situação atual afirma que “está caro criar filho”); medo de deixar os filhos saírem às ruas, de navegar na internet e até de ir à escola, pois se teme o perigo das drogas, do abuso sexual e do rapto de crianças; medo da milícia; medo até da polícia e de ser confundido por alguém em uma blitz; medo das forças da natureza (que antes era contemplada e hoje é temida); medo da inflação, da queda das bolsas de valores e de outros números relativos à economia; medo de não entender ou de entender até demais e sofrer pela consciência da realidade das coisas; medo de se relacionar com as pessoas, de ser abordado na rua para responder a uma informação solicitada; medo de ajudar as pessoas e de ser assaltado, enganado, ludibriado; medo de ficar doente e não poder arcar com o tratamento e com as consequências; medo que o plano de saúde não cubra as despesas em situações de doença; medo do amanhã: “se vamos comer, se vamos ser despejados, se o bolsa-família for cortado; se vai chover tanto e o barraco vai desabar; se ficamos ou vamos embora...”; medo de enlouquecer; medo de gerar um filho com algum tipo de retardo ou deficiência; medo de pegar transporte lotado e de ser “bulinado”, assaltado ou não conseguir descer no ponto...

E o que dizer ainda de situações que envolvem preconceito e estigmas (de gênero, de origem cultural ou étnica, cor, religião ou opção sexual); da indignação pelo fato de não ser atendido como deveria por um órgão prestador de serviço; de não ser chamado a opinar sobre algo que lhe diga respeito e de ter aspectos de sua vida decididos pelos outros; de ser negligenciado de seus direitos que lhe garantam condições de viver (saúde, educação, moradia, lazer, alimentação...); de não ter acesso (todas as situações de que impedem a mobilidade); do corre-corre devido ao tempo, sempre insuficiente e sempre tomado de afazeres e cobranças; do bombardeio da mídia que vende o que lhe é útil e manipula a informação que chega

(quando chega); do famoso “mercado de trabalho” que incita, exige e obriga à competitividade e ao consumismo, onde os “fracos”, os menos preparados ou “não qualificados”, os “não registrados” não tem vez e não contam para os números ou melhor dizendo, não existem.

Como não chamar isso de violência? Como não nomear formas de violência que se dão pelo despojamento da subjetividade dos outros, pelo abuso religioso, econômico e político que acrescentam sentido à diferença de gênero, geracional, cultural e social, quando os agentes sociais são despojados de suas subjetividades?

Morais (1981, p. 16) afirma que “onde há medo, há ameaças; e onde estão as ameaças, está a violência”. Por isso é que quando se é atacado e ferido no corpo social, perde-se o continente da confiança básica no humano protetor e o que fica em seu lugar são vivências da ordem da violência. Nesse sentido, apesar de a literatura se encarregar de tipificar a violência, concordamos com Moraes e Melgaço quando refletem que é necessário evitar uma conceituação reducionista e tradicional de violência que aponte apenas para o aspecto da violência como agressão ou crime, pobreza, exclusão social, pois existe e, sobretudo cresce a violência silenciosa que vai matando aos poucos, sem deixar de ser menos cruel e devastadora. É o que Faimberg (2001) chama de *zonas de silêncio*, que vai mantendo os agentes sociais alheios ao curso de sua própria história com forte repercussão no cotidiano das cidades e em todo seu curso de vida.

Abranches (1994), Ferreira e Penna (2005) concordam que a violência urbana se manifesta no macro e no microambiente social e espacial, a partir de uma interação de processos (econômicos, sociais, espaciais, políticos, institucionais e culturais), sendo o macro a institucionalidade e a ordem pública constituída e o microambiente a relação social estabelecida nas comunidades locais, que vão produzindo e consumindo um determinado espaço, muitas vezes fruto de um contexto de desorganização socioespacial do crescimento urbano dos demais aspectos do processo social envolvidos.

Seguindo a mesma linha de reflexão, Cerqueira e Lobão (2003a; 2003b), Ferreira e Penna (2005), chamam atenção para o fato de que uma vez que a violência e a criminalidade, embora se possam verificar determinadas regularidades estatísticas socioespaciais relacionadas ao processo de urbanização, estas variam conforme a dinâmica regional. Portanto, deve-se evitar avaliá-las apenas a partir de uma variável (pobreza, renda, desemprego, entre outras) ou a partir de explicações

unidimensionais e simplistas que buscam somente investigar causas e consequências, sem questionar a complexidade e multifatorialidade dos novos eventos que ampliam o atual quadro de violência urbana, tanto do ponto de vista existencial, quanto social e material dos agentes sociais envolvidos.

Cremos que Bourdieu (2002, pp.7-8), ao refletir sobre *poder simbólico*, lança-nos inúmeras possibilidades de aprofundar a relação violência e poder, assim como de lançar luzes sobre a relação violência e subjetividade:

No entanto, num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de “círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma” – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 2002, pp.7-8).

Para Bourdieu (2002) o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem em termos de conformismo lógico, podendo contribuir para a reprodução da ordem social, assim como produzir simbolicamente instrumentos de dominação de uma classe sobre a outra, por meio de ideologias da cultura dominante, o que o autor chama de *violência simbólica*, onde se legitima a dominação da classe, as relações entre os sujeitos e se define o mundo social conforme seus interesses. Em outra obra intitulada *A dominação masculina*, Bourdieu afirma que:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pesar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo/masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2010, p. 47).

Foucault (1992), em sua obra *Microfísica do Poder*, descreve que as relações de poder designam relações entre sujeitos e o modo em que certas ações podem estruturar o campo de outras ações possíveis. Uma vez operando sobre as ações

dos outros ou destes sobre o sujeito, seu objetivo é organizar ou equilibrar a relação. Porém, por não serem recebidas passivamente, interferem no sistema individual e dos outros com os quais se relaciona. Quando seu objetivo ocorre em excesso ou em falta, este transforma seu exercício em violência, fazendo, assim, sempre existir, uma sobreposição, tanto intrapsíquica, quanto socialmente sobre o sujeito ou contra a sua vontade. Por isso a violência se impõe pela força, intimidação, controle, mas também pela negligência. Implica sempre excesso, perda de liberdade e de autonomia, noção de dano e de estrago, inclusive à capacidade de pensar, de decidir, de reagir, já que alude a abuso de poder, uso ilegal ou ilegítimo de força, seja de forma manifesta ou velada, possuindo uma forte carga de subjetividade.

Outro olhar sobre a relação violência e poder advém da contribuição da filósofa alemã Hanna Arendt, ao observar que o poder não emerge necessariamente da violência, depende, porém, dos números, ao passo que a violência, se assenta sem implemento, compreendendo assim, tanto a forte carga simbólica implicada no conceito de violência, quanto a consciência de que existe um certo impulso em substituir o poder pela violência quando este é ameaçado ou se perde (ARENDT, 1994).

Para o filósofo e político teórico francês Georges Sorel, em sua obra *Reflexões sobre a Violência*, violência está associada à concepção de força. Sorel (1993, p. 146), afirma que "a força tem por objetivo impor a organização de certa ordem social em que governa uma minoria, no passo que a violência tende à destruição dessa ordem".

Ao refletir sobre violência e subjetividade, Berenstein (2000) considera que nos atos considerados violentos o que ocorre é a *subtração da subjetividade*, onde *procedimentos humanos de desumanização* visam à perda da subjetividade dos sujeitos violentados, destruindo neles o sentimento de pertença social, com sérias consequências psíquicas correspondentes, ou seja, tira-lhes o direito à cidadania, tanto de obtê-la quanto de exercê-la.

Velho (1996) vê a violência no cotidiano das cidades como a confirmação da ausência de cidadania de seus sujeitos, onde a falta de uma política social efetiva, é geradora de um quadro maior de desigualdade social, de descaso, de desesperança e de exclusão. Uma das consequências dessa ausência é a criminalização da pobreza, tão defendida pelas classes média e alta, assim como pelas autoridades públicas e na própria formulação de políticas públicas de combate ao crime, voltadas

paras as classes consideradas violentas, ou seja, aquelas que residem nas periferias, nas favelas e nas palafitas (ALMEIDA PRADO, 2004).

Ao percebermos que é comum confundir os inúmeros fatores associados que favorecem condições à ocorrência de violência urbana, com as causas das mesmas, é preciso entender que cada situação violenta do cotidiano tem determinações singulares, diferentes, simbólicas (sobretudo de uso do poder), mas não separadas do seu contexto e de outros contextos sócio-históricos. Ao se buscar abarcá-la de um modo individualizado ou generalizado, corre-se o risco de perder sua especificidade numa leitura mais ampla como fenômeno, a partir da organização espacial resultante do processo perverso de urbanização excludente, onde muitas vezes a violência de um dos espaços desencadeia violência em outros, ou melhor dizendo, retroalimenta-se, produz e se reproduz na perspectiva de seus sistemas simbólicos, reafirmando uma violência que comanda a ordem no cotidiano dos agentes sociais, roubando-lhes o direito à cidadania.

Oliveira (2011) comenta que é complexo e desafiador tratar do tema cidadania a partir de uma leitura geográfica, da escala territorial de uma cidade e suas políticas públicas. Mas ele observa que “é nas cidades e nos seus lugares, que os direitos, sob a forma de leis, aparecem de forma palpável e contraditória, decodificando-se em normas e postura que regem a vida urbana” (OLIVEIRA, 2011, pp.176-177). Santos (1987, p.43) concorda com Oliveira (2011) quando afirma que os direitos civis, políticos e sociais passam necessariamente por uma mediação da geograficidade ou dos seus “fixos sociais”, destacando uma análise da cidadania sob a ótica do espaço.

De igual reflexão, o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre (1991, p.117) defende o *direito à cidade*, “formulado como direito à vida urbana, transformada e renovada.” Nesse sentido, cremos que seja preciso reinventar novas formas de convívio social diante do caos imerso de violência que se transformou o cotidiano das cidades, geradores de medo e insegurança e, portanto, de ausência de cidadania.

David Harvey (1980), em sua obra *A justiça social e a cidade*, procura expressar o desejo urgente de mudança, seja nas práticas culturais, seja nas políticas econômicas pelas quais se experimenta o domínio do tempo-espaço, onde a sociedade possa reconstruir a democracia hoje tão banalizada, em espaços de exercícios de cidadania e não em espaços produtores de violência, onde as mais vulneráveis são as crianças e as mulheres.

1.2. A produção do espaço urbano

O processo de industrialização no final do século XVIII assinalou o crescimento da cidade e da sociedade moderna, fazendo da cidade o centro da vida social e política e dos estabelecimentos de novas formas de relações de poder e de diferenciação socioespacial,² levando às inúmeras formas de segregação socioespacial³ inicialmente presente nas periferias (ALVES, 2011; CARLOS, 2011).

O sociólogo e filósofo Henri Lefebvre trouxe valiosas contribuições aos estudos urbanos, sobretudo no que diz respeito à produção do espaço urbano. Para ele o espaço urbano ocorre no tempo; é material e simbólico; nunca é homogêneo; é complexo, onde se acentuam diferenças e contrastes; podem ser compartilhados, articulados e é onde a reflexão sobre centralidade constitui o essencial do fenômeno urbano (LEFEBVRE, 2000; 1991; 1983). Castro (2006) e Matos (2002) concordam que a realidade urbana é espacial e temporal, ao mesmo tempo em que pressupõe encontros, confrontos e diferenças nos padrões de vivências que na cidade se estabelecem.

Para o professor de análise geográfica da Universidade de Valladolid, Espanha, José Ortega Valcárcel, os processos de urbanização do século XXI se inserem no marco de uma reorganização do papel das áreas urbanas, a escala mundial e regional, nas estratégias do neoliberalismo capitalista. Esta reorganização afeta as áreas urbanas como espaços de reprodução social, mas não é exclusiva das sociedades de elevado desenvolvimento material. O autor adverte que o capitalismo ainda constitui a força essencial que modela o espaço mundial na atualidade (ORTEGA VALCÁRCEL, 2008).

As relações sociais se regem sob o regime de mercado, determinantes dos principais processos de mudança e distribuição de pessoas, bens, riquezas, assim como as imagens e ideologias que constituem as representações sociais dominantes. Para Sassen (2001), atualmente, dentro de uma perspectiva geográfica,

² ALVES (2001) afirma que a diferenciação socioespacial é inerente ao processo de produção capitalista e pode se manifestar de acordo com a escala de análise: urbana (exemplo, diferenciação funcional), intraurbana (exemplo, divisão econômica e social do espaço). Carlos (2011) afirma que a diferenciação socioespacial se funda na contradição entre produção social do espaço e sua apropriação privada.

³ Por segregação socioespacial na periferia compreendem-se as áreas limites da urbanização onde são ausentes os equipamentos sociais e de infraestrutura, dificuldades de acessibilidade/mobilidade e onde a maioria da população possui baixa renda econômica (ALVES, 2011).

a globalização aparece como um sistema de organização de espaços descontínuos em escala mundial, que afeta tanto o espaço produtivo, quanto os espaços de reprodução social, a partir de um conjunto de aglomerações locais de distintas dimensões, que ele identifica como regiões, onde se realiza o processo de acumulação de capital, de forte vínculo com sua herança histórica. Uma vez que a globalização se sustenta sobre espaços locais e regionais, tudo parece indicar que a escala determinante para entender os processos globais e locais frente aos desafios dos problemas sociais urbanos seja a escala regional (SASSEN, 2001).

No processo de produção espacial urbana, Manaus ocupou lugar de centralidade⁴ na formação do quadro regional em todo seu percurso histórico. Essa centralidade é resultante do modo como o capitalismo nela penetrou e se ramificou na formação dos embriões urbanos amazônicos, dando destaque a uma Manaus no topo da hierarquia entre as cidades a partir da ordem econômica e política que a impõe sobre as outras. Toda a produção e reprodução do sistema capitalista no processo de formação do quadro regional é estritamente baseada no valor de troca e nas estratégias hegemônicas de dominação, ainda hoje bastante presente na política de “desenvolvimento” da Zona Franca de Manaus. Sobre isto, Carlos (2011, p.101) comenta:

A forma urbana tem caráter cumulativo, a partir de conteúdos diversos, como o meio natural, os parques industriais, as técnicas e as riquezas, as obras da cultura, os modos de vida, as situações, modulações e rupturas do cotidiano. (...) Mas que se misturam e se superpõem como congregados, como “centralidades de conteúdos diversos” (CARLOS, 2011, p.101).

Hoje, encontramos em Manaus um espaço todo fragmentado, fragilizado e vendido aos pedaços, onde a sociedade teve de se sujeitar e se adaptar à reprodução das relações de produção, que a todo custo o poder coercitivo atraiu, normatizou, “gentrificou”⁵ e hierarquizou, na tentativa de produzir um espaço homogêneo aparente e fictício. Já não se pode mais identificar *uma* Manaus, mas *várias* Manaus dentro de uma mesma cidade, com seus inúmeros espaços de

⁴ Quando falamos de centralidade, recorremos a Lefebvre (2000), que vê o centro muito mais do que funcionalidade econômica e política, mas onde de fato se produz o espaço social onde se concentram grande parte das atividades e onde se articulam as relações de poder.

⁵ Do termo inglês *gentrification*, traduzido para o português como gentrificação, intervenção urbana socioespacial promovida por uma classe social abastada ou empresas imobiliárias que passam a adquirir edifícios antigos para seus interesses, afastando a população que antes vivia nestes espaços para áreas mais periféricas (NOBRE, 2000, SAVITCH, 1988)

desigualdades, o que implica, como afirma Berman (1986, pp.148-9), em “divisões de classes na cidade e no interior dos homens e mulheres” que se apresentam no cotidiano em inúmeras formas de violência.

Nesse sentido, compreendemos que os elementos que constituem o processo de ocupação urbana de Manaus, embora diferenciado, apresentam-se articulados entre si e refletem a evolução geral das forças produtivas com características históricas, institucionais e culturais, que são os aspectos exteriorizados das relações sociais básicas prevaletentes na sociedade manauara, resultados da dinâmica do quadro regional amazônico, como afirma Carneiro Filho (1998, p.l.6.1):

Foi principalmente um impulso geopolítico de expansão e garantia de fronteiras e pontos estratégicos, que motivou toda a iniciativa portuguesa na criação de embriões urbanos amazônicos. No caso de Manaus, dada sua posição particular, que permitia controlar duas grandes artérias fluviais amazônicas, a cidade serviu a princípio como uma base de observação de uma possível penetração espanhola através do Rio Negro e Amazonas. À custa desta função, a cidade viveu um longo período histórico de raro crescimento e desenvolvimento urbano (CARNEIRO FILHO, 1998, p.l.6.1)

Para Milton Santos (2008b), quando nossa preocupação epistemológica é totalizadora sobre o estudo de um fenômeno, então precisamos entender que as categorias “tempo, espaço e totalidade são realidades históricas, que devem ser intelectualmente reconstruídas em termos de sistema” (SANTOS, 2008b, p.38). Assim, para ele, para que se possa compreender e interpretar o espaço humano, a Geografia necessita prescindir também da História, levando-se em consideração a sociedade mundial e local em relação ao *tempo*, *espaço* e *totalidade*. Uma vez que os modos de produção escrevem a história no tempo e as formações sociais inscrevem-se no espaço, a organização do espaço é também “uma forma, um resultado objetivo de uma multiplicidade de variáveis atuando através da história” na totalidade social de forma dinâmica, ativa, contínua, descontínua, transformadora e processual (SANTOS, 2008c, p.45).

Milton Santos (2008c) entende que o *espaço* é social, político, cultural, econômico e temporal, integrando de modo interdependente o modo de produção e a formação social. O espaço reproduz e influencia a totalidade social na medida em que as transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas, ou seja, o espaço evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. O espaço é um subsistema da sociedade global e, portanto,

como meio, isto é, como lugar material da possibilidade dos eventos, sua dinâmica ou movimento está intrinsecamente ligado à dinâmica da sociedade. O mesmo autor compreende por *tempo* o transcurso a sucessão de eventos e sua trama, e por *totalidade* a soma, que é também síntese, de eventos e lugares, onde a cada momento mudam o tempo, o espaço e a totalidade.

Para o autor, a história do homem é, durante milênios, a história dos momentos divergentes, a soma de acontecimentos dispersos, disparatados, desconexos, onde o *tempo* passa a ser unificado pela generalização de necessidades fundamentais à vida do homem, dentro de uma concepção de totalidade de estruturas e de relações atuantes no espaço (SANTOS, 2008c).

Nenhuma questão pode ser respondida fora da concepção de uma totalidade de estruturas e de uma totalidade de relações atuantes no espaço. A explicação de qualquer fato espacial depende das outras estruturas constitutivas do espaço. O objeto de estudo passa a ser uma categoria analítica da totalidade. Para ir além do fenômeno, para ultrapassar o aspecto e alcançar o conteúdo, não há forma de teorização mais adequada (SANTOS, 2008c, p.49).

Desse modo, o autor afirma que a “urbanização nada mais é que um resultado de tais processos historicamente determinados, enquanto localização geográfica seletiva das forças produtivas e das instâncias sociais” (SANTOS, 2008c, p.74).

Uma vez que as cidades ou os espaços urbanos retratam em si a realidade regional, torna-se importante estudar os fatos que situam a formação socioespacial da Amazônia brasileira ocidental e da cidade de Manaus. Essa análise se dá a partir da construção de um objeto, ou seja, o modo pelo qual a cidade de Manaus veio se produzindo ao longo do tempo, sua subsistência e conteúdo, as características que conduzem alteração nos processos sociais, as formas adquiridas a partir das relações sociais que nela ocorrem, produtoras de violência, dentre as quais, a violência sexual contra crianças e adolescentes. É como afirma Milton Santos:

[...] as regiões e os lugares não são nada mais do que *lugares funcionais* do Todo, esses tempos internos são também divisões funcionais do tempo, subordinados à dialética do Todo, ainda que possam, em contrapartida, participar do movimento do Todo e assim influenciá-lo (SANTOS, 2008c, p.65).

O que queremos dizer é que ao pretendermos falar sobre o fenômeno da violência sexual de crianças e adolescentes no espaço urbano de Manaus, os

agravantes têm de ser também considerados a partir das desigualdades socioespaciais resultantes das inúmeras formas de violência histórica ocorrida na formação do quadro regional, numa sociedade na qual os eventos (nunca homogêneos) passaram a ser controlados do ponto de vista do poderio excludente – produtores dos espaços urbanos e totalmente voltados aos seus interesses, mas também com os inúmeros fatores de vulnerabilidade psicossocial e com as consequências que se perpetuam, ainda hoje, no cotidiano dos manauaras.

Essa reflexão se justifica pelo fato de que não se pode compreender o desenvolvimento urbano e os fenômenos sociais presente na cidade sem considerar as transformações pelas quais passa a sociedade e o sistema econômico que a sustenta, uma vez que a cidade, como um produto social é, antes de tudo, uma construção histórica.

Por isso nos perguntamos: existiria alguma hipótese histórica para tantos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus? Estaria a violência sexual presente na Amazônia desde a entrada dos primeiros colonizadores? Na formação socioespacial da Amazônia, os períodos históricos assumiriam uma perspectiva sexista bem-demarcada e estratégica da parte do poder vigente de cada época? A partir da formação socioespacial da Amazônia e da cidade de Manaus, poderíamos compreender de forma mais ampla a relação desta com o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes na Manaus atual?

Atualmente, a desigualdade socioespacial é evidente em Manaus, observada por meio da divisão das classes econômicas e de seus territórios que, por sua vez, condicionam inúmeras experiências pessoais e coletivas, em grande parte, profundamente conflituosas e marcadas por atitudes de medo e violência, propiciadoras de espaços de vulnerabilidade às milhares de crianças e adolescentes que nela habitam.

Desse modo, o presente estudo encontra amparo nas convicções de Ortega Valcárcel (2008) de que a Geografia também deve orientar-se, enquanto seus objetos de análise ou de investigação, para os problemas sociais mais evidentes no mundo atual e que podem ser abordados a partir do enfoque espacial e, entre estes, o fenômeno da violência urbana.

Segundo o autor, a proposta de utilizar a Geografia para analisar problemas relevantes no contexto urbano não significa se distanciar de modo algum de seu

objeto de estudo: o espaço. Mas a eleva em sua perspectiva epistemológica, uma vez que muitas questões relevantes de nosso tempo são necessariamente geográficas, apelando para análises, leituras e releituras que apontem soluções capazes de tornar o espaço social de todos, para todos, isto é, vivível e democrático.

O espaço geográfico é essencialmente social e, por isso, em permanente e acelerada transformação. Por ser dinâmico em relação às mudanças sociais, participa em todas as escalas e constitui o eixo central de observação das investigações sociais, porque cria possibilidades de convergência entre outras disciplinas, compartilhando objetos e metodologias.

A busca destes pontos de convergência, espaços de confluência entre as disciplinas, constitui parte dos atuais interesses da Geografia Humana, buscando dar a ela mais visibilidade frente à sociedade, impulsionando-a a refletir sobre seu compromisso com a sociedade, a partir de sua tradição de produção científica, mas com uma determinação: de estar cada vez mais presente dando sua contribuição às grandes questões de nosso tempo (MASSEY, 2001; ORTEGA VALCÁRCEL, 2000; CRANG e THRIFT, 2000; HARVEY, 1998).

1.3 Atividades econômicas na Amazônia Ocidental, ocupação do território, organização espacial e violência sexual contra a mulher

1.3.1 Da violência do extermínio a uma política sexista de ocupação do território

Bertha Becker (2004) observa que há três grandes eldorados no mundo contemporâneo: a Antártida, que é um espaço dividido entre as grandes potências; os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais, que são os espaços não regulamentados juridicamente; e a Amazônia, região que está sob a soberania de estados nacionais, entre eles o Brasil. A autora ao falar sobre geopolítica⁶ da Amazônia, observa:

⁶ “Trata-se de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico” (BECKER, 2005, p. 71).

A geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência (BECKER, 2005, p.71)

Para que se possa entender atualmente os desafios do contexto amazônico é necessário entender os diferentes projetos geopolíticos que se impuseram na região desde a chegada das primeiras expedições colonizadoras que ocuparam seu território à base da violência. Violência essa que perpetuou e se ramificou em diversas formas, dentre as quais, a violência sexual contra crianças e adolescentes.

As paisagens amazônicas vêm se transformando pela presença humana há milhares de anos. Prova dessa presença de mais de 10 mil anos, é a diversidade linguística de seus povos, as pinturas rupestres e suas cerâmicas encontradas em sítios arqueológicos ao longo das várzeas de sua bacia hidrográfica. O inventário de toda essa riqueza histórica da presença humana na região amazônica, ainda está no começo. A extensão dos cerrados, das florestas com castanheiras e a natureza da vegetação próxima das várzeas não são fatos naturais, mas resultados de uma ação seletiva do homem sobre a vegetação e o meio ambiente, ao longo de milênios, por meio do uso do fogo, da caça e, posteriormente, pelas práticas agrícolas (MIRANDA, 2006).

O antropólogo Claude Lévi-Strauss (1993) afirma que a ocupação inicial na Amazônia consistiu de variadas sociedades desde o período Pleistoceno, ou Holoceno. Sociedades de grande complexidade econômica e cultural, que pouco tiveram contato entre si, com desejos nítidos de se distinguirem umas das outras e de se colocarem à parte, sendo cada uma delas mesmas.

Já para Márcio Souza (1994), em sua obra *Breve história da Amazônia*, a presença do homem no continente americano é resultado de um processo migratório proveniente da Ásia, através do estreito de Behring, há 24.000 anos. “É provável que algumas dessas levas de migrantes cruzaram a grande floresta por volta de 15.000 anos atrás, dando início à colonização da Amazônia” (SOUZA, 1994, p.11).

Souza afirma que as primeiras sociedades amazônicas experimentaram um grande desenvolvimento por volta de 2.000 a.C, transformando-se em sociedades hierarquizadas, densamente povoadas, que se estendiam por quilômetros ao longo das margens do rio Amazonas. Deixaram sua presença em diversos sítios

arqueológicos, dentre os quais, os mais antigos se encontram nos arredores de Santarém (PA), na ilha de Marajó, nos altiplanos da Amazônia boliviana e no Médio Orenoco. Para se ter uma idéia da quantidade de pessoas que povoavam a Amazônia, só na região da ilha de Marajó, as escavações arqueológicas do Monte de Teso dos Bichos confirmam que ali, entre 400 a.C. e 1300 d.C, existiu uma sociedade de tuxauas guerreiros, com uma população estimada em quinhentas mil pessoas (SOUZA, 1994).

O fato é que, quando os europeus chegaram à Amazônia, no século XVI, a região já era habitada por um conjunto de sociedades hierarquizadas, de alta densidade demográfica, que ocupavam o solo com povoações em escala urbana; que possuía sistema intensivo de produção de ferramentas, de cerâmicas, agricultura diversificada, uma cultura de rituais e poderio vinculado a um sistema político centralizado (SOUZA, 1994; SANTOS, 2003; MIRANDA, 2008).

Sobre a demografia histórica da Amazônia Silva (2004, p. 168) comenta:

Os homens da Amazônia pré-colonial não eram só caçadores e coletores. Eram agricultores, artesãos, navegadores e possuidores de um nível técnico capaz de dar conta das necessidades de reprodução de grandes contingentes humanos e de domínio cultural sobre os territórios litorâneos, centrais e ribeirinhos do espaço físico. [...] A demografia histórica avalia em 6.800.00 habitantes em toda a área amazônica, dos quais 5.000.000 na bacia amazônica e 3.625.000 para a área correspondente hoje à Amazônia brasileira (SILVA, 2004, p.168).

A presença humana não se limitava, apenas, às pequenas vilas e cidades, em grande parte estabelecidas ao redor das missões religiosas e dos fortes, vivendo do extrativismo, cercadas por uma vasta e quase impenetrável hiléia de um território fascinante, exótico, selvagem e inexplorado, porém ainda pouco cartografado. Essas sociedades foram derrotadas pelos conquistadores e seus remanescentes foram obrigados a buscar resistência, o isolamento ou a subserviência. O que havia sido construído em pouco menos de dez mil anos foi aniquilado em menos de cem anos e negado até hoje, em mais de meio milênio de violência e morte (SOUZA, 1994; MIRANDA, 2008).

Na mesma linha de reflexão, Oliveira (1983) comenta que, na época da chegada de Francisco Caldeira Castelo Branco (1615), a população indígena da Amazônia era estimada em 1 a 2 milhões de pessoas. Neste período (1615-1637), ao longo dos rios navegáveis, combates armados sanguinários foram traçados

contra indígenas levando muitos desses grupos à extinção total, assim como reduzindo em muito o contingente populacional.

Silva (2004, p.39) diz que “a colonização da Amazônia também é objeto de interpretação” e que existem diversos pontos de vistas com concepções antagônicas em sua compreensão e que, portanto, as tendências históricas podem confirmar ou desmentir o que se afirmam sobre ela.

A pobreza da dieta, o despovoamento, a qualificação das culturas indígenas num nível de inferioridade são produtos da posse e da colonização branca, tal qual a belicosidade atribuída aos povos amazônicos. A ocupação milenar da região Norte por esses povos havia resultado em formas de existência material e cultural próprias, não classificáveis na civilização européia. Na falta de equivalência, o branco classificou a Amazônia segundo os padrões de barbárie dos seus ancestrais; os interesses coloniais criaram e desenvolveram a questão indígena e, conseqüentemente, a luta entra a Amazônia Lusitana e a Amazônia Indígena, impondo-se a primeira como negação da segunda (SILVA, 2004, p. 171).

Aos espanhóis, foram registrados os maiores feitos das expedições de descoberta das novas terras e o direito de posse da maior parte do território amazônico e o “ônus dos primeiros conflitos e ações de violência que caracterizam o contato da civilização européia com a Amazônia indígena” (SILVA, 2004, p.27). A autora observa ainda que as primeiras expedições espanholas à Amazônia foram as de Pinzón (1499 a 1500), Diego de Lepe (1500), de Diego Ordaz (1531), Francisco Orellana (1540-1542), que percorre pela primeira vez todo o rio Amazonas, seguida de Pedro de Ursua e Lopo de Aguirre (1560-1561).

Quanto às expedições portuguesas na Amazônia, a primeira delas iniciou em 1615, e foi comandada por Francisco Caldeira Castelo Branco, que desencadeou na construção do Forte do Presépio, futura Belém, em 1637. A outra grande expedição, que, aliás, obteve mais êxito que sua antecessora, foi comandada pelo general Pedro Teixeira e concluída em 1639, e fazia o percurso Belém-Quito-Belém. O propósito destas expedições era ocupar a região por meio da presença em pontos estratégicos, promovendo fortificações, povoamentos, aldeamentos, universalizando a língua portuguesa, demarcando território, reconhecendo as calhas dos rios e suas potencialidades econômicas, garantindo a presença a qualquer custo, de povoadores e evangelizadores portugueses em terras espanholas⁷. Para isso era

⁷ Participaram desta viagem os padres cronistas Cristoval Acuña e Alonso de Rojas, cabendo ao primeiro a autoria da viagem.

necessária uma política bem-traçada para a ocupação do território (BENCHIMOL, 2009; PEREIRA, 2006; FREIRE, 1987).

Com base nos resultados das expedições, os portugueses intensificaram seu projeto de conquista, restando à Espanha reclamar tardiamente o que lhe pertencia no Tratado de Tordesilhas, uma vez que já era forte a presença lusitana na região, em razão da política sexista de ocupação para garantir o território. Com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750, a região amazônica passa a pertencer à coroa portuguesa (PEREIRA, 2006).

Silva (2004) e Freire (1987) afirmam que Feliz Lusitânia (parte oriental portuguesa) e Nova Andaluzia (parte ocidental espanhola) foram as primeiras denominações dadas à *posse* da Amazônia.

Sobre *posse* e *conquista* Silva comenta:

Apossar-se sem conhecer não faz conquista. Esta implica em apropriação. Política colonial, mercantilismo, absolutismo monárquico, articulados e/ou combinados, realizam a posse e conduzem o processo de conquista e colonização da Amazônia: transformam seu espaço, suas populações, seus recursos, suas culturas em patrimônio europeu (SILVA, 2004, p.22)

Segundo Porro (1992) e Valverde (1998), pela hegemonia da região amazônica nos séculos XVI e XVII, apesar de maior parte da Amazônia pertencer, pelo tratado de Tordesilhas (1494), à Espanha, esta não apresentava muito interesse pela região, o que fez com que a coroa portuguesa, aproveitando as circunstâncias que a União Ibérica lhe propiciava, buscasse com grande habilidade e persistência histórica, garantir a incorporação da região ao território nacional, com estratégias geopolíticas e transculturais, expulsando estrangeiros, negociando tratados e promovendo expedições.

A grande luta interna foi a consolidação penosa da conquista da Amazônia frente à resistência das populações indígenas que se opunham à escravidão, aos descimentos e às tropas de resgate, mediante as quais se procurava incorporar a mão de obra nativa aos trabalhos de colonização e assentamento dos núcleos de povoamento (BENCHIMOL, 2009).

Torres (2003), a partir de minuciosa investigação em fontes históricas, afirma que os primeiros vestígios de violência sexual feminina na Amazônia podem ser encontrados nos estudos sobre as primeiras expedições espanholas adentradas na selva tropical. Trata-se da expedição de 1538, comandada por Pedro de Anzures,

que liderando 300 espanhóis, 4.000 índios, em busca do *El Dorado* perdido, desce o rio Amazonas, trazendo consigo as mais bonitas índias de Cusco para lhes servir durante a expedição.

Torres (2003) observa que para garantir a expansão física da coroa portuguesa e o poderio sobre o uso do território, o meio mais rápido e fácil era o da miscigenação portuguesa e indígena. Por isso, as índias eram sujeitadas e violentadas sexualmente e moralmente na participação de uma política de reprodução física, para o povoamento da Amazônia em um curto espaço de tempo.

É o período de colonização regional, marcado por um complexo processo de transculturação e violência de toda ordem, desencadeando com isso inúmeros conflitos na região, que se intensificam a partir da implantação do Regimento das Missões e do Diretório Pombalino, no processo de criação e sustentação da sociedade colonial regional. A propósito disso, Silva (2004, p. 173) comenta:

O não reconhecimento da alteridade dos povos indígenas era, no plano político da colonização, a necessidade de submetê-los física, social e culturalmente como índios vencidos. As razões da expropriação de suas terras e de utilizá-los como escravos impôs ao colonizador as necessidades de generalizá-los como unidade étnico-cultural inferior, e de subalternizá-los às condições de domínio colonial, porém, tinha base na transformação dos índios vencidos em aliados, e, posteriormente, em súditos inferiores (SILVA, 2004, p.173).

No Período Pombalino (1751 a 1823), a Amazônia possuía *status* de uma unidade política da metrópole portuguesa. Vinculada diretamente a ela, sob a gestão de Marquês de Pombal, procurava-se combinar experiências agrícolas com política econômica internacional. O instrumento mercantil, por excelência de controle da Metrópole era a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, que alegava busca de independência portuguesa diante da Inglaterra e das relações com a Igreja⁸, justificando seu caráter “civilizatório”, “fertilizante”, “abolicionista” e “progressista” (SILVA, 1999).

Sobre o Período Pombalino, Torres (2003) comenta que havia um verdadeiro sistema de comércio sexual na Amazônia. A participação neste comércio tornou-se uma condição compulsória das famílias indígenas destribalizadas ou que viviam nas

⁸ Entre os prós e contras há sempre uma referência à Igreja como agência cultural predominante do processo de colonização. [...] Pode-se dizer que a Amazônia também foi um espaço de luta entre a Igreja e o Estado e que também testemunhou as adaptações e arranjos dessas forças que, em muitos momentos, estremecidas, raramente se opuseram (SILVA, 2004, pp. 115-116).

cercanias das missões. Para garantir sua sobrevivência naquela sociedade, os pais ofereciam suas filhas em troca de gêneros alimentícios, bebidas alcoólicas ou qualquer outra quinquilharia. Isso se dava ainda quanto ao aspecto material de inserção do índio no processo produtivo e no âmbito de algum reconhecimento político, que lhes permitisse estreitar laços e estabelecer relações com o poder hegemônico. A respeito disso a autora comenta:

Ancorada no comércio sexual como forma imperativa de fazer as índias participarem efetivamente da política de reprodução física da Amazônia, essa estratégia sexista se mostraria injusta para com as índias. O comércio consistia numa política de favores promovida pelo poder local. Em troca de favores sexuais e da geração de filhos, as índias teriam reconhecimento e legitimidade na sociedade colonial. Caso contrário, elas eram excluídas da sociedade, o que tornava difícil manter a própria sobrevivência física e política (TORRES, 2003, p.20).

Fora as referências anteriormente citadas sobre a ocupação do território na Amazônia, existem ainda outras concepções moralistas e de propaganda que remontam o início da colonização desta. Sabe-se que o deslocamento de inúmeros portugueses para a Amazônia é resultado da propaganda do exotismo feminino, de que a conquista era coisa de homens machos, da suposta inclinação das índias para os prazeres sexuais – somada aos incentivos e prêmios oferecidos pela Coroa aos patrícios que contraíssem laços matrimoniais ou concubinato com a mulher nativa (BENCHIMOL, 2009; SILVA, 2004). A imagem atribuída às índias encontradas em muitos relatos de viajantes, aventureiros, cronistas e naturalistas era de um exotismo erótico, promíscuo, submisso e fácil.

A propósito disso, Silva (2004, p.147) afirma que:

A mulher índia torna-se um recurso importante para os objetivos da política portuguesa; através dela, o cadinho de raças é possibilitado; dela também depende a qualidade do resultado reproduzido e a estabilidade da “família” colonial (SILVA, 2004, p.147).

Na mesma linha de reflexão, Batista (2007) afirma que a população da cidade de Manaus é resultante do casamento do sargento Guilherme Valente com a filha do morubixaba da tribo Manaó.

As populações indígenas deixaram de representar mão de obra escrava, para ser mão de obra básica e importante aliada do poder político, tendo em vista a neutralização da ação jesuítica em relação aos índios, e a construção de mecanismos institucionais para fazer da Amazônia uma unidade política,

economicamente eficiente e, ao mesmo tempo, estratégica para a Coroa. Procura-se intensificar o uso da mão de obra ser negra e escrava, com total monopólio e independência comercial da Companhia do Grão-Pará e Maranhão sobre o tráfico de escravos por um período de 20 anos de concessão. Trata-se de uma ação eficazmente nociva, com caráter de desorganização social, política e econômica dos povos indígenas da Amazônia, por meio de empreitadas sanguinárias e de dizimação em massa dos índios ou da tentativa de “incorporação” destes à nova sociedade (PEREIRA, 2006).

Os saldos obtidos por esses povos na construção da Amazônia lusitana foram a depopulação, a subalternidade e a expropriação a que foram reduzidos, passos decisivos para melhor controlá-los, dominá-los e mobilizá-los como mão-de-obra e súditos inferiores (SILVA, 2004, p. 144).

O que temos percebido até agora, é a forma como as relações de poder articulavam os processos sociais para a conquista da região amazônica sob o fundamento geral da desigualdade e da violência, assim como o comércio sexual dentro de uma política sexista de ocupação do território foi elemento significativo neste sistema de relações.

Os povos indígenas procuraram resistir⁹ como puderam, mas “expropriados de suas terras, desprovidos de suas culturas e de autodeterminação” (Silva, 2004, p. 144) passam, cada vez mais a serem sujeitados às medidas civilizatórias mais violentas.

Como bem notamos sobre a mulher amazônida sobressai toda uma carga de exigência impar para a garantia do poderio português na região. Esse fato perpassou os séculos e continua se fazendo presente nas beiras dos rios amazônicos em outras formas de violência simbólica. Por exemplo, atualmente uma situação interessante acerca da condição de mulheres indígenas e caboclas da Amazônia é o fato de muitas afirmarem desconhecer a paternidade de seus filhos. Há muitas adolescentes e jovens mães de crianças sem pai. Entre elas, várias

⁹ Um dos episódios de resistência foi a do tuxaua dos Manaós Ajuricaba, chefe das tribos federadas do rio Negro, contra os portugueses. Em 1717 foi aprisionado com 1.600 rebeldes desarmados, por uma tropa superior a 800 homens. Apesar de aprisionado a uma barçaça, Ajuricaba conseguiu se libertar e arremessar-se à água, preferindo assim ser tragado por ela que pela mão dos portugueses (BATISTA, 2007; MAIA, 1952). Outro episódio foi a Cabanagem (1835-1839), maior rebelião que se tem notícia na Amazônia, reação nativista de índios e caboclos, contra as imposições da colonização portuguesa e a nova ordem decorrente da Independência do Brasil (REIS, 1965).

afirmam que as crianças são *filhos de boto*. Talvez a realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes possa ter ganhado como “justificativa” o mito do boto,¹⁰ tão secular e tão comum ainda hoje nas beiradas dos rios amazônicos, mas que podem ser herança das primeiras expedições estrangeiras que chegaram à Amazônia.¹¹

Sampaio (1985) relata ser comum os regatões fazerem acordos com os tuxauas das tribos indígenas para obter índios. Em troca de produtos manufaturados, entregavam mulheres e crianças para serem levados.

Costa (2005), Martins (1997) e Fernandes (1975) observam que os raptos de indígenas eram comuns no período do Brasil Colônia e Império. Considerando os raptos por violência na Amazônia, Costa observa três tipos de raptos: os que foram praticados entre membros de tribos diferentes, os praticados pelos índios em relação aos brancos e os praticados pelos brancos em relação aos índios ou aos mestiços pobres.

Martins (1997) afirma que estes raptos foram mais comuns nos anos oitocentos, estendendo-se para os anos noventa até a atualidade. Já Fernandes, ao estudar os Tupinambás, identificou o caráter religioso dessa prática entre eles e a função que desempenhava na própria construção de pessoa e de identidade da tribo. Costa (2005) comenta que o maior número de casos relatados nas obras dos viajantes, jornais e literatura da época, refere-se a raptos, venda e doação, preferencialmente de mulheres e crianças.

Mas por que as mulheres e as crianças? A autora responde dizendo que “o ato de raptar ou de vender implica em reconhecer um valor ou utilidade atribuída ao objeto envolvido: no caso, a pessoa humana” (COSTA, 2005, p. 317).

No que diz respeito à presença e violência contra a população negra na Amazônia, Samuel Benchimol (2009) afirma que, apesar da ocupação da Amazônia pelos conquistadores tê-la tornado *Lusíndia* ou *Iberíndia*, e que na época da borracha ela tenha se tornado mais *cearense* e nordestina, análises mais recentes de historiadores como Meirelles (1980), antropólogos como Vicente Salles (1988), etnólogos entre eles, Manuel Nunes Pereira (1980), permitem, hoje, rever e

¹⁰ O mito do boto conta que em noites de lua cheia um homem vestido de branco e usando também chapéu branco, aparece na *beira do rio* e seduz as meninas mantendo relações sexuais com ela e engravidando-as.

¹¹ Alguns historiadores afirmam que o mito do boto é de origem antiga europeia e que foi mais uma imposição dos colonizadores sobre as populações amazônicas (TORRES, 2003).

recuperar a memória e a importância da população negra nos tempos coloniais e nas épocas posteriores.

Embora a presença negra na Amazônia Ocidental tenha sido em escala inferior ao restante de outras regiões do Brasil, esta não foi menos marcada pela violência. As pessoas de cor negra não eram consideradas como pessoas, mas como *peças* (SALLES, 1988). O autor comenta que, no período de 1755-1816, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão trouxe para a Amazônia 34.934 *peças* de escravos, que vinham da Guiné, Angola, Costa da Mina, Congo e outras nações africanas, a bordo dos *tumbeiros*, que aportavam em Belém e São Luís. Quanto à presença negra no Amazonas, o rio Negro tinha apenas 710 escravos negros, o que vem confirmar a tendência de concentração do contingente da população negra e mulata no Baixo Amazonas, Belém e Maranhão¹².

Benchimol (2009) comenta que os contingentes negros existentes em Belém e Manaus exerciam funções quase servis, entre os quais domésticas, cozinheiras, lavadeiras, trabalhadores braçais, estivadores, carregadores do porto e outros trabalhos *sujos, pesados e perigosos*, pois o preconceito e a discriminação social dificultavam a ascensão social.

Em tópico anterior falamos das mulheres indígenas violentadas sexualmente, mas podemos nos perguntar sobre a situação da mulher negra na região amazônica. Pode-se afirmar que a condição das mulheres negras não era diferente das mulheres indígenas, ambas constantemente violentadas em inúmeras formas de preconceito e discriminação. Sobre esta condição, Benchimol (2009, pp.119-120) escreve:

Esta, quando acontecia, se realizava pelo casamento ou mancebia, como amantes teúdas e manteúdas com algum português ou comerciante, cujos filhos passavam a ter acesso a posições mais compatíveis com o status do seu pai. [...] A ascensão social, portanto, se realizava, porém, mediante preconceito, pois prevalecia o ditado colonial que dizia: mulher branca é prá casar, negra prá trabalhar e mulata é prá foder (BENCHIMOL, 2009, pp.119-120).

¹² Uma pesquisa feita por Oyama Ituassú da Silva, comenta que no Amazonas, embora em menor escala, houve inúmeros contratos de compra e venda e alforria de escravos nas cidades de Manaus, Humaitá, Borba e Novo Airão. Cf. SILVA, Oyama Ituassú da. *A escravidão no Amazonas*. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1982.

Após a independência do Brasil, no Amazonas, a então Província do Rio Negro, continuou vinculada ao Pará. A companhia do Grão-Pará e do Maranhão foi, sem dúvida, o primeiro modelo econômico a fazer funcionar o extrativismo das riquezas amazônicas, a abertura de uma nova fronteira de exploração do novo continente e a influenciar a construção da identidade cabocla¹³ do homem amazônico.

História de dominação permeada pela negação do outro, com forte carga de violência, destruição, preconceito racial e a discriminação marcaram a história do Brasil; realidade não diferente da Amazônia.

Destruindo e negando, tenta-se construir outra formação histórica e social para substituir aquela que foi negada. Deste modo, são os vários mecanismos sociais que vão concorrendo, ao longo do tempo, para a formação de idéias no interior das sociedades. Novos atores, novas relações, novas vítimas. Tão novos assim? Não tão diferentes, pois como vimos até agora, as mulheres estavam sempre entre as mais vulneráveis no processo de ocupação da Amazônia.

1.3.2 O período da borracha e a violência contra os seringueiros

Valverde (1998, p.I.1.2) afirma que a história econômica de países e regiões do Terceiro Mundo é apresentada por muitos estudiosos e professores em “ciclos”, termo este que carrega todo um significado simbólico de abuso de poder:

No Brasil, por exemplo, fala-se em “ciclo” do açúcar, do ouro, do café,... Nos países ricos, a história econômica fala em crises globais... É que a história “cíclica” dos países pobres decorre de decisões tomadas por grandes grupos econômico-financeiros dos países ricos, de acordo com seu interesse, no espaço e no tempo (VALVERDE, 1998, p.I.1.2).

¹³ Sobre o termo *caboclo*, segundo Lima Ayres (1992), ele é uma categoria de referência para a posição inferior na estrutura social do meio rural. A nomenclatura *caboclo* foi criada para servir como categoria de classificação social não só de descrição mas como criação da própria estrutura social, de definição de identidade e atributos sociais de inferioridade e imobilidade. Bourdier (1999, p. 149) comenta que “é possível fazer coisas com palavras”, compreendendo que uma forma de expressar dominação de uma classe sobre a outra é o exercício do poder de dar nomes, pois passa a influir no curso da formação e das relações sociais dos sujeitos e dos grupos.

Na Amazônia Ocidental brasileira não foi diferente. Passado o “ciclo” das drogas do sertão, outro período histórico de grande importância para a Amazônia e para o Brasil é conhecido como “ciclo” da borracha (1852-1913).

Oliveira (1983) comenta que embora o uso da borracha na Amazônia tenha sido observado, inicialmente, entre os índios Omáguas, ela já era conhecida por outros grupos que viviam na América, antes da chegada de Colombo. Anos mais tarde, em missão científica comissionada pela Academia de Paris, em 1736, Charles Marie de La Condamine, já havia encontrado a borracha sendo utilizada pelos índios na província de Quito. Em 1743, Condamine, desce o rio Amazonas e percebe um movimento em torno da borracha, tanto mercantil quanto nos seus diversos tipos de uso. Valverde (1998, p.1.1.2) afirma que quando Condamine desce o rio Solimões, vê “os índios Cambebas brincando de esguichar água, uns sobre os outros, com seringas de um látex coagulado”.

Em 1839, o americano Charles Goodyear desenvolve o processo de vulcanização da borracha, aumentando o interesse do mercado nos Estados Unidos e na Europa. A partir daí, a produção na Amazônia começa a aumentar e com ela o volume de exportação. De 1844 a 1845, encontra-se um registro do volume tímido de exportação da borracha da Amazônia, de 367 toneladas (OLIVEIRA, 1983).

Entre 1877 e 1880, registrou-se no Nordeste do Brasil uma grande seca que acarretou uma grave crise econômica, trazendo para a Amazônia, em proporções gigantescas, milhares de nordestinos provenientes do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte. Estima-se que, entre 1870 e 1920, perto de 300 a 400 mil nordestinos imigraram para a Amazônia. A população da região deu saltos impressionantes: em 1820 era de 137.000 habitantes; em 1870 passou para 323.000 habitantes; em 1900, para 695.000 habitantes; e em 1910, para 1.217.000 habitantes. “Financiados” pelo Governo, uma nova onda de extermínio “natural” perpassa pelas populações indígenas, pois essa leva de migrantes introduziu entre os índios, vícios, novas doenças e ocupações de suas terras (PEREIRA, 2006; SANTOS, 2003).

Muitos estrangeiros, atraídos pelo sonho fácil de riqueza em torno da borracha também vieram para a Amazônia. Samuel Benchimol (2009) comenta que, além dos portugueses e espanhóis (em menor número) que por aqui já haviam atracado, em 1872 chegaram sírios e libaneses que passaram a se ocupar do comércio, seja como mascate, varejista ou regatão. Em seguida vieram os

americanos, que se instalaram nas margens do rio Tapajós. Judeus do norte da África também chegaram à Amazônia influenciando nas finanças e no comércio. Negros de Barbados¹⁴ se envolveram em outras frentes de trabalho em meio à floresta e, posteriormente, na cidade. Mas, segundo Souza (1994), foram os ingleses que dominaram o comércio da borracha. No centro de Manaus, eles instalaram uma agência do *London Bank for South América*, fazendo a libra esterlina circular pelos negócios da capital amazonense. Os transatlânticos da *Booth Line* faziam linha regular entre Manaus e Liverpool.

Retornando ao discurso do seringal, este passou a ser o núcleo da estrutura econômica da Amazônia, tendo a maioria da população voltada para a produção da borracha, declinando assim, o comércio de produtos extrativistas. Montou-se, então, o sistema de aviamento, onde no topo da cadeia de exploração estavam as grandes casas aviadoras e exportadoras, com sede na capital (principalmente em Manaus e Belém), ou de regatão (barcos que transportavam mercadorias ao longo dos rios). Essas casas forneciam as mercadorias (roupas, alimentos, calçados, etc.) a um comerciante do vilarejo em cumplicidade com o seringalista. Este fornecia a mercadoria, posteriormente, ao seringueiro, que a pagava com a borracha. Como observa Weinstein (1993, p.30): “A Amazônia é a terra do crédito. Não há capital. O seringueiro deve ao patrão, o patrão deve à casa aviadora, a casa aviadora deve ao estrangeiro, e assim por diante”.

A borracha amazônica invadia os quatro continentes habitados, gerando fortunas incalculáveis e promovendo o desenvolvimento de países entre eles, os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Alemanha, onde se encontrava a grande produção de artefatos de borracha. Durante o *período áureo da borracha* (1852 a 1913), a Amazônia passava a ser o centro das atenções econômicas mundiais, pois era a mais importante região produtora do látex para o mundo industrial daquela época. O próprio Brasil valeu-se do manancial das divisas amazônicas para consolidar o desenvolvimento das regiões do Centro-Oeste e Sul, iniciado com as lavouras cafeeiras.

Márcio Souza (1994) observa que no período de 1898-1910, em que a borracha respondeu por 27% das exportações brasileiras, chegavam, por semana,

¹⁴ No final do século XIX, exatamente em 1910, um contingente negro de 2.211 barbadianos do Caribe, chegaram à Amazônia para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Após a conclusão dessa ferrovia, grande parte deles se deslocaram para Manaus e Belém.

centenas (às vezes, milhares) de indivíduos retirantes e esfarrapados, sem ao menos desembarcarem no porto de Manaus, indo direto para os seringais.

Manaus, a *Paris dos Trópicos*, saboreava soberba e soberana o fausto e o fastígio da *Belle Époque cabocla*, tendo o Teatro Amazonas (1896) como característica maior do seu esplendor. Companhias líricas vinham da Europa para se apresentar aos barões da borracha. Os filhos das famílias abastadas iam estudar na Europa, enquanto seus pais, que por aqui faziam tanta fortuna, chegavam até a queimar notas de quinhentos mil-réis para acender charutos importados nos cabarés da cidade (SOUZA, 1994; DIAS, 1988).

No que diz respeito à violência contra a mulher, nota-se que com o extrativismo da borracha, em que a procura era maior que a oferta, a mulher foi transformada em bem de luxo, objeto de alto valor, um item precioso na lista de mercadorias. Márcio Souza (1994) afirma que a sociedade do látex se tornaria uma *sociedade falocrata*, que daria à mulher uma utilização tão aberrante quanto à forma de explorar a força de trabalho do seringueiro.

Adornaram sua terra exótica com a venerável cultura européia, mas não a admitiram como pessoa. Mulheres e Victor Hugo estavam no mesmo carregamento, como o parnasianismo parecia constar da mesma lista de panacéias contra a gonorréia (SOUZA, 1994, p.139).

Embora toda a ostentação de riqueza presente, sobretudo em Manaus e Belém, outra realidade de desigualdade social se escondia cruelmente nos altos rios, em meio à selva: a violência sofrida pelos coletores de leite da *haevea brasiliensis*.

Os seringueiros eram obrigados a duras horas de trabalho, sobrevivendo a condições subumanas, acordando ainda de madrugada e se recolhendo aos seus tapiris quando o sol se escondia, após recolher o látex acumulado nas tigelas, tê-lo defumado e conformado em pesadas pelotas pretas para a comercialização. Sobre esse assunto, Deusamir Pereira (2006, pp.83-84) comenta que:

O seringueiro era, tipicamente, o nordestino fugitivo da seca. Morava em uma barraca de palha, trabalhava em média 16 horas por dia, alimentava-se de conservas, jabás, farinha, arroz e vivia completamente sem proteção ou assistência. Cedo saía pelas trilhas “riscando” as seringueiras e deixando as tigelas para aparar o látex. Após almoço e breve sesta retornava para coletar as tigelas de látex e, em seguida, fazer a coagulação do látex. Isolado, saudosos, sem perspectiva de melhorias, com dívidas que nunca conseguia pagar, cortando gastos com mantimentos,

acabava se tornando alvo fácil de doenças que o matavam, se as cobras e outros animais não fizessem antes (PEREIRA, 2006, pp. 83-84).

Márcio Souza (1994) explica que o seringal era um espaço carente de mulheres e o sexo com elas era um grande privilégio. Geralmente homens na faixa etária entre 20 e 30 anos, à contrapartida feminina se prostituíam nos seringais, tornando a homossexualidade parte do cotidiano dos mesmos. Quando os homens que se prostituíam não eram suficientes para a demanda de sexo a pagamento nos seringais, mulheres velhas, doentes, em números tão pequenos, que não chegavam para todos os homens, eram negociadas a altos preços. Enquanto em Manaus, os coronéis podiam contar com as *cocottes* francesas e polacas dos cabarés de luxo, o seringueiro era obrigado a optar pela sexualidade de homens confinados à prostituição nos seringais.

O auge desse desenvolvimento ostensivo, também chamado de *boom da borracha*, foi alcançado em 1913, quando o Brasil exportava 97% da produção mundial da borracha. A decadência, porém, começa quando, em 1876, o botânico inglês Sir Henry Wickman leva 70.000 sementes de seringueira para a Inglaterra para tratamento em estufas. Destas, em torno de 7.000 mudas são levadas para o plantio no Ceilão, Malásia, Indochina e outras colônias inglesas e holandesas na Ásia, onde a seringueira teve um melhor desenvolvimento, menor custo e maior produtividade em relação à Amazônia.

Por estar ainda mais próxima aos centros europeus, a borracha asiática provocou uma queda rápida dos preços, quebrando o monopólio do Brasil e derrocando a economia amazônica. Quando o preço então passou a registrar assustadoras e abruptas quedas, o capital estrangeiro ligado ao comércio do produto começou a abandonar a Amazônia e se mudar para o Oriente. O período áureo da borracha chegava ao seu fim e, com ele, a decadência econômica da região, incapaz de se articular por meio de movimentos que pudessem reativar o sistema.

Manaus e Belém sentiram fortemente os efeitos da crise. Milhares de seringueiros e interioranos foram abandonados à dura sorte, em meio aos seringais e barrancas dos rios. Famintos, milhares deles morreram de malária ou vieram se aventurar em Manaus. Com o declínio da economia da borracha, a região ficou isolada e sem grandes conexões com o capitalismo internacional. Atividades

extrativas de subsistência retomaram seu lugar, passando a ser a nova base da sobrevivência regional, entre 1920 e 1940 (PEREIRA, 2006).

Com a Segunda Guerra Mundial, o Japão impede o acesso do Ocidente aos produtores de borracha na Ásia. Diante de tal fato, os Estados Unidos e o Brasil assinam os chamados Acordos de Washington, visando o aumento rápido da produção da borracha na Amazônia. Novamente a região Nordeste do Brasil foi acionada e, entre 1942 e 1945, perto de 100 mil nordestinos chegaram à Amazônia. Foram assim chamados de “soldados da borracha”.¹⁵

A guerra chegou ao seu fim e com ela o desinteresse pela borracha da Amazônia. A região se encontra pior do que antes, na decadência do ciclo passado, uma vez que a economia de subsistência, que tentava se firmar se redirecionou para a produção de látex. Existiam ainda milhares de nordestinos abandonados e sem trabalho, sem nenhuma intimidade com a região para a produção agrícola de subsistência. Assim, a miséria voltava a se alastrar por toda a região, a exemplo do ciclo precedente. Os produtores seringalistas, que ainda quiseram se arriscar na produção do látex investiram em novos sistemas de produção de seringueiras, como cultura moderna e intensificada, na região Sudeste do Brasil. A partir daí, São Paulo e Minas Gerais passaram a garantir o essencial da produção comercial da borracha para o consumo interno do Brasil, no final do século XX (PEREIRA, 2006, VALVERDE, 1998).

A Amazônia transitava entre a solidão dos abandonados e as raras manifestações da caridade nacional. Márcio Souza (1994) recorda que, após o “Discurso do Rio Amazonas”, feito pelo presidente Getúlio Vargas, em 1940, para o *alavancar* da economia gomífera no período da Segunda Guerra Mundial, cerca de 2 milhões de habitantes sofriam, atingidos pela tragédia em toda a Amazônia.

Em Manaus, a classe média, proletarizada, necessitada de crédito aberto do comércio e, com o alto índice de desemprego, atingia níveis de indigência. Os palacetes começavam a ruir abandonados e as ruas enchiam-se de buracos. Toda a infraestrutura de serviços urbanos começou a entrar em colapso e o êxodo das populações interioranas acelerava esse processo (SOUZA, 1994, p.155).

¹⁵ Em 1942, o presidente Getúlio Vargas recrutou uma tropa civil para coletar látex na Amazônia para os norte-americanos. Eram 55 mil nordestinos diretos e outros 40 mil que chegaram à região como aventureiros, 30 mil só do Ceará, fugindo da seca em busca de riqueza e honra na Batalha da Borracha. Não enfrentaram campos de guerra, mas lutaram contra males tropicais, a fome e o abandono. Cerca de 30 mil morreram, principalmente, de malária.

A cidade de Manaus é parte significativa desse sistema fértil e rico de inúmeros significados. Por isso é importante estudá-la no contexto de um sistema sócio-histórico amplo e aberto da realidade amazônica, estabelecendo um diálogo com a literatura científica disponível, confrontando as idéias e promovendo novas reflexões acerca da violência e suas diversas formas de manifestação, neste espaço regional amazônico.

1.4 Evolução Urbana de Manaus: processos históricos de exploração econômica, diferenciação espacial e exploração sexual da mulher

Milton Santos (2006) nos convida a compreender a configuração do espaço urbano da cidade em decorrência dos processos sócio-históricos pela qual esta passou, assim como da infraestrutura e dos equipamentos sociais nela construídos.

Roberto Lobato Corrêa (1987) recomenda que se considere a variedade e a intensidade dos processos ocorridos, bem como reconhecer a existência de períodos históricos aplicáveis à escala geográfica quando se pretende estabelecer a periodização de um lugar.

José Aldemir de Oliveira (2003, p.30) afirma que “ao longo do processo de desenvolvimento urbano, algumas formas desaparecem, outras se transformam e/ou são transformadas, passando a ter novos conteúdos, embora não percam algumas características pretéritas”. No caso da cidade de Manaus, as “formas pretéritas” que retomam seus períodos históricos (sobretudo dos séculos XVIII e XIX) adaptaram-se e criaram novas formas de relações nos períodos sucessivos.

Levando em consideração o estabelecimento de toda a dimensão da espacialidade de Manaus, a partir do encantamento da realidade física e natural, o geógrafo José Aldemir de Oliveira, nos adverte que Manaus é um território datado e situado, uma idéia, uma fábula, uma utopia (OLIVEIRA, 2003). É neste contexto de sua formação urbana que prendemos compreendê-la como afirma Carneiro Filho (1998, p.I.6.1):

Podemos tentativamente, a partir de uma cronosequência cartográfica, ilustrar a dinâmica espacial do sítio urbano de Manaus, acompanhada de alguns eventos socioeconômicos, que contemporâneos às etapas de crescimento da cidade, permitiriam compreender a dinâmica urbana como um reflexo da realidade regional (CARNEIRO FILHO, 1998, p.1.6.1).

Em cada período histórico, segundo Maurício de Almeida Abreu (2003, p.19), a produção interna da cidade está relacionada ao processo de evolução da formação socioespacial, “só assim sendo possível integrar padrão e processo, forma e função, espaço e tempo”.

Rojas e Peiter (1998) observam que na escala estadual as “rugosidades espaciais”¹⁶ mantém uma forte expressão nos espaços habitados, caracterizados pela horizontalidade débil e frágil dos municípios do interior, pela tentativa de horizontalidade crescente das áreas próximas à capital e, de forma expressiva, a vigorosa verticalidade da estrutura e funcionamento de Manaus, que por sua vez é dependente da realidade mundial.¹⁷

Nesse sentido, compreendemos que Manaus teve seu processo de ocupação e desenvolvimento rompido, prematuramente e violentamente, inserindo-se diretamente no contexto econômico e mercantilista internacional em que toda a Amazônia se encontrava, até bem antes de outras metrópoles brasileiras. Esta constatação encontra justificativa no grande interesse estrangeiro de exploração de suas riquezas naturais e da ocupação portuguesa de seu território, e, como se pode observar nos principais aspectos históricos dos seus principais “ciclos” econômicos que antecederam o atual modelo de desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, que a partir de sua instalação, vai promover sérias repercussões na escala estadual, com a concentração da população do Estado em Manaus.

¹⁶ Segundo os autores o conceito de “rugosidades espaciais”, extraído do vocábulo geomorfológico, foi desenvolvido por Milton Santos e significa o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço (cf. SANTOS, M. Por uma Geografia Nova, São Paulo: Hucitec, 1986, p.138).

¹⁷ Para o uso dos termos horizontalidade e verticalidade, os autores também utilizam a explicação de Milton Santos, a partir desta afirmação: “(...) As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma contiguidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.” In: SANTOS, Milton Santos; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994. p.16)

A partir dos estudos realizados por Benchimol (2009), Oliveira (2003), Carneiro Filho (1998), Valverde (1998), Dias (1988) e Braga (1975) vemos então, esta síntese histórica da distribuição espacial e dinâmica da população manauara.

A cidade de Manaus tem seus alicerces humanos com o aldeamento dos índios Barés, Banibas e Passes. Em menor proporção, também os índios Paiana, Eurequéna e os valentes Manaós participaram da formação da população manauara. Inicialmente, o povoado foi conhecido como Barra do Rio Negro.

Em 1669, os portugueses construíram à margem esquerda do rio Negro a Fortaleza de São José para impedir a aproximação dos espanhóis. No ano de 1758, converteu-se na sede da Capitania de São José do Rio Negro com pouco mais de 300 habitantes. Em 1833 o povoado passa a ser denominado por Vila Manaus, que significa “mãe dos deuses”, em homenagem à tribo dos manaós. Um pouco mais tarde, no ano 1848, recebeu o título de cidade, ainda que seu crescimento não o justificasse. Era conhecida como a Cidade da Barra do Rio Negro e o seu nome só foi alterado para Manaus em 1856. A economia básica desse período era o extrativismo.

A partir de 1890, a vida urbana sofre um impulso de largas proporções, impulsionada pelas necessidades da produção da borracha. A expansão ocupacional da cidade é orientada, no primeiro momento, pelo rio Negro, tendo presente a densidade da floresta entrecortada por inúmeros igarapés que, a partir daí, integram-se à paisagem urbana com o recurso da construção de pontes.

Com a construção do porto de Manaus, em 1902, no auge do “ciclo da borracha”, a cidade acelera seu processo de urbanização e modernização, tendo Paris como seu modelo, por isso foi chamada de *Paris dos Trópicos* e *Cidade Sorriso*. É dotada de água encanada, luz elétrica, ruas pavimentadas, transporte coletivo urbano, teatro de ópera, bancos e outras benesses aos moldes das *urbs* europeias.

É verdade que o dinheiro adquirido da exploração das drogas do sertão e da exportação do açúcar, do cacau, inclusive do café cultivados em terras amazônicas, sob o estímulo da política de Marquês de Pombal, já servira, no século XVIII, para o começo da urbanização de Manaus. Mas em matéria de rendimento para a Província do Rio Negro (Amazonas), foi o lucrativo látex, que tinha, a princípio, mão de obra indígena, forçada, gratuita e manipulada, que, ao somar-se a dos nordestinos, fugidos da grande seca de 1877, fez exceder os ganhos das transações

comerciais anteriores. Assim, milhões de libras esterlinas entravam nas grandes capitais, Belém e Manaus. E, no entanto, não beneficiaram nem a região e, sobretudo o grosso de suas populações. Criaram, isto sim, um *fausto* de prosperidade aparente, embora temporária, agravada pela desigual distribuição dos frutos da riqueza adquirida (DIAS, 1988) .

Antes mesmo da decadência do “ciclo” da borracha, o mundo da miséria da maioria da população manauara da época, já contrastava com os palacetes suntuosos da *art nouveau*, com os fraques e charutos dos barões da borracha e com o *parfum* das *cocottes* francesas nos cabarés de luxo do auge da *Belle Époque*. Às margens dos igarapés e nas periferias, onde terminavam as ruas pavimentadas e a luz elétrica, uma outra face da cidade se escondia envolta a inúmeros problemas sociais: a face da pobreza e exclusão, onde milhares de pessoas disputavam um espaço habitável nas favelas de palafitas. Realidade esta que vai se agravar mais tarde com o declínio da economia gomífera.

Em 1912 a crise da borracha amazônica alcançava o seu ápice, como observa Valverde (1998, p.I.1.4).

A economia do estado do Amazonas entrou em colapso, como aliás, de toda a região Norte e do Brasil. Os seringalistas endividados com as casas aviadoras, abandonaram os seringais. As mansões que eles possuíam em Manaus foram vendidas ou alugadas a repartições públicas; as famílias da classe dominante emigraram (muitas foram para o Rio de Janeiro). As casas aviadoras faliram, uma após a outra. Em Manaus, os teatros foram fechados, os serviços urbanos se desorganizaram. Tudo que restara de bom era do “tempo da borracha (VALVERDE, 1998, p.I.1.4).

Como descrito anteriormente, nem a tentativa de voltar a produzir borracha em larga escala pela crise mundial provocada com a Segunda Guerra Mundial, onde o Japão impedia o acesso do Ocidente aos produtores de borracha na Ásia, trouxe de volta a prosperidade do “ciclo” de ouro da borracha. A guerra terminou e com ela o fim do curtíssimo “ciclo” da borracha na Amazônia e seus milhares de nordestinos abandonados à sorte na calha dos rios. Milhares desses vieram para Manaus e se instalaram nas imediações do porto, onde construíram seus barracos (palafitas) e onde fizeram nascer a primeira favela fluvial de Manaus, que se chamou de “Cidade Flutuante”, com péssimas (ou nenhuma) condição de habitação (VALVERDE, 1998).

1.4.1 A exploração sexual da mulher no período da borracha

As imagens das prostitutas de luxo, francesas e polonesas, acompanhadas dos ricos barões da borracha, que acendiam seus charutos cubanos com notas de quinhentos mil-réis, retratam historicamente uma parte do que foi a exploração sexual da mulher em forma de prostituição nos luxuosos cabarés na Manaus da *Belle Époque* (SOUZA, 1994).

O famoso Hotel Cassina (1888) – de propriedade do italiano Andrea Cassina, localizado à rua Bernardo Ramos, Praça da República (hoje Paço Municipal, no centro antigo de Manaus) é exemplo do que foi a vida profana na *Paris dos Trópicos*: ambiente de luxo, bebidas finas e suas *prostituées blond et roux*, as famosas e insinuantes *cocotes* de pele alva e empoadas de fino pó de arroz, ostentando vestes que realçavam as curvas do corpo e jóias confeccionadas na Europa (DAOU, 1998, p. 96). Mais tarde, o Hotel Cassina troca de nome transformando-se no não pouco famoso Cabaré Chinelo (uma espécie de dancing, bordel e cassino), onde a luxúria com toques europeizados dava continuidade à alegria, à abastada e viril masculinidade da época.

O estilo das prostitutas francesas influenciou no perfil retratado das mulheres prostituídas da época, como nos comenta Braga (1975, p.136):

Eram mulheres de lábios polpudos e sensuais, olhos lânguidos e maçãs do lindo rosto empoado à francesa – assim como sorriam as cocotas que nos chegavam de Lodz¹⁸ – as famosas “polacas” das zonas do meretrício, e as “mademoiselles” dos cafés cantantes daqueles tempos (BRAGA, 1975, p.136).

Corrêa (1966) afirma que a vinda de mulheres da Europa contribuiu para aumentar a fama de Manaus como cidade do prazer e do sexo fácil. Corriam ainda boatos, pelo Brasil e Europa, que era preciso ter muito cuidado com as prostitutas francesas, pois elas arruinavam, em pouco tempo, os ricos seringalistas e proprietários de casas aviadoras.

Esta fama das mulheres *chiques e fogosas* contribuía ainda mais para o aumento da clientela como retrata a valiosa pesquisa histórica de Santos Júnior

¹⁸ Lodz é a segunda maior cidade da Polônia. É conhecida localmente como a Manchester polonesa, dominada por fábricas têxteis de tijolos vermelhos.

(2005), intitulada *Pobreza e prostituição na Belle Époque Manauara: 1890-1917*, estudo muito importante para compreendermos a realidade da mulher no período da borracha. Sobre esta realidade ele comenta:

Contribuindo para o magnetismo da prostituição, evidenciava-se a personificação da clientela; eram homens da “boa sociedade”, respeitáveis em seus negócios e de sucesso reconhecido, coronéis de barranco, seringalistas, políticos, oficiais de alta patente, administradores públicos, juízes, promotores, advogados, importadores, exportadores (SANTOS JÚNIOR, 2005, p.89).

O leitor deve estar se perguntando: como ficou a situação das *cocotes francesas* com o fim do período áureo da borracha? Para nos ajudar a responder essa pergunta e nos aprofundarmos mais ainda sobre o argumento da exploração sexual da mulher em Manaus, Santos Júnior (2005) afirma que, antes mesmo da decadência da borracha, apesar da fama dos cabarés de luxo da época, havia o outro lado da zona do “baixo meretrício” da Manaós, frequentado por outros tipos de clientes, não tão abastados assim. A zona das “marafonas”, “mariposas”, “patuscas”, “regateiras”, “decantadas”, “rameiras”, entre outros nomes depreciativos como eram chamadas. Ganhavam miseravelmente para a sobrevivência, vivendo nas palafitas alugadas dos bairros de Educandos, São Raimundo, Igarapé do Mestre Chico e nas cercanias dos cortiços e hotéis de última categoria do centro da cidade, à mercê da violência masculina. Desprotegidas, perambulavam pelas esquinas, botequins, praças e proximidades do *roadway* da Manaus Harbour e do mercado Adolfo Lisboa, em meio ao olhar atento da guarda municipal. Atendiam seus clientes nos cortiços e hotéis instalados em péssimas condições nas ruas Itamaracá, Frei José dos Inocentes, Epaminondas, Beco do Comércio, Escadaria dos Remédios, entre outras. (SANTOS JÚNIOR, 2005).

O autor comenta ainda que em Manaus, atraídas pelo sonho do “ouro branco”, aportaram por aqui mulheres vindas da Itália, França, Polônia, Portugal, Espanha, Romênia e Rússia. Outras vieram do norte da África – as chamadas “turcas” (apesar de serem africanas). Outras vieram da ilha caribenha de Barbados, Peru, Bolívia e Colômbia. Passado o período de *glamour* dos cabarés de luxo, várias terminaram seus dias na “zona do baixo meretrício” em Manaus.

Dos diversos lugarejos do interior do Amazonas muitas outras mulheres, ainda meninas, por aqui chegavam com promessas de trabalho “em casa de

família”. Eram negociadas no comércio de regatão em pagamento de dívida familiar ou eram arrancadas à força por algum viajante que encostava seu barco nas barrancas de rio. A “zona do baixo meretrício” era o destino de muitas.

Do nordeste do Brasil, sofridas pela seca, sempre atraídas pela fama do “ouro branco” e de fortuna fácil, muitas se aventuravam até Belém, passavam um período por lá e depois seguiam de barco até Manaus, por onde ficavam. Desiludidas pelo mau-trato, muitas voltavam para suas cidades de origem ou morriam em meio às situações de violência e doenças que as acometiam. Segundo relatos da época, muitas até se suicidavam. “Mulheres que tiveram seus nomes, nacionalidade e naturalidades registrados nas delegacias da cidade e – às vezes – repassados ao público via páginas policiais do Jornal do Comércio (SANTOS JÚNIOR, 2005, p.91).

Tendo a violência como parte de seu cotidiano, essas mulheres prostituídas tinham seus rostos marcados pelo sofrimento, humilhação, fome, solidão, abandono, vícios e perseguições. Sua triste condição de sobrevivência estava sujeitada ao desenrolar da economia gomífera da região.

Cristina Wollf (1999) narra um fato interessante ocorrido naquele período. Para “desafogar” o contingente de prostitutas das ruas do centro de Manaus – que sujavam o rosto da cidade, segundo depoimentos moralistas da época, por ordem do governador do Amazonas, dezenas delas, ludibriadas por falsas promessas, foram enviadas em um navio-motor para os seringais em meio à floresta. É certo que esse “envio” para “divertir” os seringueiros, tinha certa intenção produtiva e de acalmar os ímpetos dos homens que começavam a reclamar do desconforto de suas situações nos seringais.

Foi por isso, atendendo a tamanha irregularidade de vida, que certa ocasião, a polícia de Manaus, de ordem do governador do Estado, fez requisição nos hotéis e cabarés dali de umas cento e cinquenta *rameiras*. Com tão estranha carga, encheu-se um navio cuja missão foi a de soltar, de distribuir as mulheres em Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá (WOLLF, 1999, p.86).

A violência contra elas foi tão grande nessa época, que ao serem deportadas como mercadoria de venda, não seria demais compará-las à humilhante condição dos escravos africanos ao serem trazidos para o Brasil. Já vimos que a realidade sexual nos seringais era extremamente dura e masculina, portanto a presença de mulheres era raríssima.

Como vimos, a situação de violento descaso e miséria das mulheres prostitutas de Manaus vem se agravar ainda mais no declínio do comércio internacional da borracha da Amazônia. Quando a situação de Manaus se tornara “caótica” e os mercados internacionais passaram a comercializar a borracha asiática, a comercialização do “sexo fácil” sofre abrupta queda. Desse modo, a escassez de clientes, tanto nos cabarés de luxo, quanto na “zona do baixo meretrício”, a violência entre elas, na disputa de clientes e por diversos motivos, passaram a estampar mais frequentemente as páginas policiais do periódico da época. A maioria delas passou a esmolar alguns trocados de réis em troca de sexo na luta pela sobrevivência na decadência da *Belle Époque*, atestando assim um dos últimos graus da degradação da condição humana, tristes retratos de violência (SANTOS JÚNIOR, 2005).

1.4. 2 A Zona Franca de Manaus (ZFM): onde a dinâmica do capital e das relações de poder sobrepõem a dinâmica da vida

Rojas e Peiter (1998, p.1.4.1) afirmam que “as maiores transformações da organização espacial da região amazônica passaram a ocorrer a partir dos primeiros anos da década de 70”. Com forte repercussão em todo quadro regional amazônico, em 1970 instala-se em Manaus a Zona Franca de Manaus, inaugurando uma nova conjuntura econômica e social e, sobretudo, de grandes efeitos sobre a redistribuição da população.

Com o total declínio da economia gomífera, a partir de 1967, na lógica do discurso da integração nacional que tirava a Amazônia do isolamento e esquecimento por parte do Governo Federal, um decreto presidencial transformou Manaus em Zona Franca. Imediatamente, instalaram-se uma série de indústrias, que ganharam áreas totalmente urbanizadas e inúmeras vantagens e privilégios institucionais para operarem, em meio a desejos de lucros abundantes que reverteriam o quadro de pobreza e abandono que a região se encontrava.

Seráfico e Seráfico (2005) comentam que a criação e o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus esteve atrelado às circunstâncias político-econômicas locais, nacionais e mundiais, onde a Operação Amazônia e a Zona Franca podem ser vistas como momentos iniciais e decisivos de um processo que apontava no

sentido da transição de um projeto de capitalismo nacional para outro de capitalismo transnacional, em que a dinâmica econômica e os centros decisórios estão fora do país.

A ditadura militar justificou a criação da Zona Franca com a necessidade de se ocupar uma região despovoada. Para isso, era necessário dotar a região de condições, meios de vida e infra-estrutura que atraíssem para ela a força de trabalho e o capital (nacional e estrangeiro), vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais. Desta forma, se conseguiria instaurar na região as condições de rentabilidade econômica global (SERÁFICO e SERÁFICO, 2005; BENTES, 1983).

Trouxeram tudo de fora, da tecnologia ao capital majoritário, acima de tudo as decisões, uma vez que as indústrias da Zona Franca de Manaus (ZFM) são administradas de maneira direta, como extensão de grandes complexos multinacionais. Impõe-se mais um modelo econômico desenvolvimentista para a região, condicionado pelo sistema capitalista, representando mais uma ferramenta autoritária e escravizante de crescimento econômico, que ignora a melhoria das relações sociais e da qualidade de vida das pessoas que nela habitam.

A partir da implantação da ZFM, a cidade passa por um forte e conflituoso processo de urbanização, em meios a inúmeros problemas sociais consequentes, dentre os quais destacamos: o processo de despovoamento das áreas rurais do Estado e a redução de sua produção agrícola (com graves consequências para o abastecimento de Manaus); o processo de ocupação do espaço periférico de Manaus por meio de *ocupação de terra* em meio a conflitos e a depredação do meio ambiente (favelização da periferia e *déficit* habitacional); o aumento do número da violência e suas variantes; altas taxas de desemprego e trabalho informal, política e economia vinculadas aos interesses externos, re(produção) de valores culturais externos e contrários à cultura amazônica.

No que toca à divisão do trabalho, usufruindo da mão de obra barata dos amazonenses, as indústrias da ZFM operam as fases finais de montagem e acabamento do produto. Com sua instalação e com as promessas iniciais de 40.000 empregos, ocorreu uma explosão demográfica em Manaus e com ela, inúmeros problemas sociais.

Segundo Salazar (2006), de 1995 até 2010, o número de empregos no Pólo Industrial de Manaus (PIM) tem oscilado em torno de 50.000 diretos (e 100.000

indiretos, nos serviços espalhados pela cidade) e nos próximos anos, conforme a estimativa, deve continuar nesse mesmo patamar. O autor afirma ainda que em 1990, os salários, mais encargos e benefícios, haviam atingido sua mais alta participação em relação ao faturamento, cerca de 10%. Esse percentual foi caindo até 1994 quando chegou a cerca de 6,0%. Subiu novamente a partir de 1995, chegando a 7,3% em 1997 e 1998. Em 1999, começou a cair de novo. Houve um recuo histórico e se chegou ao ano de 2001 com a irrisória participação de 5,4% e com o salário em torno de U\$ 323 (trezentos e vinte e três dólares).

Quanto ao faturamento do PIM, janeiro de 2010 foi o mês em que ocorreu o faturamento recorde alcançando US\$ 2,311 bilhões – sua melhor marca nesse mês desde 1988, quando a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) começou a elaborar os indicadores industriais com estatísticas do pólo. O resultado foi 70,03% superior ao alcançado em janeiro de 2009, quando o PIM registrou um faturamento de US\$ 1,359 bilhão (SUFRAMA, 2010; SALAZAR, 2006). A estimativa é que o faturamento do PIM deva continuar aumentando, em contradição ao irrisório aumento salarial e à geração de novos postos de trabalho.

Trata-se de um modelo de desenvolvimento em que a dinâmica do capital e das relações de poder sobrepõe a dinâmica da vida, criando bolsões de miséria em Manaus, mudanças e flexibilizações nas relações de trabalho (e nas conquistas trabalhistas) e transformações insignificantes na área social. Se houve algum desenvolvimento, sem dúvida, este ocorreu de forma desigual.

O poder local defende a ZFM como a “salvadora da pátria” dos amazonenses, em detrimento de uma política mais ampla que dê sustentabilidade à sua população em caráter permanente. Esta é a grande bandeira do poder local para sua sustentação política: a ZFM hoje é um “mal necessário”. Ela continua dando incentivos fiscais, não para criar empresas locais e amazonenses, mas para atrair multinacionais, especialmente considerando a especificidade, na lógica da soberania, e riqueza, na lógica da economia internacional de interesses exógenos e de controle da ciência e da tecnologia.

Milton Santos (2008b) nos ajuda a perceber que até agora, como plano de desenvolvimento econômico e social da região, o que houve, na verdade, foi a confirmação da não tão nova estratégia hegemônica do capital externo que sustenta o atual modelo ZFM, parte da dinâmica dos espaços da globalização que supõe adaptação permanente às formas e normas da produção globalizada e controlada à

distância. O espaço geográfico deve sua constituição não mais a uma “solidariedade orgânica local”, mas a uma solidariedade organizacional teleguiada e facilmente reconsiderada.

Em um momento da história, o processo de racionalização da sociedade atinge o próprio território e este passa a ser um instrumento fundamental da racionalidade social. Isso possibilita entender como esses espaços hegemônicos se instalam no processo de globalização como os lugares da produção e das trocas de interesse mundial no nível mais alto; lugares em que um tempo mundial se exerce e onde se instalam as forças reguladoras da ação nos demais lugares (SANTOS, 2008b).

O mesmo autor reflete ainda sobre a constituição do espaço global, que seria formado de redes desiguais, interconexas, complexas, paradoxais e prolongadas em diferentes escalas, níveis e características. O espaço banal seria o espaço de todos os homens (e de todas as organizações, empresas e ações), ou seja, o espaço geográfico. Porém, só os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam os territórios, exigindo do espaço banal adaptação permanente das formas e das normas.

As formas geográficas, isto é, objetos técnicos requeridos para otimizar uma produção, só autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e aplicação de normas jurídicas, financeiras e outras, adaptadas às necessidades do mercado. Essas normas são criadas em diversos níveis geográficos e políticos, mas, dada a competitividade mundial, as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as outras. (SANTOS, 2008b, p. 51).

Daí porque o território de Manaus e seu entorno, com a ZFM, se transformaram num espaço internacional sujeito às leis do mercado, e os sistemas de engenharia, informação e de leis do próprio Brasil que podem ser bem mais utilizados por empresas multinacionais do que pela própria sociedade manauara. A isso se deve todo o incentivo fiscal e de outros interesses que servem hoje as empresas instaladas no PIM. Portanto, ao fim e ao cabo ainda somos ou estamos colônia. E o que é pior, nossas elites manauaras pensam como tal, isto é, ainda pensam como colonizadores, (re)produzindo relações excludentes, que convertem o espaço num dado da regulação e tensão simultânea, seja pela horizontalidade (o processo direto da produção e o domínio de um cotidiano territorialmente partilhado), seja pela verticalidade (os processos de circulação e de cooperação a serviço dos atores hegemônicos).

Ortega Valcárcel (2008) observa que o moderno conceito de desenvolvimento surge da evidência social da desigualdade que a partir dele se produz, se amplia e se consolida, seja entre áreas geográficas, quanto entre grupos sociais. Desenvolvimento este contraditório, que opera com diversas variáveis de exclusão e discriminação, ou seja, de desigualdades sociais que se encarnam espacialmente, distinguindo territórios, lugares, regiões, pelas formas de intensidade nas relações de poder e de opressão, entre outros aspectos.

O autor adverte que a forte ligação entre o desenvolvimento da acumulação capitalista e os processos de diferenciação social que já identificamos como desenvolvimento desigual, têm sido um componente central nas análises geográficas, em relação aos problemas presentes no cotidiano urbano das sociedades do século XXI (VALCÁRCEL, 2008).

Quanto à violência sexual contra a mulher, em forma de assédio no Pólo Industrial de Manaus, Torres (2003) comenta que, apesar de um equilíbrio em relação à distribuição da força de trabalho por sexo (56,5% masculina e 43,5% feminina), os salários femininos são 50% inferiores aos salários masculinos e as mulheres são alvo de preconceito, desqualificação, discriminação, assédio sexual e abuso de poder, impetrados por pessoas de cargos superiores a estas. A organização do trabalho exerce uma ação específica e associada a uma política sexista, dirigida à sexualidade ao corpo da mulher operária como alvo de agressão.

Colocar o dedo na ferida que emoldura a imagem da mulher índia no espelho do branco é fustigar a memória e olhar no retrovisor da história e ver que a colonização é o filão que tece a imagem da mulher amazonense nos tempos atuais. A imagem da mulher índia como um ser exótico e amante sexual disseminada pela política pombalina na sociedade colonial da Amazônia é agora ritualizada pelo capital nos liames da industrialização (TORRES, 2003, p.185).

Para a autora o assédio sexual no Pólo Industrial de Manaus constitui-se numa prática cotidiana, sob as vistas do poder patronal. O medo de ser despedida do emprego, ser preterida nas promoções e ser perseguida pela empresa, ainda se coloca como um obstáculo para que muitas delas não denunciem os abusos que enfrentam. A pesquisadora pergunta se isto poderia ser chamado de *prostituição branca*, uma vez que não envolve dividendos monetários direto, mas que dispõe do corpo da mulher para alimentar o sistema produtivo.

Sobre a participação de adolescentes (menores de idade) e jovens no Pólo Industrial de Manaus, Spindel (1987), Tecnosan (1988) e Moura *et alii* (1986) apontam que, do início da Zona Franca, até metade da década de 1980 houve presença significativa de adolescentes e jovens em postos de trabalho, sobretudo na linha de montagem onde a maioria era mulheres.

Em sua pesquisa, Spindel (1987) identificou que 49% das jovens trabalhadoras do PIM eram mães e 25% destas conviviam com um companheiro que não era pai biológico de seus filhos. Pelo que também podemos perceber no trabalho de Torres (2003), é possível que muitas dessas adolescentes e jovens tivessem sofrido assédio e abusos dentro da própria empresa onde trabalhavam.

O que vimos até agora é que o processo da ocupação urbana de Manaus é resultante da dinâmica das relações sociais de produção - continuamente produzidas e reproduzidas, em espaços historicamente estabelecidos, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo e em plena consonância com a formação do quadro regional amazônico. Neste primeiro capítulo percebemos como os estudos históricos desempenham um importante papel para a compreensão sobre a formação e organização socioespacial da Amazônia e da cidade de Manaus.

Assim, entendemos que o quadro de violência atual em que a cidade de Manaus se encontra, é resultante de todo o processo histórico violento que os povos da Amazônia vivenciaram desde a chegada das primeiras expedições, atravessou a sociedade colonial, o período pós-independência e se perpetuou com consequências nocivas na formação social e cultural dos habitantes desta cidade, até os dias atuais.

Sem dúvida alguma, a formação socioespacial da Amazônia e, assim da cidade de Manaus, foi marcada por modelos econômicos de exploração, que por sua vez se inserem em um contexto mais amplo, em um sistema de relações sociais dominantes e determinantes, fortemente marcada por uma política sexista colonial e de desenvolvimento desigual.

Seráfico e Seráfico (2005, p.108) observam:

É nesse quadro que se recoloca a “questão regional”, isto é, o problema de como as regiões brasileiras encontram ou vêm inviabilizadas suas potencialidades de participação – social, cultural, política e econômica – no processo de formação da nação; é nesse quadro, portanto, que cabe avaliar o passado, apontar os impasses do presente e descortinar alternativas de futuro, ampliando horizontes de emancipação de grupos e

classes sociais historicamente excluídos dos processos decisórios e da participação na apropriação das riquezas nacionais (SERÁFICO e SERÁFICO, 2005, p.108).

Em função dessa determinação e subordinação, fruto do desenvolvimento desigual, os modelos de produção, embora diferenciados, se apresentam mais ou menos articulados com características históricas, institucionais e tecnológicas, que são parte dos aspectos exteriorizados das relações sociais de herança histórica, mas ainda prevaletentes na atual sociedade manauara, com sérias repercussões para outras localidades urbanas do interior do Estado do Amazonas. Essa determinação é causa do desenvolvimento desigual e excludente que o sistema capitalista impôs e ainda impõe aos povos da floresta. Os sujeitos mais vulneráveis de toda essa situação, sem dúvida alguma, são as crianças e as mulheres.

O que vai acontecer com Manaus daqui para frente? Um novo capítulo da história se escreverá com novos atores e novas roupagens? Ou serão os mesmos atores com roupagens apenas diferentes? O contraste entre as empresas de tecnologia de ponta do PIM e o quadro social em que se encontra a maioria de sua população, denuncia que o modelo de ZFM como proposta de desenvolvimento beneficiou uns poucos e excluiu a participação de muitos.

Não fosse verdade, não víamos a população manauara sobrevivendo em grande parte de subemprego nos milhares de camelôs que se aglomeram no centro da cidade disputando um espaço que lhes garanta o “pão de cada dia”. Outros milhares residindo em favelas em números cada vez mais crescentes. Grande parte da população sofre com a precariedade dos serviços de distribuição de água; com os cortes freqüentes de energia elétrica e com a ausência da ampliação de sua rede de distribuição; com precariedade de transporte público e da rede saúde; com os índices alarmantes de violência urbana – retrato da ineficiência da segurança pública; com a forte presença da especulação imobiliária nas inúmeras construtoras que violentamente verticalizam a cidade, burlando as normas ambientais e plano diretor, assim como expulsando a população antes residente para as áreas mais periféricas, acentuando o fenômeno da gentrificação em Manaus.

Entre tantas outras formas de privações e de segregações socioespaciais, que poderíamos enumerar, resta ainda a milhares destes, “fazer de conta” que se sobrevive dos “benefícios” do Governo por meio dos programas de “bolsa” ou

ampliar a realidade da violência urbana em suas mais variadas formas e intensidades.

Mas é preciso recorrer mais uma vez a Milton Santos (2008b) quando afirma que a regulação mundial globalizante é uma ordem imposta, mas não forçosamente superior. Portanto, o que vai acontecer é sempre audacioso.

De certo, os amazonenses (entre este, o autor do presente estudo), precisam descobrir e pôr em prática novas racionalidades, em outros níveis e em regulações capazes de suscitar uma consciência que oportunize reconstruir nosso marco de equilíbrio regulador em prol da liberdade política, científica, tecnológica, econômica e cultural, em favor da dignidade de nossa gente.

Precisamos acreditar e lutar contra o conformismo que afirma que a “Zona Franca de Manaus é um mal necessário”.

1.5 Manaus: evolução populacional

Conforme apresentado no Mapa 1, Manaus está localizada no extremo Norte do País, na mesorregião central do Estado do Amazonas, aos 3º de latitude sul e 60º de latitude oeste de frente para as confluências dos rios Negro e Solimões e a 3.490 km de Brasília. A superfície total do município é de 11.401.077 Km² e sua densidade demográfica é de 158,06 hab/ Km² (IBGE, 2010b).

Com uma população de 1.802.014 habitantes, sendo 50,4% homens e 49,6% mulheres, é a sétima cidade mais populosa do Brasil e a mais populosa de toda a Amazônia. A área ocupada da cidade acompanhou o crescimento proporcional da população, mas isso ocorreu de forma desigual, haja vista que 99,36% da população vive em área urbana e 0,64% em área rural (IBGE, 2010).

Manaus divide-se em sete regiões administrativas, sendo uma na área rural e seis na urbana: zona Norte, zona Sul, zona Centro-Sul, zona Oeste, zona Leste e zona Centro-Oeste (Mapa 2 e 3).

Mapa 1 - Localização do Município de Manaus, Amazonas, 2011.

Mapa 2 - Área urbana e rural de Manaus, Amazonas, 2011.

Mapa 3 - Divisão administrativa da área urbana em zonas e bairros de Manaus, Amazonas, 2009

A maioria da população concentra-se nas zonas Norte e Leste. Em 2009, período do início da pesquisa a cidade possuía 56 bairros oficialmente conhecidos¹⁹ apesar de contar com dezenas de outras áreas ocupadas que também a população local denomina de bairro.

Segundo Oliveira (2007), entre 2002 e 2005, o número de bairros não reconhecidos pela Prefeitura saltou de 60 para 110. Atualmente temos mais bairros não reconhecidos do que reconhecidos pelo poder do município.

O crescimento populacional de Manaus é superior à média das capitais brasileiras, crescendo 10% acima da média. Para se ter uma idéia deste crescimento, Manaus possuía 311.622 habitantes em 1970. Para o período de 1960-70, a taxa de crescimento para o município foi de 7,9%. Com a implantação Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1970, a taxa de crescimento subiu para 10,4% no período 1979-1980 (IBGE, 2010b).

Esse crescimento populacional demonstramos no Quadro 1 e na Tabela 1.

Quadro 1 – A população de Manaus, Amazonas de 1970 a 2010

ANO	POPULAÇÃO
1970	311.622
1980	633.392
1990	1.101.403
1995	1.229.879
2000	1.405.835
2007	1.646.602
2010	1.802.014

Fonte: IBGE (estimativa e censo populacional, 1970 a 2010)

¹⁹ Os dados apresentados correspondem à constituição dos bairros antes da Lei nº 1.401/10, que criou sete novos bairros para a cidade, a partir do desmembramento de outros. São estes: Distrito industrial II, Tarumá-açu, Nova cidade, Novo aleixo, Gilberto Mestrinho e Lagoa Azul.

Tabela 1 – A população, segundo a zona, na área urbana de Manaus, Amazonas de 2006 a 2010

Zona	2006 1.593.571	2007 1.640.596	2008 1.689.010	2009 1.738.852	2010 1.790.164
ZONA CENTRO-OESTE	145.821	146.422	147.041	147.677	148.333
ZONA CENTRO-SUL	135.897	139.929	144.080	148.353	152.753
ZONA LESTE	360.432	381.365	402.917	425.104	447.946
ZONA NORTE	396.722	421.678	447.372	473.823	501.055
ZONA OESTE	236.647	240.700	244.872	249.167	253.589
ZONA SUL	318.052	310.502	302.728	294.727	286.488
TOTAL	1.593.571	1.640.596	1.689.010	1.738.851	1.790.164

Fonte: IBGE – estimativas da População 2006-2009 e Censo 2010.*Data de referência 01/08

Para a presente pesquisa, consideramos a população de Manaus somente na área urbana para o período 2006-2010 (Tabela 1). Os dados foram organizados a partir das informações obtidas nas Estimativas da População 2006-2009 divulgadas pelo IBGE e pelo Censo 2010.

CAPÍTULO II

DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL AO LONGO DOS SÉCULOS, AO PANORAMA MUNDIAL, NO BRASIL E NO AMAZONAS

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais
(ECA, Art. 17).

2.1 Considerações sobre a “história social” da infância e da violência sexual infantil ao longo dos séculos

Nem sempre as crianças foram vistas como seres sensíveis, dóceis, necessitados de proteção, pureza e amor parental. Sabe-se que desde a Antiguidade até a Modernidade cabia ao pai a imagem da propriedade sobre a mulher e os filhos, dando-lhe consistência ao seu poder e controle sobre a família. Esse poder patriarcal, provedor e total era ilimitado e ainda mais consistente sobre a criança filha. Os castigos físicos e as humilhações psicológicas também eram aceitos e justificavam a obediência e a autoridade paterna. À mãe cabia a imagem da educadora e da cuidadora dos filhos; de zelar pela disciplina e pela obediência e autoridade do pai.

É preciso, por isso, revisitar historicamente o modo como as sociedades tratavam as crianças, como era a posição destas no âmbito das relações familiares e como a compreensão da infância evoluiu ao longo da história. Para nossa discussão, recorreremos às preciosas investigações de Ricardo Ceccim e Analice Palombini,²⁰ aprofundadas em Philippe Ariès,²¹ Elisabeth Badinter²² e Jurandir Freire Costa²³, acerca da história social da infância, cuja descrição faremos abaixo, enriquecida com o olhar de outros autores.

²⁰ CECCIM, Ricardo; PALOMBINI, Analice. *Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado*. In: MAIA, M.S.(Org.). *Por uma ética do cuidado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

²¹ O francês Philippe Ariès estudou a transformação dos sentimentos de infância e de família pesquisando as criações artísticas na pintura, na arte sacra, em túmulos e em fontes de documentos, tais como os testamentos e os diários de família. ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

²² A filósofa Badinter retomou a história e os comportamentos sociais oferecendo densos elementos para compreender a condição da criança e da família na sua obra. **O amor conquistado: mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

²³ Médico, sanitarista e psicanalista, estudou no Brasil a história dos comportamentos relativos à infância e à família na época colonial. FREIRE COSTA, J. **Ordem médica e norma familiar**. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

Essa investigação histórica se torna importante porque a atual condição de ser *criança* é algo novo, uma vez que, até o século XVIII, o estado de encontrar-se em idade precoce era rejeitado e debelado nas sociedades, pois o pensamento social da época rejeitava e lutava contra tudo o que fosse característico de *criança* no homem (CECCIM e PALOMBINI, 2009).

O conceito de infância identificava-se com incapacidade, ausência de razão, de caráter, de competência e de domínio moral. A própria construção do conceito de família se deu em comunhão ao Direito Romano, responsável por atribuir estatuto jurídico ao pai – *pater famílias* ou pátrio poder, que representava o direito de propriedade dos pais (muito mais do pai) sobre os filhos, o que incluía o direito de castigá-los, abandoná-los, mandá-los para a prisão e expulsá-los da família (LIMA, 2011, AMENDOLA, 2009, PASSETTI, 1995).

Segundo Ariès (1981, p.146), ao movimento de submissão da mulher e dos filhos e ao aumento dos poderes do marido, a família passou a ser considerada “a célula social, a base dos Estados, o fundamento do poder monárquico”.

Iniciemos do fato de que a criança era um adulto reproduzido em escala menor. Sobre isto, Philippe Ariès (1981, p. 52) escreve:

Isso sem dúvida significa que os homens dos séculos X-XI não se detinham diante da imagem da infância, que esta não tinha para eles interesse, nem mesmo realidade. Isso faz pensar também que no domínio da vida real, e não mais apenas no de uma transposição estética, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida (ARIÈS, 1981, p. 52)

Os retratos de crianças ou fatos envolvendo a infância nas pinturas dos séculos XVI e XVII retratavam-nas como adulto em miniatura. Era comum às famílias ricas enviarem os retratos pintados de seus filhos, em promessa de futuro casamento ou de possibilidades de alianças entre as famílias.

Voltemos, porém, à antiguidade para depois retomar o discurso iniciado.

Antes da era cristã as crianças indesejadas eram abandonadas à própria sorte e a morte delas era parte constituinte do cotidiano das sociedades. Em tempos de guerra e de fome, quando as famílias precisavam abandonar seus lares e fugir, os primeiros a serem abandonados e deixados para trás eram as crianças e os idosos. Era ainda comum o empilhamento de crianças mortas nos monturos das vilas e cidades; lançadas de barco ao mar; abandonadas nas florestas para serem

devoradas por feras ou largadas nas ruas à sorte de que alguém as encontrasse; sacrificadas em rituais sagrados - sobretudo meninas virgens; treinadas para lutar muito cedo em frentes de batalha; mutiladas para justificar pedido de esmola; entre outras. Basta ver nos textos bíblicos do Evangelho²⁴ que, no tempo de Jesus as mulheres e as crianças não contavam entre a população e para a sociedade. Na antiguidade e na idade média até o infanticídio era prática comum e de importante controle populacional para a manutenção do poderio político.

No século XIII, tornou-se hábito entre as famílias entregar seus filhos à Igreja para se consagrarem a Deus como freiras, frades ou padres. Para as famílias pobres era um modo de reivindicar direito à honra e ao respeito social e livrar seus filhos da fome e do abandono.

Nesse contexto, nascem as famosas *rodas dos enjeitados*,²⁵ onde as crianças eram colocadas em dispositivo giratório para serem recolhidas na porta do convento, do mosteiro, da igreja ou de outra instituição de caridade religiosa. O alto índice de crianças entregues às *rodas dos enjeitados* denunciava as más condições de vida da população; alta proporção de partos mal realizados e de mortalidade materna; os abusos morais e sexuais que sofriam as mulheres, principalmente as mais jovens.

A mortalidade infantil passou a escrever um novo capítulo na história da infância. A mortalidade era tão elevada que só passou a ser foco de preocupação na passagem do século XVIII para o XIX, quando, em razão do processo de industrialização urbana, a necessidade da força de trabalho impunha-se como exigências para as sociedades que se urbanizavam, assim como a contenção de doenças epidemiológicas que normalmente, ao cometer crianças, atingiam também os adultos.

²⁴ BIBLIA DE JERUSALÉM. **Evangelho de Lucas** (Lc 14,21). São Paulo: Paulus, 1985.

²⁵ CECCIM, Ricardo; PALOMBINI, Analice. op. cit. pp. 162-163. Os autores afirmam que em uma porta reservada da instituição religiosa havia um balcão que, girado para fora em forma de roda, permitia que a criança fosse ali depositada sem, porém, se ver quem a depositava. Girada, então, para dentro, uma pessoa recolhia a criança. Cada vez que a *roda* girava, um sino era tocado por quem depositava a criança, anunciando que mais um bebê abandonado chegava. Muitas crianças colocadas na *roda* eram filhos de uniões ilegítimas ou incestuosas, de uniões proibidas pelos pais, filhos de escravos, filhos que resultavam de prostituição ou de estupros; bebês que nasciam com deformidade; filhos de mulheres que preferiam comercializar seu leite materno para obter renda; filhos sequestrados das escravas por seus patrões para alugarem seu leite materno, etc. No Brasil do século XVIII as *rodas dos enjeitados* chegaram até às Santas Casas de Misericórdia de Salvador, Rio de Janeiro, Recife, S. Paulo, S. Luis e Porto Alegre (esta, fechada somente em 1940).

A preocupação, porém, não era com as crianças, mas com os adultos. Assim, nem as famílias nobres tinham o costume de conviver com suas crianças, recomendando-as aos cuidados das amas-de-leite das vilas camponesas. Tinha-se bastante consciência de que seria muita sorte se uma criança conseguisse chegar a um ano de idade. Naquela época crescia a ação dos movimentos moralistas de higiene social, que procurava disciplinar a higiene materno-infantil como recurso para conter as altas taxas de mortalidade infantil²⁶. A partir do século XIX, a criança ganha espaço nas rodas de discussões sociais, o que repercutirá com o nascimento da pediatria no século no final do século XIX e como especialidade médica no século XX (CECCIM E PALOMBINI, 2009; BARROSO, 1995).

A prevenção das mortes precoces articulava-se à contenção dos nascimentos, e todo um discurso médico passou a recair sobre a higiene da maternidade: casamento, fidelidade conjugal, ausência do prazer sexual e longo espaçamento da prática sexual após um nascimento (CECCIM e PALOMBINI, 2009, p. 166).

A partir do século XIX, em razão de uma nova ordem econômica que se estabelecia, os estigmas que envolviam a infância passaram a se deteriorar. Começou-se então a se desenvolver o que seria chamado de *sentimento da infância* e valorização do universo infantil. Nesse sentido, os padrões e atitudes relacionados à criança e, principalmente no que diz respeito aos cuidados com os filhos, passaram a mudar consideravelmente a partir da concepção da família moderna, encontrando espaço de reflexão nas diversas áreas do conhecimento (SANDERSON, 2005; MAGALHÃES, 2005).

É importante ressaltar que, para despertar o sentimento e a consciência de nação e de Estado, era preciso redefinir os papéis dos pais e das crianças e dos sentimentos da sacralidade da família²⁷. Novas relações sociais e econômicas se estabeleciam a partir da modernidade. Estava sendo gestado o Estado-nação, onde todos os cidadãos são filhos da nação e devem respeito a outro *pai*: o Estado. Desta forma, “os pais não eram mais *proprietários* dos filhos, mas tutores dos filhos da nação, os cidadãos do futuro. Precisava-se de mais pais e menos patrões, para que todos servissem ao capitalismo crescente” (CECCIM e PALOMBINI, 2009, p.168)

²⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

²⁷ A família é colocada em destaque, o que dá importância posterior a um sentimento particular de infância, associando às três forças afetivas: a religiosidade, a infância e a família. A partir de então, a família foi se transformando, na medida em que modificou suas relações com a criança.

Para tal alcance, foi preciso contar, especialmente, com a atuação dos colégios (internatos) para educar os novos cidadãos.

Assim, é somente no século XX, com a Declaração de Genebra (1924) que a infância passa a ter reconhecimento como etapa especial da vida, determinante do desenvolvimento físico e psíquico do ser humano e, portanto precisa ser protegida.

No que diz respeito à violência sexual contra crianças e adolescentes, apesar da mídia, nos últimos tempos, tem dado destaque a este assunto, o problema não é tão novo.

A história da violência sexual contra crianças e adolescentes acompanha a trajetória humana das relações sociais e, sobretudo, familiares. Esse tipo de violência percorre a história do mundo, desde os acontecimentos mais primitivos que se tem registro, expressando-se por inúmeras e diferentes modalidades dentro de diversificadas sociedades e culturas.

Estudos aferem que as práticas sexuais envolvendo crianças e adolescentes com adultos, estiveram presentes na antiguidade, como por exemplo, na tradição grega, na judaica e na sumeriana, e tomavam *status* de normalidade diante da sociedade vigente (ALGERI e SOUZA, 2006; AZEVEDO e GUERRA, 1998).

Magalhães (2005) relata que, na antiguidade, mais precisamente no mundo greco-romano, a prática sexual com adolescentes adivinha da condição social do mesmo, pois, acreditava-se que esse ainda não possuía *status* de cidadão. Os efebos eram iniciados sexualmente por adultos, e os mancebos faziam parte da paisagem das cortes. A autora revela ainda que era habitual o coito anal entre mestres e discípulos.

Sobre isto Michel Foucault (1984) em sua obra *Histoire de la sexualité* acena que questões tais quais: a natureza do ato sexual, fidelidade monogâmica, relações homossexuais, castidade, possam ter sido, para os povos antigos, um tanto indiferentes enquanto preocupação, e que nada disso teria atraído muito sua atenção, nem constituído para eles problemas muito agudos. Contudo, segundo ele, achados históricos mostram que isso não era bem assim, “que inquietações e exigências quanto à prática sexual já estavam claramente presentes no cerne do pensamento grego ou greco-romano” (FOUCAULT, 1984, p.18) e que a prática de relações homossexuais envolvendo jovens mancebos era exercício e garantia de poder apenas do homem livre e que, portanto, regras e limites se impunham.

Jurandir Freire Costa (1999), comentando Foucault, afirma que:

Essa ética se caracterizava, em primeiro lugar, por ser restrita aos homens livres. A limitação dos excessos de prazer, a fim de melhor governar a si, aos outros e à cidade não era uma preocupação de todos nem se apresentava sob a forma de leis ou codificações morais. Era uma preocupação do cidadão, que era sempre um homem adulto e livre. Em segundo lugar, o domínio de si não buscava controlar o “desejo interior”, mas os atos praticados na interação erótica. Foucault ilustra essa diferença com os exemplos da preocupação com a penetração, na ética dos atos, e da preocupação com a ereção (FREIRE COSTA, 1999, p.9).

Importantes pesquisas históricas de DeMause (1998, 1991) afirmam que o incesto com crianças era prática comum nas sociedades antigas e que no século IV as filhas eram frequentemente estupradas, onde era raro na Grécia e em Roma encontrar uma menina com o hímen intacto. Havia venda de crianças para a escravidão sexual em bordéis de crianças, sobretudo de meninos sujeitados à prostituição. Outros achados históricos do mesmo autor relatam que, nos tempos mais antigos, as crianças eram vistas como puras e que os adultos poderiam depositar nelas seus malefícios, livrando-se deles. Crianças eram abusadas sexualmente em rituais sagrados e também oferecidas em rituais satânicos a partir da concepção de pureza. Sanderson (2005) comenta que ainda é muito comum em várias culturas de países da África, os adultos acreditarem que a virgindade pode curar doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) e por isso violentam sexualmente as crianças.

Já na Idade Média e no Renascimento, o ideal de beleza exaltado no mundo artístico tinha conotações apelativas, tanto na apresentação das meninas, quanto dos meninos, como até dos próprios “anjinhos”, pois a infância está representada em corpos de mulheres e homens adultos. A partir da segunda metade do século XIX, as “ninfetas” e “lolitas” vão ganhando espaço na literatura.

O primeiro estudo descrevendo a síndrome da criança espancada e violentada sexualmente, foi escrito por Ambroise Tardieu, médico - legista francês, em 1860, intitulado *Étude médico-légale sur les sevices et mauvais traitements exercés sur des enfants*, como complemento de outro estudo realizado por ele em 1857, intitulado *Étude médico-légale sur les attentats aux mœurs*, onde analisara 632 casos de abuso sexual de mulheres, em sua maior parte meninas e 302 casos de abuso sexual envolvendo meninos (LABBÉ, 2005).

As mudanças de atitudes em relação à violência sexual contra crianças precederam as reformas humanísticas, religiosas e políticas tendo a Igreja um papel

preponderante ao considerar a molestação de crianças ato imoral e pecaminoso, embora, segundo achados históricos, fossem encontrados relatos de crianças violentadas sexualmente em mosteiros e conventos.

Sobre isto, Mello (2006, pp.44-45) observa que “a prevalência da moralidade cristã na constituição e a aplicação das leis favoreceu a ilegalidade de várias atividades sexuais, tais como o adultério, a bigamia, o incesto e a sodomia”.

A partir do século XX, a violência sexual envolvendo crianças menores de 18 anos tornou-se então um problema social evidente, sendo então inserida no contexto dos direitos humanos, passando a ser considerada como violência bárbara, que traz sérias consequências à vítima, como o comprometimento do seu desenvolvimento físico, psíquico e social (NEUMAM, 2005).

Segundo Mello (2006), é somente na segunda metade do século XX, exatamente em 1961, nos Estados Unidos, que a relação sexual entre um adulto e uma criança foi considerada como abuso sexual e foi incluída na lista das categorias médicas.

Atualmente práticas culturais justificam a violência sexual contra crianças e adolescentes em muitos lugares do mundo. Ainda a partir de estudos de DeMause (1998; 1991) em muitas partes da Índia as meninas são masturbadas para terem um bom sono, meninos são masturbados para obterem músculos, crianças dormem na cama com os pais e podem participar da relação sexual destes e crianças podem ser emprestadas para práticas sexuais com outros membros da família alargada.

Ainda na Índia foram encontradas crianças de cinco e seis anos em práticas sexuais com adultos em dormitórios sexuais, por três dias seguidos de relação. Sanderson (2005, p. 8) afirma que na Índia o incesto é regra e não exceção e lá, justifica um velho provérbio: “se uma garota ainda é virgem até os dez anos, é porque ela não tem nem irmãos, nem primos e nem pais”. Crianças ainda são vendidas na Índia para casamentos com homens adultos. Neste país, atualmente segundo dados da UNICEF de 2011, perto de 400 mil crianças são exploradas sexualmente. Como estamos situados na Ásia, pesquisas apontam que a exploração sexual infantil representa 14% do PIB de países asiáticos (UNICEF, 2011; SANDERSON, 2005).

Sanderson (2005) afirma que no Oriente Médio, desde a antiguidade, eram comuns os casamentos infantis, concubinato infantil, escravidão sexual e violência sexual nos templos religiosos, tanto femininos quanto masculinos. Como prática

milénar, a mutilação genital feminina ainda encontra atualmente números alarmantes, embora muitos não a considerem violência sexual pelo fato de considerarem uma prática cultural com rito de iniciação. A autora relata que a OMS e a UNICEF divulgaram que há no mundo aproximadamente 140 milhões de mulheres submetidas à excisão genital feminina (EGF) e estimam ainda que 2 milhões de mulheres sejam submetidas a esse procedimento todos os anos.

Infelizmente e por todos os lados, há muitas pessoas que justificam e defendem a prática do sexo com crianças e adolescentes. O clima cultural dos anos de 1970 e 1980 procurou, muitas vezes, justificar e encorajar publicamente a prática da pedofilia. O jornal italiano *Corriere della Sera* escreve que:

Em 1969, Jan Carl Raspe,²⁸ no seu *Kursbuch*, elogiou a sua Comuna II, onde os adultos violentavam fisicamente e sexualmente crianças, apesar da resistência delas. Os *Grüne*²⁹, em 1985 solicitaram abertamente a liberação do sexo com crianças. Em 1989, a editora *Deutscher Ärzte-Verlag* publicou um livro que pedia abertamente que a prática de pedofilia fosse permitida. Para isso era necessário combater, em particular, a moral católica porque é obstáculo repressivo à “emancipação” da sexualidade infantil (CORRIERE DELLA SERA, 28 de outubro, 1998, p. 15)

Na Itália não faltaram tentativas de legalização política da pedofilia. Segundo a *Gazzetta Ufficiale*,³⁰ G. Giusti, diretor de um *network* internacional de difusão de pedopornografia via internet, quando foi indagado durante sua prisão em 1998, defendia-se diante dos jornalistas:

A nossa batalha é com a lei antiproibicionista. Queremos liberdade de expressão para quem acredita que seja justo amar as crianças. Na nossa linha de pensamento, quando não há abuso, exploração e violência, quando a criança é consciente do que está acontecendo, quando há boa intenção do adulto frente à criança, então a relação sexual entre os dois é permitida (GAZZETTA UFFICIALE, n. 185, 10 de agosto, 1998, p. 3).

Segundo o Jornal *Corriere della Sera* (1998), ainda na Itália, o Partido Radical Italiano publicou em 1998 um documento com o título: *Pedofilia e internet: vecchie ossessioni e nuove crociate*, no qual manifestava a própria contrariedade à promulgação da Lei 269, que julga como crime o abuso, a prostituição, a pornografia e o turismo sexual envolvendo menores, promulgada no mesmo ano.

²⁸ Jan Carl Raspe foi um integrante do grupo extremista alemão Fração do Exército, também conhecido como Grupo Baader-Meinhof.

²⁹ Partido Verde alemão.

³⁰ Informação destacada na *Gazzetta Ufficiale* n. 185, 10 de agosto, 1998, p. 3.

Posteriormente, indagados pelos defensores dos direitos das crianças daquele país, o partido elaborou um documento no qual afirmava:

Em um Estado de direito ser pedófilo é proclamar e sustentar a legitimidade de não ser considerado retrógrado. A pedofilia como qualquer outra preferência sexual encontra legitimidade quando não procura prejudicar a outra pessoa (CORRIERE DELLA SERA, 28 de outubro, 1998, p. 15).

Sobre esse assunto, A. Manna, professora de Direito Penal da Universidade de Bari (Itália), declarou naquela ocasião: “Não se pode golpear o Direito em nome da tutela dos menores. Com essa Lei 269, acaba-se a privacidade do cidadão” (GAZZETTA UFFICIALE, 1998, p. 3).

Em 2006, o Partido Pedófilo *Pnvd (Amor ao Próximo, liberdade e diversidade)* se instituiu na Holanda solicitando a liberação do uso da droga, a liberdade de circular nu pelas ruas, o sexo com animais e a liberação da relação sexual com menores a partir dos 12 anos de idade (MOSER, 2010).

E se investigássemos mais profundamente a atual situação dos que são a favor da pedofilia ao redor do mundo, ainda nos surpreenderíamos com tantas situações um tanto inusitadas e escabrosas que ferem a dignidade à vida.

A partir destas observações, Moser (2010) reflete que vai ficando claro que não nos encontramos apenas diante de manifestações “atuais” da violação da dignidade humana, o que chamaríamos de “decadência humana”, mas diante de um desvio que apresenta traços antropológicos, culturais e do nível das relações econômicas e de poder ao longo dos séculos. De um ponto de vista histórico-cultural, parece que se deve buscar uma compreensão articulada com outros ângulos de uma decadência mais generalizada: “em toda cultura há períodos de ascensão, quando o ethos se impõe com vigor, e há períodos de decadência, quando o ethos verdadeiro perde a sua força, dando lugar a uma espécie de anomia instintiva do vale tudo” (MOSER, 2010, p. 2).

Marilena Chauí (2007) comenta:

Evidentemente, as várias culturas e sociedades não definiram e nem definem a violência da mesma maneira, mas, ao contrário, dão-lhe conteúdos diferentes, segundo os tempos e os lugares. No entanto, malgrado as diferenças, certos aspectos da violência são percebidos da mesma maneira, nas várias culturas e sociedades, formando o fundo comum contra o qual os valores éticos são erguidos. Fundamentalmente, a violência é percebida como exercício da força física e da coação psíquica para obrigar alguém a fazer alguma coisa contrária a si, contrária aos seus

interesses e desejos, contrária ao seu corpo e à sua consciência, causando-lhes danos profundos e irreparáveis, como a morte, a loucura, a autoagressão ou a agressão aos outros (CHAUI, 2007, p.432)

Contudo, isso ainda não seria suficiente para explicar a passagem de fatos isolados para a categoria de fenômenos sociais. Ademais, se na atualidade ganham proporções maiores é, certamente, porque encontraram um clima sociocultural propício. Porém, antecipamos que não se pode deixar de considerar o fato da violência sempre crescente no universo das relações sexuais, seja também resultado da onda sexista sempre mais evidente no mundo, que não apenas aprova, mas acirra os instintos. Todos os comportamentos, com qualquer pessoa, em qualquer idade, passam a ser automaticamente justificados. A exasperação sexual, com a conseqüente busca do prazer a qualquer custo, produziu uma das mais lucrativas indústrias: a do prazer erótico, e desta, a do prazer exótico, buscado lamentavelmente com crianças e adolescentes.

O turismo sexual, praticado em larga escala em vários países, sempre comporta crianças e adolescentes. E, como se este turismo palpável ainda parecesse insuficiente para saciar a sede de prazer sexual, instaurou-se um braço poderoso dessa mesma indústria por meio de “sites” encontrados em larga escala na Internet. Com todo esse clima, nada mais compreensível que os números de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes continuem aumentando e comprometendo a vida de milhares deles em todo mundo.

Em nosso País, infelizmente as crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual comercial são oriundas, principalmente, da região Norte e Nordeste, provém de famílias pobres, são mulheres e, dentre estas, a grande maioria é negra. Não queremos afirmar que a erradicação da pobreza material eliminaria a violência sexual infanto-juvenil. Somos sabedores que esse tipo de violência contempla toda uma complexidade de fatores e está presente em todas as classes, culturas e sociedades. Porém, é importante frisar, mais uma vez, que a violência sexual contra crianças e adolescentes é também expressão de outras formas de violência ocorridas na sociedade, onde, sobretudo para as famílias mais empobrecidas, o cotidiano destas, nos faz perceber maior negação da cidadania e dos direitos, tornando-as, juntamente com suas crianças e adolescentes, mais vulneráveis a esse tipo de violência. Sobre este argumento, retomaremos a reflexão mais adiante.

Gostaríamos de ressaltar ainda que se algo mudou até agora, do ponto de vista das iniciativas legais de proteção à criança e ao adolescente, seja em escala internacional quanto nacional, deve-se ao fato de que a dor dos pobres, em se por em evidência ao denunciar esse tipo de crime (enquanto a classe média e alta fica, em geral, no silêncio da não denúncia), ampliou a esperança de mudar esse triste quadro histórico instalado no tecido social e nas relações humanas. Sobre essa forma de resiliência que parte da dor da violação e se concretiza na busca de justiça e de iniciativas concretas de proteção e garantia de direitos à criança e ao adolescente, comentaremos mais profundamente no último capítulo deste estudo.

O que descrevemos até agora nos deve fazer mais atentos à importância de aguçar nosso olhar sobre a infância ao longo dos séculos, percorrendo o caminho da sociologia, da antropologia, da história, do direito, da psicologia, da filosofia, entre outras ciências, na tentativa de compreender por que ainda hoje a violência sexual contra crianças e adolescentes é tão presente e tão crescente na sociedade. Concordamos com Lima (2011) quando afirma que o olhar de cuidado sobre a infância e a adolescência está sendo construído de forma muito lenta e fragmentada e que, portanto, cabe a todos nós, a defesa dos direitos já conquistados, mas ainda tão longe de serem garantidos e efetivados de fato.

2.2 A violência sexual contra crianças e adolescentes: conceito e classificação

A violência vem se tornando, nas últimas décadas, um problema que não é inerente a uma única sociedade, classe social ou religião. É parte significativa do cotidiano, assim como retrata a trajetória humana através dos tempos, conduzindo a sociedade contemporânea a uma crueldade que se torna mais aberrante à medida que passou a ser um elemento constitutivo do cotidiano das cidades. Configura-se como um problema universal e com consequências distintas (ZOTTIS; ALGERI; PORTELLA, 2006).

Alguns grupos apresentam maior vulnerabilidade no tocante à ocorrência e ao impacto da violência sobre suas vidas. As crianças e os adolescentes, por sua condição de dependência e tutela, formam o grupo etário mais vulnerável, sendo que as crianças mais novas, principalmente as do sexo feminino e das camadas

mais pobres da população, estão ainda mais expostas por apresentarem dependência de cuidados essenciais e por seu estágio de maturidade. Nesse grupo populacional, as violências resultam em danos variáveis e repercutem, em sua maioria, no perfil de morbidade devido aos efeitos sobre o seu desenvolvimento somático e psíquico, podendo, inclusive, levar à morte (BRASIL, 2002a; 2001b).

A violência contra crianças e adolescentes é manifestada de diversas formas, como maus-tratos físicos, abuso psicológico, violência sexual, negligência, abandono ou exploração do trabalho. Entre estas, a violência sexual se destaca, já que se configura como um tipo de agressão que atinge a parte mais individual e reservada do ser humano – sua sexualidade (MONTEIRO *et alii*, 2008; MAGALHÃES, 2005).

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das formas de violência mais crescente no mundo e que atinge todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas. Estima-se que no mundo 235 milhões de crianças foram violentadas sexualmente nos últimos anos (PINHEIRO, 2006, UNICEF, 2011). No Brasil, a realidade também se mostra preocupante, uma vez que o Ministério da Justiça apresenta dados de que a exploração sexual de crianças e adolescente está presente em todas as capitais brasileiras e em centenas de municípios (PÁDUA, 2008). O autor afirma que as crianças menores de 12 anos são alvos preferidos dos abusadores sexuais, onde elas representavam 43% dos casos de abuso sexual, registrados no ano de 2007.

Para darmos continuidade a esta discussão, precisamos entender que diferença se faz entre violência sexual e abuso sexual.

Por ser de natureza social e cultural, existem muitas inconsistências quanto à definição precisa do que constitui a violência sexual, pois esta varia em diferentes culturas e sociedades, dificultando seu entendimento. Da mesma forma, alguns países consideram a maioria a partir de 13 anos e outros, outros a partir de 16 anos (SANDERSON, 2005; HABIGZANG e CAMINHA, 2004). Por isso, faz-se necessário atentar para os diferentes aspectos da complexidade da violência, em geral, e da violência sexual contra crianças e adolescentes presente em nossos dias, confrontando as diversas abordagens e assimilando novos olhares que complementem os já existentes.

No Brasil, a literatura especializada e os órgãos governamentais, em consonância com o Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra

Crianças e Adolescentes (2011) aceitam a violência sexual apresentada em duas formas: o **abuso sexual** e a **exploração sexual**. Abaixo, para fins didáticos, utilizaremos as descrições de alguns autores, considerando o abuso sexual sem contato físico e com contato físico, assim como outros termos utilizados na literatura especializada no assunto (HABIGZANG *et alii*, 2006; MAGALHÃES, 2005; SANTOS, 2004; LANDINI, 2003; BRASIL, 2002b ; TERENCE e FABBRI, 2001; BRASIL, 1999).

2.2.1 O abuso sexual

Alguns autores compreendem o abuso sexual como todo jogo ou ato sexual que ocorra na relação heterossexual ou homossexual cujo agressor esteja num estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. O abusador, agressor ou perpetrador tem por intenção, estimular a criança ou adolescente sexualmente ou utilizá-los para obter satisfação sexual. Essas práticas eróticas e sexuais são impostas às crianças pela violência física, sedução, ameaças ou induções de sua vontade. Pode se manifestar no âmbito *familiar e/ou extrafamiliar*, sendo a familiar a mais praticada. Pode ocorrer por contato físico ou sem contato físico (CIUFFO; RODRIGUES e CUNHA, 2008; TERENCE e FABBRI 2001).

Já a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1999) inclui o abuso sexual junto às outras formas de abuso infantil:

Abuso infantil e maus-tratos constituem todas as formas de abuso físico, emocional, sexual, negligência ou tratamento negligente, comercial e outras explorações, resultando em dano potencial ou real para a saúde da criança e do adolescente, para a sua sobrevivência, desenvolvimento e dignidade, no contexto da relação de responsabilidade, confiança e poder (OMS, 1999, p.1).

Diversos autores consideram o abuso sexual como um fator de risco para o desenvolvimento infantil, podendo acarretar severas consequências à criança e ao adolescente, incluindo o desenvolvimento de psicopatologias, além de prejuízos cognitivos, emocionais, comportamentais e sociais que podem ter um impacto em curto ou em longo prazo. Em alguns casos, os danos causados pelo abuso sexual podem se estender até a idade adulta, uma vez que não é possível generalizar os efeitos do abuso sexual para todas as crianças e adolescentes, pois a gravidade e a

quantidade das consequências dependem da singularidade da experiência de cada vítima (BORGES e DELL'AGLIO, 2008; PINTO JÚNIOR, 2005; ARAÚJO, 2002; RUNYON e KENNY, 2002; ELLIOTT e CARNES, 2001; PAOLUCCI, GENIUS e VIOLATO, 2001). As consequências da violência sexual contra crianças e adolescentes serão abordadas mais à frente de forma mais detalhada.

a) Abuso sexual sem contato físico:

- Conversas sobre sexo: podem ocorrer pessoalmente, por telefonema, via internet e carta/bilhete. Para provocar o interesse da criança/adolescente, assediá-las em vista da intenção maior do abusador ou para chocar as mesmas;
- Exibicionismo: exhibir os órgãos sexuais, mostrar a nudez para provocar ou despertar interesse ou se masturbar na frente da criança/ adolescente;
- Pornografia: fotografar criança/adolescente, expondo o corpo (nu ou seminú), mostrar-lhe fotos, revistas e filmes eróticos a estas, produzir e comercializar fotos ou cenas filmadas das mesmas (expô-las em sites, para pessoas interessadas no assunto ou para redes de prostituição);
- Voyeurismo: olhar fixamente com intenção sexual e/ou constrangendo a criança e o adolescente. Olhar a criança/adolescente com interesse ou desejo quando estes estão trocando de roupa, dormindo, tomando banho ou em outras situações parecidas.

b) Com contato físico:

- Estupro: é a situação em que a criança/adolescente sofre conjunção carnal vaginal, sob violência ou grave ameaça;
 - Estupro Presumido: ato sexual vaginal com menor de 14 anos e/ou com deficiente mental, mesmo com seu consentimento;

- Sedução: é o ato de seduzir mulher virgem, maior de 14 anos e menor que 18, “sem” uso de violência para manter com ela conjunção carnal.

c) Outros termos usados:

- Atentado violento ao pudor: é constranger a criança/adolescente (independente de ser menino ou menina), mediante violência ou grave ameaça a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal tipo toques, carícias, bolinagens, sexo oral ou relações com penetração digital ou anal. O atentado violento ao pudor inclui ainda todos os tipos de abuso sem contato físico;
- Incesto: é qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente, entre um adolescente e uma criança, ou ainda entre adolescentes, quando existe um laço familiar, sanguíneo ou não, ou mesmo uma mera relação de responsabilidade; estão ainda incluídos padrasto/madrasta, tutor ou qualquer pessoa adulta que tenha responsabilidade sobre a criança/adolescente, irmãos adotivos, tio-avô, cunhado(a) entre outros, quando existe laço familiar;
- Pedofilia: é caracterizada pelo desejo sexual de um adulto em relação à criança. Os pedófilos são adultos que procuram e praticam relações sexuais de várias modalidades com sujeitos menores de idade. Pode incluir toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital – introdução de dedo, genital ou anal);
- Assédio sexual: propostas de contrato sexual; na maioria das vezes, há posição de poder do agente sobre a vítima, que é induzida, chantageada e ameaçada pelo agressor.

2.2.2 A exploração sexual

É a utilização sexual de crianças e adolescentes, com a intenção de lucro, seja financeira ou de qualquer outra espécie de troca. A criança nunca se prostitui, pois

ela é vítima de um sistema que explora sua sexualidade, portanto é violentada e explorada sexualmente. A exploração sexual ocorre de quatro formas:

- Exploração sexual no contexto da prostituição: é o contexto mais comercial da exploração sexual. Mas esse tipo de exploração sexual pode ocorrer sem intermediários;
- Pornografia infantil: é a produção, reprodução, exposição, distribuição, comercialização, aquisição, posse, publicação ou divulgação de materiais pornográficos (fotografia, vídeo, desenho, filme, etc.) envolvendo crianças e adolescentes. A pornografia também pode ocorrer por meio da internet;
- Tráfico para fins de exploração sexual: é a promoção ou facilitação da entrada, saída ou deslocamento no território nacional ou para outro país de crianças e adolescentes com o objetivo de exercerem a prostituição ou outra forma de exploração sexual;
- Turismo com motivação sexual: é a exploração sexual de crianças e adolescentes por turistas/visitantes de países estrangeiros ou do próprio país, normalmente com o envolvimento, cumplicidade ou omissão de estabelecimentos comerciais de diversos tipos.

2.3 Tipo de violência sexual no Brasil, segundo a Lei n.º 12.015, de 7 de agosto de 2009: dos crimes contra a dignidade sexual e a liberdade sexual

A Lei 12.015 de 2009 foi criada, inicialmente, com o intuito de reformular as normas atinentes aos crimes contra a liberdade sexual de modo geral e, em especial, àqueles incidentes sobre os atos de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes. Basicamente, o mencionado diploma legal alterou dispositivos do Código Penal, da lei de Crimes Hediondos, do Estatuto da Criança e do Adolescente e revogou a lei 2252 (VIANNA, 2010, SILVA e MACIEL, 2010).

Vianna (2010) observa que o objetivo da lei foi aprimorar as regras existentes em torno do tema violência sexual. Para tanto, o mencionado diploma legal modificou o conceito de diversos crimes, a exemplo do estupro, que anteriormente limitava-se à prática de conjunção carnal e somente poderia ser dado contra mulher. Após o advento da lei n.º 12.015/2009 o crime nessa modalidade passou a compreender não só a conjunção carnal, mas também qualquer outro ato libidinoso, praticado mediante violência ou grave ameaça. Dessa forma, deixou de existir o que antes era chamado de atentado violento ao pudor, inserindo-se tal prática no conceito de estupro. Outra significativa inovação em torno do mesmo crime foi a possibilidade de incluir, entre as vítimas, pessoas do sexo masculino.

A Lei 12.015/09 aumentou as penas atribuídas a diversos crimes contra a dignidade sexual, como ocorreu quando do estupro resulta morte. Tal conduta antes era apenada com reclusão de doze a vinte e cinco anos. Com a vigência da lei em referência, passou-se a atribuir à prática desse ato a pena de doze a trinta anos. Nota-se, portanto, que o combate aos crimes de natureza sexual infanto-juvenil já conta com a iniciativa da criação de leis do Poder Legislativo, mas a necessidade do enfrentamento de tais condutas não se resume a isso, devendo haver intensa mobilização e esforço de diversos seguimentos da sociedade. Por outro lado, observa-se a real importância dos órgãos de repressão, controle e fiscalização de atos que atentem contra a liberdade sexual, contarem com o amparo de tais normas legais, que possibilitem e auxiliem a realização de suas atribuições com efetivo sucesso (VIANNA, 2010).

A seguir, a síntese da Lei 12.015/2009 (BRASIL, 2010):

- **Estupro** (Art. 213 – maior de 14 anos): Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso;
- **Estupro de vulnerável** (Art. 217-A): Atos libidinosos com ou sem conjunção carnal envolvendo menor de catorze anos/deficiente mental, masculino ou feminino;

- **Satisfação de lascívia** (Art. 218-A): Praticar, na presença de alguém menor de catorze anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer a lascívia própria ou de outrem;
- **Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável** (Art. 218-B): Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de dezoito anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone;
- **Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual** (Art. 231): Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro;
- **Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual** (Art. 231-A): Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual.

2.4 As consequências da violência sexual para as crianças e adolescentes

Apesar da complexidade e da quantidade de variáveis envolvidas no impacto da violência sexual contra crianças e adolescentes, a intensidade deste tipo de violência está diretamente relacionada a fatores como: idade da criança, frequência e duração do abuso, presença de penetração, grau de relacionamento com o abusador, ausência de figuras parentais protetoras, reação dos cuidadores não abusivos na revelação e presença de outras formas de violência (CIUFFO; RODRIGUES e CUNHA, 2008; MAGALHÃES, 2005; ARAÚJO, 2002; NURCOMBE, 2000; RUGGIERO e DIXON, 2000).

Depois de pormenorizada revisão literária sobre o assunto, as principais consequências da violência sexual sofridas por crianças e adolescentes são:

- **Danos físicos:** O abuso sexual pode ocasionar sintomas físicos, tais como hematomas, hiperemia, escoriações e traumas nas regiões oral, genital e retal, coceira, inflamação, infecção nas áreas genital e retal, doenças sexualmente transmissíveis, doenças psicossomáticas, desconforto em relação ao corpo e gravidez indesejada (CORDEIRO, 2006; SANDERSON, 2005).
- **Efeitos cognitivos, comportamentais e emocionais:** De modo geral, os autores, ao abordarem o abuso sexual contra crianças no tocante aos efeitos cognitivos, comportamentais e emocionais do mesmo, seguem uma mesma linha de pensamento e pontuam que as alterações cognitivas incluem: baixa concentração e atenção, dissociação, refúgio na fantasia, baixo rendimento escolar e crenças distorcidas, tais como percepção de que é culpada pelo abuso, diferença em relação aos pares, desconfiança e percepção de inferioridade, inadequação, conduta hipersexualizada, tentativas inapropriadas para reafirmar a masculinidade, desejo ou fugas do lar, sentimentos de medo, vergonha, culpa, ansiedade, tristeza e necessidade de isolar-se, abuso de substâncias, agressividade, mudanças no padrão do sono e alimentação, comportamentos autodestrutivos e dificuldade de confiar nas pessoas (CIUFFO, RODRIGUES e CUNHA, 2008; TERENCE e FABBRI, 2007; JONZON e LINDBLAD, 2004; HAUGAARD, 2004; GOODMAN-BROWN, 2003; ARAÚJO, 2002; GIBSON e LEITENBERG, 2000; HAUGAARD, 2000; AMAZARRAY e KOLLER, 1998).
- **Desenvolvimento de psicopatologias:** Essa experiência é considerada um importante fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias. A literatura aponta que crianças abusadas sexualmente podem desenvolver quadros de depressão, transtornos de ansiedade, transtornos alimentares, transtorno do sono, dissociativos, hiperatividade, déficit de atenção, transtorno de personalidade borderline, comportamentos autodestrutivos e tentativas de suicídio. Entretanto, a psicopatologia decorrente do abuso sexual mais citada é o transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) (PINTO JÚNIOR, 2005; HABIGZANG e CAMINHA, 2004; BRIERE e ELLIOTT, 2003; GOODMAN-BROWN, 2003; ARAÚJO, 2002; RUNYON e KENNY, 2002; SAYWITZ *et alii*, 2000; GIBSON e LEITENBERG, 2000).

Em relação ao distúrbio do estresse pós-traumático, Pinto Júnior (2005) refere que o mesmo é decorrente da exacerbação dos sentimentos de culpa e medo pela situação incestuosa, caracterizando-se por ataques de pânico e depressão. Já para a conduta hipersexualizada e tentativas inapropriadas para reafirmar a masculinidade, Pinto Júnior (2005) ressalta que a vitimização sexual pode se mostrar como uma ameaça à identidade sexual da criança. Ainda que em certos casos a busca da criança pela confirmação da masculinidade é acompanhada por formas inadequadas de comportamento, como hostilidade, desobediência e confronto.

Existe ainda uma tendência entre os meninos de recapitular sua própria vitimização, assumindo, assim, o papel de agressor de outra vítima. A criança sexualmente abusada não possui muitas habilidades apropriadas e desenvolvidas de comunicação, observando-se uma desconfiança em relação aos outros e uma cautela com qualquer interação pessoal (PINTO JÚNIOR, 2005).

Um agravante para a dificuldade no relacionamento interpessoal da criança abusada é o isolamento social imposto pelos pais, onde os mesmos interferem no estabelecimento de novas relações e no rearranjo das já existentes, por vergonha ou ainda por medo de que ocorra novamente o abuso (MAGALHÃES, 2005). Esse tipo de violência configura-se como um fenômeno multidimensional e multifatorial de extrema violação de direitos contra a pessoa humana.

Dentro da mesma lógica de complexidade vários autores afirmam que os fatores contribuintes para o abuso sexual, são influenciados direta e indiretamente por questões socioculturais e econômicas, cuja ocorrência é identificada nas diferentes classes sociais, mas que concentram duas características sempre presentes e comuns: o *dano* e o *poder* (AMÊNDOLA, 2009; WILLIAMS e ARAÚJO, 2009, PIRES FILHO, 2009; SANDERSON, 2005; HABIGZANG e CAMINHA, 2004).

2.5 A incidência da violência sexual ao redor do mundo

Estima-se que 10% dos casos envolvendo violência sexual contra crianças e adolescentes são denunciados. Estudos apontam que os dados de pesquisa sobre a incidência da violência sexual contra crianças e adolescentes variam enormemente,

em função da definição de violência sexual empregada, inclusão de comportamentos com ou sem contato e da metodologia utilizada (SANDERSON, 2005; MAGALHÃES, 2005; Di FILIPPO, 2003; GONÇALVES e FERREIRA, 2002; LAVERGNE e TOURIGNY, 2000; BRIGIONTTI, 2000).

Na literatura especializada, encontramos pouco material disponível sobre denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no panorama internacional quanto à categoria abuso sexual.

A partir da organização das informações obtidas em ChildLine (2003), AIHW (2004), Di Filippo (2003), Eurispes e Telefono Azzurro (2006) e NCCAN (2006), encontramos as seguintes estimativas de denúncias de abuso sexual infanto-juvenil em diferentes países:

Tabela 2: Estimativa internacional de denúncias de violência sexual infanto-juvenil

PAÍS	ANO	FREQUÊNCIA	FONTE
Brasil	2003-2009	98.711	DDN-100
	2009-2010	250.000 (exploração sexual comercial)	UNICEF, 2011
Austrália	2003-2003	4.137	AIHW, 2004
Canadá	2003	3.736	DI Filippo, 2003
Inglaterra	2002	8.402	ChildLine, 2003
Estados Unidos	2002	88.656	NCCAN, 2003
França	2003-2004	5.502	Eurispes e Telefono Azzurro, 2006
Itália	2005	2.891	Eurispes e Telefono Azzurro, 2006

Fonte: ChildLine (2003), AIHW (2004), Di Filippo (2003), Eurispes e Telefono Azzurro (2006) e NCCAN (2006)

Em importante publicação de *Sexual Violence Research Initiative* (SVRI), que compila inúmeros estudos realizados na América Latina e no Caribe sobre violência sexual, parceria com Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Panamericana da Saúde (OPAS), os países Brasil, Colômbia, México, Costa Rica, Haiti, República Dominicana, Jamaica, Nicarágua, Bolívia e Peru apresentaram proporções significativas e preocupantes quanto ao número de casos de violência sexual infanto-juvenil (SVRI, 2010).

No que diz respeito à violência sexual contra crianças e adolescentes, a literatura consultada nos apresentou melhores condições para descrevermos o panorama internacional. A OMS estima que em 2002 perto de 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos tiveram relações sexuais forçadas e sofreram outras formas de violência sexual com contato físico³¹ (OMS, 2006). Destes, 1 milhão estão na Ásia e 2 milhões na América Latina e no Caribe, para estudos realizados entre 2003-2009. A Articulação Internacional contra prostituição, pornografia e tráfico de crianças e adolescentes (ECPAT, nas siglas em inglês, End Child Prostitution in Asian Tourism) estima que o lucro anual da prostituição e pornografia infantil rende 12 milhões de dólares ao ano.

O fato é que a estimativa dessas cifras é bem superior, uma vez que a exploração sexual de crianças e adolescentes apresenta inúmeras possibilidades de estar envolvida na rede internacional do tráfico de seres humanos. A International Criminal Police Organization (Interpol) estima que o tráfico de seres humanos seja a terceira maior atividade de organizações criminosas transnacionais, e perde apenas para o tráfico de drogas e para o tráfico de armas, com uma movimentação estimada de 19 bilhões de dólares por ano. Por isso a UNICEF lamenta que nos últimos anos, o tráfico de crianças, a exploração sexual de menores e a pornografia infantil se tenham tornado em mercados com lucros exorbitantes (UNICEF, 2011, ECPAT International, 2010, SVRI, 2010).

Nos Estados Unidos, o departamento de informação indica que a cada ano entre 600 mil a 820 mil pessoas são traficadas pelas fronteiras, sendo que 80% das vítimas são meninas e mulheres. A UNICEF (2011) estima que perto de 400 mil crianças e adolescentes, anualmente, são traficadas entre as fronteiras da África com

³¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Global Estimates of Health Consequences due to Violence against Children**. Documentos preparatórios para o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência contra crianças. Genebra, OMS, 2006.

interesses comerciais, prostituição, trabalho escravo e crime organizado. Estudos apontam ainda fortes registros de tráfico de mulheres de Moçambique para a África do Sul onde são vendidas como “escravas” para os mineiros que trabalham próximo a Joanesburgo (OMS, 2006).

Segundo os cálculos da OMS, entre 100 e 140 milhões de meninas sofreram algum tipo de mutilação/corte genital. Só na África subsahariana, Egito e Suldão cada ano 3 milhões de meninas e mulheres são submetidas a mutilações/cortes genitais; na América Latina e no Caribe, aproximadamente de 2 milhões de crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual (abuso e exploração sexual) sendo 228 casos a cada hora (UNICEF, 2011; OMS, 2006). Na Cidade do México, 16 mil crianças e adolescentes são vítimas da exploração sexual comercial. No Brasil, estima-se que a cada dia ocorram entre cinco a sete casos novos de abuso sexual só no Distrito Federal (LOPÉZ, 2005; CIESAS, 2009).

No mapa 4, com detalhes das informações abaixo, apresentamos os países com as maiores índices de exploração sexual infanto-juvenil ao redor do mundo (UNICEF, 2011, ECPAT International, 2010, SVRI, 2010).

Mapa 4. Pontos de exploração sexual infanto-juvenil no mundo (2003-2009): áreas de grande concentração.

- **América do Sul:** Brasil, Venezuela, Bolívia, Paraguai, Colômbia;
- **América do Norte:** Estados Unidos e México;
- **Caribe:** República Dominicana;
- **Europa:** França, Itália, Grã-Bretanha, Irlanda, Holanda, Romênia, Estônia;
- **Ásia:** Indonésia, Filipinas, Tailândia, Taiwan, Paquistão, Índia, Camboja, Nepal, Sri Lanka, Vietnã;
- **Oceania:** Austrália;
- **África:** Santo Tomé e Príncipe, Quênia, África do Sul, Zimbábue, Malauí, Moçambique, Nigéria, Suazilândia, Zâmbia e Namíbia.

Há diversos registros que apontam para um incremento do tráfico de meninas e meninos nos países mais pobres da África voltados a atender a demanda da indústria do sexo: Nigéria, Malauí, Moçambique, Namíbia, Suazilândia e Zâmbia. É ainda muito expressiva a exploração sexual de crianças e adolescentes na Índia (em torno de 400 mil), 260 mil na Tailândia, perto de 80 mil nas Filipinas, aproximadamente 15 mil nas regiões turísticas do Quênia e mais de 30 mil na África do Sul (UNICEF, 2011, ECPAT International, 2010, SVRI, 2010).

2.6 A incidência da violência sexual contra crianças e adolescente no Brasil

Fábio Siqueira (2008), Gilberto Freyre (2006) e Mary Del Priore (2002) em seus escritos, descrevem a forma de dominação violenta sob a qual foi construída a base da sexualidade do povo brasileiro: Indígenas que andavam nus, gente calorosa e desinibida sexualmente, negras sensuais, escravidão, concubinato, dominador e dominado.

Desde muito tempo o Brasil é considerado paraíso tropical sexual para muitos estrangeiros. Essa noção começou a ser construída desde a chegada dos primeiros colonizadores e ganhou força nos posteriores relatos nas cortes européias e nas rodas de intelectuais a partir do século XVI. Em meio a uma sociedade patriarcal, o que prevalecia era o desejo dos senhores brancos em relação aos indígenas ou escravos e, deste modo, a violência sexual contra crianças e adolescentes era uma regra.

Na “casa grande” das fazendas, as meninas filhas dos senhores se casavam muito cedo, por volta dos, treze anos, e tinham de ser virgens. Casavam-se com homens prometidos com grande diferença de idade. Mas eram nas senzalas que estavam o mais podre da nossa história: muitos senhores se deitavam com negras virgens de dez, doze anos; outros as defloravam para se livrarem do mal da sífilis, (melhor remédio, segundo se conta). Muitas dessas meninas, eram abusadas cada vez mais cedo por seus senhores em relacionamentos incestuosos, fruto de outros relacionamentos anteriores, isto é, violentavam a mãe e depois a filha; meninos negros também serviam sexualmente a seus senhores. Por estarem em uma posição de submissão eram explorados, usados como objetos para que seus senhores pudessem assim ter seu desejo satisfeito. (SIQUEIRA, 2008; FREYRE, 2006; PRIORE, 2002).

Atualmente no Brasil, a violência sexual é considerada crime. Embora tenhamos uma legislação sobre o assunto muito à frente dos outros países, a violência sexual é ainda pouco denunciada e encontra sérios desafios para que seja realizado um diagnóstico nacional exato sobre a magnitude do problema. Pesquisas apontam que entre 10% e 15% dos casos são notificados, considerando alta a subnotificação (BRASIL, 2002c; DREZETT, 2002; 2000). Os desafios giram em torno da dificuldade de delimitar o conceito de violência sexual e suas implicações no conceito mais amplo de violência e suas variações transculturais, assim como a estruturação da violência sexual na rede de violência como um todo (AMÊNDOLA, 2009; SOUZA e ADESSE, 2005; MINAYO, 2005; D'OLIVEIRA, 1997; HEISE, 1994; LARRAIN e RODRIGUEZ, 1993).

Em importante pesquisa organizada pela Childhood Brasil, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Departamento da Polícia Rodoviária Federal (DPRF) e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDHPR), foi realizado em todo território nacional, um mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras, para o período 2009-2010. A pesquisa identificou 1.820 pontos assim distribuídos: 224 na região Norte; 545 na região Nordeste; 281 na região Centro-Oeste; 371 na região Sudeste e 399 na região Sul. A maioria dos pontos fica localizada próximo à área urbana, exceção para os Estados do Amazonas e Minas Gerais, onde os pontos foram localizados em áreas rurais (OIT, DPRF e SDH-PR, 2011).

O ECPAT International (2006) afirma que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes está presente em 930 municípios brasileiros. Os dados foram obtidos de uma investigação minuciosa encomendada pela UNICEF, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o Grupo de Investigação sobre Violência e Exploração Sexual (VIOLES) e o Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (SER/UNB). A pesquisa identifica que 1/5 das cidades brasileiras têm rede organizada de exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo a maioria delas presente no norte e nordeste do País.

Defendendo a importância de um mapeamento da realidade da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo País, com destaque para a exploração sexual, a pesquisa da OIT, DPRF e SDH-PR (2011, p. 28), observa que:

O enfrentamento da exploração sexual ainda passa por enormes desafios, como o desenho e implementação de ações que atuem nas situações de vulnerabilidade social e pessoal dessas crianças e adolescentes que estão em extremo risco ou já vivem situações de exploração sexual. As ações existentes ainda são insuficientes frente à multideterminação do fenômeno, seja pela sua abrangência, seja pelas limitações estruturais ou econômicas que interferem na sua capacidade de atendimento. O mapeamento pretende contribuir para este fim (OIT, DPRF e SDH-PR, 2011, p. 28).

Coordenado e executado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR), o Disque Denúncia ou Disque 100, é um canal de comunicação da sociedade com o poder público e está disponível para todos os Estados brasileiros para receber denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes – entre estas, as de denúncias de violência sexual para, em seguida, encaminhá-las aos órgãos competentes (rede de proteção e responsabilização).

O Disque 100 existe desde 2003 e hoje é vinculado ao Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA), em parceria com o Departamento Nacional de Políticas Temáticas dos Direitos da Criança e do Adolescente (DPTDCA), Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA), Centro de Referência de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (CECRIA).

Para o Disque 100, as denúncias recebidas são registradas em três tipos de violência: negligência, violência física e psicológica e violência sexual. Em uma denúncia, é possível que a criança tenha sofrido mais de um tipo de violência e por mais de um agressor. Por outro lado, uma criança ou adolescente que tenha sofrido

violência sexual, também sofreu violência psicológica, e na maioria vezes, é desafiador delimitar negligência e violência física. Tenhamos consciência de que as linhas de fronteira entre violência sexual, violência física ou psicológica e negligência, são mínimas, muitas vezes até inexistentes.

Nos dados disponíveis pelo Disque 100, não conseguimos obter informações únicas sobre a violência sexual para cada região e por unidade da federação, uma vez que os dados do Disque 100 envolvem todo tipo de violência contra crianças e adolescentes. De qualquer modo, a partir de um trabalho minucioso conseguimos organizar as informações onde obtivemos dados relevantes sobre o panorama geral da violência sexual contra crianças e adolescentes no território nacional.

Segundo o Disque 100, entre 2003 e 2010 (primeiro semestre), foram registradas 127 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes em todo território nacional. Destas, a violência sexual totalizou 31%, dos casos, dos quais: abuso sexual (58,55%); exploração sexual (39,78%); pornografia (1,57%) e tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual (0,70%) (PNEVSCA/DPTDCA/SNPDCA/SDH-PR, 2011a; 2011b).

A seguir, apresentaremos os mapas das denúncias, organizados a partir dos dados obtidos no Disque 100 nacional.

Região com os maiores índices de denúncia: do total geral de denúncias, para cada grupo de 100 mil habitantes, para o Disque 100, o Centro-Oeste é a região que concentra os maiores índices (94,19), seguido da região Nordeste (86,48), conforme informações contidas no Mapa 5. O que nos surpreendeu nestes dados foram os números da região sudeste (52,36) onde se encontram os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que cotidianamente apresentam situações de violência divulgadas nos diversos meios de comunicação. A região norte apresentou o terceiro maior índice de denúncias com 85,39 (Mapa 5).

Mapa 5. Brasil: registros de denúncias de violência, em geral, contra crianças e adolescentes no Disque 100, para cada região, em porcentagem. Período: maio de 2003 a junho de 2010.

Unidade Federativa: quanto à unidade da federação, em termos proporcionais, para o período estudado, o Distrito Federal apresentou o maior número de denúncias para cada grupo de 100 mil habitantes, seguidos do Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pará e Amazonas (Mapa 6).

Mapa 6. Brasil: registros de denúncias de violência, em geral, contra crianças e adolescentes no Disque 100, por unidade da federação. Período: maio de 2003 a maio de 2009/100.000 hab.

Para o período de janeiro a junho de 2010, conforme o Mapa 7, o Disque 100 nos dá a possibilidade de identificar **os Estados brasileiros quanto à posição no ranking de denúncias**, mantendo o Distrito Federal na primeira colocação, seguido respectivamente pelos estados do Mato Grosso do Sul, Ceará, Pará e Amazonas, onde nota-se uma pequena mudança quanto ao período 2003-2009.

Mapa 7. Brasil: registros de denúncia de violência sexual infanto-juvenil nacional, Disque 100, período: janeiro a junho de 2010/100.000 hab.

Capitais dos estados: quanto às capitais, o Disque 100 nos apresenta a posição do ranking quanto ao número de registros de denúncias de violência sexual infanto-juvenil. As capitais brasileiras são: Salvador, Rio de Janeiro, Fortaleza, São Paulo e Manaus (Mapa 8).

Mapa 8. Brasil: municípios com o maior número de registros de denúncia de violência sexual infanto-juvenil, no Disque 100. Período: maio de 2005 a maio de 2010/100.000 hab.

2.7 A incidência da violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado do Amazonas

Na pesquisa nacional sobre violência sexual no Brasil, encomendada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), notou-se que a região Norte e,

especificamente o estado do Amazonas apresentaram ausência de dados estatísticos de registros de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, exceção dos tímidos resultados para os estados do Acre e Pará (SOUZA E ADESSE, 2005).

O fato é que em razão dos inúmeros desafios de toda a região (isolamento geográfico, situação socioeconômica e dificuldade de implantação de políticas públicas em favor das crianças e adolescentes, entre outras), as pesquisas na área são ainda mínimas e exigem um posicionamento de toda a sociedade para que seja realizado um diagnóstico sobre o fenômeno da violência sexual infanto-juvenil, assim como a exigência de projetos e programas frente a tal problemática.

Apesar da carência de dados estatísticos, a pesquisa apontou que a violência sexual é uma realidade presente em toda a região Norte, sobretudo nas áreas próximas ao garimpo, onde se sabe da presença de prostíbulos que trancafiavam meninas e mulheres adultas em regime de escravidão. “A exploração de mulheres, crianças e adolescentes se desenvolve expressivamente em prostíbulos fechados, onde a exploração se relaciona ao mercado regionalizado das práticas extrativistas (SOUZA e ADESSE, 2005, p.101).

Souza e Adesse (2005) afirmam ainda que o turismo sexual náutico é uma prática em toda a região banhada por inúmeros rios e, por isso atende aos consumidores que exploram sexualmente crianças e adolescentes.

Segundo a Agência Amazônia de Notícias (2007), a Amazônia apresenta uma realidade cruel quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes.

O Mapa de 2006 da exploração sexual de crianças traçado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Mapa 9) localiza esse tipo de crime em 109 municípios da região Norte: 9 no Acre; 6 no Amapá; 19 no Amazonas; 37 no Pará; 14 em Rondônia; 5 em Roraima; e 19 no Tocantins.

Nas cidades do norte do Amapá e do Pará, o comércio da exploração sexual de crianças e adolescentes é crime banalizado e recorrente, sustentado pelos clientes da Guiana Francesa e do Suriname. As cidades de Altamira (PA) e o tráfego de barcos e balsas em Breves (PA) na Ilha de Marajó são alvos de constantes evidências e denúncias de redes de prostituição envolvendo crianças e adolescentes (meninos e meninas) marcados pela pobreza, obrigadas à dura realidade da exploração sexual para matar a própria fome e da família.

Mapa 9. Região Norte: número de municípios onde ocorre exploração sexual de crianças e adolescentes (ano 2006)

Em Altamira (PA) recentemente foi desvendada uma rede de exploração infanto-juvenil envolvendo políticos, empresários, delegados, fazendeiros e outras pessoas influentes da cidade. Uma espécie de coronelismo onde o abuso do poder se mantém sobre os mais fragilizados. A reportagem do Jornal *O Estado de São Paulo* de 06-09-2008, intitulada *Cidades Amazônicas viram Eldorado da Prostituição Infantil*, realizadas pelos jornalistas Leonêncio Nossa e Celso Júnior apontam que as cidades de Juruti (PA) Parauapebas (PA) e Coari (AM), viraram o eldorado da prostituição infantil na Amazônia (NOSSA e CELSO JÚNIOR - JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008). Essas três cidades apresentam números de exploração sexual de crianças e índices de qualidade de vida na infância piores que os de outras cidades da Amazônia, apesar do grande crescimento econômico.

Líderes na arrecadação de impostos e royalties de gás, petróleo, bauxita e minério, os municípios de Coari (AM), Juruti e Parauapebas (PA) vivem um *boom*

econômico, mas registram, ao mesmo tempo, altos índices de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Por fim, a reportagem afirma ainda que a estatística das meninas grávidas com idade até 15 anos é o retrato fiel da situação exposta. Das mulheres que tiveram filhos no Brasil, nos primeiros seis meses de 2008, 1,3% estavam nessa faixa. Esse índice cresce nos Estados do Amazonas e do Pará para 1,9%, mas é dez vezes maior em Coari, 13,9% - em 1995, um ano antes da chegada da Petrobras à cidade, 1,7% das grávidas do local tinha idade abaixo de 15 anos. Já Parauapebas registrou no primeiro semestre de 2008 uma taxa de 2% de grávidas com idade abaixo de 15 anos. Em Juruti, em 2007, do total de grávidas atendidas no hospital local, 2,5% tinham idade abaixo de 15 anos - esse percentual foi de 0,9% em 1995 (NOSSA e CELSO JÚNIOR - JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008).

Como já foi afirmado, na região Norte foram identificados 224 pontos de vulnerabilidade de exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais que cortam a Região. Destes, foram identificados quatro pontos críticos presentes no Estado do Amazonas na BR 174 e BR 319, sendo três rurais e um urbano (OIT, DPRF e SDH-PR, 2011).

O isolamento geográfico e a precária infraestrutura de fiscalização desse tipo de crime fornecem às duas rodovias condições propícias e vulneráveis à exploração sexual de crianças dessas localidades, possibilitando o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual além dos limites estaduais e das fronteiras internacionais.

A antropóloga Flávia Cunha consultora da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SEPM) considera, porém, que no Estado do Amazonas há 76 rotas de tráfico de pessoas. Várias delas utilizando o transporte fluvial, mais comum na região pela ausência de estradas.

O que percebemos é que quanto mais distante da presença efetiva e fiscalizadora dos órgãos responsáveis, maior é a possibilidade de ocorrência de fenômeno e de sua proliferação, sejam eles identificados nos pontos de vulnerabilidade nas duas rodovias federais do estado ou ao longo dos rios amazônicos (OIT, DPRF e SDH-PR, 2011; PORTAL ISTOÉAMAZÔNIA, 2010; MUNHOZ, 2010; ECPAT International, 2006; CECRIA, 2002).

Oliveira (2007) observa que a BR-174, rodovia interestadual que conecta a capital do estado do Amazonas (Manaus) com a fronteira entre o Brasil e a Venezuela, é um dos principais eixos de articulação da região Norte brasileira, além de desempenhar importante papel de integração na América Latina, pois atua como porta de entrada, via terrestre, do Brasil para os países do norte do continente, sobretudo, da região caribenha (Mapa 10).

Mapa 10. BR -174 (Manaus-Boa Vista): rota de exploração sexual comercial

O autor afirma que durante o deslocamento Manaus-Venezuela, que dista perto de 1.020 quilômetros pela BR-174 e chega a durar mais de 14 horas de travessia, é possível identificar quatro cidades no cerne do estado de Roraima que assumem função de parada temporária para fins de exploração sexual comercial, a saber: Rorainópolis, Caracaraí, Boa Vista e Pacaraima.

De Manaus, foram identificadas rotas internacionais de exploração sexual e de tráfico de pessoas que partem para a Venezuela, Colômbia, Guiana Francesa, Suriname, Espanha, Holanda, Alemanha e Suíça (OIT, DPRF e SDH-PR, 2011; OLIVEIRA, 2007, ECPAT International, 2006; CECRIA, 2002. 1997), conforme demonstrado no Mapa 11.

Mapa 11. Manaus: rotas internacionais de exploração sexual e de tráfico de pessoas

Quanto aos municípios do Amazonas, o Mapa 12 indica os pontos de maior vulnerabilidade para a exploração sexual de crianças e adolescentes, a saber: Manaus, Parintins, Presidente Figueiredo, Coari, Manacapuru, Iranduba, Itacoatiara, Autazes, Tefé, Maués, Tabatinga, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira. A Polícia Federal identificou redes de prostituição agindo nestes municípios, apesar de já serem identificados 19 municípios do Estado onde crianças e adolescentes são explorados sexualmente.

Mapa 12. Amazonas: pontos de exploração sexual infanto-juvenil nos municípios

A reportagem da Agência Amazônia de Notícias (2008) afirma que a Polícia Federal (PF) desvendou a existência de redes de turismo sexual, prostituição e tráfico de meninas e meninos nas cidades de Barcelos, Presidente Figueiredo e Tabatinga, no estado do Amazonas. A rede de turismo tem os estrangeiros como grandes clientes. Em Barcelos, pescadores esportistas americanos levariam suas “vitelas para abater” em hotéis de selva, segundo a investigação da Polícia Federal. Documentos sigilosos que estariam em Brasília mostram: pacotes para pesca esportiva oferecidos no mercado norte-americano incluem “favores sexuais de moças da região”. Em Presidente Figueiredo, meninas e meninos seriam aliciados por quadrilhas que atuam na Venezuela, Colômbia, Peru, Espanha e Portugal. Em Tabatinga foram mapeados tráfico de meninas e meninos, turismo sexual e prostituição de menores, tudo em associação ao narcotráfico. Pistoleiros são contratados para eliminar quem atrapalhar o negócio. Em Coari, muita gente foi presa durante a deflagração da Operação Vorax, da Polícia Federal, para investigar

uma quadrilha liderada pelo prefeito do município, Adail Pinheiro. A quadrilha foi acusada de sonegar impostos, fraudar licitações, desviar verbas públicas e também de explorar sexualmente crianças e adolescentes na área geográfica em torno do gasoduto de Coari.

A vulnerabilidade de crianças e adolescentes aumenta mais ainda nos períodos das festas temáticas de cada município, onde a presença de visitantes e de aproveitadores, a oferta de dinheiro rápido e o simbólico da festa fazem com que crianças sejam abusadas e, sobretudo exploradas sexualmente, muitas vezes com o “consentimento” da própria família, em troca de favores. Abaixo, os municípios acima elencados com suas principais festas populares:

- Manaus: Carnaval, Festival Folclórico, Carnaboi e Boi Manaus;
- Parintins: Carnailha e Festival Folclórico de Parintins;
- Presidente Figueiredo: Festa do Cupuaçu e Carnachoeira;
- Barcelos: Festival do Peixe Ornamental e Pesca Esportiva;
- Manacapuru: Festival das Cirandas;
- Itacoatiara: Fecani;
- Maués: Festa do Guaraná e Festival de Verão;
- São Gabriel da Cachoeira: Festival Folclórico e Festibal;
- Autazes: Festa do Leite;
- Tabatinga: Fincata e Festival do Boi;
- Iranduba: Festa da Cerâmica e Festa do Padroeiro do Município;
- Coari: Festa da Banana e Festival Folclórico;
- Tefé: Festa da Castanha e Festival de Verão

A Agência Amazônia de Notícias (2008) relata que um dos episódios mais marcantes envolvendo políticos e empresários na rede de exploração sexual de crianças e adolescentes amazonenses veio à tona em 16 de setembro de 2004. A bordo de um iate luxuoso, pelo terceiro ano consecutivo, 15 políticos e empresários de Brasília e São Paulo aguardavam um “carregamento” de 17 meninas, várias das quais menores de idade, provenientes de Manaus, para seguir rio Negro acima rumo ao Município de Barcelos (AM) com o objetivo aparente de pescaria esportiva. No dia 19 de setembro as meninas se dividiram em dois grupos para o retorno a Manaus. O iate, com os políticos e empresários, seguiu rio Negro acima, com

destino a um hotel na selva. Doze meninas retornaram a Manaus. No fim do dia, as cinco meninas restantes retornaram também, num barco de linha regional. O barco naufragou naquele mesmo domingo, entre Manaus e Barcelos, com cem passageiros. Dentre os mortos, estavam cinco garotas que participaram da orgia sexual promovida pelos políticos e empresários. Dois dias antes do acidente, alguns pais queixaram-se à polícia sobre o desaparecimento de suas filhas.

Logo sem seguida, agentes da Delegacia Especializada de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA) de Manaus descobriram que as meninas mortas eram as mesmas procuradas pelos pais. Depois, localizaram algumas meninas que participaram do “evento” promovido e que retornaram a Manaus. Foi aí que identificaram o então presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputado distrital Benício Tavares da Cunha Melo (PMDB) que adotou o nome Benício Mello (prenome e último sobrenome); Randal Mendes (Sérgio Randal), cunhado de Benício Tavares e, então, chefe de gabinete da presidência da Câmara Legislativa do DF; o advogado brasileiro Marco Antônio Attié, entre outros empresários paulistas.

A gravidade do problema não para por aqui. Em julho de 2010, o juiz federal Antônio Carlos Branquinho foi preso por policiais federais em cumprimento a um mandado de prisão expedido pela 4ª Vara Criminal da Justiça Federal no Amazonas. Ele foi preso por acusações de crimes de pedofilia e abuso sexual contra crianças e adolescentes praticados na cidade de Tefé, a 525 quilômetros de Manaus, onde atuou como juiz do Trabalho. Ele também foi pego em posse de material com pornografia infanto-juvenil no momento em que lhe era entregue o mandado de prisão em sua casa (AZEVEDO, 2010)

Em 22 de setembro de 2010, às vésperas da eleição para o Governo do Estado do Amazonas, a imprensa de Manaus divulgou outra notícia que chocou a opinião pública envolvendo o então senador Alfredo Nascimento (PR), hoje, ex-ministro do Transporte e o atual governador do Amazonas, Omar Aziz (PMN), ambos candidatos a governador do estado naquele momento. A fiscalização da propaganda eleitoral apreendeu mais de 25 mil panfletos sobre pedofilia que estavam no comitê de Alfredo Nascimento. O juiz federal auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral no Amazonas (TRE-AM), Dimis da Costa Braga, determinou a retirada de toda propaganda eleitoral que associasse o nome do governador e candidato à reeleição, Omar Aziz (PMN), ao crime de pedofilia, exploração de prostituição infantil e abuso

sexual de menores. Três dias antes da data, uma inserção da coligação de Alfredo Nascimento (PR) citou e mostrou uma reportagem do jornal “O Globo”, de 23 de agosto de 2010, em que é relatada a investigação de Aziz pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual Infantil, em 2004 (JORNAL A CRÍTICA, 2010)

Quanto à violência sexual infanto-juvenil na área indígena do Amazonas, Gilberto Dimenstein, no livro “Meninas da Noite”, afirma que a situação é alarmante. Garimpeiros e soldados desfrutam sexualmente das meninas indígenas em troca de cachaça, remédios, roupas e comidas, em grande parte com o consentimento da família. Segundo Dimenstein, em conversa com o coordenador do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) em Manaus, Michael Feeney, marreteiros e soldados, espalhados pelos quartéis da Amazônia, são os responsáveis pelos ataques às mulheres e meninas (DIMENSTEIN, 1992). Segundo o jornalista, o médico e antropólogo Antônio Maria de Souza, pesquisador do Museu Emílio Goeldi, de Belém, que passou boa parte de sua vida visitando as tribos da Amazônia, obteve dezenas de depoimentos sobre curras de meninas praticadas por soldados em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro. O texto mostra o relato de um indígena que afirma ter visto 11 recrutas brancos do Exército currando uma adolescente indígena das 8h até às 3h da madrugada. O comandante do 5.º Batalhão Especial de Fronteiras do Exército de São Gabriel da Cachoeira, comentou o fato dizendo que são as índias que tentam estuprar seus soldados quando estão no cio.

Já a reportagem de Elaíze Farias, de 10 de julho de 2011 publicada no jornal “A Crítica” de Manaus, relata que indígenas do Amazonas, vítimas do turismo sexual entraram com denúncia na justiça dos Estados Unidos. A denúncia foi levada pela ONG americana Equality Now contra a empresa também americana Wet-A-Line que operava com a empresa Santana Eco Fish Safari, com sede em Manaus. O jornal “A Crítica” relata que entrou em contato com o indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai), João Melo, onde este afirmou que os meninas indígenas têm proveniência do Município de Autazes (AM). Segundo Melo, a prática da exploração sexual de meninas e meninos indígenas vem ocorrendo há alguns anos desde que foi descoberto o escândalo da exploração sexual de menores em Barcelos envolvendo a pesca esportiva, fato que fez migrar o turismo sexual para a região de Autazes e as imediações de Borba. A Polícia Federal no Amazonas afirma que tem

conhecimento de que 15 meninos foram estuprados por americanos (FARIAS, 2011).

Outra manchete do jornalista Leandro Tapajós, publicado no Jornal “A Crítica” do dia 21 de setembro de 2011, intitulada “Deputado denuncia prostituição de adolescentes indígenas do Vale do Javari, na região do Alto Solimões, no Amazonas”, denuncia o aliciamento de índios na região do alto Solimões. De acordo com denúncia, adolescentes com idade entre 13 e 17 anos são aliciados e levados para hotéis de selva da Colômbia e Peru. A situação já ocorre há 18 anos e se tornou cada vez pior nos últimos anos (TAPAJÓS, 2011)

Vale ressaltar que o ato de “doar” ou “vender” os filhos para pessoas de confiança e de família ainda é bastante comum nas comunidades ribeirinhas e indígenas. Com promessas de vida melhor, estudo e um pouco de dinheiro oferecido aos pais, crianças e adolescentes são entregues a pessoas estranhas (entre estas, estrangeiros) que se aproximaram de pessoas conhecidas da família, dando garantia de que as crianças e adolescentes terão um bom futuro e estarão seguras e bem cuidadas.

Costa (2005, p. 317) observa que nas populações indígenas da Amazônia “o ato de doar implica numa relação de confiança, de reconhecimento, de solidariedade ou mesmo de troca”. Nas sociedades indígenas, o ato de doar implica numa troca que tem sempre um lugar dentro do seu sistema simbólico, que segundo Fernandes (1975) os indígenas oferecem aos visitantes o que têm de melhor. Uma vez adquiridos por meio de doação, compra ou rapto, Martins (1997) afirma que as mulheres e as crianças tinham seu reconhecimento apenas para a exploração do trabalho ou exploração sexual.

Costa (2005) ainda observa que os pais na Amazônia costumavam doar, tal qual o costume dos índios, o filho considerado mais esperto ou mais inteligente. Mas a autora relata o aspecto da sedução das famílias por inúmeros argumentos e promessas de quem lhes pediam os filhos.

Bates (1979, p.206), ao falar sobre a venda de crianças pelos caciques indígenas na Amazônia afirma que “a venda de crianças era muito comum e estas eram encomendadas aos barqueiros índios”, onde as crianças eram levadas, por encomenda, para a cidade.

Entre mulheres e crianças, muitas eram entregues como parte de dívidas adquiridas junto aos regatões que se colocavam como intermediários entre “brancos”, índios e caboclos (WALLACE, 1979).

Retratos de uma realidade antiga e ainda tão atual nos beiradões dos rios amazônicos. Costa (2005, p. 321) comenta:

O que restou dessa prática nos dias atuais foi o costume das donas de casas citadinas encomendarem crianças aos donos de barco que fazem o comércio com interior. Em geral tais crianças ou mocinhas, vem com o intuito de melhorar de vida, mas não recebem salário ou são mal remuneradas, não estudam e por vezes acabam arrumando filho, o que lhes piora a situação. Evidentemente, há exceções, empregadas que ficam muito tempo nas casas, ligadas ao tratamento paternalista de algumas patroas (COSTA, 2005, p. 321).

Por isso não é exagero nenhum afirmar que a forte evidência de violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus perpassa a história da formação social da Amazônia e continua tão atual e tão presente na realidade amazônica.

Gostaríamos de encerrar por aqui essa breve reflexão sobre a questão indígena, mas neste 27 de setembro de 2011, temos em mãos o jornal “Dez Minutos” trazendo a seguinte manchete: “Polícia prende 9 pessoas por exploração sexual em Maués” (JORNAL DEZ MINUTOS, 2011, p.5). O grupo era formado por empresários, servidores da área da saúde, funcionários públicos, comerciantes e músicos. Há suspeita de que eles já atuavam há dois anos no município. Com um dos agenciadores foi apreendido uma espécie de catálogo, que continha fotos de dez vítimas entre crianças e adolescentes. A maioria das vítimas era aliciada na porta das escolas e iludida pela promessa de ganhar dinheiro fácil para ajudar suas famílias. Os programas variavam de R\$ 50 a 100, mas poderia chegar a R\$ 1 mil, caso a menina fosse virgem (JORNAL DEZ MINUTOS, 2011).

2.8. Deu no jornal

Nestes últimos cinco anos, nunca se viu tantos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes estamparem as manchetes dos principais jornais de Manaus, das quais destacamos algumas delas que retratam um pouco da gravidade

do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, apenas três meses de investigação no ano de 2010 (Quadro 2)³².

Quadro 2 – Demonstrativo de manchetes e resumos de jornais sobre violência sexual nos meses de agosto a outubro de 2010 em Manaus (AM)

JORNAL // DATA	MANCHETE	RESUMO
A Crítica. 06/08/2010	“Adolescente foi estuprado, estrangulado e afogado”	<p>“O adolescente Andrews Furtado Rodrigues, 14, encontrado morto e despido na manhã de hoje (06), em uma vala na rua Londres, comunidade Gilberto Mestrinho, Zona Leste de Manaus, foi vítima de abuso sexual, estrangulamento e afogamento”.</p> <p>Fonte: http://acritica.uol.com.br/manaus/Amazonas-Manaus-Amazonia-CotidianoPoliciaAdolescente-estuprado-estrangulado-afogado_0_311968841.html</p>
A Crítica. 12/08/2010	“Polícia começa investigar ataque a menino em porta de escola”	<p>“A vítima, um menino de 6 anos de idade. O ataque ocorreu durante o recreio da escola, entre às 9h e 10h, no bairro Novo Israel (Zona Norte). Segundo o menino, um homem alto ofereceu a ele R\$ 0,50 e o levou para uma casa fora da escola, depois o estuprou”.</p> <p>Fonte: http://acritica.uol.com.br/manaus/AmazonasManaus-Amazonia-Policia-investigar-ataque-menino-escola_0_315568513.html</p>
A Crítica. 13/08/2010	“Acusação de abuso sexual dentro da escola”	<p>“É o segundo caso de estupro envolvendo escola pública somente esta semana. A polícia deve ouvir nos próximos dias os depoimentos dos vigias, da professora e da diretora da escola municipal Santa Etelvina, localizada no bairro Santa Etelvina, Zona Norte de Manaus, a respeito das circunstâncias em que ocorreu o abuso sexual contra um dos alunos da unidade de ensino, na última terça-feira (10)”</p> <p>Fonte: http://acritica.uol.com.br/manaus/Acusacao-abuso-sexual-escola_3_316198384.html</p>
Portal D24AM – Notícias Amazonas 13/08/2010	“Médico acusado de abuso sexual em Manaus é preso em Rondônia”	<p>“...o médico foi preso por ordem da Justiça do Amazonas. Demétrio é acusado de ter abusado sexualmente de uma paciente durante um exame, na capital do Amazonas. A prisão foi decretada ainda no ano passado. O médico fugiu do Amazonas...”</p> <p>Fonte: http://www.d24am.com/noticias/amazonas/medico-acusado-de-abuso-sexual-em-manaus-e-preso-em-rondonia/5108</p>

³² É importante ressaltar a criação, em 1992, da Agência Nacional de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), que é uma associação civil que tem como missão contribuir pelos meios de comunicação uma cultura que defenda e promova os direitos das crianças e adolescentes.

A Crítica. 22/09/2010	“Juiz proíbe propaganda com menção à pedofilia no Amazonas”	<p>“O juiz federal auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral no Amazonas (TRE-AM), Dimis da Costa Braga, determinou hoje a retirada de toda propaganda eleitoral que associe o nome do governador e candidato à reeleição, Omar Aziz (PMN), ao crime de pedofilia, exploração de prostituição infantil e abuso sexual de menores”</p> <p>Fonte: http://acritica.uol.com.br/noticias/PoliticaEleicoes_2010_0_340166097.html </p>
A Crítica. 29/09/2010	“Fiscalização da propaganda eleitoral apreende mais de 25 mil panfletos sobre pedofilia que estavam no comitê de Alfredo”	<p>“...o advogado de Omar Aziz, Daniel Nogueira, relatou que a acusação feita pela coligação do candidato ao governo, senador Alfredo Nascimento (PR), relaciona o candidato Omar Aziz à prática de atos de pedofilia”</p> <p>Fonte: http://acritica.uol.com.br/manaus/Amazonia-Manaus-Amazonas-Eleicoes_2010_0_344365740.html</p>
A Crítica. 28/10/2010.	“Professor é preso por abuso sexual contra 11 alunas”	<p>Policiais da Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA) prenderam na tarde desta quarta-feira (28), um professor acusado de abusar de crianças na Escola Municipal Heleno Nogueira dos Santos, no bairro Mauazinho, zona Leste de Manaus. De acordo com a titular da DEAPCA, Linda Gláucia, o acusado teria violentado 11 meninas, com idade entre nove e dez anos.</p> <p>Fonte: http://acritica.uol.com.br/noticias/crianca-vitima-abuso-sexual-minuto_0_363563682.html</p>

Os crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes crescem apoiados no medo das vítimas em denunciar as agressões sofridas, reforçam-se na omissão ou na falência pública para lidar com a questão e continuam a acontecer sob as asas da silenciosa cumplicidade social, por isso ratificamos a importância primordial da notificação dos casos, pois é por meio dela que a violência sexual poderá ganhar visibilidade, permitindo o dimensionamento epidemiológico do problema e a criação de políticas públicas voltadas à sua prevenção. Atualmente o índice de subnotificação ainda é muito alto e a real prevalência dos crimes sexuais ainda é pouco conhecida (COSTA, *et alii*, 2007; SALIBA *et alii*, 2007; PINTO JÚNIOR, 2005; GONÇALVES e FERREIRA, 2002; SOUZA, ASSIS e VECHI, 2002).

Souza e Adesse (2005) observam que a subnotificação dos casos de violência em geral e os de violência sexual também decorrem, em parte, do descrédito da população nas instâncias judiciárias e de segurança pública.

Acrescentaríamos também o fator acesso e acessibilidade dos usuários aos serviços, a morosidade no encaminhamento dos casos e o despreparo de muitos envolvidos nas instituições que atendem as vítimas, levando crianças, adolescentes e usuários a vivenciarem inúmeras situações que constituem revitimização ou que, ao buscarem ajuda nas instituições de apoio, os profissionais não conseguem identificar o abuso sexual ou se refutam a fazê-lo.

Sobre esta situação, Amêndola (2009) identifica os seguintes fatores que interagem no processo de notificação por parte dos profissionais: o despreparo dos profissionais de saúde e educadores (a rede de Saúde e de Educação tem papel fundamental na identificação das vítimas e na notificação dos casos); a divergência de suas práticas; o uso de diferentes termos para designar o mesmo episódio; a crença pessoal pelos profissionais de que toda a denúncia é verdadeira; o conluio da família para negar o abuso ou para fazer acusações infundadas; o receio dos profissionais pelas obrigações legais e transtornos advindos da notificação de casos suspeitos de violência e maus-tratos; o excesso de trabalho e burocracia; o modo como compreendem o sigilo profissional.

Gonçalves e Ferreira (2002) ressaltam que a legislação brasileira tem como base o modelo norte-americano no que tange à obrigatoriedade de notificação dos casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra a criança. Eles afirmam que o ato de notificar é influenciado por fatores de ordem pessoal dos profissionais, pela própria estrutura dos serviços que, na maioria, é insuficiente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Título VII, Capítulo II, ao tratar das infrações administrativas, estabelece multa para os profissionais que não notificarem os casos de que tenham conhecimento:

ART. 245 - Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 2001b, p. 44).

Além disso, as literaturas norte-americanas e brasileiras reafirmam a obrigatoriedade da notificação dos casos de abuso sexual infantil por parte dos profissionais de saúde às agências de proteção do Estado e pontuam que a identificação da violência sexual é ainda carregada de muitas incertezas,

considerando que exista muito despreparo dos profissionais e da população em geral para lidar com o assunto (GONÇALVES e FERREIRA, 2002; SOUZA, ASIS e VECHI, 2002).

Portanto, a efetivação da denúncia da violência sexual contra crianças e adolescentes aos órgãos de proteção e o acompanhamento dos casos por profissionais da rede de enfrentamento ao abuso e exploração sexual é fundamental. Todos os profissionais precisam estar conscientes das implicações legais e éticas de suas intervenções ou de sua omissão (SAYWITZ *et alii*, 2000).

Ao se referirem aos profissionais de saúde, Amazarray e Koller (1998) relatam que se estes não denunciarem a ocorrência do crime ou desconsiderarem sua possível existência, estarão perpetuando o abuso sexual, colaborando com a síndrome de segredo do mesmo. Daí a importância da rede de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil atuar fortemente junto aos profissionais da área de saúde, educacional, órgãos públicos e privados, assim como nas diversas instâncias comunitárias onde a criança e a família nelas participam.

CAPÍTULO III

UMA LEITURA PSICOSSOCIAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MANAUS A PARTIR DAS DENÚNCIAS

*Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra
criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao
Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de
outras providências legais
(ECA, Art. 13).*

3.1 Os números da denúncia em Manaus: entre notificação e subnotificação

Considera-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes seja uma problemática numericamente significativa. Por isso, o número de casos detectados e denunciados, notificados e registrados seja muito inferior à realidade dos fatos (BAZON, 2009; BLACK, HEIMAN e SLEP, 2001; FURNISS, 2002).

Apesar das pesquisas apontarem que apenas entre 10 e 15% dos casos são notificados (BRASIL, 2002c; DREZETT, 2002; 2000) e os números da subnotificação serem considerados altos, acreditamos que houve um aumento elevado no número de denúncias em Manaus no período estudado (2006-2010). Isso se dá por diferentes motivos.

O aumento do número de denúncias pode ser devido ao aumento da disseminação de informações sobre o tema, a aplicação de algumas normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que até pouco tempo ficavam apenas no papel e o próprio conhecimento da criança e adolescente acerca do tema. Apesar dos limites, as crianças e os adolescentes de hoje têm mais acesso à informação.

Por outro lado, acreditamos ainda que a implantação em todo território nacional do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, fez com que houvesse uma melhoria significativa da atuação da rede de enfrentamento na cidade de Manaus, o que tornou mais evidente a necessidade de denúncia por parte da população, a partir da divulgação da mídia nacional e local e de algumas campanhas de prevenção, com destaque para o 18 de maio: dia de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Mas o centro da questão, inegável para nós, é que houve um aumento do quadro geral da violência em todo país. Manaus não ficou fora do aumento do

número de violência de toda ordem. Lembremos o fato de que a violência sexual infanto-juvenil tem profunda relação com outras formas de violência, sobretudo com a do tipo intrafamiliar ou doméstica. Por isso, não dá para pensá-la separada ou isenta das outras formas de violência e afirmar que o aumento do número de casos em Manaus seja apenas resultado das campanhas de enfrentamento e da atuação da rede, haja vista os limites em Manaus da rede de enfrentamento, o que discutiremos no capítulo IV deste estudo.

Tabela 3 – Distribuição da frequência, taxa por 100 mil habitantes e média mensal das denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes na zona urbana de Manaus, segundo o ano e as instituições investigadas em Manaus-AM, 2006-2010.

Instituições	2006		2007		2008		2009		2010	
	Freq	Taxa p/ 100.000 hab.	Freq.	Taxa p/ 100.000 hab.	Freq.	Taxa p/ 100.000 hab.	Freq.	Taxa p/ 100.000 hab.	Freq.	Taxa p/ 100.000 hab.
CREAS	558	35	293	17,9	278	16,5	553	31,8	830	46,4
Média/mês	46,5		24,42		23,17		46,08		69,17	
SAVVIS	118	7,4	201	12,3	254	15,0	320	18,4	447	25,0
Média/mês	9,83		16,75		21,17		26,67		37,25	
DEPCA	460	28,9	427	26,0	522	30,9	525	30,2	659	36,8
Média/mês	38,33		35,58		43,5		43,75		54,92	

Fonte: Pesquisa de Campo (CREAS, SAVVIS e DEPCA, 2006-2010)

Conforme a Tabela 3 e o Gráfico 1, no que diz respeito à frequência das denúncias, nota-se uma evolução gradativa para o SAVVIS e para a DEPCA, apesar de que a DEPCA apresenta uma pequena queda para o período 2006-2007, para depois crescer entre 2007-2009.

O CREAS apresenta queda no número de denúncias entre os anos de 2006 e 2008 e, em seguida apresenta uma curva ascendente até 2010, quase que triplicando o número de casos denunciados. As mesmas observações servem para todas as instituições ao considerarmos a população de Manaus (taxa/100.000 habitantes) (Tabela 3 e Gráfico 1).

É notório para ambas as instituições o crescimento significativo do número de denúncias para o ano de 2010 em relação aos anos anteriores. Estes números, portanto refletem na média mensal do atendimento de cada instituição. Desse modo, no ano de 2010, observamos uma forte presença de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus.

Gráfico 1 – Distribuição segundo a frequência de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes na zona urbana de Manaus, de acordo com as instituições investigadas no período 2006-2010. Manaus, Amazonas, 2011

Fonte: Pesquisa de Campo (CREAS, SAVVIS e DEPCA, 2006-2010)

A subnotificação da violência sexual se deve ainda a outros condicionantes. Na maioria das vezes, a criança ou o adolescente vitimizado não revela o acontecido pelo constrangimento ou ainda por sofrer ameaças físicas e psicológicas pelo agressor ou até pela própria família. A vítima sente vergonha e medo de ser desacreditada por parentes ou pessoas próximas. Sente-se confusa no que diz respeito a sua participação, se permitiu ou não a agressão e por isso sofre em silêncio. A dificuldade aumenta porque a maioria dos casos de abuso sexual não

apresenta sinais físicos (PINTO JÚNIOR, 2005; SANDERSON, 2005; OSOFSKY, 2003).

Sabe-se ainda que a partir do momento que ocorre uma violência, principalmente se ela acontece no ambiente familiar, a probabilidade que a denúncia aconteça é muito pequena. É uma situação difícil para a criança e para a família, pois a denúncia do segredo explicitará a violência que ocorre dentro da própria família (ARAÚJO, 2002). Os agressores ameaçam dizendo que a criança vai destruir sua família: que se ele sair de casa quem vai comprar comida e pagar as contas? que a criança abusada vai destruir o casamento dos pais; que se não acreditarem nela, será chamada de mentirosa; que se alguém descobrir será chamada de vagabunda porque foi ela quem quis; e tantas outras formas de ameaça psicológica ou física. Há ainda o fato de as próprias mães não denunciarem a violência por medo de perder o companheiro, seja por motivos afetivos, seja por motivos de manutenção econômica da família. Sendo a maioria deste tipo de violência mais freqüente no seio intrafamiliar, a maior parte das ocorrências não é notificada.

Outra informação pertinente quanto a não denúncia ou dos altos casos de subnotificação é a desinformação da sociedade sobre o que constitui a violência sexual. Construiu-se no imaginário popular que violência sexual ou abuso sexual diz respeito a estupro. Se a criança ou adolescentes não foi estuprada ou se não ocorreu penetração, então não houve violência sexual. Se o adulto apenas tocou, mostrou um filme erótico, disse palavras obscenas, mas não chegou a penetrar a probabilidade de que isto chegue a ser denunciado junto aos órgãos competentes é mínima. A grande maioria das denúncias que chega aos órgãos refere-se a casos de penetração anal ou vaginal e não são violências de primeira vez. Acreditamos ainda que se as classes média e alta tivessem a coragem de quebrar o pacto do silêncio e passassem a denunciar a violência sexual, certamente esses números se elevariam consideravelmente.

Mas, infelizmente, ainda são os *pobres* que “dão seu rosto à tapa” se expondo nas estatísticas nacionais de denúncias e nas páginas policiais dos jornais. Graças a essa coragem de denunciar, inúmeras conquistas foram adquiridas do ponto de vista da legislação e das políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. Conquistas essas para todas as crianças e adolescentes: sejam essas ricas ou pobres. Por isso ainda precisamos superar o problema das subnotificações.

3.2 Fatores de vulnerabilidade psicossocial e socioespacial à violência sexual de crianças e adolescentes em Manaus

Segundo Becker (2005), na acentuação de diferentes *espaços-tempos* reside uma das raízes da geopolítica contemporânea. Existem pressões de todo tipo para influir na decisão dos Estados sobre o uso de seus territórios, sobretudo dos territórios selecionados para investimentos e com potencialidades para tal. A Amazônia é um exemplo vivo dessa geopolítica, pois nela se encontram todos esses elementos.

A Amazônia é uma das mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com a relação sociedade-natureza, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. Hoje, o imperativo é modificar esse padrão de desenvolvimento, ou seja, sustar esse padrão de economia de fronteira. Para que se possa mudar esse padrão de desenvolvimento é necessário entender os diferentes projetos geopolíticos e seus atores, que estão na base dos conflitos na região, para tentar encontrar modos de compatibilizar o crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais e a inclusão social (BECKER, 2005, p. 72)

Silva (2001), ao refletir sobre *valorização humana e social na Amazônia*, observa que as atuais condições de sobrevivência das populações amazônicas estão sujeitas às conseqüências desiguais do desenvolvimento das formas de exploração econômica que emerge das circunstâncias históricas e dos desafios atuais postos à região. Estes exercem forte impacto sobre a realização da cidadania de seus povos e como resultante apresenta um expressivo quadro de exclusão social cujos indicadores podem ser a renda da população, a educação, as condições de moradia, o acesso às atenções básicas de saúde, as perspectivas de ocupação da força de trabalho, entre outros.

O geógrafo Hervé Théry tentando sintetizar o efeito espacial das políticas públicas na Amazônia, afirma que grande parte de sua população (60%) continua ignorada pelas políticas públicas (THÉRY, 2005). Silva (2010; 2001) observa que às dificuldades de efetivação de políticas públicas no território da Amazônia brasileira, associa-se a produção da pobreza e da miséria das populações regionais, geradora

de desigualdades sociais historicamente desenvolvidas e que, portanto, urge que sejam corrigidas as distorções de investimentos públicos na região.

Freitas (2010, p. 52) comenta que o Estado brasileiro nunca foi parceiro em prol da Amazônia. “Ao contrário, o Estado tem sido o principal agente de expropriação física e espiritual dos povos amazônicos” e principal instrumento de expansão do capital naquela região, porém, gerador de riqueza concentrada na mão de poucos. O autor observa ainda que o Estado brasileiro precisa construir um programa sério de inserção social onde se agregue inovação tecnológica aos programas de políticas públicas na Amazônia, ou seja, uma aliança mais articulada com a ciência e a tecnologia, gastos com infraestrutura, educação, transporte, abastecimento, saúde, redes de conectividade entre os setores produtivos e os mercados consumidores. A propósito deste argumento, Silva (2010) acrescenta:

Impactos sociais, por sua vez, vêm ocorrendo por falta de participação social, pela tendência à concentração de renda e em razão da prioridade dada aos corredores de exportação, com poucos benefícios locais. [...] Além disso, as fronteiras econômicas abertas na Amazônia, ao desagregarem formas tradicionais de sobrevivência na floresta, inauguraram as carências alimentares e a fome na região. Há condição dramática de miséria e abandono na realidade amazonense (SILVA, 2010, p. 59)

Por outro lado, urgem os desafios da sustentabilidade na Amazônia na tentativa de uma conexão estabelecida entre a ciência e tecnologia aplicada à base de recursos naturais, tendo o capital social como principal força motora de transformação. Barros (2010,) afirma que é desafiador falar em desenvolvimento sustentável em condições de marginalização social e baixos índices de desenvolvimento humano na região.

Se não conseguirmos, no contexto do território, resolver as desigualdades e a pobreza absoluta, a proposta de desenvolvimento sustentável não passará dos nossos ideais à práxis efetiva. [...] Isso significa respeitar a vida, rever conceitos, refazer referências, considerar diferenças, compreender e aceitar contradições, recuperar os valores do sagrado, reconhecer a pluralidade e a diversidade de saberes e deveres que consagram a natureza da existência do humano, buscar alternativas que impliquem a produção de novos conhecimentos e saberes pela compreensão e resgate do acervo acumulado pelas populações tradicionais e indígenas, numa postura de humildade diante do diverso múltiplo da região (BARROS, p. 151)

A realidade da infância na região Norte do Brasil nos dá a possibilidade de alargar nosso olhar sobre as condições de vida das populações que habitam essa parte do território brasileiro. Somos sabedores que desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) há 21 anos, houve uma melhoria das políticas direcionadas à infância e adolescência, mas essas políticas ainda não foram capazes de reduzir as desigualdades sociais e de garantir, a todos os meninos e meninas brasileiros, os direitos básicos que lhes assegurassem uma vida saudável, nem no Brasil, nem na região Norte, nem tampouco no Amazonas e em Manaus.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2004), a partir de importante relatório de estudo sobre as condições do desenvolvimento infantil na região Norte do Brasil, afirma que cerca de 36% da população brasileira é composta por crianças e adolescentes de zero a 17 anos, sendo que, na região Norte, esse índice chega a 44,5%, o que faz desta região a detentora da população mais jovem do País. O Amazonas é o terceiro Estado com maior percentual de crianças e adolescentes: 46,1% da população amazonense.

Ao analisar alguns índices sobre a condição de vida das crianças e adolescentes na região Norte do Brasil, o relatório percebe que a atenção que recebem não é proporcional à sua importância demográfica. Do total de crianças e adolescentes brasileiros, 45% vivem com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo, pertencendo à linha de pobreza.

Já no Amazonas, esse índice é ainda maior, chegando a quase 64%. Assim, mais da metade de meninos e meninas amazonenses são pobres e nós somos sabedores que a renda familiar constitui fator decisivo para a determinação das condições materiais de vida das crianças.

De posse de dados mais atualizados, a partir dos números obtidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2009), apresentaremos na Tabela 4 os principais indicadores sociais das condições de vida de crianças e adolescentes no estado do Amazonas.

Tabela 4. Indicadores sociais das condições de vida de crianças e adolescentes no Estado do Amazonas

VARIÁVEIS	%
Crianças e adolescentes de 0 a 14 anos	31,4
Adolescentes (para o início da juventude) de 15 a 19 anos	10,2
Crianças e adolescentes que moram em domicílios que não possuem abastecimento de água por rede geral, poço ou nascente na propriedade	39,2
Domicílios sem serviço de fossa séptica	55,7
Domicílios sem serviço de rede coletora de esgoto	81,4
Taxa de mortalidade de infantil, por mil nascidos vivos	24,3
Frequência escolar das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade, pertencentes ao 1º quinto de rendimento mensal familiar per capita – 2009	93,5
Frequência escolar das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade, pertencentes ao 5º quinto de rendimento mensal familiar per capita – 2009	97,7
Domicílios com computador acessado à internet	13,2

Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2009.

Ser criança e adolescente em crescimento integral em um contexto onde predominam tais condições configura-se como um quadro de limitadas possibilidades onde, muitas vezes, as exclusões começam antes mesmo de nascer. É sobre as crianças e adolescentes que recai o peso mais cruel das consequências desse “desenvolvimento”, tornado-as vítimas silenciosas de direitos negados e violados (MOURA, 1993).

Segundo o mapa de pobreza e desigualdade em municípios brasileiros (IBGE, 2003), Manaus apresenta incidência de pobreza de 40,98%, apesar do município apresentar-se na 6.^a posição do *ranking* das cidades brasileiras com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 38 bilhões, à frente das capitais Porto Alegre, Salvador, Fortaleza e Recife (IBGE, 2008). A projeção do PIB de 2010 segundo a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan) era de R\$ 47,5 bilhões, onde R\$ 8 bilhões provêm da arrecadação de impostos, tornando a cidade a

4.^a em arrecadação do País, perdendo apenas para S. Paulo, Rio de Janeiro e Brasília (SEPLAN, 2011).

Para se ter ideia da quantidade de recursos que gira na cidade de Manaus, tomemos, por exemplo, o faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM) para janeiro de 2010, cujo faturamento anunciado pela Suframa foi de US\$ 2,311 bilhões, seu maior *record* para esse mês desde 1998.

Infelizmente, diante de tantos recursos financeiros, percebe-se que nos últimos anos só tem aumentado os índices de desigualdade social na cidade, pois o crescimento econômico de Manaus não é proporcional à melhoria da qualidade de vida de sua população, o que nos faz estar diante de complexo quadro de desigualdade social quando tomamos como parâmetro de análise o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os estudos mais recentes encontrados sobre o IDH em Manaus foram realizados em uma parceria entre a Prefeitura de Manaus, o Governo do Estado do Amazonas (SEPLAN), a Fundação João Pinheiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD). O estudo é inédito e foi publicado em 2006, sob o título *Desenvolvimento Humano em Manaus – Atlas Municipal, Vol.1*. A partir deste estudo, apresentaremos abaixo alguns resultados que indicam o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), segundo suas unidades espaciais, chamadas de UDH's (Unidades de Desenvolvimento Humano), que compreende um grupo de bairros próximos do Município de Manaus

No ano 2000, o IDH de Manaus foi de 0,774,³³ cuja posição no *ranking* nacional foi de 362.^a (em 5.507 municípios). Esta posição cai no *ranking* em 2005 para 1.194.^o. Em 2000, a UDH de Manaus com Índice de Desenvolvimento Humano mais alto tem o mesmo valor da Noruega, país com o mais alto índice no Relatório da ONU. Por outro lado, as UDH's do Município com índices mais baixos aproximam-se do valor encontrado para a Bolívia. Vamos dar um exemplo: o bairro Grande Vitória (Zona Leste), apresenta UDH de 0,658 (próximo ao da Bolívia), enquanto no bairro Nossa Senhora das Graças/Vieralves, a UDH foi de 0,943, acima do IDH da Noruega que é de 0,942.

³³ Atualmente, segundo o IBGE (2010), Manaus mantém o IDH de 0,774.

No que diz respeito à **renda per capita**, mais um exemplo de desigualdade social em Manaus quanto à renda da população. O estudo afirma que o Brasil é considerado um dos países com a pior desigualdade de renda do mundo como mostra os indicadores de desigualdade de renda (Gini, Theil e Relação 20/40), onde os mais ricos ganham 21 vezes mais do que os mais pobres (Gini, 0,65). Em Manaus, o Gini é de 0,64, onde os mais ricos ganham 20 vezes mais do que os mais pobres, ou seja, 10% da população de Manaus, considerada rica, abocanha um total de 68,06% do total da renda do município.

Ainda sobre os dados obtidos no estudo, no ano 2000, as UDH's Adrianópolis, Vialves, Nossa Senhora das Graças e Flores apresentaram a maior renda per capita do Município, 1.356,87. Este valor é quase uma vez e meia a maior renda *per capita* entre os maiores municípios brasileiros (exemplo, Águas de São Pedro –SP, com renda de R\$ 954,65). Tragicamente, Manaus apresenta para as UDH's das Zonas Leste e Norte os piores índices, sendo a média de R\$ 86,00 (16 vezes menor que a renda das UDH's Adrianópolis, Vialves, N. Senhora das Graças e Flores). Verificou-se que 62% das UDH's tem renda média menor que a de Manaus. Se tomássemos os índices para a UDH Ponta Negra, esses números saltariam muito mais aos olhos.

Como observamos anteriormente, o conceito de violência não está associado ao de pobreza necessariamente, tampouco a pobreza está associada diretamente à violência sexual contra crianças e adolescentes. Não se omite, porém, a possibilidade de analisar a relação entre violência sexual, maus-tratos e problemas socioeconômicos e ambientais (SVRI, 2010; LIDCHI, 2009; CIESAS, 2009; COSTA *et alii*, 2007; MACHADO, 2005; CERQUEIRA e LOBÃO, 2003a). Não se está afirmando que nas famílias mais desprovidas de recursos financeiros ou famílias empobrecidas, se cometa mais violência sexual contra crianças e adolescentes. Nem tampouco queremos afirmar que nas famílias com mais recursos financeiros a violência sexual exista em menor proporção. Como já afirmamos anteriormente a violência sexual independe de condição social. Se isso não fosse verdade não teríamos uma estatística elevada do fenômeno nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, Holanda, Canadá, Austrália, entre outros países cuja condição social é elevada.

Acontece que as pesquisas apontam que existe maior vulnerabilidade nas famílias em situação de risco social, porque elas têm mais problemas para enfrentar.

Um maior número de fatores de risco aumenta a vulnerabilidade nessas famílias frente ao cuidado com seus filhos.

Se as famílias mais pobres pudessem apresentar melhores condições de cuidar de seus filhos e fossem mais bem-providas de recursos, os fatores de risco à violência com um todo e, consequentemente da violência sexual, tenderiam a diminuir. Sobre isso Lima (2011, p. 42) afirma:

[...] as condições dos indivíduos marcados pela violência intrafamiliar, oriunda da relação conjugal conflituosa, do desemprego, do álcool e das drogas, da miséria e da má distribuição de renda, sem contar aspectos de pobreza [...] São fatores de risco que tornam as famílias mais vulneráveis, permissivas e fragilizadas emocionalmente, oportunizando a repetição do ciclo abusivo (LIMA, 2011, p. 42).

Há situações em que os cuidadores de crianças recebem salários muito baixos, tendo de trabalhar muitas horas, o que faz com que seus filhos tenham que ser cuidados por outras pessoas, parentes, vizinhos e até desconhecidos, quando não ficam em casa trancados, tendo que se arranjar com o comer e o vestir até que os pais retornem para casa. Não é incomum em Manaus ver casas e crianças sendo cuidadas por crianças. Isso também é fator de vulnerabilidade ao abuso sexual.

Em Manaus, conforme a Tabela 5, a maioria das pessoas que fez a denúncia ao CREAS e SAVVIS declarou que a família sobrevive com uma renda entre um e três salários mínimos, seguido de menos de um salário mínimo. Nos protocolos de denúncias, grande parte dos que declararam menos de um salário mínimo referiam-se aos recursos provenientes do “Bolsa Família”, verba do Governo Federal para ajudar famílias pobres no Brasil.

Observamos ainda na Tabela 5, que entre 2009 e 2010, o número dos que ganhavam menos de um salário mínimo teve um aumento extremamente significativo, sobretudo para o CREAS (40% das denúncias). HABIGZANG *et alii*, (2005) constata em sua pesquisa que 39,6% das famílias viviam em situação de pobreza, o que se assemelha com os dados encontrados em Manaus. Machado (2005) informa também em seu estudo, que a violência sexual ocorreu nas famílias que tinham como renda mensal entre um e dois salários mínimos, padrão considerado baixo para suprir todas as necessidades da família, dependendo do número de seus membros.

Tabela 5. Manaus: renda familiar de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, em porcentagem

Renda Familiar em Salários Mínimos (SM)	2006		2007		2008		2009		2010	
	CREAS	SAVVIS	CREAS	SAVVIS	CREAS	SAVVIS	CREAS	SAVVIS	CREAS	SAVVIS
< 1	29,36%	20,00%	25,81%	25,00%	22,61%	23,08%	17,74%	6,78%	40,00%	8,77%
De 1 a 3	64,22%	80,00%	64,06%	75,00%	60,30%	76,92%	66,94%	88,14%	50,00%	77,19%
De 4 a 6	5,50%	0,00%	8,29%	0,00%	15,08%	0,00%	13,71%	5,08%	10,00%	12,28%
De 7 a 10	0,92%	0,00%	1,84%	0,00%	1,51%	0,00%	1,61%	0,00%	0,00%	0,00%
>10	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,76%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo (CREAS e SAVVIS, 2006-2010)

É forte a presença da economia informal que se apresenta sempre crescente em Manaus. O desemprego industrial, a ausência de políticas agrícolas e outros variados motivos têm provocado a expulsão do homem do interior para a cidade. Em centros como o de Manaus, esse aspecto da economia informal é visível e contundente: em meio a confusão de transeuntes, forte tráfego de veículos, fumaça que se espalha exalando o cheiro forte de “churrasquinho de gato” degustado com farinha de mandioca do Uarini, centenas de camelôs disputam com os pedestres os poucos centímetros de calçadas existentes na cidade para negociar de quase tudo um pouco e tentar sobreviver.

Sobre a economia informal, Rojas e Peiter (1998) observam que cada vez mais uma grande parcela da renda familiar provém do mercado informal e este é de difícil contabilização. Os autores inferem que as diferenças da renda familiar no Amazonas e, especialmente, em Manaus tendem a se tornar maiores ao se elevar em conta o setor informal.

Marra e Costa (2010) comentam que na última década em nosso País, cresceram o número de auxílios sociais, entre eles o bolsa família, bolsa escola, bolsa defeso, bolsa floresta, ou seja, para uma grande demanda da população considerada abaixo da linha da pobreza. As autoras notam, porém, que o acesso a esses programas se dá “por falta de”, o que deixa nessas pessoas marcas psíquicas negativas, pois lhes confirma o não pertencimento social que tanto almejavam, isto é,

constituem parte de um grupo que “vive da ajuda do Governo”, portanto, sem grande autonomia ou independência. Mas os que neste País não possuem documentos de identificação, não foram ainda registrados, alfabetizados, enfim, daqueles que nem constam nas estatísticas oficiais, resta a esses engrossar as fileiras do grupo da “ninguenidade”, termo usado por Darcy Ribeiro (2002), apesar de sabermos que documentos e registros não são garantias de muita coisa em nosso País. E se tivéssemos que incluir aqui os portadores de necessidades especiais e mentais de camadas sociais mais pobres... Com que triste realidade nos depararíamos?

O retrato atual de Manaus extravasa a crise de urbanização. Se o número de beneficiados pelas “bolsas” sociais do governo só cresceu desde que foram implantadas, estes refletem a profunda crise socioeconômica regional e local. Diante desse quadro, como não querer que aumentem as estatísticas de violência de toda a ordem na cidade?

Segundo Boaventura Santos (2007, 2000), para se construir a emancipação, há que se contemplar a relação entre *respeito da igualdade* e o princípio do reconhecimento da diferença. Daí surge, sobretudo nos dias hoje, frente a tantos gritos de milhares de excluídos e de um sonho de construção de um *outro mundo possível*, o desejo dos movimentos sociais em *globalizar a solidariedade*.

Milton Santos afirma que:

As grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do território. Se a convivência solidária baseada na contigüidade, conhece uma regulação exterior, esta se combina com as formas nacionais e locais de regulação. O conflito entre essas normas deve, hoje, ser um dado fundamental da análise geográfica (SANTOS, 1994. p. 19).

Essas contradições podem, em função da dinâmica de atores exógenos, ou por desarticulação territorial interna, deixar de atender às demandas locais. Em função disso, novas territorialidades podem ser constituídas, novas ações, novos limites, formando uma nova escala de poder e gestão, com vistas à recuperação de sua autonomia e do desenvolvimento territorial (BECKER, 1983).

3.2.1. A realidade escolar: condição de vulnerabilidade à violência sexual?

No que tange à realidade escolar das crianças e adolescentes, os dados do PNAD para o Amazonas revelam que a porcentagem de crianças e adolescentes de sete a 14 anos fora da escola é de 16,8%. Já a porcentagem de crianças e adolescentes de sete a 14 anos não alfabetizados é de 23,3%. Quanto à ocupação de crianças e adolescentes de dez a 15 anos em alguma atividade remunerada, o percentual ainda é de 8,3%, apesar de todas as iniciativas de combate ao trabalho infantil (PNAD, 2009)

A ausência de políticas públicas eficientes e eficazes para o ensino público é parte integrante da história da educação no Amazonas e em Manaus. A cidade de Manaus se caracteriza, em grande parte, pela reprodução das desigualdades sociais como consequência de uma política educacional marcada pela ausência de estratégias de longo alcance, pela burocracia, pela falta de investimento no setor, pela dualidade entre ensino público e ensino privado, pela falta de investimento e valorização dos docentes.³⁴

Retornando aos resultados apontados sobre o Desenvolvimento Humano em Manaus, chama-nos atenção a realidade escolar da população acima de 15 anos, que se apresenta com uma taxa de analfabetismo de 6%. O estudo mostra que para a taxa de analfabetismo funcional (menos de quatro anos de estudo) é de 17%, o que dá um número de 161 mil pessoas. Por exemplo: foram encontradas taxas de 16,6% de analfabetismo funcional nas UDH's da Zona Leste de Manaus e índices considerados no limite do *baixo desenvolvimento humano* de 0,521 para as UDH's Colônia Antonio Aleixo, Puraquequara, São José, Zumbi, Grande Vitória e outros bairros adjacentes, todos localizados na Zona Leste de Manaus .

Em Manaus, a taxa de analfabetismo fundamental (cidadão com menos de oito anos de estudo é considerado analfabeto fundamental) para a faixa etária de 18

³⁴ E não apenas por meio de programas de “capacitação” de professores , muito mais cursos velozes de final de semana e férias com facilitação de diplomas de nível superior como aconteceu em todo o Estado do Amazonas.

a 24 anos é de 53% e acima de 25 anos é de 50%. Foram as UDH's da Zona Norte e Zona Leste que apresentaram os piores índices de analfabetismo fundamental, variando entre 72% e 79% sobre o total da população entre 18 e 24 anos. Ainda sobre o número de crianças em idade escolar e fora da escola, o estudo aponta uma taxa de 42% para as UDH's do bairro Tarumã na Zona Norte e 24% para a UDH's dos bairros São José e Grande Vitória, na Zona Leste.

Como já falamos em capítulos anteriores uma das consequências mais notórias da violência sexual contra crianças e adolescentes é a repercussão na vida escolar destas.

Dos registros de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus, para o CREAS e SAVVIS respectivamente, vimos que 14,2% e 8,3% (Tabela 6) das vítimas não estavam estudando, apesar de estarem em idade escolar. Embora não sabendo se o motivo tinha relação direta com a violência sexual sofrida, uma vez que as condições de ensino público no município apresentam índices alarmantes quanto à sua qualidade, o fato é que a literatura especializada no assunto associa abandono e queda do rendimento escolar como um dos sintomas ou consequências apresentadas pelas vítimas. Se a criança estiver fora da escola por outro motivo, ela terá mais tempo livre em casa ou na rua e, portanto, pode apresentar um grau de vulnerabilidade maior à violência sexual, caso encontre-se em situação de risco social.

Tabela 6. Manaus: Distribuição percentual segundo a escolaridade da criança/adolescente, vítima de violência sexual.

ESCOLARIDADE	CREAS %	SAVVIS %
Não está em idade escolar	12,1	18,3
Educação infantil	8,7	13,3
Fundamental I, 1.º ao 5.º	34,1	30
Fundamental II, 6.º ao 9.º	22,8	23,6
Ensino Médio	5,8	4,5
Não está estudando mas está em idade escolar	14,2	8,3
Não informado	2,3	1,91

Fonte: Pesquisa de Campo (CREAS e SAVVIS, 2006-2010)

Outro estudo realizado em 2005 e intitulado *Perfil Básico da Região Metropolitana de Manaus*, aponta resultados interessantes sobre o ensino fundamental e médio das escolas sobre a gestão da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) que responde a uma parcela das escolas de Manaus. Os resultados encontrados mostram que, no Município de Manaus, do total de alunos matriculados no ensino fundamental, 44.703 alunos foram reprovados e 37.365 abandonaram a escola. Já para o ensino médio, 13.391 foram reprovados e 22.507, abandonaram a escola naquele ano. Estes números não contemplam as escolas gerenciadas pelo município, que são superiores ao número de escolas que estão sobre a gestão do Estado (AMAZONA, 2007).

Lamentavelmente constatamos que a capacidade do sistema escolar de Manaus ainda não atende à demanda de alunos, especialmente na área urbana e nas zonas Norte e Leste, onde, como recurso para ampliação do número de vagas ofertadas, as escolas da rede pública recorrem a quatro turnos de aula (matutino, intermediário, vespertino e noturno), com redução de carga horária escolar e prejuízo ao aprendizado para milhares de crianças e adolescentes.

Faz-se, portanto, necessário, haver uma associação entre oportunidades de acesso à escola e qualidade no ensino ofertado, representadas por número de vagas suficientes para atender à demanda e uma adequada infraestrutura, acrescida de docentes capacitados para que a educação possa ser parte da solução e não um problema para a população que dela necessita.

Infelizmente ainda, os espaços invisíveis de fracasso escolar e abandono da escola se ampliam por toda a cidade em contraposição às estatísticas oficiais do governo de “todas as crianças na escola” e de alto índice de aprovação. Os maiores problemas ainda se encontram, lamentavelmente, no ensino fundamental e, sobretudo, no *déficit* de escolas de ensino de educação infantil e de ensino fundamental I (MOURA, 1993).

Em Manaus, a falta de vagas ou salas aborrotadas de alunos é frequente no período matutino e intermediário (hora do almoço), onde em grande parte, estes períodos são utilizados para a educação infantil e ensino fundamental. No horário da tarde, a maior parte é ocupada por pré-adolescentes e adolescentes do ensino fundamental até o 9.º ano, podendo ser percebida certa tranquilidade quanto ao número de vagas e acomodações nas salas de aula.

Outro grande problemar é o período noturno, que em grande parte é destinado ao ensino fundamental do 5.º ao 9.º ano e ensino médio, onde a maioria é constituída por jovens e adultos. O índice de abandono é assustador e há escolas, em alguns bairros de Manaus, que deixaram de funcionar no período noturno porque não há alunos suficientes matriculados, o que não significa que estes não precisem ou estejam em idade escolar.

Há tempo que se tem procurado pensar em alternativas para conter a evasão e o fracasso escolar de adolescentes e jovens: programas e atividades extraclasse como cursos de informática, esporte, teatro, música, entre outros. Marra e Costa (2010) afirmam que muitos adolescentes que participam dos programas, entusiasmam-se inicialmente pelas motivações que lhes são passadas, mas tão rapidamente perdem o interesse, porque parece que se dão conta que a inserção social tão almejada não vai ocorrer.

Devido à fragilidade dos suportes sociais para as famílias de crianças e adolescentes das camadas sociais mais empobrecidas, uma das saídas ao rompimento do círculo vicioso de exclusão social que se encontram, é alimentada por estes no sonho de estudar, vencer e garantir um futuro melhor. A escola veicula a ideia de que o estudo oferecerá futuramente oportunidades de melhorias de vida. No entanto, como observam Marra e Costa (2010, p.18), “essa imagem sobre o estudo não tem mais a força que possuía anteriormente”. Talvez seja por isso, que o fracasso e abandono escolar elevem ainda mais as estatísticas a cada ano e a escola já não esteja mais encantando os alunos como anos atrás. Como parte desse resultado é cada vez mais notório o número de adolescentes e jovens envolvidos em situações de violência de toda ordem.

Bourdieu (2008, p. 78), em sua obra *A miséria do mundo*, ao descrever a situação dos bairros da periferia de Paris, fala da situação dos adolescentes frente à ocupação do tempo livre:

O roubo é até mesmo uma espécie de esporte que cadencia o tempo vago desses adolescentes desocupados quando não há uma ocasião para se entregarem a verdadeiras competições, que é frequentemente um princípio interno de hierarquização nesses grupos. A defasagem que tende a instaurar-se nesses jovens entre o desejo de consumo e a renda disponível jamais foi tão grande como hoje. [...] os jovens delinquentes são também vítimas, nada mais sendo a violência que eles praticam que uma resposta às violências mais invisíveis que eles sofrem desde sua primeira infância, na escola, no mercado de trabalho, no mercado sexual, etc. (BOURDIEU, 2008, pp. 78-79).

Marra e Costa (2010) observam o quanto a violência moral, simbólica e institucional envolve os adolescentes e os obriga a procurar em outros espaços o reconhecimento e o pertencimento que não encontram em seus primeiros grupos de socialização (família e escola). Ao acenar para a emergência do corpo no período da adolescência, as autoras afirmam que o adolescente faz deste um objeto de grande investimento subjetivo. Por conta disso, os adolescentes e jovens tornam-se alvos fáceis de ações mal intencionadas de caráter violento como, por exemplo, o tráfico de drogas e a exploração sexual.

O corpo também é uma possibilidade de ganhos “fáceis”, de se desafiar em riscos, de se por à prova e de explorar a sensualidade. Traz ao adolescente e jovem a possibilidade de ganhos materiais, ou seja, de adquirir bens de consumo e assim, de poder se sentir aceito socialmente. Poder ter tênis, boné, celular, computador, mochila, camisetas, jeans considerados *de marca*, carrega nos adolescentes e jovens a garantia de existir. Quando isso não ocorre, as condições subjetivas que os levem a abandonar a escola se tornam mais reais. “Tais modulações subjetivas podem se valer do excesso de consumos disponíveis para aplacar os sofrimentos individuais ou coletivos” (MARRA e COSTA, 2010, p. 20).

Os adolescentes passam a compreender que a escolarização não é mais suficiente para encontrar um bom emprego, participar da sociedade de consumo e tirá-los da invisibilidade social que se encontram. Daí o desejo forte de ascensão social, na busca de *status* visibilidade e de pertencimento, com maiores riscos de se envolverem em situações de violência. Por outro lado o abandono da escola e o fracasso escolar, além de retratar a realidade institucional do ensino, carregam em si todo um simbolismo subjetivo de um pedido de socorro de milhares de crianças, adolescentes e jovens espalhados no território brasileiro.

3.2.2 Idade e gênero como fator de vulnerabilidade à violência sexual

No que diz respeito à idade, pode-se observar na Tabela 7 que a maior incidência de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus ocorreu na faixa etária de 10 a 13 anos, com 39,69% para o CREAS, 35,31% para o SAVVIS e 37,02% para a DEPCA.

Tabela 7 - Distribuição percentual das ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010, segundo a faixa etária e as instituições pesquisadas, na zona urbana de Manaus (AM)

FAIXA ETÁRIA	2006-2010		
	CREAS %	SAVVIS %	DEPCA %
Até 1 ano	0,41	1,92	1,32
De 2 a 5 anos	11,55	16,53	13,17
De 6 a 9 anos	19,33	19,11	20,05
De 10 a 13 anos	39,69	35,31	37,02
De 14 a 17 anos e 11 meses	29,02	27,22	28,44

Fonte: Pesquisa de Campo (CREAS, SAVVIS e DEPCA, 2006-2010)

Tomando como base esses dados, podemos considerar que a pré-adolescência e a adolescência correspondem às fases do desenvolvimento de maior vulnerabilidade à violência sexual, sobretudo quando somamos os resultados para a faixa etária entre 10 e 17 anos e encontramos 68,71% dos casos para o CREAS, 62,53% para o SAVVIS e 65,46% para a DEPCA (Tabela 7).

Chamamos a atenção para as ocorrências na faixa etária de menores de cinco anos de idade: CREAS (11,96%). SAVVIS (18,45%) e DEPCA (14,49%) (Tabela 7). Psicologicamente, esta faixa etária apresenta inúmeras dificuldades em denunciar o caso, pois, infelizmente, de maneira geral, elas não estão em condições de entender e de verbalizar, por motivos de imaturidade evolutiva, que os pedidos e atitudes do abusador são impróprios, principalmente se esse tem autoridade sobre elas. Assim, atribui-se ao abusador, as maiores e mais facilitadas oportunidades de contato com a vítima, colocando-as num patamar maior de risco. Além disso, os abusadores, ao temerem ser descobertos ou denunciados pelas vítimas, escondem-se por trás da dificuldade de verbalização das crianças dessa idade, ficando imunes à denúncias e punições.

Desta forma, poderíamos inferir que a ocorrência de violência sexual é muito maior entre crianças pequenas (até 5 anos de idade), as quais não são denunciadas

pela dificuldade de verbalização destas, pela não consciência de sua sexualidade ou por entender que o adulto abusador está “brincando” com ela. Também é verdade que a maioria dos casos denunciados não foi descoberta por acaso, mas revelados pelas próprias vítimas. Infelizmente, muitos falsamente acreditam que por se tratar de crianças pequenas, os impactos do abuso sobre elas serão bem menores, o que não significa ser verdade.

Os resultados desta pesquisa aproximam-se das pesquisas realizadas em outras partes do Brasil e do mundo, onde as taxas de prevalência situam-se na faixa etária da adolescência (ADED *et alii*, 2007, COSTA, 2007; SQUIZZATTO e PEREIRA, 2004; PINHEIRO, 2000; DEBLINGER e HEFLIN, 1996), mas é importante salientar que como os estudos utilizam uma grande variedade de definições e medidas, a comparação entre os estudos sobre prevalência e faixa etária é complexa e deveria ser evitada, tendo ainda presente inúmeros outros fatores relevantes, dentre os quais, as dimensões socioculturais do fenômeno (SVRI, 2010; UNICEF, 2011).

No que diz respeito ao gênero das crianças e adolescentes vitimados, conforme a Tabela 8, a pesquisa mostra resultado predominante para o sexo feminino, sendo 87,4% no CREAS, 87,8% no SAVVIS e 88,2% na DEPCA. Esses resultados são compatíveis com as médias nacionais e mundiais (UNICEF, 2011; SVRI, 2010; HABIGZANG *et alii*, 2005, ARAÚJO, 2002; AZEVEDO e GUERRA, 1998)

Tabela 8 - Distribuição percentual das ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010, segundo o gênero e as instituições pesquisadas, na zona urbana de Manaus (AM)

GÊNERO	2006-2010		
	CREAS %	SAVVIS %	DEPCA %
Feminino	87,4	87,8	88,2
Masculino	12,6	12,2	9,8

Fonte: Pesquisa de campo (CREAS , SAVVIS e DEPCA, 2006-2010)

Sanderson (2005) observa que uma em cada quatro garotas e um em cada seis garotos experimenta alguma forma de violência sexual na infância. As garotas têm mais probabilidade de ser abusadas sexualmente por alguém da família, ao passo que os garotos, por alguém de fora da família. A organização ChildLine (2003,) do Reino Unido, afirma que, das pesquisas em geral, 73% das vítimas de abuso sexual são meninas e 27% são meninos e que a violência sexual pode começar desde as primeiras semanas de vida e se repetir por anos. Embora as meninas sejam as maiores vítimas, a presença de meninos violentados sexualmente tem aumentado.

A maior proporção de vítimas do sexo feminino pode ser explicada pelas próprias questões de gênero, que envolvem questões culturais e de poder, onde, principalmente, na família, tecem-se e entretecem-se situações de vulnerabilidade às inúmeras formas de violência - e entre estas, a violência sexual.

Assim, se quisermos escolher uma chave de leitura para a violência sexual contra crianças e adolescentes não podemos deixar de lado, de modo algum, uma análise apurada do fenômeno no espaço familiar, onde as questões de gênero são contempladas com fator de vulnerabilidade. Esta questão exige profundidade de reflexão sobre família, gênero e sociedade, o que procuraremos fazer ao longo do presente capítulo.

Edgar Morin (1991) e Minuchin (1985) observam o quanto é complexo conceituar família e que qualquer definição sobre ela será sempre incompleta. Entre essas tentativas de compreendê-la, tradicionalmente entende-se que a família é uma instituição social, responsável pelos cuidados e pela socialização na infância e adolescência em vista de um desenvolvimento sadio. Mas essa responsabilidade não cabe só à família, mas ao Estado e toda a sociedade.

Como observamos anteriormente neste estudo, apesar de a sociedade ressaltar a importância da família, historicamente sua organização não se fez sob os princípios fundamentais de respeito à pessoa humana, mas ao longo do tempo foi se configurando como um espaço da hierarquia e da subordinação, caracterizado pelo domínio dos homens sobre as mulheres e dos adultos sobre as crianças (RIBEIRO, FERRIANI e REIS, 2004).

Ao nos referirmos à relação família, gênero e sociedade, servimo-nos da observação de Coelho (2005). O autor afirma que as transformações ocorridas na família refletem as mudanças no contexto social mais amplo, onde a família é o

espaço na qual as relações de gênero são confrontadas no exercício de seus papéis e funções (COELHO, 2005).

Sanderson (2005) e Saffioti (2001), ao abordarem os fatores culturais, afirmam que a cultura exerce grande influência sobre a violência sexual e está profundamente relacionada à violência de gênero. Culturas diferentes têm diferentes práticas de educação das crianças. Em alguns casos, o abuso é aceito como parte das práticas “normais” da educação (da criança) e não é considerado abusivo nem pelos adultos nem pelas próprias crianças. Porém, a predominância dos casos, nos diferentes espaços e tempos, sempre foi o de mais meninas violentadas. É é nessa relação de poder e autoritarismo, marcado pela dominação masculina e submissão feminina e infantil, que a produção e repetição de comportamentos abusivos, por parte do homem, detentor do poder, toma parte constitutiva do cotidiano das pessoas, com maior incidência no espaço familiar, mas com sérias repercussões em todos os espaços de vivência das vítimas.

Silveira e Santos (2004, p.267), em um estudo sobre gênero e diferença em textos escolares infantis, compreendem o gênero como uma construção social, culturalmente contingente.

Aprender a ser homem e aprender a ser mulher é uma das tarefas mais precoces na nossa cultura. Desde muito cedo, mães e pais apressam-se em marcar nos corpos infantis essa identidade generificada, furando as orelhas das meninas e colocando-lhes brincos, por exemplo, ou destinando aos meninos bebês camisetas de seus clubes favoritos. Traçam-se assim caminhos; delineiam-se imagens; projetam-se trajetórias – que mesmo variadas, estão ainda limitadas pelas fronteiras do esperado para meninos e meninas, para homens e mulheres (SILVEIRA e SANTOS, 2004, p.267).

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, investindo-se de autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio ou para não considerar como desvio ou abuso (SAFFIOTI, 2001). Na mesma linha de reflexão, Faleiros e Campos (2000) ressaltam que, em algumas sociedades, os adultos estão “autorizados” socialmente a exercer poder sobre crianças e adolescentes, poder necessário à socialização destes, como por exemplo, o pátrio poder, o poder do professor sobre os alunos e o poder do pai sobre os filhos (principalmente sobre as filhas).

Coulouris (2004), ao falar sobre o estupro de mulheres, afirma que este é uma violência de gênero, pois se trata de violência sexual e, como violência, constitui desigualdade de poderes. A autora justifica esta afirmação por se encontrar tantos casos envolvendo pais/padrastos e filhas/enteadas, patrões e empregados, gente de classe social mais elevada e meninas(os) de bairros pobres, entre outros.

No aspecto jurídico, quando se encontram a vítima e o acusado, normalmente a palavra do homem possui mais credibilidade do que a palavra da mulher, sobretudo se for menina, pois o adulto normalmente afirma em sua defesa que foi a menina que se insinuou para ele. Essa situação torna-se mais complexa se a vítima for adolescente, pois a família e as pessoas próximas também podem apresentar dúvidas sobre a acusação feita pela vítima, alegando que esta estaria em condições de se defender e de ter delatado precocemente o acusado, principalmente se o ato ocorreu mais de uma vez.

Pinto Júnior (2005) observa que quando a atividade sexual precoce envolve crianças e adolescentes do sexo masculino, esta tem mais importância para os meninos do que para as meninas. Para os meninos é símbolo de virilidade, e, portanto, socialmente e culturalmente mais aceita. Se um menino inicia sua atividade sexual aos 13 anos, por exemplo, mesmo que seja com uma mulher adulta, isso em grande parte não é visto como problema, mas como vantagem para ele e, quem sabe, orgulho do pai, pois o menino está “aprendendo a ser homem” ou a ser “pegador de mulher” desde cedo, mesmo que o fato seja classificado como violência sexual.

Quando a violência sexual envolve vítimas do sexo masculino, um ponto a ser avaliado é o medo por parte da vítima, em ser considerado homossexual, ou não ter sido “homem” o suficiente para não deixar que a violência acontecesse, o que pode contribuir significativamente para a não revelação da violência, implicando em mais um fator discriminatório e estigmatizante (PINTO JÚNIOR, 2005; FERREIRA, 2002).

A violência sexual contra crianças e adolescentes, portanto, pode ser compreendida como forma de controle e autoridade sobre o outro e, neste caso, sobre o corpo e a vontade das vítimas. O controle do corpo infantil do outro poderia estar associado ao que Foucault chama de “controle do corpo dócil e da ação do poder e do controle social” (FOUCAULT, 1992; 1996). Como se o adulto, ao perder o controle ou ao se sentir controlado pelo contexto social que sempre exige mais dele

- que o violenta ou que o violentou - fosse buscar num outro corpo “inferior” o desejo de retomar o controle perdido, se é que este um dia existiu.

Sobre isto, Braga (2004) afirma que o corpo não traz especificidades corporais a partir de sua constituição natural e corpórea, mas a partir das práticas sociais e das marcas culturais que se impõem sobre ele. Essa afirmação se torna muito mais evidente no corpo infantil e, especialmente, no corpo feminino, que apresenta, segundo padrões culturais, características de delicadeza, docilidade, facilidade de manipulação e domínio. Nesse sentido, podemos afirmar que o número de violência sexual, segundo o gênero, é muito mais evidente nas meninas, por apresentarem tais características.

Mas é a reflexão sobre a desigualdade nas relações dos meios produtivos envolvendo gênero, que faz com que o debate sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes amplie seus horizontes, uma vez que o corpo das crianças e adolescentes passa a ser objeto e fonte de lucro para muitos abusadores.

Normalmente, são as meninas as mais exploradas. E, se tivéssemos de considerar o ganho entre meninos e meninas na indústria do sexo, também nesse aspecto as meninas apresentam ganhos menores na proporção do quanto são exploradas e abusadas. Esta afirmação não defende, porém, igualdade de ganhos diante do fenômeno da exploração sexual (BRAGA, 2004).

Foucault (1984) enfatiza que o controle sobre os corpos e seus prazeres é o controle do poder, uma vez que as instituições como, por exemplo, o Estado, necessitam controlar suas populações no tempo e no espaço. Vale ressaltar que na discussão de Foucault sobre sexualidade, sempre estará presente a temática da sexualidade feminina, sendo esta vista como algo anormal, portanto plausível de controle e repressão.

Bourdieu (2010) em sua obra *A dominação masculina*, afirma que a primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas. E as próprias mulheres aplicam às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica.

Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que se “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre (BOURDIER, 2010, p. 45).

Segundo Loyola (1998), os antropólogos advertem para o fato de que a sexualidade é o pilar sobre o qual se assenta a sociedade e é um dispositivo de poder que sobre ela exerce seu controle. Foucault (2001), porém, observa que, apesar do cristianismo ter desempenhado papel importante na história da sexualidade, não é este o responsável primeiro por todos os imperativos morais, proibições, desqualificações, limitações da sexualidade frequentemente atribuídas a ele, pois a poligamia, o incesto, o prazer fora do casamento e a valorização do prazer já estavam sendo combatidos no mundo romano antes do cristianismo. Segundo o autor, o cristianismo e, com ele a Igreja Católica, aprimoraram o controle sobre a sexualidade de forma crescente e acentuada, desde que este se tornou a religião oficial do Estado; e o modo como o fizeram foi associar o sexo ao pecado. Portanto, Foucault afirma que o “[...] controle do sexo é mais do lado dos mecanismos de poder do que do lado das idéias morais e das proibições éticas [...]” (FOUCAULT, 2001, in p.65). Giddens (1993) concorda com Foucault e defende o seguinte princípio: “[...] a sexualidade não deve ser compreendida como um impulso que forças sociais têm que controlar [...]” (GIDDENS, 1993, p.28).

Magalhães (2005) observa ainda que no percurso da história da sexualidade é possível distinguir quatro grandes conjuntos estratégicos, que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo, são eles: 1) a esterilização do corpo da mulher; 2) a pedagogização do sexo da criança; 3) a socialização das condutas de procriação; 4) e a psiquiatrização do prazer perverso.

Carvalho, Machado e Rosa (2004), num estudo sobre gênero e classe social no *uso do tempo* entre crianças, afirmam que as temporalidades são organizadas de modo sexuado e desigual em razão das disposições sociais de gênero. Essa reflexão nos levou a querer investigar se também a violência sexual de crianças e adolescentes poderia estar associada ao uso do tempo das vítimas e de seus familiares e, portanto, do modo como ocorrem em relação à ocupação do tempo no cotidiano. Sem encontrar literatura específica que confirmasse tal indagação, podemos constatar o fato em nossa cultura e na educação de meninos e meninas,

em que as meninas são muito mais ocupadas e cobradas com os afazeres domésticos do que os meninos. Resta muito mais tempo livre para os meninos brincarem e ficarem fora de casa. Assim, a permanência maior das meninas em casa, em razão de suas tarefas domésticas, da necessidade de cuidar dos irmãos mais novos e do próprio construto social que afirma que menina não deve ficar na rua, mas dentro de casa, pode ser um fator de vulnerabilidade ao abuso sexual, uma vez que grande parte dos abusos ocorre em ambiente doméstico e intrafamiliar. O cotidiano abre-se aqui, mais uma vez, como forte chave de leitura para o estudo do fenômeno.

Milton Santos (2006) ao tratar do cotidiano, refere-se a ele como uma dimensão do espaço que nos permite entender o conteúdo geográfico. Por isso, é necessário buscar compreender o fenômeno da violência sexual a partir do vivido, isto é do cotidiano, enquanto dimensão da espacialização da vida, que nos possibilite compreender as práticas das relações socioespaciais e de poder que engendram a sociedade e seu espaço. Para ele, por meio da leitura e análise do cotidiano, podemos compreender a relação entre o espaço, as coisas e os objetos; e compreender a materialidade da produção do espaço que é, ao mesmo tempo, a condição e o meio para o controle.

Tornando ao discurso do *tempo* das meninas e o *tempo* dos meninos nos padrões e responsabilidades estabelecidas nas famílias, a geógrafa Rosa Ester Rossini observa que apesar das mudanças que a sociedade vem sofrendo, sobretudo na última década com o advento massivo dos meios tecnológicos e de uma maior participação do papel masculino nas tarefas domésticas, “o trabalho da casa, o cuidado com as crianças e velhos, etc. são historicamente de competência da mulher, e os homens dele participam à distância” (ROSSINI, 2010. p.25). Nesse sentido, Carvalho, Machado e Rosa (2004, p.262), observam que:

As próprias famílias necessitam ser educadas para pôr em prática uma das indicações da plataforma da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Organização das Nações Unidas, 1996, p.197) que é “educar e estimular os pais e custódios para que tratem de igual modo as meninas e os meninos e assegurem a partilha das responsabilidades entre eles no seio da família” (CARVALHO, MACHADO e ROSA, 2004, p.262)

Como possibilidade de mudança do atual quadro, Norbert Elias (2000) *apud* Santos (2004) reconhece que se torna difícil pensar a organização da sociedade e

da vida comunitária, se não se reconhecem as mulheres e as crianças como personagens essenciais desse processo de transformação. De igual modo, se a família não for considerada na reflexão sobre violência sexual infanto-juvenil, torna-se infrutífera qualquer estudo ou ação de prevenção e intervenção

É uma missão importantíssima a renovação do pensamento acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes. Uma das sugestões seria investir mais em pesquisas que contemplem a relação entre violência sexual e gênero. Do ponto de vista das pesquisas acadêmicas acerca do abuso sexual, a maioria dos estudos utilizados no decorrer dessa pesquisa trata da realidade das meninas, confirmando pouquíssimos estudos sobre abuso sexual de meninos. A ideia que se tem no imaginário popular é que somente a menina é estuprada. Nesse sentido, é necessário investir em estudos que contribuam para a elaboração de novos paradigmas e para um reaprendizado da estrutura de pensamento a respeito das questões de gênero na sociedade.

No que diz respeito às denúncias dos casos de violência sexual nas repartições públicas, também são as mulheres (normalmente as mães) as que mais denunciam ou que também fazem com que a denúncia não chegue às instituições. Assim como os assuntos da vida escolar da criança e de outros aspectos de seu universo infantil, conforme os padrões sociais que foram preestabelecidos, a violência sexual é coisa para a mãe tratar de resolver. Ao pai, quando não é o perpetrador, muitas vezes fica o desejo de fazer vingança com as próprias mãos, sem esperar que a polícia, o conselho tutelar ou outros órgãos responsáveis tomem providências.

Outro fato interessante a se discutir, é que quando uma mulher é pega abusando de uma criança ou adolescente a reação de desconforto é maior, assim como a pressão sobre esta. Como se o abuso sexual fosse “coisa só de homem”. Talvez, em razão desta forte pressão social, os números de notificação de mulheres autoras da violência sexual são mínimos nas instituições que trabalham com essa demanda.

Vale ressaltar que a participação de mulheres adultas envolvidas na violência sexual contra crianças e adolescentes está mais relacionada às redes de exploração sexual, do que pelo abuso sexual por meio de contato físico. No entanto, estas redes, em grande parte, são comandadas por homens, deixando transparecer mais uma vez o poder masculino sobre a mulher.

Em relação a isso, Santos (2004) afirma que essa dura realidade feminina é ainda traço forte de uma cultura patriarcal e machista, onde a mulher não sendo protagonista no atual sistema social é subordinada ao poderio do homem, e por ele é violentada e explorada. E na violência sexual isso não é diferente: o abuso de poder é a ordem e é na família onde essa ordem é estabelecida.

A íntima relação violência sexual e gênero, pode ser ainda constatada na pesquisa a partir do perfil da pessoa supostamente abusadora e o vínculo deste com as vítimas, como veremos a seguir.

3.3 Descrição dos tipos de violência sexual contra a criança e o adolescente, locais onde acontecem e os pontos de maior vulnerabilidade

A Tabela 9 nos mostra que o abuso sexual foi a forma mais freqüente de violência sexual notificados nas instituições pesquisadas, sendo representada por 88% dos casos do CREAS; 95,6% dos casos do SAVVIS; e 94,3% dos casos do DEPCA.

Tabela 9 – Distribuição percentual, segundo o tipo de violência sexual por instituição pesquisada no período de 2006 a 2010 na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011

TIPO DE VIOLÊNCIA	2006-2010		
	CREAS	SAVVIS	DEPCA
	%	%	%
Abuso sexual	88,0	95,6	94,3
Exploração sexual	12,0	4,4	5,7

Fonte: Pesquisa de Campo (CREAS, SAVVIS e DEPCA, 2006-2010)

Em várias pesquisas, o abuso sexual também foi a forma mais freqüente de violência sexual praticada (UNICEF, 2011; SVRI, 2010; COSTA, 2007; ADED *et alii*, 2007; HABIGZANG *et alii*, 2005; SQUIZZATTO e PEREIRA, 2004; ARAÚJO, 2002;

DREZETT, 2002; PINHEIRO, 2000; AZEVEDO e GUERRA, 1998; DEBLINGER e HEFLIN, 1996).

Para a apresentação dos subtipos, resolvemos manter descrição ano a ano, conforme a Tabela 10, a fim de proporcionar uma melhor visibilidade da evolução no período estudado.

Em Manaus, o subtipo de violência sexual mais notificado foi o estupro de vulnerável, com uma variação de 56,68% a 78,87% de todos os casos notificados, sendo que o SAVVIS apresentou as maiores taxa de notificação de 2006 a 2010, exceto no ano de 2009. Recordemos que o estupro de vulnerável, segundo a Lei 12.015/2009, Art. 217-A, é todo ato libidinoso com ou sem conjunção carnal envolvendo menor de 14 anos/deficiente mental, para ambos os sexos.

Tabela 10 – Distribuição percentual, segundo a Lei 12.015/09os, dos subtipos de violência sexual contra crianças e adolescentes no período de 2006 a 2010 na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011

SUBTIPO DE VIOLÊNCIA	2006		2007		2008		2009		2010	
	CREAS	SAVVIS	CREAS	SAVVIS	CREAS	SAVVIS	CREAS	SAVVIS	CREAS	SAVVIS
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Estupro	17,74	21,74	20,65	17,09	14,81	20,83	11,70	25,62	25,84	17,01
Estupro vulnerável	66,32	67,39	56,68	74,68	69,55	73,61	71,28	61,58	69,66	78,87
Satisfação lascívia	1,54	1,09	6,48	3,80	7,00	3,24	7,45	7,39	0,00	1,03
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	13,88	6,52	15,79	4,43	8,64	2,31	9,57	3,94	4,49	3,09
Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual	0,00	3,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,99	0,00	0,00
Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	0,51	0,00	0,40	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,49	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo (CREAS, SAVVIS e DEPCA, 2006-2010)

Não foi possível comparar os dados encontrados em Manaus, pois não foram achados dados na literatura nacional que contemplasse os novos subtipos de violência sexual segundo a Lei 12.015/2009, até o presente momento. cremos que esta seja a primeira pesquisa realizada em Manaus em tipificar os casos denunciados de violência sexual, segundo a Lei 12.015/2009.

Em relação aos dados encontrados, nos preocupa o fato do número de denúncias de exploração sexual ser extremamente baixo em relação aos de abuso sexual. Ao observarmos a Tabela 5, percebemos que para o CREAS e SAVVIS os números de denúncias decrescem a cada ano, variando de 15,79% a 2,31%. No Ano de 2010, o favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual representou apenas 4,49% das notificações do CREAS e 3,09% das notificações do SAVVIS.

Mais uma vez recordamos que o estado do Amazonas apresenta 19 municípios até então identificados onde há exploração sexual de crianças e adolescentes, fato já relatado no capítulo 2 deste estudo e que nos mostra como estamos rodeados de pontos de vulnerabilidade em toda a Região Norte. São 9 municípios no Acre, 6 no Amapá, 19 no Amazonas, 37 no Pará, 14 em Rondônia, 5 em Roraima e 19 no Tocantins. No Amazonas foram identificados 4 pontos críticos na BR 174 e BR 319. E que neste estado há 76 rotas de tráficos de pessoas, seja nacional quanto internacional (OIT, DPRF e SDH-PR, 2011; AGÊNCIA AMAZÔNIA DE NOTÍCIAS, 2007; OLIVEIRA, 2007; ECPAT International, 2006; CECRIA, 2002; 1997).

A gravidade maior é que os dados obtidos nesta pesquisa retratam que as notificações de exploração sexual não têm chegado em proporção significativa às instituições investigadas. Daí nos perguntarmos quais seriam os motivos pelos quais as notificações não estão chegando ao CREAS, SAVVIS e DEPCA? Quais seriam as estratégias a serem repensadas pelas redes de enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes presentes em Manaus?

A Tabela 11 mostra que o local de maior ocorrência da violência sexual, foi a residência da crianças/adolescente (43% no CREAS, 54,87% no SAVVIS e 43,31% no DEPCA), seguida da residência do suposto autor do abuso adolescente (19,28% no CREAS, 8,1% no SAVVIS e 22,19% no DEPCA) .

Tabela 11 – Distribuição percentual segundo os locais de ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010 na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011.

LOCAL DA OCORRÊNCIA	2006-2010		
	CREAS %	SAVVIS %	DEPCA %
Residência da criança/adolescente	43,26	54,87	42,31
Residência do suposto autor do abuso	19,28	8,10	22,19
Via pública	19,51	24,57	21,15
Balneário	4,50	4,46	7,32
Hotel-motel	3,35	1,48	4,95
OUTROS: Instituição pública/privada, escola, casa de parentes, carro, terreno baldio, barco regional, dependência de igreja, casa na vizinhança, casa de show, shopping center, feira, ônibus, boca de fumo, sambódromo e ramal.	10,1	6,52	2,08

Fonte: Pesquisa de Campo (CREAS, SAVVIS e DEPCA, 2006-2010)

Dados da pesquisa feita por Drezett (2002), em São Paulo, mostraram resultados semelhantes ao desta pesquisa, quando o mesmo relata que 42,3% das crianças vítimas de abuso sexual estavam na sua residência, e em segundo lugar com 28,2% delas estavam na residência do suposto autor do abuso, confirmando que essa forma de violência tem ocorrência doméstica ou intrafamiliar e os maiores perpetradores são pessoas da própria convivência das vítimas.

No que se refere aos casos de exploração sexual, a preferência é para a via pública, hotel-motel, carro do suposto autor do abuso e balneários. Em Manaus, os balneários da praia da Ponta Negra, Praia da Lua, Praia do Tupé; balneários e flutuantes da área do Tarumã, Puraquequara, Colônia Antônio Aleixo e balneários-forrós (com piscinas ou igarapés) são espaços de lazer da população manauara, mas infelizmente espaços vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes. É comum ver nesses locais crianças e adolescentes desacompanhadas de seus responsáveis.

Outros locais que se apresentam como pontos de vulnerabilidade à exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus são: passeio do

Amarelinho (Educandos); o bairro do Mauazinho, pela proximidade de vários portos; porto da Ceasa (travessia da balsa Manaus-Careiro); porto das balsas do São Raimundo (travessia da balsa Manaus-Iranduba); passeio da Suframa e suas adjacências; av. André Araújo (proximidade do Inpa, na área do Conjunto Morada do Sol); as imediações do Fórum Henoc Reis, onde se costuma ver entre os adultos vários adolescentes travestis; o passeio da Glória no bairro de mesmo nome; e as imediações das Feiras da Panair, do Produtor e da Manaus Moderna. Mas são nas dezenas de casas noturnas de shows e de forró espalhadas pela cidade que se verifica uma forte presença de meninas adolescentes acompanhadas de homens adultos.

Não é incomum ver a polícia, de vez em quando, prender adultos acompanhados de adolescentes nos inúmeros hotéis/pousadas localizados nas imediações da av. Joaquim Nabuco (Centro).

Também não é incomum que se vejam adolescentes perambulando próximo aos bares da praça da Matriz., praça São Sebastião e praça do Congresso, todas no centro da cidade, principalmente onde há concentração de turistas à noite. Ainda podemos encontrar adolescentes nas imediações da Rua Lobo D'Almada (centro), onde se localizam várias casas de prostituição.

É de grande necessidade uma investigação apurada por parte dos órgãos competentes nas embarcações que fazem o transporte fluvial entre Manaus e as cidades do interior do Amazonas e Pará. Recebemos muitos relatos de crianças e adolescentes explorados sexualmente nas embarcações, mas que inda não aparecem de forma significativa nas estatísticas de denúncias.

Outros eventos fortes da cidade, entre eles, o Boi Manaus (24 de outubro, aniversário da cidade), Carnaval/Carnaboi (período do carnaval) e festas juninas também representam momentos de vulnerabilidade à exploração sexual de crianças e adolescentes. Por outro lado, apesar dos números não terem sido tão evidentes no resultado da pesquisa e, portanto não terem sido apresentados na Tabela 6, a pesquisa identificou outros locais de ocorrência de violência sexual, tais como: shopping center, igrejas, sambódromo, escolas e interior dos transportes públicos (ônibus).

Todos os locais identificados nos fazem perguntar se existem de fato locais mais ou menos vulneráveis à violência sexual, mais ou menos seguros contra este tipo de violência. Pretendemos, pelo menos, oferecer possibilidade de reflexão que

ajudem a responder mais à frente a essa pergunta, após apresentarmos a ocupação do suposto autor do abuso, a partir dos dados encontrados no presente estudo.

Outra peculiaridade na região é bastante observada e tem sido utilizada por muitas pessoas de má fé para explorar sexualmente crianças e adolescentes. Tratam-se de famílias do interior que enviam suas filhas, crianças ou adolescentes, sob a recomendação de uma família em Manaus para que estudem e trabalhem. Ainda se escuta em Manaus a frase: “conheces alguma família do interior que tem uma menina que queira vir prá casa de família na cidade pra estudar e trabalhar?”.

Durante a coleta de dados para esta pesquisa, encontramos relatos de situações de violência sexual sofrida por meninas provenientes do interior para a capital, com promessas de estudo e trabalho e que foram violentadas pelos parentes ou de padrinhos/madrinhas que as receberam em casa. Algumas relatam que foram abusadas sexualmente durante a viagem, no percurso do interior à Manaus.

Outras relatam que após sua chegada ao porto de Manaus, a família que deveria buscá-las não apareceu. Em decorrência do desencontro, ali mesmo no porto, foram abordadas por uma mulher que se fez de amiga (trata-se de uma aliciadora de meninas para a rede de prostituição). Sem ter para onde ir, terminaram indo com ela.

As redes de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus, recebem denúncias contra estrangeiros que aparecem nas pequenas cidades do interior do estado e, de forma muito fácil, conseguem levar crianças e adolescentes pagando certo valor às famílias, que geralmente são muito pobres e que, ao perceberem a falta de condições de vida para si e para seus filhos, confiam na intenção e promessa de quem pede ou paga por eles. Essa realidade é tão antiga e, ao mesmo tempo, tão presente, como já foi retratada em tópicos anteriores desta pesquisa. Aqui recordemos a passagem dos regatões da borracha (barcos que transportavam alimentos e manufaturados para os seringueiros e os caboclos da região), onde os pais endividados negociavam suas próprias filhas.

3.4 Território e espacialização das denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus

3. 4.1 O território em movimento

Há inúmeros desafios nos dias atuais, motivados pelas tecnologias da informação, livre circulação de pessoas e bens e outros desafios característicos de uma sociedade global, o que sustenta a relevância da gestão dos territórios por sistemas de governança em rede onde setores públicos e privados interagem potenciando as vantagens de um esforço coletivo na construção e promoção das vantagens competitivas.

Sem dúvida, o período de globalização, exigente que é de uma transformação quantitativa e qualitativa dos movimentos, redefine o território, processo este cujo resultado mais imediato, no que se refere à questão das redes, pode ser evidenciado nos sistemas atuais de transportes e de informação. Mas o uso que é feito destas redes atuais se dá de forma extremamente seletiva e não significa vantagens a toda a sociedade.

No entanto, longe das políticas de dependência exclusiva do Estado, assume-se que todos os atores públicos e privados, bens e atos territoriais são nucleares atuando como agentes no processo de desenvolvimento territorial empreendendo iniciativa e contribuindo para captar e reter recursos humanos e promover o próprio desenvolvimento infraestrutural dos lugares que, dessa forma, se podem constituir como territórios identificáveis.

Derivado do latim *territorium*, i.e., *terri* (Terra) e *torium* (pertencente a), o termo **território** endereça simultaneamente as questões de espaço e as relações de poder sobre este, sejam estas de natureza, social, econômica, geográfica ou outra (HAESBAERT, 2004). Sob este pressuposto, entende-se que o valor de um território resulta da sua articulação, bem como, da dinâmica de poderes e relacionamentos e de fenômenos de rede potencializadoras de conhecimento que simultaneamente emerge e é impulsionado pelos atores territoriais.

Lefebvre (2000) argumenta que a produção de um espaço balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam (rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc.), são alguns dos elementos e mecanismos que vislumbram a passagem do espaço ao território. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Como afirma Raffestin (1993, p. 150), “toda prática espacial, mesmo embrionária induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessituras, nós e redes”.

Assim, pode-se dizer que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar suas ações. Os indivíduos ou os grupos sociais se distribuem no espaço de acordo com modelos pré-definidos aliados à dinâmica do modo de produção em determinado período de tempo.

Em nossa compreensão, o território deve ser abordado em sua interação multidimensional. Seu âmago é social, portanto, suas dimensões são: política, economia, cultural e também natureza, imbricados pela historicidade e conflitualidade inerente a toda esfera do corpo social. Nesse sentido, temos a contribuição do geógrafo Saquet (2003), que construiu uma argumentação teórico-metodológica que articulou o tempo, o espaço e o território, englobando aspectos da economia, da política e da cultura (EPC).

Como Saquet, Haesbaert (2004, p. 40) também acreditou que existiriam três vertentes básicas na concepção de território, sendo assim descritas por ambos:

- Econômica – o território é visto como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital/trabalho.
- Política – o território é visto como espaço delimitado e controlado por meio do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, relacionado ao poder político do Estado.
- Cultural – o território é visto como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Nesse sentido relacional na definição do território, tanto Saquet quanto Haesbaert traduzem a incorporação simultânea do conjunto das relações sociais e

de poder, e da relação complexa entre processos sociais e espaço geográfico, este entendido como ambiente natural e ambiente socialmente produzido.

Para Santos (2002, p.10):

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p.10).

Esse sentido relacional também sugere que consideremos que o significado do território não apenas se vincule as idéias de enraizamento, estabilidade, limite, fronteira, fixidez, mas também as idéias de movimento, de fluidez e conexão.

Souza (1995, p.78-79) destaca que o território deva ser apreendido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Ou seja, “ele é essencialmente um instrumento de exercício de poder”.

O poder, como afirma Raffestin (1993), não é nem uma categoria espacial nem temporal, mas está presente em toda “produção” que se apóia no espaço e no tempo; e o território é o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder.

Neste sentido, os territórios são construídos socialmente, pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social. Podem ter um caráter econômico, como pelos empresários; político, como o de partidos políticos; e/ou culturais, como o território de domínio indígena, refletindo toda a produção que deriva das relações entre os homens e natureza.

Para Raffestin (1993, pp. 143-144) o espaço antecede o território:

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [Henri] Lefévre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, pp. 143-144).

Offner e Pumain (1996) concordam com Lefebvre citado por Raffestin afirmando que durante o processo de produção do território, ele é “reapropriado, praticado e vivenciado distintamente pela sua população” (OFFNER e PUMAIN, 1996, p.118).

Nos espaços se reflete as múltiplas dimensões desse vivido em que os atores sociais vivenciam, simultaneamente, o processo territorial e o produto territorial através de um sistema de relações produtivas ou existenciais.

Um exemplo concreto que podemos citar são as cidades. A cidade, e por extensão a rede urbana, por menor que seja, apresenta formas dotadas de grande fixidez e, por isso mesmo, apresentando uma grande capacidade de refuncionalização. Por meio desta e da continuidade do processo de criação de novas funções e suas correspondentes formas, a cidade e a rede urbana reatualizam-se, possibilitando a coexistência de formas e funções novas e velhas (CORRÊA, 2000, p. 125).

3.4.2 Manaus: território de desigualdade e território de violência?

Ferreira e Penna (2005) observam que as cidades, transformadas em objetos de consumo, agregam conteúdos sociais, formas construídas que se articulam fortemente para criar territórios urbanos. Assim, as sociedades ao produzirem seu espaço, valorizam ou desvalorizam certas porções do território que vão ser apropriadas por diferentes atores sociais.

As autoras comentam que no espaço urbano estão, de um lado, os espaços elitizados das classes dominantes; de outro, os espaços periféricos das classes populares e as hiperperiferias dos excluídos. Entre eles forma-se no tecido urbano o espaço da classe média. Esse processo origina um tecido urbano fragmentado, segmentado e contraditório, porém, extremamente articulado.

Os espaços elitizados das classes dominantes caracterizam-se pelo consumo de bens e de infra-estruturas com alto padrão de qualidade e de técnica, financiados pelos governos. Nos espaços periféricos predomina a cultura da pobreza e sua dinâmica para reduzir os efeitos devastadores do desemprego (principalmente o do comércio informal) e das necessidades habitacionais imediatas. Sem grande opção de financiamento público ou

privado, predomina a informalidade e a autoconstrução, ampliando o processo de favelização das periferias das cidades. Esses constituem os espaços-conteúdos da cultura de subsistência (FERREIRA e PENNA, 2005, p. 158).

É nessa constituição dos territórios que o Estado e as instituições públicas se fazem ausentes de forma mais evidente. São esses locais que abrigam grande parcela da população das cidades, excluída e periférica socialmente. Espaços criados de inacessos, violências de toda ordem, sem justiça social, com legislações próprias e onde a negação e o desrespeito aos direitos humanos constituem o repertório habitual do cotidiano das pessoas. Em síntese, territórios de violência e exclusão social: juntos esses elementos compõem as manifestações das formas sociais produzidas nos últimos anos, e que emergem como a dinâmica mais contundente da relação sociedade-espço (SCHERER-WARREN, 2006; FERREIRA E PENNA, 2005).

Ao refletirmos sobre as condições socioeconômicas das famílias de crianças e adolescentes em Manaus, percebemos que estes ocupam uma posição de destaque quanto à vulnerabilidade social nas áreas mais periféricas da cidade.

Por outro lado, precisamos ter um imenso cuidado para não estigmatizar as zonas mais periféricas, em especial as zonas Leste e Norte como áreas produtoras de violência. Lamentavelmente, para a sociedade, os bairros das Zonas Leste e Norte são apresentados como insalubres, sinistros, violentos e seus moradores como delinqüentes.

Ribeiro (2011), em sua tese de doutorado intitulada *De leproário a bairro: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo (Manaus-AM)*, retrata a dura realidade do que é morar neste bairro localizado na Zona Leste de Manaus, a partir do estigma que sobre ele se criou. A autora relata que os jovens que moram nesse bairro, ao procurarem emprego, não têm coragem de dizer que moram no bairro, seja pelo estigma de que ali é o “bairro dos leprosos”, seja porque a Colônia Antônio Aleixo é considerada um dos bairros mais violentos de Manaus.

Bourdieu (2008), ao escrever sobre a estigmatização que a mídia francesa impôs aos bairros da periferia de Paris (após os acontecimentos “provocados” pelos jovens de Vaulx-en-Valin, em 1990), afirma que esta resulta do próprio funcionamento do campo jornalístico, provocando marcas severas nas pessoas residentes nesses bairros, mesmo quando estão fora deles.

Chamamos atenção para o fato de que as ações governamentais de habitação presentes na cidade de Manaus procuram agrupar populações em dificuldade, sendo que a concentração espacial dessas populações produz conotações racistas. Recordemos um “conjunto habitacional” localizado no bairro do Puraquequara, Zona Leste de Manaus, onde há alguns anos, centenas de famílias ao serem retiradas de uma determinada área por motivo de reemposse ao seu antigo proprietário, foram assentadas neste conjunto habitacional, mas, apesar do tempo passado, ainda hoje os antigos moradores do bairro tratam os moradores que chegaram depois de “o pessoal do assentamento” ou “o pessoal lá cima” (uma vez que as residências, em madeira, foram edificadas na parte alta do bairro). Pode-se perceber ainda muita hostilidade da parte dos antigos moradores com aqueles que chegaram depois (“o pessoal lá de cima”), atribuindo-lhes culpa por todas as situações que envolviam violência. Bourdieu (2008) chama essas locais de áreas de concentração espacial de forte conotação racista.

Melhor é pensar que estas duas zonas são receptoras das inúmeras formas de violência, resultantes do abuso de poder, que sobre elas se manifestam a partir da ausência de políticas públicas, geradoras de quadros de desigualdade e de baixos índices de desenvolvimento humano como já fomos alertados em tópico precedentes e que ainda continuaremos a refletir.

A maior parte da população de Manaus reside na periferia, considerando-se como tal as áreas onde predomina o baixo valor da terra, onde habitam pessoas de baixa renda e onde os equipamentos sociais são insuficientes e praticamente ausentes.

Segundo a UNICEF (2004), em Manaus, mais de 50% da população vive em condições de habitação inadequadas. Isto se deve também ao fato de que grande parte da cidade é constituída por ocupações irregulares (as chamadas *invasões*, as quais preferimos chamar de *ocupações*), principalmente nas zonas Norte e Leste da cidade, consideradas as zonas mais empobrecidas de Manaus. Constituem espaços ocupados à base do improvisado, pela ausência de planejamento ou infraestrutura, mas não menos legítimo, quando o direito à terra e à habitação constituem parte do sonho por buscas de condições de vida mais digna e quando este direito não é garantido pelo Estado. Se as desigualdades sociais são evidentes em todo espaço urbano da cidade, mais evidentes ainda se fazem nas zonas Leste e Norte.

Para Cruz (2008), Moura *et alii*, (1993) e Caldeira (1991), quem mora na periferia participa de um fragmento do espaço urbano onde o cotidiano se produz no confronto com a carência dos equipamentos sociais básico e com a infraestrutura urbana.

Periferia, segundo os autores, não é apenas uma referência geográfica, é o conjunto de fragmentos dos espaços que apresenta especificidades em seu aspecto físico, na externalização das diversas estratégias utilizadas para fazer face à precariedade das condições de sobrevivência (nos arranjos habitacionais, nas formas de ocupação do espaço, nas limitações ou ausência dos espaços de convivência grupal e de lazer etc.), assim como na textura social e política. No caso de Manaus, quem habita nesses espaços ocupados vai se moldando com as limitações impostas pelo próprio espaço em construção, fazendo da ocupação um processo não apenas físico, mas que lhes garanta uma identidade cidadã e social, e porque não dizer, o único acesso das populações mais desprovidas de recursos à cidade.

Nestas áreas de ocupação, a população é desprovida do direito à água, energia, infraestrutura urbana, equipamentos sociais etc., tanto quanto o direito de serem conhecidos socialmente, isto é, de terem um reconhecimento oficial de bairro da cidade de Manaus, quer dizer: de obterem uma identidade social.

Abro um parêntese em nossa reflexão para um dado pitoresco presente na capital amazonense. Sabe-se que em Manaus, para ganhar a simpatia dos políticos locais e assim não serem despejados de seus espaços conquistados, muitos ocupantes colocam os nomes de políticos locais ou seus parentes nas áreas ocupadas. Selecionei para o leitor os nomes de algumas dessas áreas, quase todas localizadas nas zonas Norte e Leste da cidade: Amazonino Mendes, Armando Mendes, Francisca Mendes, Gilberto Mestrinho, José Carlos Mestrinho, Alfredo Nascimento, Gustavo Nascimento, Leo Nascimento, Omar Aziz, Ismail Aziz, Carlos Braga, Parque Eduardo Braga, Braga Mendes, Arthur Virgílio Filho, Carijó, entre outros. Desses, dois apenas são reconhecidos como bairros: Armando Mendes e recentemente o bairro Gilberto Mestrinho (ambos na Zona Leste).

Oliveira e Costa (2007) observam que em Manaus, quando se considera a escala intraurbana, especialmente em se tratando de áreas de ocupação recente na cidade, observa-se que existem fortes desigualdades espaciais relativas à moradia, sobretudo nas zonas Norte e Leste.

Os autores defendem a idéia de que é necessário compreender a cidade a partir da produção da moradia, o que nos dá a possibilidade de articular os vários campos de análise urbana, “[...], sobretudo quando nos damos conta de que os atuais problemas da sociedade parecem ser cada vez mais articulados com problemas de natureza espacial, visto que eles são explicitados pelas desigualdades socioespaciais” (OLIVEIRA e COSTA, 2007, p. 2).

O *Relatório da UNICEF para a Região Norte do Brasil* afirma que morar numa residência confortável, devidamente protegida, situada em local seguro e facilmente acessível, com energia elétrica, serviços e equipamentos que garantam o consumo de água saudável, além de condições adequadas de saneamento e higiene, constitui a condição material básica de sobrevivência e desenvolvimento das crianças e adolescentes (UNICEF, 2004).

Analisando as condições de moradia, os dados do PNAD revelam que a realidade no Amazonas é precária, ou seja, 39% das crianças e adolescentes de 0 a 17 anos do Amazonas vivem em domicílios que não possuem abastecimento de água servido por rede geral, poço ou nascente na propriedade. A média brasileira é de 17,4%. A porcentagem de meninos e meninas amazonenses que moram em casas sem rede geral, fossa séptica ou rudimentar chega a 28,5%, enquanto a média brasileira é de 18,7% (PNAD, 2009)

Para nos certificarmos se houve avanços ou retrocessos quanto às condições dos domicílios das famílias de Manaus, realizamos uma pesquisa a partir dos dados obtidos no último Censo Demográfico do IBGE (2010), cujos resultados apresentaremos a seguir.

Os dados do Censo 2010 nos mostram que, do total de domicílios visitados, a cidade de Manaus apresenta número elevado de domicílios cuja energia elétrica é “clandestina” (95.510) ou que não têm energia elétrica (1.179) (IBGE, 2010). No período do verão a população sofre com os freqüentes cortes de energia elétrica (os apagões), uma vez que a Hidrelétrica de Balbina e as termelétricas instaladas na capital não conseguem garantir energia suficiente para a demanda da cidade.

Quanto ao destino do lixo doméstico, o Censo mostra que 9.189 domicílios não têm o destino de seu lixo no aterro sanitário. Outros dados revelam que são 21.940 domicílios sem uso exclusivo de banheiro; 3.690 domicílios que não têm banheiro ou sanitário; 112.962 domicílios que não são servidos pela rede geral de distribuição de água (IBGE, 2010).

Rojas e Peiter (1998) alertam para a situação das instalações sanitárias no Amazonas e em Manaus, onde grande parte dos domicílios não tem suas instalações sanitárias conectadas à rede geral, utilizando-se de fossas sépticas ou rudimentares para a disposição dos dejetos. Observam ainda que nos bairros periféricos de Manaus, principalmente os mais recentes, e, no caso, os localizados nas zonas Norte e Leste, o lixo é comumente jogado nos terrenos e corpos d'água próximos às moradias.

Os dados atualizados do Censo 2010 nos mostram ainda que cerca de 39% da população não possui rede de esgoto e 37,8%% não conta com abastecimento de água. Destes, mais de 60% possui distribuição irregular de água, o que constitui um dos principais problemas da cidade, principalmente para as zonas Norte e Leste, áreas de maior crescimento populacional e de expansão territorial nos últimos anos (IBGE, 2010). Parece até ironia, mas a cidade está localizada na confluência de dois grandes rios (Negro e Amazonas – o maior do mundo em volume de água) e padece com a falta de água, resultado da ineficiência de políticas públicas hídricas para o setor.

Corroborando com os dados acima mencionados, Orlando Valverde (1998) alerta para a incipiência do sistema de saneamento básico em todas as localidades do Amazonas, principalmente no que se refere à deficiência da rede de esgoto e falta de tratamento das águas residuais. O autor observou que em Manaus, em 1998, a maioria da população não bebia água fornecida pela empresa responsável que abastece a cidade. Hoje, a situação continua a mesma.

Na periferia, grande parte da população se serve de água comprada nos carros-pipas ou apanham água em poços artesianos particulares ou perfurados pela Prefeitura. Muitos poços artesianos são perfurados sem nenhum olhar técnico e são localizados próximo às fossas das residências dos moradores ou de lixeiras a céu aberto, o que provoca sérios riscos à contaminação dos lençóis freáticos.

Outra observação de Valverde (1998) diz respeito aos igarapés que cortam a cidade de Manaus. Praticamente todos os igarapés estão poluídos, resultante das ocupações desordenadas às suas margens e que recebem, há muito tempo, altas cargas poluidoras de águas residuais não tratadas. Mudar esta realidade só será possível por meio de políticas públicas e hídricas sérias. A prioridade setorial deve ser no segmento de saneamento básico em áreas urbanas, onde um dos objetivos é

a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem-estar social da população, da qualidade de vida, destacando a importância na saúde pública.

Outro parêntese que abrimos nesta reflexão é o fato do contínuo desmatamento nas zonas Norte e Leste por causa das ocupações de terra, sejam aquelas que são organizadas pela população em geral, sejam aquelas organizadas por empresas construtoras. A segunda é pior, porque são empresas que conseguem autorização dos órgãos ambientais para erguerem seus condomínios em áreas consideradas de proteção ambiental. Uma vergonha!

A propósito da significação da floresta na Zona Leste para o equilíbrio ambiental da Manaus do ponto de vista climático, Valverde (1998) explica que em Manaus, caem anualmente, por volta de 1.000 mm de chuva. “Nessas condições, se a floresta que lhe fica à leste for removida, isto significará que as precipitações serão reduzidas lá a aproximadamente 900mm/ano.

A partir dessas constatações, poderíamos nos perguntar sobre a relação destes com a violência sexual contra crianças e adolescentes. A realidade socioeconômica de crianças, adolescentes e seus familiares, é fator de vulnerabilidade à violência sexual? A não garantia de direitos básicos e fundamentais preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um forte indício de violência contra as crianças e adolescentes.

O que vimos até agora é que infelizmente em nosso País as famílias com baixa renda econômica convivem diariamente com a miséria e a fome, estando mais vulneráveis a todo tipo de violência, inclusive à violência sexual. Nessas famílias, cuja escolaridade também é baixa, a violência se explicita e as denúncias são mais frequentes. No Brasil, as condições ambientais adversas são facilitadoras de violência sexual contra crianças e adolescentes, e o maior número de casos é registrado a partir daqueles com condição social inferior. Portanto, essa realidade não é diferente de Manaus.

Lamentavelmente, a situação em que se encontram muitas famílias empobrecidas em nosso País, retrata o que era antes visto como sistema de desigualdade, hoje transformado em sistema de exclusão. As pessoas lutam para sobreviver como podem, e nessa situação, muitas crianças e adolescentes acabam sendo alvo fácil de exploração sexual, como forma de ganhar dinheiro e conseguir sobreviver.

Ressaltam-se também inúmeras dificuldades enfrentadas por grande parte das meninas brasileiras em consequência das agruras da pobreza, oriundas de lares com baixo rendimento familiar, o que as colocam em situação de vulnerabilidade à exploração sexual (MONTEIRO, *et alii*, 2008). Tristemente, como observa Furniss (2002), muitas mães pelas condições financeiras da própria família, ao sentir que necessitam manter o agressor em casa, delegam à filha essa quota de sacrifício para que a família não passe necessidade se este for embora.

Vem-nos em mente um relato de uma mãe sobre sua filha adolescente de 15 anos que era explorada sexualmente. A mãe dizia que quando a filha chegava pela manhã, trazia consigo o pão quentinho da padaria. As duas se sentavam em silêncio, ela mostrava o dinheiro conseguido na noite, tomava o cafezinho dela e ia se deitar e dormir, sem as mínimas condições de ir para escola. Então a mãe contava que lhe vinha um aperto no peito, mas que ela levantava a cabeça e dizia para si mesma que não deveria chorar porque aquela situação não tinha jeito e que tinha que se conformar porque todos estavam presos a ela.

Bourdier (2008, p.12-13), ao refletir sobre o *espaço dos pontos de vista*, com certo cuidado para que não se caia num relativismo subjetivista, observa as inumeráveis formas de *miséria de posição*, que seria o sofrimento espalhado pelo mundo de milhares de pessoas que ocupam uma posição inferior e obscura no interior de um universo prestigioso e privilegiado. O autor chama esta posição de um relativo *conformismo de rebaixamento*: “[...] você não tem que se queixar... há coisa pior, você sabe [...]”, proibindo às pessoas a percepção de que uma grande parte de seu sofrimento é também resultado de uma ordem social, do ponto de vista do macrocosmo.

Retomando o discurso da segregação, podemos compreender que esta não é apenas um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas é também um complexo de instrumentos capazes de criar condições de controle desse espaço, gerador de disparidades e hierarquias, onde o abuso de poder é a tônica principal e os mais vulneráveis são as crianças, os adolescentes e as mulheres, sobretudo se forem provenientes de classes sociais menos favorecidas. É desafiador compreender a violência urbana, não só a partir da análise da falta de acesso da população aos serviços necessários que lhe garantam condições de viver com dignidade, mas, principalmente, ao desenvolvimento de condições que lhe

proporcione capacidade de pensar, de escolher e de não ter seus direitos violados, de exercer sua cidadania e ser respeitado (DAMIANI, 2009; RODRIGUES, 2009).

Os dados apresentados até o momento, são apenas parte da complexa realidade em que se encontram milhares de crianças e adolescentes no Brasil, no Amazonas e em Manaus. Realidade esta que clama urgência de políticas públicas mais eficazes para que as crianças possam romper com o ciclo de miséria e exclusão social. Investimentos direcionados à infância e adolescência oferecem melhores retornos para qualquer país.

Crianças com acesso à escola, moradia digna, alimentação, lazer, condições de trabalho para os pais, enfim, qualidade de vida, terão maiores oportunidades de contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades e de seus países, principalmente se houver uma atenção diferenciada na educação. Concordamos com Queiroz (2009, p. 98) quando diz que “refletir sobre a violência e sobre suas nuances geográficas impõe-se como exercício obrigatório para quem pretende compreender, a dinâmica atual da urbanização”.

3.4.3. As zonas administrativas de Manaus: “porções do território”

Ao considerarmos as zonas administrativas de Manaus como variáveis de análise da violência sexual contra crianças e adolescentes, compreendemos que as zonas da cidade são “porções do território” determinadas pelo poder local do município. Deste modo, a análise da violência sexual contra crianças e adolescentes compreendida também a partir da localização desta no território de Manaus, tem que estar relacionada às inúmeras variáveis do processo social que se articulam no território, dentre estes, o fator socioeconômico.

Em nosso estudo, procuramos contemplar as variáveis “local de ocorrência” e “local de procedência” das crianças e adolescentes vitimizados, provenientes dos registros de denúncias de violência sexual junto às instituições investigadas.

Recordemos que a Tabela 11 revela que para a maioria das denúncias de violência sexual o local de ocorrência foi a própria residência da criança ou adolescente. Em razão desses dados, apesar de não podemos afirmar que os locais de ocorrência da violência são os mesmos da procedência das vítimas, há de se considerar que, existe uma grande proximidade dos resultados encontrados para os

locais de procedência e os locais de ocorrência. Infere-se nesse caso, que também as zonas Leste e Norte, ao serem identificadas como áreas de maior procedência das crianças e adolescentes, apresentam-se como as porções do território de Manaus onde a ocorrência foi mais evidente, exceção feita para a Zona Oeste da cidade, cuja instituição merece outra observação, o que faremos mais adiante quando discutiremos o caso do SAVVIS, localizado na Zona Oeste, no bairro da Compensa.

A seguir, os dados da Tabela 12 apontam as zonas Leste e Norte, como as áreas geográficas de maior procedência de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, segundo a frequência de denúncias feitas às instituições investigadas.

Tabela 12. Manaus, Zona de procedência da criança/adolescente, segundo as instituições, em porcentagem. Manaus, Amazonas, 2011.

ZONA	CREAS (N=1156) %	SAVVIS (N=863) %	DEPCA (N=2.593) %
Norte	22,1	13,0	24,8
Sul	19,6	19,2	13,2
Centro-sul	4,9	6,1	6,9
Leste	28,6	18,5	30,8
Oeste	16,1	31,5	14,2
Cento-oeste	8,7	11,7	10,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (CREAS e SAVVIS, 2006-2010)

As instituições investigadas deste estudo se comportam de maneira única frente aos seus dados, isto é, cada serviço tem seu protocolo próprio para registrar as denúncias que ali chegarem. A partir disso, percebeu-se na pesquisa que ao tentarmos cruzar estatisticamente os dados entre as instituições, observamos várias vezes que nos registros das instituições os dados das mesmas vítimas tinham sido também registrados pelas demais instituições.

Desse modo, decidimos que seria melhor ter um olhar diferenciado para cada instituição e concluir que o número de denúncias registradas em cada uma delas não poderia ser somado para apontar a totalidade do número de casos em Manaus,

uma vez que foram encontrados até triplos registros. Isso ainda ocorre porque não se tem em Manaus um sistema único informatizado para os registros das denúncias junto às Instituições que trabalham com esse tipo de demanda. Se houvesse um sistema único informatizado, evitariam-se duplicidades ou triplicidades de registros e se poderia monitorar melhor o andamento dos casos.

Os mapas seguintes (Mapas 13, 14, 15 e 16), referem-se à procedência das crianças e adolescentes violentados sexualmente, permitindo um olhar diferenciado na cidade de Manaus sobre a espacialização do fenômeno em todas as zonas administrativas.

Para o CREAS, a Zona Leste apresentou maior prevalência quanto à procedência das crianças e adolescentes, quando tomamos a frequência do número de denúncias e extraímos a porcentagem (Mapa 13). Mas, considerando o total da população de cada zona a partir dos dados obtidos na Tabela 2 (população da zona urbana de Manaus, 2006-2010), cruzamos o total das denúncias por 100 mil/habitantes para cada zona administrativa. Deste cruzamento, ainda encontramos maior prevalência para a Zona Leste (Mapa 14).

Mapa 14. Manaus: Denúncias de violência sexual segundo a zona de procedência da criança e adolescente/100 mil hab., CREAS (2006-2010)

Vejamos como se comportaram as informações referentes à Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA), uma vez que é nela que todos os casos deveriam ser notificados e daí dar início à responsabilização dos envolvidos. Para lá deveriam convergir as denúncias que chegam de todos os serviços da rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus. É certo que nem todos os casos que chegam aos outros serviços de atendimento chegam à DEPCA, apesar de serem encaminhados ou notificados pelo CREAS e SAVVIS anteriormente. É que por inúmeras razões, as famílias se omitem em levar o caso até a polícia.

Mapa 15. Manaus: Denúncias de violência sexual segundo a zona de procedência da criança e adolescente, DEPCA (2006-2010), em porcentagem

Para a DEPCA, segundo o Mapa 15 a Zona Leste apresentou maior prevalência quanto à procedência das crianças e adolescentes, quando tomamos a frequência do número de denúncias e extraímos a porcentagem. Ao cruzamos o total das denúncias por 100 mil/habitantes para cada zona administrativa, ainda assim obtivemos a prevalência para a Zona Leste, conforme o Mapa 16.

Mapa 16. Manaus: Denúncias de violência sexual segundo a zona de procedência da criança e adolescente/100 mil hab., DEPCA (2006-2010)

Para o SAVVIS, conforme o Mapa 17, a Zona Oeste apresentou maior prevalência quanto à procedência das crianças e adolescentes, quando tomamos a frequência do número de denúncias e extraímos a porcentagem.

Mapa 17. Manaus: Denúncias de violência sexual segundo a zona de procedência da criança e adolescente, SAVVIS (2006-2010), em porcentagem

Ao cruzamos o total das denúncias por 100 mil/habitantes para cada zona administrativa, ainda assim obtivemos alta prevalência para a Zona Oeste, conforme mostra o Mapa 18.

Mapa 18. Manaus: Denúncias de violência sexual segundo a zona de procedência da criança e adolescente/100 mil hab., SAVVIS (2006-2010)

O fato de se identificar a procedência das vítimas é muito relevante, porque localiza espacialmente o local de procedência destas, o que pode nos ajudar a verificar os recursos disponíveis da rede de enfrentamento à violência sexual mais próximo à residência dos usuários da rede. Poderá ajudar ainda a avaliar as facilidades e dificuldades de acesso aos locais de atendimento, no que diz respeito à mobilidade das vítimas ao buscar ajuda junto aos serviços e, se existem esses serviços, onde encontrá-los.

Por outro lado a localização dos serviços frente à demanda das zonas da cidade poderá também ajudar a revisar a instalação destes e dos futuros serviços frente às áreas da cidade que apresentam maior demanda e as áreas de maior vulnerabilidade social.

Queremos dizer com isto que, onde a superfície territorial e a população são maiores, há necessidade de se repensar a localização dos serviços de atendimento às vítimas da violência sexual. Quando a carência da instalação de serviços de atendimento na cidade é insuficiente para a demanda, somados à ausência de equipamentos sociais básicos e necessários à população de uma zona geográfica, os fatores de vulnerabilidade corroboram ainda mais com o fluxo crescente de casos de violência sexual infanto-juvenil nestas zonas.

3.5 O suposto autor da violência sexual e a segregação imposta pelo abuso de poder

Neste estudo preferimos chamar de “suposto autor” da violência sexual a pessoa acusada de cometer a violência sexual. Como o objeto principal da pesquisa são as denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, ao se tratar de denúncias, a pesquisa não tinha como objetivo verificar se a violência ocorreu ou não. Assim, não poderíamos falar de autor do abuso ou perpetrador, mas de suposto autor.

Segundo as estatísticas nacionais e internacionais, o **gênero** do suposto autor da violência sexual e a **proximidade** deste com a vítima é constituído, na maioria dos casos, por pessoas do sexo masculino e que tem uma maior proximidade ou são conhecidas das vítimas (UNICEF, 2011; SVRI, 2010; HABIGZANG *et alii*, 2005; PINTO JÚNIOR, 2005; ARAÚJO, 2002; FERREIRA, 2002; AZEVEDO e GUERRA, 1998). Este também foi o achado desta pesquisa, conforme apresentamos nas Tabelas 13 e 14.

Tabela 13 - Distribuição percentual do suposto autor de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010, segundo o gênero e as instituições pesquisadas, na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011.

GÊNERO	2006-2010		
	CREAS	SAVVIS	DEPCA
	%	%	%
Masculino	94,74	98,61	95,30
Feminino	5,26	1,39	4,70

Fonte: Pesquisa de campo (CREAS, SAVVIS e DEPCA, 2006-2010)

Tabela 14 - Distribuição percentual do suposto autor de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010, segundo o grau de proximidade com a vítima e as instituições pesquisadas, na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011.

GRAU DE PROXIMIDADE	2006-2010		
	CREAS	SAVVIS	DEPCA
	%	%	%
Conhecido	91,90	88,17	88,11
Desconhecido	8,10	11,83	11,89

Fonte: Pesquisa de campo (CREAS, SAVVIS e DEPCA, 2006-2010)

Em pesquisa publicada por Araújo, Boaz e Almeida (2010), somente 44% das crianças pesquisadas identificaram um perfil para o suposto autor, sendo que 26,5% achavam que o agressor eram homens maiores de 50 anos; 21,7% seriam mulheres jovens; e 8,8% seriam namorados. O resultado desta pesquisa comprova a falta de informação e a confusão perceptiva das crianças e adolescentes a esse respeito, causando uma vulnerabilidade dos mesmos em sua autodefesa. Afirma ainda que não existe um padrão definido de personalidade que pertença a todos os autores dos crimes sexuais, mas que o abuso sexual é, na maioria das vezes, praticado por

peças com comportamento socialmente aceitável, que trabalham, têm famílias, amigos e está, acima de qualquer suspeita.

No que diz respeito à faixa etária, pelas dificuldades de saber a idade do suposto autor da violência, muitas pessoas ao denunciar a violência sexual, não informam tal idade às instituições. Recordemos que em alguns casos é comum encontrar mais de uma pessoa envolvida na violência sexual. Deste modo, para discutir tal questão, resolvemos contemplar uma amostra para as instituições CREAS (n=864), SAVVIS (n=699) e DEPCA (n=1421).

Tabela 15 - Distribuição percentual do suposto autor de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010, segundo a faixa etária e as instituições pesquisadas, na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011.

FAIXA ETÁRIA	2006-2010		
	CREAS %	SAVVIS %	DEPCA %
13 a 18 anos	8,29	13,86	6,13
19 a 25 anos	17,26	20,65	25,31
26 a 30 anos	13,77	13,50	19,78
31 a 35 anos	22,52	14,92	16,97
36 a 40 anos	12,87	12,65	10,08
41 a 50 anos	14,02	11,98	12,44
51 a 60 anos	7,35	7,78	4,53
61 a 70 anos	2,83	3,2	2,71
Acima de 70 anos	1,13	1,46	1,89

Fonte: Pesquisa de campo (CREAS e, SAVVIS, 2006-2010)

Conforme demonstrado na Tabela 15, no CREAS, prevaleceu a faixa etária de 31 a 35 anos (22,52%), resultado semelhante com os encontrados em estudo na cidade de Salvador-BA, onde se constatou que os agressores apresentaram em média 31,55 anos (CARVALHO *et alii*, 2009). No SAVVIS e DEPCA prevaleceu a

faixa etária entre 19 e 25 anos, com um percentual de 20,65% e 25,31%, respectivamente.

Chama-nos atenção a faixa etária dos supostos autores, entre 13 a 18 anos, nas três instituições, por se tratar de adolescentes envolvidos em práticas de violência sexual. Se levarmos em consideração a faixa etária entre 13 a 25 anos, teremos um percentual de casos muito maior envolvendo adolescentes e jovens como supostos autores de violência sexual, ou seja, 25,55% no CREAS, 34,51% no SAVVIS e 31,44 na DEPCA (Tabela 15). Os dados de Manaus referentes ao SAVVIS estão próximos aos encontrados na pesquisa de Monteiro *et alii* (2008) em Teresina-PI, cuja faixa etária com maior representatividade foi de 15 a 25 anos, com 27,54%.

A gravidade da violência sexual perpetrada por adolescente foi encontrada em um estudo realizado em 2003, na cidade de Londres. Descobriu-se que um em cada oito garotos abusados sexualmente, cometeu abusos sexuais na adolescência por volta dos 14 anos (SANDERSON, 2005).

Nesse sentido, autores destacam a importância de programas voltados para a adolescência, nos quais se aborde as questões da sexualidade e da vulnerabilidade a que estes adolescentes e jovens estão expostos, não só como faixa etária a sofrer a violência sexual, mas também a cometer a violência sexual (MONTEIRO *et alii*, 2008; MARRA e COSTA, 2010).

Assim como a idade do provável autor, a **ocupação** também é outra informação ignorada pelos denunciante. Deste modo, para discutir tal questão, resolvemos contemplar uma amostra para as instituições CREAS (n=864) e SAVVIS (n=699). Os dados da DEPCA não foram considerados, porque as informações disponibilizadas por esta instituição apresentaram a organização dos dados de um modo diferenciado das demais instituições. Por outro lado, excluiremos da análise a variável *outros*, devido às dezenas de denominações de ocupação. Para a análise, consideramos as ocupações relatadas na pesquisa conforme a Tabela 16.

Tabela 16 - Distribuição percentual do suposto autor de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010, segundo sua ocupação e as instituições pesquisadas, na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011.

Ocupação	2006-2010	
	CREAS	SAVVIS
	%	%
Motorista de ônibus	3,37	1,92
Pessoa envolvida com droga	15,18	16,09
Vigilantes/segurança	6,27	2,30
Pedreiro	13,98	5,36
Político	0,48	0,00
Líder Religioso Pastor	1,20	1,15
Professor	4,10	2,68
Idoso aposentado	3,37	2,68
Policial	1,69	1,53
Comerciante e vendedor	6,75	8,43
Desempregado/sem ocupação	13,98	9,96
Estudante	10,36	16,48
Mecânico	2,65	2,30
Outros	16,63	29,12
Total	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo (CREAS e, SAVVIS, 2006-2010)

Apesar de não constituir uma ocupação, a expressão “pessoa envolvida com droga” foi contemplada porque nos registros de denúncias haviam sido informadas pelos próprios denunciante. Assim, para o CREAS a prevalência é para pessoa envolvida com droga (15,18%); em seguida, com o mesmo percentual, pedreiro e

desempregado/sem ocupação (13,98%). Já no SAVVIS, predominou pessoa envolvida com droga e estudante (16,48%) (Tabela 16).

O uso de álcool e droga presente em ambientes onde há a presença de criança e adolescente é apresentado na literatura especializada como fator de vulnerabilidade à violência sexual (LIMA, 2011; COSTA *et alii*, 2005). Uma pesquisa realizada por Martins (2010) em Manaus revela que 47,37% dos casos de mulheres vítimas de abuso sexual afirmaram que seus agressores se encontravam sob efeito de drogas.

Ainda em nossa pesquisa, a maioria dos registros ficou para estudante com 19,38%, corroborando com os dados encontrados na Tabela 15 para a faixa etária do suposto autor da violência sexual. Chama-nos ainda atenção o número de pessoas desempregadas ou sem ocupação com 11,72% (Tabela 16), cuja discussão se fará mais adiante no capítulo 4, onde serão tratadas as condições econômicas *versus* fatores de vulnerabilidade à violência sexual.

Outro dado a considerar em Manaus é o envolvimento de pessoas que deveriam garantir a segurança, cuidado ou proteção para as crianças e adolescentes: policial, vigilante, professor, líder religioso pastor e político.

Quem normalmente deveria estar “acima de qualquer suspeita” e defender os direitos de crianças e adolescentes, infelizmente, hoje já faz parte das estatísticas de denúncias de violência, sobretudo a sexual. Recordemos que nos últimos cinco anos, o número de denúncias envolvendo ministros religiosos católicos ao redor do mundo, principalmente nos Estados Unidos, ganhou a mídia internacional e estremeceu o mundo. Outros episódios envolvendo professores e alunos, cantor pop famoso, pais e filhos, treinadores e esportistas, entre outros, não ficaram de fora dos noticiários.

O fato é que a violência sexual está presente em todos os segmentos da sociedade, entre todas as categorias profissionais ou de ocupação e hoje, se faz mais evidente do que nunca. No Amazonas e em Manaus, estremece-nos o fato de encontrarmos inúmeras denúncias contra políticos locais e pessoas do judiciário envolvidos com a rede de exploração sexual de crianças e adolescentes. Se em muitos aspectos a mudança da realidade do fenômeno em foco depende de políticas públicas e estas, necessariamente passam por aqueles que legislam, torna-se um desafio imenso mudar essa realidade.

Num estudo realizado por Monteiro *et alii* (2008), em Teresina-PI, verificou-se que a maior prevalência foi entre estudantes (20,35%) e desempregados (26,85%). Já na pesquisa realizada por Habigzang *et alii* (2005), a maioria dos agressores estava empregada (43,2%), outra parte deles estava desempregada (32,1%) e fazendo biscoitos (16%). Os resultados deste estudo são semelhantes aos encontrados em nossa pesquisa.

Para Monteiro *et alii*, (2008) o desemprego é um fator de risco à violência intrafamiliar, uma vez que pode gerar estresse e conflito entre os membros da família. No mais, a pessoa abusadora dispõe de tempo para manter contato com a criança/adolescente e assim manter uma relação ou vínculo afetivo, podendo adquirir sua confiança e realizar a violência sexual.

Muitas vezes a ociosidade é um fator importante para que se desenvolva a violência sexual, reafirmando a ideia de que o agressor dispõe de tempo suficiente para planejar e se aproximar da vítima e então violentá-la sexualmente.

Segundo Serafim *et alii* (2009), a maioria dos acusados planejam o abuso horas, dias ou até meses antes da ação. Apesar de compreenderem que estão agindo fora da lei, racionalizam seu comportamento, convencendo-se de que não estão cometendo nenhum crime e de que seu comportamento é aceitável convencendo a si mesmo que a criança quer se relacionar sexualmente com ele, projetando nela os pensamentos e sentimentos que ele quer que ela tenha sobre ele.

Tendo presente os dados do CREAS e SAVVIS distribuídos na Tabela 17, a pesquisa constata que todos os membros da família foram denunciados como supostos abusadores. Porém, a maior prevalência encontrada no CREAS foi para o padrasto/namorado da mãe (CREAS, 44,14%; SAVVIS, 36,44%; DEPCA, 46, 91%), seguido do pai da vítima (CREAS, 23,64; SAVVIS, 27,32%; DEPCA, 25,00%). Isso demonstra como essa forma de violência acontece no âmbito intrafamiliar e por pessoas próximas às vítimas.

A violência sexual, envolvendo genitor e filho é considerada incesto; é raramente denunciada, uma vez que, na família incestuosa, as relações interpessoais são marcadamente assimétricas e hierárquicas (LIMA, 2011; KOLLER, 1999).

Tabela 17 - Distribuição percentual do suposto autor de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período de 2006 a 2010, segundo o grau de parentesco com a vítima e as instituições pesquisadas, na zona urbana de Manaus. Manaus, Amazonas, 2011.

GRAU DE PARENTESCO	2006-2010		
	CREAS %	SAVVIS %	DEPCA %
Pai	23,64	27,32	25,00
Padrasto/namorado da mãe	44,14	36,44	46,91
Tio	11,97	14,64	11,30
Primo	7,66	4,06	2,58
Avô	6,86	8,21	6,86
Cunhado	1,80	2,53	2,58
Irmão	2,91	4,38	3,12
Outros: mãe, madrasta, irmã, tio- avô, avó, bisavô, tia, prima, cunhada	1,02	2,42	1,43

Fonte: Pesquisa de Campo (CREAS, SAVVIS e DEPCA, 2006-2010)

As relações incestuosas ocorrem, frequentemente, quando a estrutura e a dinâmica da família, embora aparentemente coesa, encontram-se afetadas e quando, muitas vezes, os papéis e as funções familiares estão alterados. Consideram-se relações incestuosas, não apenas aquelas que envolvem laços de consanguinidade entre a vítima e o perpetrador do ato sexual - pai, mãe, tios, avós e primos, mas ainda aquelas que envolvem um adulto tutor, padrasto, madrasta, meio-irmãos, cunhado(a), namorado(a) do pai ou da mãe, padrinho e madrinha caso assumam forte ligação com a criança/adolescente ou assumam a função de cuidadores (LIMA, 2011; AZEVEDO e GUERRA, 1998).

Sobre o incesto, Lévi-Strauss (2003) explica que este é desejado por ser natural e é proibido por ser cultural, portanto é ambíguo e conflituoso. Para o autor, a proibição do incesto, regulamentado pela cultura, constitui um marco estabelecido

de que o desejo tem que ser submetido ao social, que uma família não seria capaz de existir sem sociedade e que existem outros laços afora os da consangüinidade.

Dentro da complexidade que envolve a dinâmica da violência sexual, há ainda a "Síndrome de Segredo", que está diretamente relacionada com a psicopatologia do agressor (pedofilia) que, por gerar intenso repúdio social, tende a se proteger em uma teia de segredos, mantido à custa de ameaças e barganhas à vítima (LIMA 2011; HABIGZANG *et alii*, 2005, FURNISS, 2002). O fato é que enquanto não se romper a "Síndrome do Segredo", o círculo da violência sexual pode durar por gerações (FURNISS, 2002).

[...] os abusos intrafamiliares acontecem em segredo. Imposto por violência, ameaças ou mesmo em uma relação sem palavras, o segredo tem por função manter a coesão familiar e proteger a família do julgamento de seu meio social. A realidade das conseqüências de uma inculpação (prisão, perda do sustentáculo financeiro) faz com que a revelação seja mais grave que o próprio abuso (LAMOUR, 1997, p.59)

A dinâmica da violência sexual no contexto intrafamiliar contribui para a manutenção desta em segredo, gerando sentimentos de medo e insegurança num emaranhado de outras formas de violência como a negligência, a violência física e as ameaças, o que dificulta ainda mais o rompimento do ciclo de violência e uma eventual denúncia (LIMA, 2011; AMÊNDOLA, 2009; PINTO JÚNIOR, 2005; FURNISS, 2002; KOLLER, 1999).

Deste modo, ao tecermos algumas considerações sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, poderíamos nos perguntar se uma das principais conseqüências não seriam os espaços segregados a partir do uso abusivo do poder dos adultos?

Sem dúvida alguma, a violência sexual contra crianças e adolescentes é um dos tipos de violência mais *democrático* que existe, pois atinge a todas as classes sociais e faixas etárias. Este tipo de violência cria espaços reais e simbólicos de segregação, onde a vítima ao se sentir envergonhada, desamparada, humilhada e com medo de ser desacreditada por parentes ou pessoas próximas, isola-se ou é isolada pelo seu perpetrador, sofrendo em silêncio e se revitimizando. Numa trama emocional permeada por contradições, a vítima sente-se segregada numa prisão na qual não encontra alternativas para se livrar.

As conseqüências da violência sexual repercutem nos diferentes espaços sociais nas quais está inserida, especialmente em dois espaços sociais básicos para a criança e o adolescente: a família e a escola. Quando ocorre em ambiente intrafamiliar, a mãe e os irmãos também são segregados pelas ameaças do agressor a manterem o silêncio. Muitas crianças abandonam a escola; de outras lhes é roubado o espaço de lazer; de outras lhes é controlada e impedida a conversa e o convívio com outros membros da família, com pessoas da vizinhança por medo e desconfiança que elas relatem o fato a alguém. A confiança e o vínculo com o adulto foi quebrado, elas estão sofrendo por tudo isso e ainda têm que ser punidas por seus cuidadores ao serem vigiadas ou responsabilizadas frente ao fato ocorrido.

Situação de grande delicadeza é esta, onde a criança ou adolescente tem que ser afastado de seus espaços de convivência, segregado num abrigo de proteção, longe de seu agressor. Neste caso, no pensar da vítima, cria-se o questionamento: Por que o agressor comete o crime e a vítima é condenada a sair de casa e ser segregada? Afinal, para quem está sendo dada a punição?

Lima (2011) observa outras mudanças no cotidiano das famílias, as quais são relatadas também pelas vítimas como: “tudo mudou lá em casa”; “lá na escola as coisas estão diferentes”; “todo mundo me olha diferente” etc. O autor afirma que quando isso ocorre, percebe-se por parte da vítima uma grande confusão de sentimentos e emoções frente a situações que extrapolam as percepções acerca das pessoas e dos acontecimentos. Mais uma vez, o poder é aqui entendido e usado de forma repressiva como afirma Foucault (1996, p.143): “[...] um poder que, em vez de se retirar, tem como função maior ‘adestrar’; ou seja, adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor.

De acordo com Silva e Maciel (2010) e Pfeiffer e Salvagni (2005), em algumas situações, principalmente quando o agressor da criança/adolescente é o padrasto ou namorado da mãe e a vítima é menina, a mãe reage com ciúmes, como rival da própria filha diante do companheiro, e passa a colocar na filha a responsabilidade pelo ocorrido, isto é, de que a filha é a culpada por ter seduzido o companheiro.

Neste emaranhado de conflitos, destacamos a dificuldade da mãe em reconhecer o incesto, pois seria o reconhecimento de seu fracasso como mãe e esposa. Enquanto isso, o abusador usa de todos os meios para manter seus atos em silêncio e encobertos, para continuar segregando violentamente suas vítimas pelo abuso de poder e uso da força, como afirma Chauí (2006, p. 342): “[...] numa

situação que implica uma coisificação das relações, em que o outro é considerado coisa e não sujeito [...]” ou como observa Teixeira (2003, p.12):

A violência sexual manifesta-se como fruto de relações de poder, produtos de relações sociais construídas de forma desigual. O poder do adulto (ou um não adulto, porém mais forte) sobre a criança e o adolescente, que se manifesta num processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre destes, mas de sua pessoa enquanto outro (TEIXEIRA, 2003, p.12).

Muitas vezes as mães são acusadas de serem coniventes com a situação de abuso sofrido por seus filhos. Lima (2011) observa que a dimensão transgeracional da proteção e do cuidado, especialmente das mães, em relações potencialmente propícias ao abuso, são compreendidos por estas a partir de seus espaços violados vividos e que muitas vezes elas não conseguem romper com o ciclo de violência vivido pelos filhos, porque vai revivendo o que já passou na infância e adolescência delas e, por isso se sentem sem forças para fazer algo. Essas mães são tão vítimas quanto os próprios filhos que foram ou estão sendo violentados. Por isso, tem que se ter um grande cuidado ao acusar a mãe como cúmplice do agressor.

Ao se investigar as várias abordagens teóricas sobre determinantes da exclusão social e da violência, muitos estudos mostram em quase todos os tipos de abordagens, a presença de variáveis sócio-espaciais relacionadas ao processo de urbanização, tais como: pobreza, desigualdade, territorialidade, concentração de renda, desemprego, adensamento demográfico, bairros, favelas, entre outras (CLAVAL, 2001; FERREIRA e PENNA, 2006; CERQUEIRA e LOBÃO, 2003a;).

Ferreira e Penna (2005) falam sobre a importância da preocupação geográfica com a espacialização da violência, isto é localizá-las no espaço urbano e correlacioná-las às condições do local onde acontecem. Acenam para o fato de que é importante compreender que a violência se territorializa no espaço urbano, dentro da lógica dos processos sociais atuais que, de um lado, valoriza certas porções do território e de outro cria e sustenta porções territoriais de exclusão.

CAPÍTULO IV

A REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MANAUS: AVANÇOS E DESAFIOS

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

(ECA, Art. 4º).

FAÇA BONITO.

4.1 Epistemologia das redes no território, seus nexos e a rede de serviços às vítima de violência sexual

Para falar de redes não podemos nos esquecer que *rede* e *território* não devem ser vistos de forma separada na análise do espaço geográfico. A existência de um exige a existência do outro. Não se pode falar em um espaço exclusivo dos fluxos, sem a necessidade de um território, uma vez que este último é elemento base para a formação e construção do espaço geográfico.

Para Brunet, Ferras e Thêry. (1993) a discussão sobre território é ampliada a partir da discussão sobre redes. Assim, um território seria constituído pelo inter-relacionamento entre diferentes lugares e pela sua capilaridade. A rede como uma perspectiva analítica possibilitaria compreender a dinâmica de construção desta territorialidade e das relações de poder.

Concordamos que os territórios existem e podem ser construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas, tanto espaciais como temporais. Assim, a interação entre os diferentes locais pode ser política, econômica e cultural, e resulta de um intenso e recíproco relacionamento entre todos os elos da estrutura que compreendem e sustentam a dinâmica econômica e política em toda sua complexidade. Esse fator que justifica a formação dos sistemas de malhas, de nós e redes exprime no espaço e constituem de algum modo, as bases de sustentação dos territórios.

Cada território, portanto, deve ser pensado em rede, articulado a outros territórios, em interação, em complementaridade (SAQUET, 2003). A rede possui uma polissemia que enriquece o conjunto de significações agregadas ao conceito e permite uma rica análise epistemológica.

Segundo Santos (2006, p. 209), pode-se admitir que o conceito de rede se enquadre em duas grandes matizes: “a que considera o seu aspecto, a sua

realidade material, e a outra, onde é também levado em conta o dado social”. Pode-se afirmar que essas definições estão presentes como essência em quase todas as construções teóricas relacionadas à rede.

O cientista social Pierre Musso faz algumas incursões teóricas em torno de muitas das significações da rede e procura impetrar um “corte metodológico” das várias concepções e metáforas atribuídas ao termo. O autor começa sua análise pelo que chama “visão biometafísica da rede” (metáfora do tecido), na qual a rede é concebida como um “ajuntamento de linhas amarradas em sua extremidade, formando malhas através da conexão entre linhas e nós” (MUSSO, 2001, p. 202).

Segundo Santos (2006, p 176) a voga que a palavra e a ideia de rede estão encontrando, tanto nas ciências exatas e sociais, como na vida prática, paga o preço devido a essa popularidade. A polissemia do vocábulo tudo invade, afrouxa o seu sentido e, pode, por isso, prestar-se a imprecisões e ambigüidades, quando o termo é usado para definir situações.

Um exemplo disso foi o que escreveu o sociólogo Bertrand Badie, ao desenvolver um ensaio sobre o *Fim dos territórios* (BADIE, 1995). Ele afirma que o mundo das redes opõe duas maneiras distintas de articulação dos indivíduos e dos grupos: a primeira é definida numa perspectiva introvertida, relacionada ao enraizamento estável baseado nos laços políticos construídos pelos cidadãos; a segunda é mais extrovertida, baseada em fidelidades móveis, instáveis, desenraizadas, articulada por meio de fluxos que rompem limites.

Para Miranda Neto (2009 p.4) “essa vertente dicotomizada traz um grande problema teórico-metodológico quando associada aos estudos geográficos que, por vezes, se deparam com o caráter imprescindível da mobilidade pertinente ao espaço”. Essa primeira oposição é norteadada por outra, a saber, aquela que não consegue determinar um ponto de encontro entre a materialidade e as ações, gerando uma ambigüidade entre os elementos que estão arraigados no território e as ações que, pela sua fluidez, transcenderiam qualquer domínio material.

De acordo com Nohria e Eccles (1992), desde 1950 o conceito de redes tem ocupado lugar proeminente em diversos campos de estudo como na antropologia, psicologia, sociologia e biologia molecular. Fatalmente, estes estudos favoreceram de forma substancial o desenvolvimento dos conceitos sobre redes.

As definições e conceituações sobre redes se multiplicam. Os estudos das redes nas diversas ciências têm sido trabalhados de acordo com seus interesses específicos, mas pode-se admitir que se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social e político.

Neste sentido, a rede observada sob o aspecto material refere-se à infraestrutura que permite o transporte de matéria, energia ou informação (rede técnica), enquanto que a rede analisada a partir de uma perspectiva social (rede social) refere-se às pessoas, mensagens e valores que se utilizam desta infra-estrutura.

O conceito de redes segundo Santana (2004) provém do latim *retiolus*, que embasado em Daniel Parochia “designa um conjunto de linhas entrelaçadas”. Em um período anterior de nossa história percebemos como a analogia das linhas nos remete ao sentido de ligação, de junção de pontos separados pelas linhas acima citadas.

Dias (1995 p.143) descreve que o termo “rede não é recente, tão pouco a preocupação de compreender seus efeitos sobre o território”. Assim, as redes desde muito tempo se constituíram como importante *locus* de estudos, diante das transformações que as cidades sofreram, a partir da sua propagação.

O processo de globalização da economia capitalista nos tem permitido identificar a constituição de um mercado hierarquizado e articulado pelo capital monopolista. Este mercado pressupõe um espaço onde a fluidez da informação, dos produtos, das relações sociais e do próprio capital possam ocorrer, com destaque para a aceleração da circulação do capital e sua correspondente acumulação.

O desenvolvimento acumulado das condições materiais confere nova natureza ao espaço geográfico - o meio técnico-científico-informacional possibilitando sermos contemporâneos de significativas mudanças dos modos de uso do território, o que implica para além do aparecimento de novos objetos técnicos e novas possibilidades de ação.

Para Santos (2006, p. 229):

Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. O mundo se dá, sobretudo, como norma, ensejando a espacialização, em diversos pontos, dos seus vetores técnicos, informacionais, econômicos, sociais, políticos e culturais. São ações “desterritorializadas”, no sentido de teleagidas, separando, geograficamente, a causa eficiente e o efeito final (SANTOS, 2006, p. 229).

Com os progressos da ciência e da tecnologia e com as novas possibilidades abertas à informação, a montagem das redes supõe uma antevisão das funções que poderão exercer e isso tanto inclui a sua forma material, como as suas regras de gestão. É assim que se cria o "espaço da transação", porção do espaço total cujo conteúdo técnico permite comunicações permanentes, precisas e rápidas entre os principais atores da cena mundial. Essa estruturação do conjunto de atividades econômicas se dá 24 horas em todo o mundo, graças à revolução técnica presidida pelas telecomunicações e pelos computadores (SANTOS, 2006, p. 179)

Esta revolução do aparato técnico atual leva autores como Manuel Castells (1999) a compreender a sociedade atual como contemporânea de um espaço caracterizado pela profusão sem precedentes dos fluxos, em uma economia que o mesmo autor denomina "global", típica de um capitalismo que alcança a era "informacional"; fatores estes que o levam a reconhecer a sociedade como "*sociedade em rede*" e o espaço como um "*espaço de fluxos*" (CASTELLS, 1999).

Nas palavras de Haesbaert (2004, p. 286-287) "os territórios não podem ser vistos como excludentes das redes ou vice-versa, pois isso levaria a uma falta de combinação entre os elementos constituintes do território, como residências, escolas, empresas, etc, e as redes com seus arcos e nós materiais e imateriais". Neste sentido o território é um conjunto de possibilidades, colocadas em razão das inúmeras combinações possíveis desses elementos, inclusive as redes.

Assim como Haesbaert, Santos (2006, p. 230) afirma que "o Mundo é apenas um conjunto de *possibilidades*, onde a efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares". Esse dado é fundamental, já que o imperativo da competitividade exige que os lugares da ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir a uma dada produção uma produtividade maior.

Mas o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o "Mundo" necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o "Mundo" escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo. (SANTOS, 2006, p. 230).

Para Santana as redes são elementos que contribuem para que os territórios não mais se expliquem exclusivamente pela contigüidade. As possíveis

fragmentações e continuidades ou superposições não se efetivam, pois as redes fazem as conexões, levando o movimento entre os fragmentados ou reduzindo as descontinuidades, ou mesmo tornando-as inexistentes. No caso das superposições, as ligações interescares contribuem para união entre os territórios que se interligam escalarmente, tornando-os o mesmo território (SANTANA, 2007, p. 4).

No entanto, quando a visão do processo é realizada de forma totalizadora, é inegável reconhecer que tais processos comuns do período atual não alcançam todos os seres humanos e todos os lugares no planeta.

Assim, pode-se observar a dialética das transformações científicas e tecnológicas (nas quais se destacam a informática, a automação, a robótica, a genética e a biotecnologia) e o aprofundamento da exclusão de milhões de pessoas do mercado de trabalho. A tecnologia é mistificada pelos ideólogos da nova modernização, colocando-a como a nova panacéia capaz de erradicar todos os problemas que afligem a humanidade no mundo moderno. Parece, no entanto, que as transformações aceleradas nas formas de produção e circulação de mercadorias, assim como nos sistemas de comunicação têm, dialeticamente, impactos positivos e negativos podendo também levar a uma maior exploração e exclusão de amplos segmentos da população mundial

Miriam Limoeiro-Cardoso (1999, p. 106) afirma que:

A noção de globalidade remete a conjunto, integralidade, totalidade. A palavra 'global' carrega consigo esse mesmo sentido de conjunto, inteiro, total. Sugere, portanto, integração. Desse modo, ou por esse meio, o uso do termo 'global' supõe ou leva a supor que o objeto ao qual ele é aplicado é, ou tende a ser integral, integrado, isto é, não apresenta quebras, fraturas, ou hiatos. Globalizar, portanto, sugere o oposto de dividir, marginalizar, expulsar, excluir. O simples emprego de 'globalizar' referindo-se a uma realidade que divide, marginaliza, expulsa e exclui, não por acidente ou casualidade, mas como regularidade ou norma, passa por cima desta regularidade ou norma, dificultando a sua percepção e mesmo omitindo-a. (LIMOEIRO-CARDOSO, 1999, p. 106).

Sobre as relações de poder e de exclusão inerentes à rede, Dias (1995) afirma que é antes de tudo pela conexidade que a rede solidariza os elementos. Mas, ao mesmo tempo em que tem o potencial de solidarizar, de conectar, também tem de excluir. Os organismos de gestão da rede, quer se trate de gestão técnica, econômica ou jurídica, não são neutros. Eles colocam em jogo relações sociais entre os elementos solidarizados e aqueles que permanecem marginalizados.

Deste modo, a menor distração analítica ou qualquer enfoque fragmentado, que não leve em conta todas as dimensões do território usado, corre sério risco de servir como cúmplice a projetos egoístas que se voltam apenas para os interesses de alguns poucos agentes específicos, alheios a todos os outros interesses e projetos que o território usado comporta.

Nas palavras de Santos (1994, p.16):

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns (SANTOS, 1994, p.16).

A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade. A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente (SANTOS, 2006, p.212).

Raffestin (1993, p.204) em sua obra *Por uma Geografia do Poder*, afirma que:

A rede aparece [...] como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é desta falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta as variações no espaço e as mudanças que advém do tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona (RAFFESTIN, 1993, p.204).

Nesse contexto, de afirmação do espaço dos fluxos não há como não considerar o fato de que a fluidez e a funcionalidade técnica requerida ao território evidenciam a importância estratégica e funcional das redes. Nesse aspecto, as reflexões quanto aos efeitos e às determinações do processo de globalização da economia em relação ao papel das redes e sua relação com a produção e organização do espaço geográfico em geral, e do território em particular, adquirem fundamental importância.

O cenário mundial, neste início de século, apresenta-se como um universo múltiplo e complexo, caracterizado por uma crescente internacionalização da produção, do mercado, do trabalho e da cultura. A globalização primeiramente se refere à rede de produção e troca de mercadorias que se estabelece em nível mundial. Também designa o fenômeno do intercâmbio político, social e cultural entre as diversas nações, atualmente intensificado pelas profundas transformações decorrentes da aplicação das inovações científicas e tecnológicas na área da comunicação.

A modernização da tecnologia, entre outros fatores, tem gerado profundas transformações nos processos produtivos e nas estratégias de reprodução do capitalismo, mas deve-se salientar que a estrutura básica do sistema opera por meio dos mesmos mecanismos.

O processo de globalização, embora consolidado nas últimas décadas, já estava contido no capitalismo desde sua origem. Este modo de produção já nasceu com vocação internacional, pois a dinâmica da acumulação, concentração, centralização e internacionalização do capital faz parte da sua própria constituição e forma de expansão (BECKER, 2005). Isso quer dizer que o território é absolutamente indissociável dos indivíduos e organizações e que o seu desenvolvimento depende da construção e multiplicação das redes de atores locais, redes de cidadãos, redes de protagonistas das mudanças políticas, econômicas e sociais. As dinâmicas dessas relações que são em si o fator nuclear de desenvolvimento territorial estando a própria competitividade na direta dependência de redes relacionais.

Portanto, as redes locais devem buscar conectar os atores mais importantes para o planejamento e a gestão do desenvolvimento territorial: empresários, líderes comunitários, líderes das organizações da sociedade civil, representantes políticos em todos os níveis, representantes de instituições públicas e privadas que interferem nas políticas de desenvolvimento (agências de fomento, bancos, órgãos públicos etc.). Quanto mais avança a civilização material, mais se impõe o caráter deliberado na constituição de redes.

Sobre o papel das redes frente aos desafios de garantia de direitos de crianças e adolescentes no Brasil, observa-se que não é possível compreender a situação da infância e adolescência se não se leva em consideração os desafios sociais presentes no país, assim como é relevante a atuação conjunta dos atores

sociais envolvidos com a questão da garantia dos direitos. Desse modo, as diretrizes das políticas públicas dirigidas às crianças e adolescentes devem ser orientadas a partir dos referenciais de gênero, raça e vulnerabilidade social (PAIR-AM, 2009).

Na questão específica das redes de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, dentre os objetivos das políticas públicas, deve constar a necessária e urgente implantação de programas sociais e estruturação de diversas instituições articuladas em uma rede de serviços de enfrentamento à violência sexual, que ajudarão assim a promover de forma efetiva os direitos às vítimas dessa violência.

O pressuposto do trabalho em rede é a participação, a cooperação, a horizontalidade, a circulação de informações e a articulação, sejam elas sistemáticas, estratégicas ou pontuais. São eficazes quanto maior for a capacidade de cooperação e compartilhamento de informações. A estrutura horizontal de uma Rede contribui para “romper o modelo de organização tradicional, piramidal, centralizador, competitiva, de poder hierárquico e de representação, possibilitando vivenciar nas relações sociais e políticas as idéias e princípios emancipatórios, de empoderamento de pessoas e organizações”. As redes possibilitam uma nova experiência de convívio político, próprio da horizontalidade, da descentralização e da desconcentração do poder (DHNET, 2011).

Um dos exemplos concretos de ações em rede com foco na garantia dos direitos é a *rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes* que articula Governo Federal, governos estaduais e municipais, conselhos dos direitos e tutelares, Ministério Público, Judiciário, Legislativo, organizações da sociedade civil, entre outros.

O combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes requer um grande esforço coletivo de trabalho em rede, visando à eficiência das ações, o cessar da violência, a investigação dos acusados e a proteção das vítimas. Na outra ponta, dos agressores, também se identifica a constituição de redes de exploração, as redes de violações dos direitos, opostas à proteção. Isso porque a rede de exploração sexual de crianças e adolescentes, o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, a pedofilia na internet se organizam em rede.

A rede de enfrentamento da violência sexual, ou redes de proteção de crianças e adolescentes vítimas da exploração e abuso sexual, surgem como resposta ao enfrentamento do problema, considerando sua complexidade e o

necessário envolvimento de diversos atores sociais, do executivo, judiciário, legislativo e da sociedade civil organizada, como os/as juízes/as, promotores/as, delegados/as, defensores de direitos, conselheiros dos direitos, conselheiros tutelares, as universidades, centros de pesquisa, as organizações governamentais e não-governamentais de atendimento, servidores públicos, os fóruns e centros de defesa de direitos, entre outros (DHNET, 2011)

4.2 A legislação nacional responsável pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes e o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: uma ação em rede

Para Lidchi (2009), consultora da ISPCAN³⁵ no Brasil, o país está muito à frente de outros países quanto à legislação que garante proteção e direito às crianças e adolescentes, mas o contexto da violência estrutural é extremamente desafiador e os recursos disponíveis são poucos ou ainda inexistentes. Há projetos de leis, mas não suficientes ou não bem aplicados, resultando em desproteção pela lei de uma categoria de crianças e adolescentes.

No que diz respeito à legislação nacional responsável pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes e que destaca a questão da violência sexual, podemos destacar:

- *Código Penal Brasileiro de 1940*: apresenta as definições e as penas de crimes sexuais. Os tipos de crimes sexuais estão previstos no capítulo dos crimes contra os Costumes, Título VI;
- *Constituição Federal (1988)*: dispõe no artigo 226, parágrafo oitavo que o Estado se obrigue a criar mecanismos para impedir a violência no âmbito

³⁵ A ISPCAN é uma organização internacional que trabalha em parcerias com outras organizações (dentre estas a ONU, UNICEF e OMS) para prestar serviços de consultoria sobre o tema de maus tratos e negligência. No Brasil está atuando com dois programas: prevenção e monitoramento dos modelos de saúde pública. Para saber mais: <www.ispican.org>

familiar; no artigo 227, parágrafo quarto, diz que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente;

- *Convenção Internacional dos Direitos da Criança*: aprovada pela Assembléia das Nações Unidas (1989), assinada e promulgada pelo governo Brasileiro em 1990, estabelece no artigo 34 que as nações se encarregarão de proteger a criança de todas as formas de violência sexual (abuso e exploração sexual);
- *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*: a Lei nº 8.069/90 amplia alguns dos direitos fundamentais do art. 227 da Constituição Federal e da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, considerando juridicamente as crianças e os adolescentes, não apenas como objetos de proteção, mas como sujeitos de direitos civis e políticos (Artigos: 3, 4, 5, 13, 17, 18 e 245). A partir do ECA foram criados dois tipos de Conselhos: Conselhos Tutelares e o dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- *Lei 12.015 de 2009*: foi criada, inicialmente, com o intuito de reformular as normas atinentes aos crimes contra a liberdade sexual de modo geral e, em especial, àqueles incidentes sobre os atos de violência sexual praticados contra crianças e adolescentes. Basicamente, o mencionado diploma legal alterou dispositivos do Código Penal, da lei de Crimes Hediondos, do Estatuto da Criança e do Adolescente e revogou a Lei 2252;
- *Outros*: Convenção Interamericana sobre o Tráfico de Menores (Decreto nº 2.740/1988), Convenção sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para a sua Eliminação (Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT), Lei Maria da Penha 11.340/2006, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) e Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (2008).

Três grandes Congressos Mundiais merecem reconhecimento, com repercussão nas ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: *I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças* (1996, Estocolmo, Suécia), *II Congresso Mundial contra a Exploração*

Sexual Comercial de Crianças (2001, Yokohama, Japão) e o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (2008, Rio de Janeiro).

Na área da saúde, em 1998 o Ministério da Saúde passa a considerar a violência sexual contra crianças e adolescentes como problema de saúde pública. Em 2001, o Ministério da Saúde lança o *Plano Nacional de Redução da Morbimortalidade por Violência e Acidentes*, reconhecendo a gravidade da questão da violência de todas as formas e propondo imediatas ações e diretrizes para o enfrentamento eficaz das mesmas.

Outra informação importante é a criação da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SNPDCA, com estrutura regimental aprovada pelo Decreto N.º 4.671, de 10 de abril de 2003. Esta surge no contexto do processo de reorganização administrativa iniciado com a publicação da Medida Provisória N.º 103, de 1º de janeiro de 2003 que, dentre outras alterações, incorpora à estrutura da Presidência da República a então Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, sob a nova designação de Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). A SNPDCA conserva o cerne da competência institucional do órgão que lhe deu origem - o Departamento da Criança e do Adolescente (DCA), da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça - de promover, estimular, acompanhar e zelar pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. O DCA foi instalado em outubro de 1995 e vinculado à Secretaria de Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça pelo Decreto nº 1.796 em 24/01/1996, tendo seu regimento interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 495 de 06/08/1996.

Já o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CONANDA³⁶), é a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e adolescência na esfera federal. Foi criado pela Lei 8242/91 e é órgão para tornar efetivo os direitos, princípios e diretrizes do ECA. O CONANDA tem toda sua organização e articulação em rede. Além da definição das políticas para a área da infância e adolescência, também fiscaliza as ações executadas pelo poder público no que diz respeito ao atendimento da população

³⁶ Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/OqueeoCONANDA.pdf>>. Acesso em: 15 de agosto de 2011.

infanto-juvenil e é o responsável pela gestão do Fundo Nacional da Criança e Adolescente (FNCA), pela regulamentação, criação e utilização desses recursos, garantindo que sejam destinados às ações de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, conforme estabelece o estatuto.

Segundo a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), logo após a *IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2001)*, como resposta às demandas da IV Conferência e do I Congresso de Estocolmo, nasce em 2002 o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil e a partir dele foi criado o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes³⁷.

A SEDH/PR afirma que uma das principais ações do Programa é a mobilização de redes para integrar um conjunto de programas e ações dos governos, organismos e agências internacionais, universidades e sociedade civil para que sejam desenvolvidas e aplicadas metodologias de intervenção local capazes de desencadear respostas efetivas para a superação da violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Entre outras ações do Programa, destacam-se: a sistematização dos dados e informações; o apoio às redes e comitês de enfrentamento da violência sexual, sobretudo, na disseminação de práticas inovadoras de atendimento humanizado às vítimas e a promoção das campanhas de sensibilização e mobilização. O Programa atua na gestão do Disque Denúncia Nacional (Disque 100), um canal de atendimento direto à população que recebe denúncias de violações aos direitos das crianças e adolescentes, e as encaminha para os serviços e redes de atendimento e proteção nos estados e municípios brasileiros, além de orientar os usuários sobre os serviços disponíveis em cada localidade.

Outras ações do Programa dizem respeito à melhoria qualitativa dos procedimentos de participação de crianças e adolescentes em processos judiciais e de responsabilização dos agressores. Nos últimos anos o Programa incorporou temas como igualdade de raça, etnia, gênero, orientação sexual, pessoas com deficiência, desigualdades regionais no desenvolvimento de discussões e estratégias de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil.

³⁷ Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2006. As informações foram recolhidas no site da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República: <<http://www.direitoshumanos.gov.br/spdca>>. Acesso em: 15 de agosto de 2011

Em 2002, surge o *Programa Sentinela*, criado para atender as vítimas de violência sexual, implantado em todos os estados da federação, com uma proposta de intervenção fundamentada na deliberação das Conferências Nacionais de Assistência Social e dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, e no Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.

Percebe-se que, com a implantação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, o Sentinela deixou de ser programa para ser serviço em 2005, sendo ofertado dentro do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), pois como programa, ficava muito vulnerável à política do governo que estava atuando no momento, podendo ser continuado ou não. Depois de ter passado à serviço de ação continuada, atuando como CREAS, foi transformado em política pública com uma ocupação orçamentária, ampliando-se como serviço, isto é, ao invés de olhar apenas para as vítimas de violência sexual, passa a olhar para todas as outras formas de violações de direitos que podem estar ocorrendo na família e na sociedade, tais como: a violência contra a mulher e contra o idoso; a violência física, psicológica, maus tratos, negligências, abandonos; a erradicação do trabalho infantil, entre outros. O CREAS é gerenciado pelo município.

A partir do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil e do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes é criado o *Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR)*.

O PAIR³⁸ tem como principais objetivos criar e/ou fortalecer *redes* locais com ações integradas, possibilitando a articulação e integração dos serviços associados à participação social na construção dos processos. Tem como base de intervenção o município e está pautado nos eixos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Inicialmente aplicada em seis municípios de seis estados, a metodologia do PAIR está em franco processo de expansão, hoje atingindo mais de 474 municípios, em 22 estados. O PAIR ainda tem como objetivo fortalecer os Conselhos de Direitos como instâncias privilegiadas na formulação de políticas, programas e ações dirigidas ao atendimento e defesa de direitos de crianças e adolescentes, principalmente no que se refere ao enfrentamento da violência sexual. Uma das atividades mais extensas realizadas pelo PAIR é a capacitação da rede de proteção. Ela prevê o envolvimento de todos

³⁸ Idem

os segmentos da rede e do Sistema de Garantias dos Direitos (SGD) em sua operacionalização: profissionais das áreas da assistência, educação, saúde, justiça, segurança, trabalho, turismo, transporte, mídia e outras. No processo de formação são oferecidas aulas teóricas e aprofundamento das questões em oficinas.

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, na perspectiva da Política Nacional de Assistência Social, hoje parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é composto por *seis eixos* que norteiam o trabalho de quem atende, cuja exigência fundamental é a articulação em rede das entidades, instituições, organizações e pessoas no enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. Abaixo os *seis eixos* norteadores para a articulação e atuação rede de proteção:

- *Primeiro eixo: análise da situação ou diagnóstico situacional*³⁹. Trata-se do diagnóstico do fenômeno no território onde a rede atua, os pontos de vulnerabilidade que levam à violência sexual, assim como o mapeamento dos serviços que prestam atendimento às crianças, adolescentes e seus familiares. Estes serviços podem, de alguma forma, ter alguma ligação direta ou indireta com a rede de enfrentamento da violência sexual, seja na área da saúde, jurídica, educação, assistência social, quanto na participação da comunidade e de outras entidades e associações civis. Inclui-se ainda as condições e garantias de financiamento para o funcionamento dos serviços, além da divulgação dos dados e informações para a sociedade civil;
- *Segundo eixo: mobilização e articulação*. Após o levantamento situacional do fenômeno no território e da identificação dos atores envolvidos no enfrentamento da violência sexual por proximidade de objetivos, é hora de mobilizar e articular esses atores numa ação chamada de intersectorialidade. Abrange ações para fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de enfrentamento à violência sexual; para comprometer a sociedade civil no enfrentamento dessa problemática; para divulgar o posicionamento do Brasil em relação ao turismo sexual e tráfico para fins sexuais; e para avaliar os impactos e resultados das ações de mobilização.

³⁹ Nossa pesquisa procurou dar sua colaboração nesse primeiro eixo.

- *Terceiro eixo: defesa e responsabilização.* Previsto na Constituição Federal, Código Penal, ECA e na Lei 12.015/2009, a defesa consiste na garantia de direitos das crianças e adolescentes, considerando uma ação que envolva tanto as políticas públicas da parte do Estado, quanto a sociedade civil e a comunidade. Já a responsabilização incide sobre o fazer valer de fato a responsabilidade e o compromisso de quem cometeu um ato de violação de direitos. Pretende ainda atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e capacitar os profissionais da área jurídico-policia; implantar e implementar os Conselhos Tutelares, o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) e delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes.
- *Quarto eixo: atendimento.* É o trabalho de quem atende na rede de enfrentamento da violência sexual, ou seja, de todos os profissionais e envolvidos no atendimento das vítimas e seus familiares: psicólogos, assistentes sociais, advogados, educadores, conselheiros tutelares, entre outros. Como sujeitos de direitos, as crianças e adolescentes têm prioridade absoluta de atendimento nas instituições públicas e privadas.
- *Quinto eixo: prevenção.* É a promoção de encontros, eventos, palestras em âmbito nacional e local, para a sociedade como um todo (com especial atenção à família), em torno do tema em foco e da realização de programas. Dá-se especial ênfase a atuação preventiva junto aos profissionais de educação, saúde, das pessoas envolvidas com questões trabalhistas e grupos de comunidade. Neste eixo estão incluídos os inúmeros programas e ações voltados para o público infante-juvenil, assim como para seus familiares (cursos, programas sociais, erradicação do trabalho infantil, geração de renda, etc.). Deve ainda dar possibilidades às crianças e adolescentes de serem educados para o fortalecimento de sua autodefesa e de atuar junto à rede de enfrentamento.
- *Sexto eixo: protagonismo juvenil.* Visa promover a participação ativa de crianças e adolescentes na defesa de seus direitos, comprometendo-as com

a execução e fiscalização das ações previstas no Plano Nacional. É onde as crianças, os adolescentes e jovens podem ser ouvidos nos encontros, eventos e outras iniciativas da rede de enfrentamento da violência sexual, podendo sugerir e atuar nas ações da rede, pois são sujeitos de direitos e de ação, isto é, protagonistas de sua própria história.

O PAIR defende que não existe possibilidade de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil se não houver uma ação organizada e articulada em rede.

Na questão da violência sexual, dentre os objetivos das políticas públicas, deve constar a necessária e urgente implantação de programas sociais e estruturação de diversas instituições articuladas em uma rede de serviços de enfrentamento à violência sexual, que ajudarão assim a promover de forma efetiva os direitos às vítimas dessa violência (RELATÓRIO PAIR-AM, 2009, p. 16)

Reconhecemos que um dos grandes desafios da *rede de enfrentamento* é vencer as ações paralelas, individualistas e unilaterais de muitos atores envolvidos na rede. É extremamente importante que se canalizem as forças de todos os segmentos da sociedade organizada, pois o objetivo é o mesmo: o funcionamento dos seis eixos para a erradicação da violência sexual infanto-juvenil e a garantia de direitos a todas as crianças e adolescentes no território brasileiro.

Nesse sentido, para que a *rede de enfrentamento* funcione e alcance resultados eficazes, é necessário: conhecer o tema referente a causa focalizada; elaborar um plano estratégico, definir e priorizar as ações de advocacy; desenvolver e utilizar ferramentas de comunicação; definir uma agenda de encontros e eventos para seus integrantes; organização de grupos de trabalho focado nos assuntos de interesse de seus participantes, na causa e nos objetivos que se quer alcançar. Enfim, aproveitar todas as oportunidades de colaboração que significam sinergias, troca de banco de dados, de informações e articulação de ações (DHNET, 2011; SOUZA, 2009).

Em se tratando de espaços de promoção, proteção, defesa e controle social para que direitos sejam assegurados, as redes, neste caso, não podem ter como estratégia a competição, mas a cooperação, a solidariedade, a complementação, a parceria.

4.3 A rede mundial de computadores (internet) e a violência sexual infanto-juvenil: encontros e desencontros

Todos sabem da importância da rede mundial de computadores, pois oferece acesso a uma enorme quantidade de informações, oportunidades educacionais, diversão, entre outros. Infelizmente a internet desempenha ainda, de diversos modos, um papel central em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes: é uma mídia fácil e anônima para acesso e distribuição de pornografia infantil; de compartilhamento de informações entre os pedófilos, incluindo o aliciamento e a negociação de crianças e adolescentes; os pedófilos nela formam uma “comunidade virtual”, diminuindo neles a estigmatização e alimentando neles a idéia de que é aceitável abusar de crianças (SANDERSON, 2005). O uso da internet como meio de propagação da pornografia infantil é uma realidade em todo o mundo e, a cada dia, milhares de crianças são aliciadas, abusadas sexualmente, raptadas e traficadas.

Segundo o relatório anual da National Society for the Prevention of Cruelty to Children (NSPCC), organização inglesa, estima-se que haja mais de 1 milhão de *sites* de pornografia infantil, o que gera uma indústria de 2 bilhões a 3 bilhões de dólares por ano (NSPCC, 2003). Sanderson (2005) afirma que muitas dessas imagens de pornografia infantil estão geralmente escondidas em *sites* disfarçados com temas infantis, como Disney, Barbie, Pokémon, My Little Pony e Action Man, os quais têm *links* para *sites* de pornografia infantil explícita.

Pelo número de pessoas que baixa ou procura material de pornografia infantil na internet, pode-se afirmar que o interesse sexual neste segmento está bem difundido. Isto indica seriamente que as crianças e adolescentes, muito mais as crianças, estão completamente vulneráveis à violência sexual perpetradas por adultos.

A mais óbvia finalidade da pornografia infantil é produzir excitação sexual. Contudo, ela é também usada como forma de: validar comportamentos desviados, seduzir crianças e adolescentes enfraquecendo suas inibições, chantageá-las, estabelecer laços de amizade com outros pedófilos, levá-las em clubes privados etc. (AGÊNCIA UGA-UGA DE COMUNICAÇÃO e CHILDHOOD, 2004)

A ECPAT (2006) afirma que a subcomissão de Pornografia Infantil da Secretaria Especial de Direitos Humanos identificou redes internacionais de pornografia infanto-juvenil atuando no Brasil e utilizando crianças e adolescentes para a produção de material pornográfico em território brasileiro.

Mas há também vários casos identificados pela Polícia Federal, em território nacional, de produção e distribuição de pornografia infanto-juvenil. Só no Rio de Janeiro, o Núcleo de Prevenção e Repreensão de Crimes Via Internet da Polícia Federal relatou que perto de 70% dos crimes relacionados à Internet, denunciados entre maio de 2000 e novembro de 2003, estavam relacionados com a pornografia infantil. A ECPAT afirma ainda que em 2003, foram realizadas 1.245 denúncias sobre pornografia infantil em todo País, onde as mais freqüentes referem-se a *sites* internacionais de pornografia infantil, seguido de *sites* nacionais, com uma proporção de um *site* nacional por dez internacionais denunciados; aparecerem ainda denúncias de ações de pedófilos em saldas de bate-papo (*chat*) (ECPA, 2006).

Não se deve esquecer que o Brasil é considerado ponto de turismo sexual e que muitos dos acertos são realizados por transações internacionais utilizando a internet.

Conforme já descrito, recordamos mais uma vez no Amazonas o caso do juiz “branquinho”, preso em 2010 de posse de 2.200 fotos pornográficas com crianças (meninos e meninas), entre 11 e 15 anos, e 46 mil imagens e vídeos sexuais apreendidos pela Polícia Federal do Amazonas.

Outro problema é a facilidade com que crianças e adolescentes têm para acessar material pornográfico adulto. Strasburger, Wilson e Jordan (2011), observam que, se assumirmos por um momento a curiosidade de um menino de 12 anos e deixarmos nossos dedos (e *mouse*) percorrerem o caminho, poderemos ver a facilidade como processo ocorre. A maioria dos *sites* sexualmente explícitos indica apenas que o *site* contém material sexualmente proibido para menores de 18 anos e, se não foi instalado no computador um *software* bloqueador desse tipo de site, a criança ou adolescente terá acesso a esse conteúdo.

Os Crimes Against Children Research Center (CACRC), da Universidade de New Hampshire (Estados Unidos), em algumas de suas melhores pesquisas relata que cresceu a exposição de crianças, adolescentes e jovens a material pornográfico adulto (CACRC, 2006). Afirma ainda que não há dúvida, porém, de que esta é uma

área que precisa de um exame mais aprofundado, pois a sociedade está apenas começando a explorar seu uso e conteúdo, mas que já se pode notar os efeitos negativos do acesso à internet pelas crianças e adolescentes quando o assunto é sexualidade. O CACRC já está falando até de *vício sexual* pelo número excessivo de acesso aos *sites* pornográficos.

Preocupado com o uso indevido da internet, da mídia e de outras formas de tecnologia que criam condições de vulnerabilidade à violência sexual de crianças e adolescentes, o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (2008) emitiu uma Declaração convocando todos os Estados, com o apoio de organizações internacionais e da sociedade civil, incluindo as ONGs, o setor privado, adolescentes e jovens, a estabelecer e implementar estruturas robustas para a proteção de crianças e adolescentes quanto ao problema da pornografia infantil, exigindo ações para:

(4) Criminalizar a produção, distribuição, recebimento e posse intencionais de pornografia infantil, inclusive imagens virtuais e representações sexualmente exploratórias de crianças, assim como o consumo, acesso e exibição intencionais deste material ainda que sem contato físico, estendendo a responsabilidade legal a entidades tais como empresas em caso de responsabilidade ou envolvimento na produção e/ou disseminação de tais materiais;

(5) Realizar ações específicas e orientadas para prevenir e eliminar a pornografia infantil e o uso da Internet e de outras tecnologias recentes no aliciamento de crianças para o abuso sexual dentro e fora da Internet e para a produção e disseminação de pornografia infantil e outros materiais. Identificação de vítimas, apoio e cuidados especializados devem ser de alta prioridade;

(6) Conduzir ações educacionais e de conscientização focadas em crianças, pais, professores, organizações da juventude, e outros que trabalham com e para crianças com o objetivo de aprimorar o entendimento dos riscos do uso da Internet, telefones celulares e outras tecnologias, incluindo informações para crianças sobre como se protegerem, como procurar ajuda e denunciar ocorrências de pornografia infantil e exploração sexual na Internet (III WORLD CONGRESS AGAINST SEXUAL EXPLOITATION OF CHILDREN AND ADOLESCENT, RIO 2008, pp. 5-6).

Reconhecendo a importância da internet, precisamos ter conhecimento do seu potencial de aumentar as oportunidades educacionais e estimuladoras, necessárias e possíveis ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que precisamos reconhecer suas limitações e perigos. Urge, portanto um debate em torno da legislação dos países quanto ao seu uso e regulamentação, da mesma forma que é importante a ampliação de pesquisas acadêmicas na área infanto-juvenil quanto à sua utilização.

4.4 Escutando a rede de enfrentamento da violência sexual em Manaus: avanços, desafios e articulação em rede.

Quando nos propomos a investigar a violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus, pensávamos em dedicar alguns tópicos sobre políticas públicas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas e em Manaus. Porém, no decorrer do levantamento bibliográfico tivemos a grata satisfação de nos depararmos com a preciosa tese de doutorado de Cristiane Bonfim Fernandes (2008), cujo objetivo foi o de realizar uma análise do processo de formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no Estado do Amazonas (1999-2006).⁴⁰ A pesquisa concluiu que a temática da violência sexual infanto-juvenil entrou na agenda local por volta da segunda metade dos anos 90, seguiu as orientações preconizadas nos programas federais e que, tanto na esfera municipal quanto estadual, não existem políticas públicas específicas para o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. Constatou ainda que existe uma desarticulação entre os órgãos e entidades do sistema de proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes (a atual rede de enfrentamento local), não se configurando ainda como rede de proteção, porque não há gestão intersetorial. Neste sentido, recomendamos a leitura deste trabalho para aprofundamento desta importante temática.

Outro trabalho que recomendamos como leitura de aprofundamento é o relatório do PAIR no Amazonas, que faz uma espécie de balanço das ações implantadas no Amazonas, Manaus e nos municípios amazonenses de Presidente Figueiredo, Tabatinga e Barcelos, assim como os principais desafios para sua expansão. O relatório aponta a importância das ações articuladas em rede de seus eixos, o que traduz e implica uma série de responsabilidades e papéis que devem ter os órgãos e todos os atores sociais que se dedicam ao

⁴⁰ FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. **Os paradoxos do processo de formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no Estado do Amazonas (1999-2006)**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília (UNB): Programa de Pós-Graduação em Política Social.

enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes⁴¹ (PAIR-Amazonas, 2009).

Deste modo, nos deteremos neste tópico à descrição dos principais serviços que compõem a rede de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Manaus e os resultados da pesquisa qualitativa realizada junto aos atores da chamada rede de proteção da esfera municipal (CREAS e SAVVIS) e da esfera estadual (DEPCA) que abordaram os principais avanços e os principais desafios da rede de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Manaus.

Tendo presente que a pesquisa de Fernandez (2008) compreendeu o período de 1999 a 2006, nossa pesquisa praticamente dá a possibilidade de continuidade de uma leitura sobre a rede de enfrentamento em Manaus, uma vez que contempla os anos de 2006-2010 e continua a escutar os atores dos órgãos e entidades do sistema de proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes atuantes na cidade. Para tanto, utilizamos um *roteiro de entrevista*⁴², parte do instrumento de coleta da pesquisa de campo qualitativa, contendo seis perguntas abertas, que procurou investigar as seguintes questões relativas ao enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Manaus:

- a) Da instituição: 1) Principais avanços ou conquistas nos últimos cinco anos; 2) Principais desafios e dificuldades;
- b) Da rede de enfrentamento: 1) Articulação da rede; 2) Sugestões para a melhoria da rede;
- c) Acessibilidade: 1) Da estrutura física e organizacional; 2) Do acesso dos usuários ao serviço de atendimento.

Durante os vários meses que passamos nas instituições realizando a coleta de dados, foram reservadas algumas horas para a observação da dinâmica e do clima organizacional, apesar de não ser este o objetivo de nossa pesquisa. Porém, ao nos

⁴¹ PAIR-AMAZONAS. **Relatório do Projeto de Expansão de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro** – PAIR no Amazonas. SEDH/UFAM, 2009.

⁴² Conf. Roteiro de Entrevista nos Apêndices

fazermos presente e pedirmos detalhes sobre alguma atividade ou programa, em vários momentos os profissionais da rede nos alertavam: “Precisamos ser ouvidos!”. “Quem vai nos escutar?”. “Aqui também tem muita coisa boa, viu?!”. “Coloque aí no seu trabalho que...”. “Precisamos ser cuidados! Quem cuida do cuidador que somos nós?”. “Não vá escrever aí o que eu não disse, viu!”. “A gente precisa dizer o que está acontecendo”. Por isso, em respeito às respostas dadas pelos atores à entrevista, preferimos transcrever o conteúdo na íntegra, procurando manter o máximo possível de fidelidade, oferecendo assim à rede de enfrentamento, uma possibilidade de ser escutada.

Ao escutar os atores envolvidos na rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus, estamos colaborando com o *segundo eixo: mobilização e articulação*, conforme necessidade descrita anteriormente pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.

a) Da instituição: avanços, desafios e dificuldades

Quadro 3. Manaus: Principais avanços nas instituições investigadas quanto ao enfrentamento da violência sexual.

INSTITUIÇÃO	RELATO DOS ENTREVISTADOS
<p>Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS</p>	<p>1) Construção de novos instrumentais que auxiliaram na elaboração mais consistente dos relatórios, proporcionando um avanço significativo no monitoramento e avaliação dos casos. 2) Participação mais efetiva dos técnicos nos conselhos de direitos, fóruns, congressos, ampliando o conhecimento sobre o tema. 3) Adequação do atendimento à Tipificação dos Serviços. 4) Ampla divulgação do CREAS, que despertou a demanda reprimida provocando o aumento de casos atendidos. 5) Atendimento aos autores da violência (Coordenadora do CREAS, 45, entrevista no dia 26/04/2011).</p> <p>1) Construção de ações sistemáticas de atendimento grupal a crianças/adolescentes com vistas ao empoderamento da família e quebra do ciclo da violência. 2) Criação de instrumentais que atendam melhor a demanda em questão, o que possibilita maior compreensão da dinâmica familiar e dão subsídios para a identificação da população atendida. 3) Adesão das famílias aos atendimentos, tendo em vista a mudança de metodologia que partiu de um atendimento voltado para o indivíduo e se estendeu às famílias (inclusive ao suposto autor da violência), ou seja, quanto maior o número de pessoas inseridas no atendimento, mais adeptas ficam aos atendimentos. 4) Transformação do Programa “Sentinela” em Política Pública de enfrentamento à violação de Direitos. 6) Implantação do grupo de autores da violência: atendimento a pais e padrastos supostamente autores da violência (Assistente Social, 32, entrevista em 27/04/2011).</p>

	<p>1) <i>Transformação do Projeto Sentinela em CREAS.</i> 2) <i>Desenvolvimento e aplicação de novas metodologias de atendimento.</i> 3) <i>Melhoria dos instrumentais de trabalho.</i> 4) <i>Fortalecimento de algumas parcerias na rede de proteção.</i> 5) <i>Adesão da população ao atendimento com ampliação do atendimento para os familiares (antes era realizado só com criança).</i> 6) <i>Avanços com o banco de dados e monitoramento desses (Psicóloga, 36, entrevista em 25/04/2010).</i></p>
<p>Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente - DEPCA</p>	<p><i>O funcionamento desta DEPCA em regime de plantão 24 horas, contando com 1 Delegada Titular, 1 Delegada Adjunta, 4 Delegados Plantonistas, 11 escrivães e 30 Investigadores, possibilitando mais agilidade aos Procedimentos Policiais (Psicóloga, 37, entrevista em 29/04/2011).</i></p> <p><i>O maior avanço da Depca nos últimos cinco anos foi o funcionamento desta Especializada em regime de Plantão 24 horas, contando com 1 Delegada Titular, 1 Delegada Adjunta e 4 Delegados Plantonistas, dando mais celeridade aos procedimentos policiais, fato este ocorrido a partir de 04/02/2011 (Assistente Social, 57, entrevista em 02/05/211).</i></p>
<p>Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS)</p>	<p>1) <i>Sem dúvida o trabalho em rede. A gente tem aumentado o contato com as redes especialmente com a delegacia, com o CREAS, com algumas Unidades de Saúde do Município e do Estado, com o pessoal da área da Educação e os Conselhos Tutelares também. São os atores da rede que tem aumentado o contato e conseqüentemente tem aumentado o número de atendimento por causa disso. Isso é o principal.</i> 2) <i>Poderia citar também que a gente tem feito treinamentos constantes.</i> 3) <i>A gente tem participado de vários seminários que fortalece a rede e deixa atualizado em outras coisas que estão acontecendo fora do Amazonas, neste enfrentamento do abuso sexual de crianças e adolescentes (Psicólogo, 31, 26/04/2011).</i></p> <p>1) <i>O principal avanço que gente teve, foi atender as vítimas no ambulatório o dia inteiro e em plantão 24 horas.</i> 2) <i>O segundo avanço foi que agente conseguiu treinar toda equipe da maternidade.</i> 3) <i>Terceiro avanço: a gente faz treinamento a cada dois meses desse nosso grupo, onde ensinamos nossa equipe a lidar com toda documentação e a atender uma emergência.</i> 4) <i>Outro avanço, considero o fortalecimento da rede de parceria. Hoje em dia temos uma parceria muito bacana com a DEPCA, o pessoal do Sentinela, Central de Resgate, com o programa “Ame a vida” que esta em todas as delegacias. Isso eu tenho considerado também um avanço muito grande (Assistente Social, xx, 29/04/2011).</i></p> <p>1) <i>Eu acho que o SAVVIS vem, nos últimos anos, acompanhando melhor as políticas públicas, projetos, programas destas secretarias, ministérios... E o SAVVIS entra dentro destes programas do Ministério da Saúde.</i> 2) <i>Eu acho que a gente conseguiu como avanço ter uma equipe interdisciplinar, mesmo que não seja ideal, perfeita... Acho que a gente consegue fazer este trabalho em equipe, dentro da área do hospital. Quando eu falo de trabalho interdisciplinar, é esse trabalho onde atuam os médicos, os enfermeiros, os técnicos em enfermagem, os psicólogos, os assistentes sociais, farmacêutico, o pessoal administrativo... Como são importantes. É um grande avanço. É o que a Organização Mundial da Saúde prega: essa visão interdisciplinar social da saúde (Psicóloga, 28, 05/05/2011).</i></p>

Fonte: Pesquisa de campo (CREAS, DEPCA e SAVVIS, 2006-2010)

Todas as instituições investigadas reconhecem que nos últimos cinco anos houve avanço quanto à sua atuação individual. Entende-se que entre os avanços do CREAS, pode-se destacar a mudança de Programa Sentinela para CREAS e a melhoria da metodologia (incluindo os instrumentais e a implantação de novos programas) de atendimento às vítimas, a seus familiares e, recentemente, o início do atendimento ao autor da violência.

A DEPCA reconhece que seu principal avanço foi o atendimento às vítimas em regime de plantão 24 horas, mas não acena nenhum outro aspecto condizente com um dos seis eixos previstos no Plano Nacional.

Para o SAVVIS observa-se o avanço no treinamento efetivo da equipe de profissionais envolvidos no atendimento e a melhoria da articulação com a rede de enfrentamento da violência sexual em Manaus, seja para o encaminhamento dos casos, como também para o treinamento de outros atores envolvidos na rede de proteção.

Quadro 4. Manaus: Principais desafios e dificuldades nas instituições investigadas quanto ao enfrentamento da violência sexual

INSTITUIÇÃO	RELATO DOS ENTREVISTADOS
<p>Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS</p>	<p><i>1) Ações mais integradas com a rede de proteção principalmente com a saúde para demanda de psicoterapia. 2) Demora no resultado do exame de corpo de delito realizado pelo IML. 3) Morosidade na responsabilização do autor da violência. 4) Número de técnicos insuficientes para o atendimento. 5) Crescentes aumentos de casos de conflito familiar que deveriam ser atendidos pela proteção básica (Coordenadora do CREAS, 45, entrevista no dia 26/04/2011).</i></p> <p><i>1) Parceria fragilizada com instituições da área da saúde que possam viabilizar atendimento para demanda tão específica, qual seja: dependentes químicos, doentes mentais, bem como, aqueles que necessitam de atendimento psicoterápico. 2) Morosidade na busca da responsabilização dos autores da violência. Todo o processo caracteriza-se pela extrema demora, resultado de exames do IML, as diligências da DEPCA e o processo na Justiça. 3) Ocorre que em muitos casos, as famílias confundem as competências das instituições, o que dificulta bastante os atendimentos do CREAS. 4) Ausência de uma política inter-setorial que viabilize o atendimento em conjunto com outras políticas públicas (saúde, educação, habitação, trabalho e geração de renda, entre outros), devido a complexidade da temática em questão. A equipe técnica que faz o trabalho, não tem acesso a discussão em nível de gestão da política de Assistência Social Municipal, no que tange questões relacionadas a orçamento, entre outros (Assistente Social, 32, entrevista em 27/04/2011).</i></p> <p><i>1) Falta de conhecimento de alguns parceiros sobre o próprio papel e sobre o papel do CREAS na rede de proteção. 2) Desconhecimento da população</i></p>

	<p>sobre o trabalho do CREAS, pois com conhecimento da população sobre o tema poderíamos melhorar nos avanços efetivação das políticas públicas. 3) Dificuldades com o sistema judiciário que não avança com relação a responsabilização. 4) Dificuldades no estabelecimento de parceria com o Sistema Único de Saúde - SUS (Psicóloga, 36, entrevista em 25/04/2010).</p>
<p>Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente - DEPCA</p>	<p>Falta de estrutura material (transportes para averiguação das denúncias, mais equipamentos de informática, um carro, mais equipe para o Setor Psicossocial (Psicólogo, 37, entrevista em 29/04/2011).</p> <p>Falta de estrutura material, como: transportes para a averiguação das denúncias, bem como mais equipe de psicossocial, que até a presente data conta apenas com 1 Psicóloga e 1 Assistente Social (Assistente Social, 57, entrevista em 02/05/211).</p>
<p>Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS)</p>	<p>1) Dificuldade no acompanhamento ambulatorial quando as vítimas precisam retornar. Vejo muita dificuldade, por exemplo, econômica, pra elas retornarem. Vejo outra dificuldade também, porque as pessoas não têm tempo. Estas pessoas trabalham, elas não podem se ausentar do trabalho, abrir espaço no horário delas para retornar. 2) Algumas famílias têm dificuldade de se engajar no acompanhamento posterior porque a mãe separou do pai, uma briga litigiosa na justiça... uma criança mora com o pai, outra com a mãe, outra com a avó. Isso tudo dificulta bastante (Psicólogo, 31, 26/04/2011).</p> <p>1) O nosso espaço físico de atendimento é muito pequeno. Quando nós temos que atender em sigilo, o pessoal administrativo que atende na mesma sala, fica do lado de fora. Aí atrasa o serviço, né. 2) A equipe aqui, teria de ter mais profissionais trabalhando com isso, porque nós temos muito prá fazer e poucos pessoa prá fazer. 3) Uma outra dificuldade: nós já treinamos o SAVVIS nas policlínicas e outros locais e estes serviços não foram adiante. Com isso a nossa demanda fica cada vez maior e a equipe continua a mesma. 4) Uma outra dificuldade que eu particularmente me angustio com isso é a própria legislação. Nós trabalhamos aqui e a gente vê a angústia da vítima diante desse agressor. A gente não vê este retorno. Mesmo naqueles casos que se comprova que houve a violência, sabe quem é o agressor e esse agressor sequer é chamado e é notificado para se esclarecer. É uma coisa que está muito acima do nosso serviço, me angustia muito. Nós tivemos esta semana o caso de uma vítima: aconteceu o ano passado e o agressor hoje em dia zomba da mãe e da adolescente que foi vitimada. Sequer ele foi chamado para depor. Então é uma coisa que me angustia muito. A questão da responsabilização é uma coisa que a gente precisa encontrar um meio para resolver estas coisas da legislação de agilizar os processos. Este é um problema que tá para toda rede da parceria (Assistente Social, xx, 29/04/2011).</p> <p>1) A primeira dificuldade é conseguir envolver todo mundo, sensibilizar, conscientizar para importância desse serviço. Aqui na Maternidade nem todo mundo tem esse conhecimento, esta sensibilidade da importância desse atendimento. E aí nem todo mundo se envolve. 2) Outra dificuldade é articulação da rede. A gente sabe que existe uma rede meio separada, não existe um feedback enquanto rede de referência. Esse desafio de articulação da rede prá gente saber o encaminhamento, ou seja, o começo meio e fim de como está a da vítima na justiça, por exemplo. Existe a rede, mas ela está muito desfacelada, eu sinto isso, eu tenho esta angústia de saber como é que está o andamento do caso das pessoas que nos procuram. 3) Eu acho que agente podia ter muito mais espaços pá fazer coisas. Somos muito</p>

	<p><i>limitados por falta de espaços e de recursos financeiros. 4) Outra dificuldade é a situação financeira de muitas famílias que vêm aqui. Por exemplo: a questão da passagem de ônibus: uma pra filha, uma pra mãe, pro pai, pro filho, irmão... Todo esse dinheiro é um almoço às vezes. A gente tem essa consciência de que às vezes as pessoas faltam ao retorno por falta de condições mesmo. Eles relatam. Eu já cheguei a dar dinheiro de ônibus porque as pessoas não tinham como voltar pra casa. Eu sei que isso não tá certo, mas... São os problemas sociais que a gente não consegue superar... 5) Outra coisa é o problema da revitimização: a gente sabe que é o “cara” que sustenta... O cara é o mesmo que vitimizou essa adolescente. É triste quando a gente vê o caso de revitimização. Vejo esta criança que não me é estranha. É verdade! Ela já esteve aqui há dois anos, e agora ela volta (Psicóloga, 28, 05/05/2011).</i></p>
--	--

Fonte: Pesquisa de campo (CREAS, DEPCA e SAVVIS, 2006-2010)

O CREAS ao olhar sobre si mesmo, dá uma importante colaboração antecipada sobre a articulação e ação da rede de enfrentamento em Manaus. Reconhece a fragilidade da parceria com outras instituições da área da saúde e adverte sobre a morosidade das instituições que trabalham diretamente com o *eixo da responsabilização* dos autores da violência sexual. Atesta a ausência de uma política intersetorial que viabilize o atendimento em conjunto com outras políticas públicas, uma espécie de “gargalo” no *mobilização e articulação* da rede. Afirma ainda que a equipe atuante nesta instituição não é suficiente para demanda do número de casos que nela chegam. Constata que os técnicos que atuam no CREAS não têm acesso à discussão em nível de gestão da política de assistência social do Município, o que é algo lamentável, pois são estes que lidam diretamente com os usuários do serviço.

A DEPCA centra sua principal dificuldade na falta de estrutura material e falta de pessoal para o atendimento psicossocial.

O SAVVIS reconhece a dificuldade quanto ao retorno das vítimas e seus familiares para a continuidade do atendimento ambulatorial e psicossocial, sobretudo das famílias das vítimas com baixa renda. Reconhece ainda a falta de espaço físico para atendimento às vítimas na instituição, os limites de recursos financeiros para a melhoria e a implantação de novos programas e a necessidade de mais profissionais envolvidos frente à demanda que busca este serviço. Do mesmo modo que o CREAS, o SAVVIS lamenta ainda a dificuldade no *eixo responsabilização* dos agressores, o que torna freqüente os casos de revitimização. O SAVVIS observa a fragilidade na articulação da rede de enfrentamento e a falta de *feedback* das instituições e serviços envolvidos quando os casos são encaminhados à rede.

d) Da rede de enfrentamento: articulação e sugestões para sua melhoria

Quadro 5. Manaus: Avaliação da articulação da rede de enfrentamento da violência sexual

INSTITUIÇÃO	RELATO DOS ENTREVISTADOS
<p>Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS</p>	<p><i>Percebemos que existem ações pontuais e isoladas de instituições que deveriam estabelecer uma verdadeira rede de proteção aos interesses das crianças e adolescentes comprometendo com isto o objetivo de combater e prevenir a violência sexual (Coordenadora do CREAS, 45, entrevista no dia 26/04/2011).</i></p> <p><i>A articulação em rede na cidade de Manaus ainda é muito fragilizada. Há ocorrências de atuações isoladas, pouco comprometidas e capacitadas para o atendimento no enfrentamento a violência sexual. (Assistente Social, 32, entrevista em 27/04/2011).</i></p> <p><i>Maior envolvimento das pessoas no que diz respeito aos seus papéis e responsabilidades na rede. Fiscalização. (Psicóloga, 36, entrevista em 25/04/2010).</i></p>
<p>Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente - DEPCA</p>	<p><i>De uma forma geral, pode-se dizer que tem ficado a desejar, tendo em vista que o número de profissionais qualificados não é suficiente para atender a demanda (Psicóloga, 37, entrevista em 29/04/2011).</i></p> <p><i>A rede ainda deixa a desejar no que diz respeito ao atendimento psicológico às vítimas de abuso e exploração sexual, tendo em vista que o número de profissionais qualificados para dar o referido atendimento às vítimas, não é suficiente, principalmente no Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS, pois conta apenas com duas psicólogas para atender toda a população manauara. Sugerimos que a Prefeitura de Manaus através da SEMASDH crie, pelo menos, mais dois ou três CREAS nas zonas de maior incidência de abuso e exploração sexual, composta de equipes de profissionais qualificados para dar o devido atendimento ao público alvo. (Assistente Social, 57, entrevista em 02/05/2011).</i></p>
<p>Serviço de Atendimento às</p>	<p><i>A rede tem funcionado razoavelmente quando o assunto é urgência e tem feito os encaminhamentos devidos. Porém tem algumas unidades de saúde e várias delegacias que não fazem os encaminhamentos devidos, ou seja, perdem o prazo de fazer o atendimento de urgência e prejudicam as pessoas. Eu sugeriria mais encontros com os Conselhos Tutelares e os Delegados de Polícia, porque eles precisam melhorar o atendimento deles e eles não têm o costume de encaminhar para a rede (Psicólogo, 31, 26/04/2011).</i></p> <p><i>Falta muito ainda a caminhar. Quando se tem um evento pra se reunir todos estes parceiros, a ausência é muito grande. A gente se depara com inúmeros problemas, principalmente com os Conselhos Tutelares. Quando nós fazemos um treinamento a maioria falta. Falta realmente que cada um da rede dê um feedback uns para os outros, porque muitas vezes nós não temos retorno dos casos. Há uma certa caminhada isolada de algumas instituições. Eu avalio assim: se tiver que dar uma nota, eu daria regular. Em termos de sugestão: fazer um evento grande para reunir todos eles, para</i></p>

<p>Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS)</p>	<p><i>discutir todas estas questões em vários aspectos. A gente sabe que Manaus tá no rumo da exploração sexual, junto com o Nordeste (região). Isso vai se agravar se estas instituições não estiverem unidas num determinado foco que seria esse: a rede de parceria funcionando. O PAIR faz várias reuniões, continua a fazer, mas tem sempre aqueles que nunca aparecem. E aí, quando a “corda se rompe” desta instituição, a gente vê como toda a rede de parceria se enfraquece, porque ela não consegue se ajuntar, né (Assistente Social, xx, 29/04/2011).</i></p> <p><i>As coisas ficam muito soltas porque não têm feedback da rede. A gente fazia no início, a gente fazia a notificação, a gente, mandava o fax para o Conselho Tutelar, para epidemiologia da SEMSA e para o CREAS. Isso acabou se perdendo porque o CREAS aumentou a demandas deles. Sei que é difícil para o CREAS dar este retorno pra gente. Como a gente viu essa dificuldade, a gente deixou de encaminhar pro CREAS. Aí a gente começou a encaminhar também pra PAIC’S, Policlínicas e para outros psicólogos que fazem o atendimento ambulatorial em Policlínicas. Tá faltando retorno. O que a gente pode fazer com isso? (Psicóloga, 28, 05/05/2011).</i></p>
---	--

Fonte: Pesquisa de campo (CREAS, DEPCA e SAVVIS, 2006-2010)

O CREAS afirma que a articulação e as ações da rede de enfrentamento em Manaus ainda são frágeis, isoladas, carentes de comprometimento e de preparo. Sugere maior envolvimento dos envolvidos na rede e a fiscalização desta.

A DEPCA observa que a rede deixa a desejar quanto ao atendimento e o encaminhamento das vítimas, assim como reconhece a insuficiência quanto ao número de profissionais envolvidos nas instituições de atendimento, fato este já acenado no item anterior. Sugere que a Prefeitura de Manaus instale mais CREAS nas Zonas da cidade (áreas de maior incidência), com profissionais qualificados para o atendimento da população.

O SAVVIS comenta que a rede tem funcionado razoavelmente nos atendimentos de urgência, mas que tem muito ainda a caminhar como articulação, encaminhamentos e *feedback* para a própria rede quando o assunto é encaminhamento e articulação. Assim como CREAS, o SAVVIS fala de uma caminhada isolada de algumas instituições e acena ainda para a dificuldade de reunir os atores da rede quando estes são convocados pelo PAIR.

O que percebemos é que ambas as instituições apresentam um certo descontentamento com a articulação da rede. Essa constatação já havia emergido no item anterior quanto aos desafios e fragilidades enfrentadas por estas instituições. Constatamos que, apesar de reconhecerem a importância da rede e de suas dificuldades enfrentadas, estes, pouco ou quase nada, oferecem sugestões para superar essa situação, embora tivéssemos até insistido para que o fizessem.

Em nenhum momento foi acenado o envolvimento da comunidade e de outras instituições (exceto o Conselho Tutelar e das mesmas instituições investigadas).

Nota-se que, praticamente as respostas se concentraram muito mais no *terceiro eixo (defesa e responsabilização)* e no *quarto eixo (atendimento)*. O que nos chama mais atenção é o fato de não encontrarmos na fala dos entrevistados nenhum aceno sobre o *quinto eixo (prevenção)*, o que reconhecemos ser de fundamental importância no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para o enriquecimento deste olhar sobre a rede de enfrentamento à violência sexual, escolhemos outros dois serviços fundamentais à rede: o PAIR-Manaus e um representante do Conselho Tutelar. As duas instituições foram perguntadas sobre o item “b” da *rede de enfrentamento*: 1) Articulação da rede; 2) Sugestões para a melhoria da rede.

No que diz respeito à articulação da rede, o PAIR observa que antes de tudo não há um sistema único de informação na rede, o que dificulta a articulação da mesma, o encaminhamento e o atendimento das vítimas. Chama atenção o fato de que em Manaus cada instituição ou serviço da rede tem um protocolo próprio de atendimento e o encaminhamento das vítimas é realizado sem um padrão de informação, o que torna real a possibilidade de a criança ou adolescente serem atendidos e revitimizados ao terem que relatar o fato ocorrido várias vezes durante a passagem pela rede. Este acontecimento é lamentável.

O que eu vejo é que falta um banco de dados que até hoje nós não temos. Nós não temos um sistema onde se pode circular as informações. E muitas vezes a criança é atendida na delegacia e ela deveria fazer todo o percurso de rede. O Conselho Tutelar faz o encaminhamento para a Delegacia, IMEL, o CREAS, mas o próprio Conselho Tutelar não tem esse sistema de informação. Você chega no Conselho Tutelar é ainda uma ficha, essa ficha encaminha a criança, ela não chega para onde deveria, ela não vai para uma delegacia ou para o CREA para ser atendida ou então a criança já vai direto para o CREAS ou Delegacia, então essa informação do sistema que deveria existir dentro da rede ela não acontece. Ess é um problema que a gente está enfrentando que precisa resolver, é uma prioridade. [...] Um desafio que nós precisamos enfrentar é a escuta sem danos que é uma coisa assim que acontece sem revitimização. Esse é um sonho nosso e de vários setores que estão nessa luta. É o que eu digo: a criança sai daqui, ela vai contar seu problema, ela vai chegar lá e vai contar de novo, ela vai contar de novo no outro serviço.. Gente, nós temos que fazer valer apenas que a primeira escuta seja suficiente, para que todos os interessados saibam o que está acontecendo com esta criança. Olha, isso me angustia! (Secretária executiva do PAIR, 50, entrevista realizada em 09 de maio de 2011)

O PAIR observa a importância da prevenção e faz um alerta para aqueles que só defendem a criação de mais delegacias e conselhos tutelares como resposta fundamental ao enfrentamento da violência sexual.

Eu tenho algumas preocupações quando se fala para criar mais delegacias. Eu sempre ando nas delegacias e conselhos tutelares e eu tenho muita preocupação com eles. Nós da educação, por exemplo, defendemos a prevenção acima de tudo. Qual é a nossa idéia? Não deixar o fenômeno da violência crescer. Não deixar que as crianças e adolescentes sejam violentados. A gente trabalha para que isso não aconteça. Olha, se agente trabalhar para que isso não aconteça, a gente não vai precisar mais de delegacia e nem dos conselhos tutelares (Secretária executiva do PAIR, 50, entrevista realizada em 09 de maio de 2011)

A entrevistada do PAIR acena ainda para sua concepção de rede de enfrentamento:

O pessoal pensa que rede de enfrentamento é a Delegacia, o CREAS... Mas não é só isso. Tem outros setores para gente enfrentar ali: firme adequado, acontecendo de fato e de direito, pra tirar as crianças de situações de vulnerabilidade. Essa sim é o que chamamos de uma rede protetiva e não só uma rede que atende, como acontece ainda aqui em Manaus. Temos que lutar por uma rede que também protege e previne. Mas já melhorou muito. A gente já melhorou muito (Secretária executiva do PAIR, 50, entrevista realizada em 09 de maio de 2011).

O representante do Conselho Tutelar assim nos responde sobre as dificuldades e desafios de articulação da rede

É muito Importante fazer uma avaliação hoje da rede de atendimento em todos os níveis. Para começar vamos falar da precariedade dos serviços públicos: é necessário um serviço digno e de qualidade em relação a abusos e exploração sexuais, pois os poucos profissionais que existem estão sobrecarregados com a demanda. Na ausência do poder público precisamos ressaltar que temos uma ótima parceria com instituições religiosas, ONGs e entidades da Sociedade civil que se colocam a serviço para ajudar na prevenção e acompanhamentos de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual. Na maioria das vezes eles atuam de forma voluntária. Por isso eu quero dizer que a grande dificuldade que o Conselho enfrenta é a falta de políticas públicas eficazes. Alguns dados importantes para compreendermos esta realidade na cidade de Manaus: existe uma Delegacia de Proteção para atender toda cidade de Manaus, O Juizado da Infância e do adolescente é muito lento em da respostas diante da demanda de crianças e adolescentes em situação de risco que são encaminhados pelos Conselhos Tutelares, a Vara da Infância que apura abusos e violência Sexual contra crianças e adolescentes, eles não têm estrutura para atender esta demanda de crianças e adolescentes que continuam convivendo com o suposto violador e sendo revitimizados na convivência social. Vale ressaltar que os hospitais, maternidades e prontos socorros não dispõem de especialistas suficientes para acompanhar as famílias. O IML não tem peritos especialistas na área da infância e adolescência, este é o “raio X” do abandono do poder público com este seguimento na cidade. Vale ressaltar que esta realidade nos municípios do interior é muito pior. Por isso eu digo que a rede tem que melhorar muito ainda (Conselheiro Tutelar Zona Sul 1, Secretário, 42, entrevista realizada em 15 de agosto de 2011).

E o Conselho Tutelar sugere:

Nós sugerimos investir em profissionais capacitados. Trabalhar capacitações e formações de agentes públicos nas áreas de saúde, educação, segurança, psicologia e serviços sociais. Também é necessário uma melhor integração com os órgãos de controle social como o Conselho

Municipal dos direitos da criança e do adolescente entre outros. Atuar junto a câmara de vereadores e a assembléia legislativa para ajudar a assessorar o poder executivo na proposta orçamentária para elaboração de planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. Esta é uma das atribuições principais do Conselho Tutelar na luta pela concretização da Proteção integral (Conselheiro Tutelar Zona Sul 1, Secretário, 42, entrevista realizada em 15 de agosto de 2011).

O que observamos ao escutar os atores envolvidos na rede de enfrentamento é o senso de pertença e de comprometimento com a causa das crianças e adolescentes. Percebe-se, porém uma certa limitação em compreender a função da *rede*, isto é, o que é a rede e como esta deve se articular e atuar. Por outro lado, notamos uma grande dificuldade em integrar os seis eixos previstos no Plano Nacional e de identificar *quem é quem* na rede, ou seja, de intersectorizar os atores envolvidos na rede, conforme orientações do Plano. Utilizando expressões dos atores da rede, *há muita gente de boa vontade envolvida*, porém, com ações paralelas e isoladas, tentando ser eficientes em suas ações, mas pouco eficazes quanto aos resultados esperados.

Ao retornarmos ao significado de *rede*, se a estrutura desta está associada à configuração de teia, um entrelaçamento de pontos, significa que os integrantes se ligam horizontalmente a todos os demais, diretamente ou por meio dos que o cercam. Por isso vemos que os componentes da rede de enfrentamento da violência sexual de Manaus ainda precisam definir os objetivos a serem alcançados pela rede e não da sua instituição ou serviço; precisam definir os papéis dos atores, organizá-los e intersectorizá-los levando em consideração os eixos e os fluxos de atendimento da rede e, sobretudo, cobrar do Estado e do Município que o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes faça parte de suas agendas de discussão, coisa que ainda não acontece, pois sabemos da precariedade da implantação de políticas públicas em favor da infância e adolescência, para que se garanta os direitos preconizados no ECA.

Perguntamos como a rede pode ser efetiva e eficaz sem a implantação de políticas públicas em nível local e estadual? Sobre isso nos fala a representante do PAIR-Manaus:

A questão do enfrentamento parece que até não faz parte nem do Município e nem do Estado. O problema é que as verbas não são solicitadas dentro do orçamento do Estado e nem do Município. Olha, criança não entra no orçamento: nem do Estado e nem no Município. Quem vai solicitar isso? A gente até propõe que sejam as pessoas que estão nos representando, mas... Nós precisamos de políticas públicas que tirem as crianças da vulnerabilidade. Faz quatros anos que a gente faz audiências públicas e a gente vai pra lá com as nossas idéias e discutimos sobre isso. É

muito interessante! Todo ano é a mesma coisa e agora vai ter de novo. Fico pensando... É só pró-forma. É só oba-oba da parte deles. E que eles fazem? E a gente tá de novo pedindo... Temos um plano operativo local e tudo isso... E nada! A gente está dizendo que tem que ter uma política pública voltada para o enfrentamento e para a prevenção. Que criança tem que entrar no orçamento. Que tem que ter uma política de Estado e não de Governo, pra que sejam ações contínuas, assim como é a educação, assim, como é a saúde. Quero dizer que tem que ser uma coisa sistemática e eficaz. A nossa luta tem sido assim: todo tempo, todos os dias, até que alguém se sensibilize e que vejam a importância de se trabalhar isso de uma outra forma (Secretária executiva do PAIR, 50, entrevista realizada em 09 de maio de 2011)

Nota-se que da parte das instituições investigadas, praticamente passou despercebida a séria questão da exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus. Fato este extremamente lamentável. Há uma falta de ações coordenadas entre os diferentes atores envolvidos na proteção de crianças contra todas as formas de violência sexual, as de forma mais notória para a exploração sexual. Para remediar isso, deve haver um esforço para integrar políticas intersetoriais e criar uma estrutura mais coerente para ações efetivas.

Voltamos a chamar a atenção para a necessidade da presença de uma rede de apoio comunitária que dê suporte social às vítimas e seus familiares, onde ainda, sendo a família uma rede, esta fortalecida, aumentaria a possibilidade de maior proteção. Por meio dessas redes primárias (família e comunidade) de proteção é possível potencializar a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, visto que ela é capaz de identificar os abusos sexuais e incentivar a denúncia (LIMA, 2011). Sobre isso, Sluzki (1997) comenta que a construção dessa rede de proteção primária é já formada por pessoas significativas no âmbito familiar, na vizinhança, nas relações de trabalho, nas instituições nas quais as pessoas têm acesso (escola, igreja, grupos que frequenta etc.) e que, portanto, precisam ser reconhecidas, valorizadas e (re)descobertas em suas potencialidades.

Outro ponto a ser observado é o cuidado para não criar dependência das pessoas às instituições que atuam na rede de enfrentamento da violência sexual. Toda intervenção de rede deve ser entendida como sendo um percurso para a autonomia, para o desenvolvimento de resiliência individual e familiar das vítimas, ou seja, de criar possibilidades de superação da dificuldade enfrentada, da reconstrução desta história de vida violentada. O indivíduo tem que ter a chance de reconhecer quais as relações construtivas quer manter, e quais não estão facilitando o seu crescimento e, portanto, não quer mais mantê-lo. Por isso, a rede de proteção tem que escutá-lo (LIMA, 2011).

Quanto ao item “c” acessibilidade (estrutura física e organizacional; acesso dos usuários ao serviço de atendimento) apresentaremos os resultados e os discutiremos no tópico seguinte.

4.5 A questão da acessibilidade aos serviços da rede: rompendo as *barreiras*

O acesso da população aos serviços da rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes é um dos pré-requisitos para que ocorra uma assistência efetiva. E, sem dúvida, a localização geográfica das instituições que atendem crianças, adolescentes e seus familiares vitimizados, interfere na acessibilidade dos usuários aos serviços disponíveis. Desse modo, as instituições que recebem crianças e adolescentes vitimizados deveriam ser muito mais acessíveis, já não bastasse a forte carga de sofrimento que estão passando. Diante de tal fato, a acessibilidade dessas a essas estruturas deve ser garantida.

Ouve-se frequentemente falar de *acessibilidade*, mas o que entendemos sobre isso? Escutamos falar de acessibilidade à informação, econômica, aos meios de transporte, das pessoas portadoras de necessidades...

Entende-se por *acesso* o ato ou efeito de ingressar ou alcançar. Já *acessibilidade* é a qualidade de acessível; facilidade do ingresso ou alcance (FERREIRA, 2004). Para Vasconcellos (1992, p.26), “acessibilidade é a facilidade com que os locais da cidade são atingidos pelas pessoas e mercadorias, medidos pelo tempo e pelo custo envolvido”. Já para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) por meio da NBR 9050, “acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos” (ABNT, 1994, p.2).

Poderíamos dizer que a acessibilidade é uma condição necessária da população que todos os dias precisa locomover-se, comunicar-se e que utiliza inúmeros ambientes, serviços, programas e produtos, uma vez que se tem na cidade uma diversidade de pessoas: mulheres, homens, crianças, idosos, portadores de transtornos mentais ou outras doenças sérias.

A acessibilidade aos espaços, tão desejada e necessária à população no seu cotidiano constitui, seguramente, uma condição imprescindível para poder viver com um pouco mais de dignidade. Por isso, a acessibilidade é uma condição cidadã, uma possibilidade de garantia de direitos e de novas atitudes. Como afirma Lefebvre (1991, p.115): “Surgem os direitos; estes entram para os costumes ou em prescrições mais ou menos seguidas por atos...”. Assim, se trata de uma exigência que não é voltada apenas às pessoas com desabilidades motoras ou visuais, mas a todas as pessoas, como afirma Milton Santos (1987, p. 30): “[...] como resposta na busca dos direitos perdidos, à procura do novo cidadão que se deve dar em toda parte [...]”.

Muito mais do que a simples redução das chamadas “barreiras arquitetônicas” e “barreiras geográficas”, no contexto da cidade, a acessibilidade diz respeito à qualidade do ambiente que permite às pessoas condições de fácil mobilidade e segura utilização dos espaços e serviços.

Certamente a questão da “barreira arquitetônica” é ainda atual, porque é comum encontrar diariamente muitas pessoas com dificuldades de locomoção na cidade e nos espaços públicos e privados. Antes esse era um problema visto somente em torno das pessoas portadoras de alguma deficiência física ou visual. Apesar das tímidas, mas não tão importantes conquistas alcançadas ao se criar algumas condições aos “cadeirantes”, adaptando transportes, calçadas, portas, rampas, vagas nos estacionamento, assim como facilitar a mobilidade dos cegos nas calçadas, instituições, semáforos, elevadores, dar preferência nas filas e transportes aos idosos e gestantes, a acessibilidade é uma questão muito mais ampla do que se parece e deve ser para toda a população.

Quando falamos de “**barreiras**” que podem ou não facilitar o acesso da população usuária dos serviços, cremos que seja necessário aprofundar um pouco mais do que se trata.

Existem “barreiras facilitadoras” e “barreiras não facilitadoras” à acessibilidade. Compreende-se por “barreiras facilitadoras”, as barreiras rodoviárias, barreiras acústicas, barreiras de proteção, barreiras térmicas, barreiras de contenção etc. Dão a idéia de facilitação, proteção, segurança... As “barreiras não facilitadoras” são as barreiras arquitetônicas, barreiras geográficas, barreiras culturais, barreiras da comunicação... São barreiras que criam obstáculos às pessoas, a seu acesso, autonomia ou porque não dizer, à sua liberdade. São barreiras que violentam as

peessoas, por exemplo: as barreiras arquitetônicas limitam a mobilidade das pessoas; as barreiras sensoriais impedem os surdos de entender uma mensagem ou ao cego de ler uma publicidade; as barreiras culturais podem criar inúmeras situações de preconceito, estigmatização, racismo e etnocentrismo; as barreiras psicológicas podem dificultar a relação com quem é “diferente”; às barreiras sociais não permitem às pessoas condições de vida digna e o exercício de sua cidadania, cria espaços segregados e exclusão social.

Mas vamos dar um destaque para falar das “barreiras geográficas”.

Unglert, Rosenburg e Junqueira (1987), no trabalho intitulado *Acesso aos serviços de saúde: uma abordagem de geografia em saúde pública*, tornam possível a aproximação da geografia humana à saúde pública. Observam ainda a importância do intercâmbio entre as duas áreas no entendimento e interpretação dos aspectos ligados ao Homem Social e à Natureza, no sentido de melhor integração deste ao meio ambiente. Ao tratar do conceito de “barreiras geográficas” os autores afirmam:

O conceito de barreira geográfica deriva dos obstáculos naturais ou gerados pela implantação urbana que orientam a organização dos fluxos numa dada estrutura de circulação e que criam *distâncias relativas* que varia do nível local para o regional (UNGLERT, ROSENBERG e JUNQUEIRA, 1987, p. 4)

Em termos concretos, os autores identificam como exemplo de barreira geográfica: represas, rios, vias expressas com alto fluxo de veículos, grandes áreas verdes, grandes áreas fechadas etc. Onde tais barreiras atuam ativamente na orientação dos fluxos de circulação e no desenvolvimento da estrutura funcional de uma região. Considerar em um estudo as “barreiras geográficas”, com especial atenção ao mapeamento das barreiras estabelecidas pelas vias expressas existente na região em estudo é critério fundamental para a localização e implantação dos serviços em vista de melhor acessibilidade geográfica.

Um trabalho acadêmico sobre a circulação de pedestre em Manaus⁴³ observou que os pedestres enfrentam inúmeras dificuldades em sua circulação. Esta dificuldade está relacionada a obstáculos fixos e móveis, resultado do descaso do poder público que não adota medidas para impedir o surgimento de tais entraves,

⁴³ MOLINARI, Deivison Carvalho; SOUZA, Geraldo Alves. As condições de circulação dos pedestres sobre as calçadas da zona central de Manaus. In: **Boletim Amazonense de Geografia**, n. 04, Manaus: Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Manaus, 2004, pp. 97-110.

gerando intensa segregação aos pedestres, como por exemplo, aqueles que tentam circular pelas calçadas, sendo pior ainda, para os portadores de deficiência física que não enxergam ou que usam cadeira de rodas (MOLINARI e SOUZA, 2004).

Por outro lado, acessibilidade pode ser entendida também como atitude de boa *acolhida* em tudo aquilo que implica o termo. Quando falamos de *acolhida*, muita gente compreende os aspectos referentes à conquista do cliente, mais voltado para o *marketing* barato, em que se dá um sorriso, um aperto de mão ou se oferece um café e uma água quando se chega a uma repartição pública, instituição ou uma loja. Acolhida é muito mais do que isso. É criar condições de sensibilidade, solidariedade e empatia para com a pessoa que veio buscar uma resposta à sua necessidade quando esta procura, por exemplo, um serviço. Por isso se faz necessário criar espaços novos de acolhida: sejam físicos, quanto subjetivos, isto é, que passem pelas atitudes das pessoas, pois a acessibilidade não é feita somente de estruturas, mas de atitudes e gestos concretos.

Deste modo, precisa-se superar a busca da garantia da acessibilidade apenas por meio de leis e normas que proíbem, condenam, punem ou obrigam. Sem desmerecer as leis e normas da acessibilidade, precisamos de mudanças de mentalidade da população e, sobretudo, dos gestores das cidades. Podemos até dispor de um excelente espaço físico construído, mas para chegar até lá encontramos inúmeras barreiras (dificuldade no acesso) e, ao chegar lá, não encontramos condições de atendimento (acessibilidade), isto é, não somos acolhidos como deveríamos. Esta é uma séria e freqüente reclamação dos usuários de serviços no cotidiano das cidades (COHEN, 1993).

Quanto à nossa Pesquisa, das instituições investigadas em Manaus, recordemos que o SAVVIS está vinculado à Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), o CREAS à Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SEMASDH) e a DEPCA à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos do Amazonas (SEJUS). Mesmo sabendo que apenas uma das instituições investigadas está ligada à área da saúde, utilizaremos a base analítica do trabalho de Unglert, Rosenburg e Junqueira (1987), pois compreendemos a amplitude do conceito de saúde e os impactos da violência sexual sobre a saúde das crianças e adolescentes.

Os autores acima citados afirmam que a oferta dos serviços de saúde tem que contemplar acima de tudo a acessibilidade da população aos serviços. Esta acessibilidade deve ser considerada sob a ótica geográfica, cultural, econômica e

funcional. Para que o acesso da população aos serviços aconteça, os autores observam que é necessário:

- Escutar a população local, expressa pela demanda aos serviços;
- Dispor de condições estruturais, logísticas e recursos disponíveis para oferecer o serviço;
- Considerar a distância, o tempo e o custo que se deve percorrer para se acessar os serviços;
- Verificar como os aspectos geográficos atuam sobre a distribuição dos serviços no território e como ocorre a interação desses com a distribuição da população;
- Que se garanta o princípio da equidade, ou seja, que os serviços devem ser para todos. Neste caso, o fator geográfico é fundamental para a análise das inequidades, especialmente no que se refere às áreas rurais ou mais periféricas das grandes cidades;
- O respeito à distribuição da população, isto é, onde ela se estabeleceu. Para isso, os limites geográficos censitários e das divisões dos distritos e subdistritos devem ser respeitados;
- As barreiras geográficas devem ser identificadas e consideradas.

Vejamos abaixo como as instituições investigadas avaliaram a localização, o acesso e a acessibilidade dos usuários às mesmas. Em seguida, apresentamos o olhar dos usuários também sobre a localização, acesso e acessibilidade aos serviços.

Quadro 6. Manaus: Avaliação da localização, acesso e acessibilidade dos usuários às instituições

INSTITUIÇÃO	RELATO DOS ENTREVISTADOS
Centro de Referência Especializado de Assistência Social	1) <i>Estamos relativamente fora do raio de maior incidência de casos relacionados à violência sexual.</i> 2) <i>Temos uma estrutura física inadequada e insuficiente para a operacionalização dos serviços prestados.</i> 3) <i>A localização atual impõe dificuldade de acesso em razão da distância dos pontos de maior fluxo de transporte coletivo público.</i> 4) <i>A acessibilidade encontra-se comprometida pela inexistência de meios apropriados para a locomoção de pessoas com deficiência</i> (Coordenadora do CREAS, 45, entrevista no dia 26/04/2011).

<p>– CREAS</p>	<p>1) <i>Dentro do universo das deficiências, acreditamos que as famílias são fortemente penalizadas pela dificuldade de acesso ao local. Grande parte das famílias atendidas são oriundas das zonas Leste e Norte da cidade, o que se distancia em muito do CREAS, localizado na Zona Centro –Sul. 2) Atualmente o CREAS funciona em uma casa que não sofreu nenhuma adaptação para o acesso aos deficientes e sofre com grande número de serviços ofertados que não fazem parte do CREAS, o que limitou muitíssimo os espaços de atendimento</i> (Assistente Social, 32, entrevista em 27/04/2011).</p> <p><i>A acessibilidade deve ser melhorada e ampliada para outras áreas da cidade com a criação de outros CREAS, pois existem demanda que não são compatibilizadas e nem chegam aos centros de atendimento</i> (Psicóloga, 36, entrevista em 25/04/2010).</p>
<p>Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente - DEPCA</p>	<p><i>A DEPCA poderia estar localizada numa área central, facilitando a acessibilidade dos usuários de zonas mais distantes, os quais muitas vezes têm que pegar mais de um ônibus para chegar nesta Especializada</i> (Psicóloga, 37, entrevista em 29/04/2011).</p> <p><i>A DEPCA não está bem localizada em termos de espaço urbano, pois os usuários de zonas mais distantes, muitas vezes têm que pegar dois ou três ônibus para chegar até esta Especializada</i> (Assistente Social, 57, entrevista em 02/05/211).</p>
<p>Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS)</p>	<p>1) <i>A gente tem uma estrutura razoável, mas ela poderia melhorar. A gente atende vítima de violência sexual juntamente com pessoas que procuram o serviço social e no mesmo espaço pessoas que procuram para fazer planejamento familiar, fazer laqueadura para colocar DIU, então alguns dias e determinados horários fica uma super lotação. Eu gostaria que fosse um espaço mais privado. A gente tem sala da psicologia, do atendimento médico e isso eu considero um avanço, mas não temos uma ludoteca para o atendimento das crianças. 2) Em relação ao acesso considero que é uma localização muito boa. Por que é uma avenida que todo mundo conhece que é a Avenida Brasil. Aqui passa muitos ônibus. Considero que o acesso é muito bom. Embora eu acho que quanto à territorialidade cada zona da cidade deveria ter um atendimento às vítimas. Nós temos zonas que não tem os serviços. Acho a localização muito boa, mas poderia melhorar para poder atender a princípio da territorialidade</i> (Psicólogo, 31, 26/04/2011).</p> <p>1) <i>O nosso espaço físico deixa desejar e a equipe ainda é pequena, pra demanda que recebe. 2) Quanto à acessibilidade, eu acho excelente. Mesmo com a e quipe pequena temos resolvido estas questões de acolher bem as pessoas, porque eles têm prioridade para o atendimento. As pessoas não esperam tanto para serem atendidas. 3) Mas com relação a espaço físico e recursos humanos, é complicado. 4) Quanto à acessibilidade para chegar até aqui eu acho ótimo. Nós estamos numa pista central, nós temos vários pontos de referência aqui perto. O povo grava. Nós temos pacientes das várias zonas da cidade e eles chegam aqui sem problema</i> (Assistente Social, xx, 29/04/2011).</p> <p>1) <i>Eu acho que nós temos um local bem localizado. Todo mundo sabe onde é a Av. Brasil na Compensa. Então, fica numa avenida principal, perto de pontos importantes como a sede do Governo; tem pontos de referências importantes e tem muito ônibus que passam por aqui. Por mais</i></p>

	<p>que os ônibus não venham direto, porque a gente sabe que muitas pessoas têm que pegar dois ônibus, mas eu acho excelente a localização. 2) Mas eu acho que deveria ter um centro de atendimento às vítimas importante para cada zona. Por exemplo: tem a dificuldade de uma pessoa que vem lá da Cidade de Deus (Zona Leste). Aí a questão da distância é complicada, neste sentido. É difícil dizer onde fica a Delegacia da Criança e do Adolescente, porque fica no meio de um bairro. Eu, por exemplo: não sei chegar lá sozinha. Eu acho complicado pra mim explicar para os pais onde fica essa Delegacia. 3) E há uma demanda de crianças e adolescentes muito grande. O corredor fica lotado. Nossa estrutura física não é boa ainda. A gente não tem uma sala estruturada para atender criança. A gente já teve que atender no chão e o chão é sujo. Um dia a criança pediu: “tia a senhora tem uma vassoura pra varrer aqui” (Psicóloga, 28, 05/05/2011).</p>
--	--

Fonte: Pesquisa de campo (CREAS, DEPCA e SAVVIS, 2006-2010)

Quadro 7. Manaus: Avaliação dos usuários sobre o acesso e acessibilidade às instituições investigadas

INSTITUIÇÃO	RELATO DOS ENTREVISTADOS
Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	<p>1) Atendimento sempre foi bom, mas o espaço para agendar retorno foi demorado, quase um mês. Eu dou uma sugestão: avaliar melhor o caso e dar prioridade. 2) Mas o CREAS é longe e complicado prá nós. Não foi fácil localizar. Acho que tem que ter outras coisas assim em outras partes de Manaus (C.V.R., 21, bairro Cidade Nova, Zona Norte, mãe da vítima. Entrevistada em 22 de junho de 2011).</p> <p>Está sendo ótimo (o atendimento). 2) O local é muito escondido. A distância é muito grande entre o Bairro da Raiz e o que está localizado o CREAS. Quase não encontrava o local (F.V.M., 39, bairro Raiz, Zona Sul. Mãe da vítima. Entrevistada em: 29 de abril de 2011).</p>
Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente - DEPCA	<p>1) Eu fiquei esperando aqui um tempão. Duas vez que eu venho. 2) Muito longe da minha casa. Eu moro no Puraquequara. Minha sobrinha foi estuprada. Eu saí, acho que era seis e pouco de ônibus. Eu cheguei aqui quase dez (horas) e olha que horas que são... mais de meio-dia. Ela tá lá dentro. Não sei quando vai sair. Não sei nem que horas nós vai voltar (C.C.S., 44, bairro Puraquequara, Zona Leste, tia da vítima. Entrevistada em 19 de maio de 2011)</p> <p>1) Eu acho que minha filha foi bem tratada pela doutora. Eu tô esperando. Espero que resolva o caso dela. 2) Eu custei prá achar aqui. Peguei três ônibus prá chegar aqui. Muito difícil pra chegar... (M.O. N., bairro Grande Vitória, Zona Leste, mãe da vítima. Entrevistada em 19 de maio de 2011)</p>
	<p>1) Tamo sendo bem atendida. Eu e ela (a vítima) se sentimo em segurança dada pelo SAVVIS para continuar o atendimento. Recebemo orientação, medicação e outras orientação. Eu tava muito agoniada. Depois que eu falei com a psicóloga e depois a doutora atendeu... Aí eu fiquei mais calma. É a terceira vez que a gente vem aqui e é sempre bem atendida. 2) Agora da distância para chegar no SAVVIS... Por morar no Alvorada III (bairro), não é distante do SAVVIS porque temos carro, né. Só gastamos 10 minutos para chegar aqui. Mas e as outras pessoas que moram longe e</p>

<p>Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS)</p>	<p><i>dependem de ônibus? Eu tenho é pena delas... (E.S.M, 27, bairro Alvorada – Zona centro-oeste, irmã da vítima. Entrevista em 08 de junho de 2011)</i></p> <p><i>1) No início a acolhida foi muito boa. Até a gente entrar demorou muito para ser atendida. Depois fomos atendidas. Gostei muito da finalidade do atendimento. Antes de vir aqui, durante três vezes fomos atendidas... Fomos de um canto prá outro. E já tivemos que contar o que aconteceu três vezes. Muito ruim. Aqui, nós estamos sendo atendidas por uma psicóloga e tem a doutora que é muito boa. Agora melhorou muito. Sugestão: Que se atenda imediatamente a pessoa e que se separasse os ambientes, porque nos sentimos um pouco expostas.... Assim... Misturadas com outras pessoas. 2) Quanto à distância de casa, a gente leva mais de uma hora de carro para chegar até aqui. Agora quando for a hora do parto, não sei como vai ser. A minha sugestão é que um serviço como esse fosse instalado no coração da cidade para facilitar que as pessoas cheguem com condições. Só dá para vir porque conseguimos um carro para trazer; de ônibus é impossível. Eu acho que quanto mais fácil para chegar aqui, melhor. (E.G., 27, bairro Aleixo, Zona centro-sul, amiga da vítima. Entrevista em 08 de junho de 2011).</i></p> <p><i>1) Achei ótimo. O pessoal atende a gente bem e não demora muito. A gente (eu e a menina) já rodamos muito pela cidade... andamos muito para ser atendidas.... Falei três vezes da situação em dois hospitais na frente das pessoas e não gostei.... Aqui foi tudo bom. 2) É muito difícil a distância para a minha casa e de minha casa para cá... Eu tenho que andar meia hora a pé para chegar até a parada do ônibus para pegar o 016 para passar na av. Brasil. Gastamos duas horas de viagem até aqui. Eu acho que deveria ter mais ônibus que chegasse até aqui... porque só tem esse ônibus... e fica difícil chegar aqui... Na primeira vez que fui buscar o atendimento saí uma hora da tarde e cheguei em casa meia noite e meia, o senhor acredita? (S.T.S, 48, bairro Zumbi, Zona Leste, conhecida da vítima. Entrevista em: Entrevista em 08 de junho de 2011).</i></p> <p><i>1) Prá mim foi ótimo, se não fosse eles eu teria sofrido mais com minha filha. Fui atendida super bem. Foi feito um aborto legal. Fomos bem preparados. Tive muita conversa. Tamo sendo bem tratada; minha filha tá sendo bem tratada. A Dra. Do SAVVIS é 10. Minha filha é muito nova: ela não podia ter esse filho. Tô tendo apoio... Todo apoio. A conversa que eu tive com a psicóloga aqui me aliviou muito. Já tinha ido na outra maternidade Ana Braga e fomos muito mal tratadas. Teve gente que bateu até a porta na nossa cara. 2) É um pouco longe da minha casa. A gente tem um carro que traz a gente, mas nós gastamos uma hora de carro (eu acho). Mesmo distante, eu prefiro aqui. Mas eu acho que tá bom a localização do SAVVIS. (A.G.S., 43, bairro Ouro Verde, Zona Leste, mãe da vítima. Entrevista em 08 de junho de 2011).</i></p>
---	--

Fonte: Pesquisa de campo (CREAS, DEPCA e SAVVIS, 2006-2010)

Uma vez que o mundo não se divide entre “pessoas portadoras de deficiência” e “pessoas não-portadoras de deficiência”, romper as “barreiras não facilitadoras” significa igualdade de oportunidade a todos. Mas, antes disso, precisamos pensar que as “barreiras não facilitadoras” são problemas de todos e, portanto, não só devem ser removidas para alguns (cadeirantes, cegos, idosos, etc.), pois assim se poderia perder a visão positiva e construtiva do problema: a

criação de espaços de (com)vivência de todos e para todos, isto é, *projetar sem barreira (desig for all)*. Projetar melhor, sem barreiras, quer dizer antes de tudo dar atenção às reais necessidades das pessoas. Quem sabe, a partir da mudança de mentalidade possamos conseguir mudar as coisas, ampliar nossa concepção do problema, para melhor intervir, ou como afirma Milton Santos: “dar resposta imediata cabível a tudo o que for considerado direito inadiável de todos os habitantes” (SANTOS, 1987, p. 121).

De fato, como vimos nas entrevistas a questão da localização das instituições e da acessibilidade (em todos os sentidos que o termo compreende) é um problema para a rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus.

Conforme o Mapa 19, temos claramente a localização, por zonas administrativas, das instituições que atuam no atendimento de crianças e adolescentes em Manaus e é notória a dificuldade que uma pessoa tem em se locomover até os serviços de atendimento se estes não se encontrarem próximos às zonas onde residem as vítimas.

O caso mais dramático para nós encontra-se na Zona Leste da cidade, pois esta zona não dispõe de nenhum serviço de atendimento específico às vítimas de violência sexual (existe o Conselho Tutelar), apesar de grande concentração da população, extensa área territorial e inúmeros condicionantes de vulnerabilidade social como já bem tratamos em tópicos anteriores desta pesquisa.

Analisemos a situação do **CREAS**. É um programa da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH), vinculada à Prefeitura de Manaus, voltado à proteção social de média complexidade, responsável por prestar orientação, apoio e acompanhamento contínuo a indivíduos e seus familiares, vítimas de direitos violados.

Mapa 19. Manaus: localização das instituições do eixo quatro (atendimento), da rede de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil em Manaus

O CREAS pode ser implantado em âmbito local ou regional. Sua implantação, funcionamento e a oferta direta dos serviços constituem responsabilidades do poder público local e, no caso dos CREAS Regionais, do estado e municípios envolvidos, conforme pactuação de responsabilidades. Devido à natureza público-estatal, os CREAS não podem ser administrados por organizações de natureza privada sem fins lucrativos.

No que diz respeito à localização do CREAS, conforme a fala do próprio Serviço e dos usuários, este se encontra localizado em área da cidade de difícil acesso. Conta com uma estrutura imprópria para a realização do atendimento das vítimas; possui uma equipe de profissionais competentes, mas, infelizmente, insuficiente para o atendimento da demanda sempre crescente e proveniente de todas as zonas da cidade, com uma demanda maior proveniente da Zona Leste (mapas 13 e 14), o que traz uma séria dificuldade, pois o CREAS está localizado na zona Centro-Sul e são inúmeras as *barreiras não facilitadoras* para a acessibilidade da população a esse Serviço.

Figura 1. Manaus: localização do CREAS⁴⁴

Quanto às *barreiras não facilitadoras* de acessibilidade ao CREAS, destacamos a ausência facilitadora de transporte para chegar ao Serviço. Chamamos a atenção para a ausência de pontos de ônibus próximos ao CREAS. Conforme a figura 1, percebemos que o único ponto de ônibus (onde identificamos apenas uma linha de ônibus) fica na Rua João Valério, mas grande parte da população se

⁴⁴ Para melhor visualização, conferir Apêndice 6

serve dos ônibus que passam na Av. Djalma Batista, onde o ponto de ônibus mais próximo dista do CREAS cerca de 1 km ou vários minutos de caminhada a pé. Ressaltamos que a única linha de ônibus que transitava no interior da área mais populosa e popular do Beco do Macedo (antigo nome dado ao atual bairro Nossa Senhora das Graças) foi retirada há quatro anos, segundo a declaração de um morador da área. Outro ponto de ônibus mais próximo fica localizado ao lado do cemitério São João Batista, este distando por volta de 2 km do CREAS.

Não entendemos como a Prefeitura de Manaus pode instalar o único CREAS da cidade em uma área de difícil acesso e acessibilidade da população que precisa desse Serviço. Para piorar a situação, como observamos na Tabela 3 (conf. Cap. III), o número de casos do CREAS só aumentou, aliás, entre 2008 a 2010, quase que triplicou. Porém, tanto a equipe de profissionais, quanto à estrutura física se mantiveram inalteradas.

Perguntamos ainda porque a SEMASDH não observou as orientações para instalação de CREAS segundo o que preconizam as regras de instalação de CREAS do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome⁴⁵. Existe uma total disparidade quanto à localização e funcionamento do serviço, conforme as exigências do SUAS, as quais apresentaremos abaixo.

Segundo o SUAS, o CREAS deve ter localização estratégica, prioritariamente de fácil acesso à população a ser atendida. Deverá ser observada a disponibilidade de transporte público e a proximidade dos locais de maior concentração do público a ser atendido. Apenas por meio de uma análise local, o gestor poderá definir a melhor localização para a implantação do CREAS. Entretanto, a fim de assegurar a facilidade de acesso aos usuários, sugere-se:

- Municípios ou DF com uma Unidade CREAS: localização da Unidade preferencialmente em área central, com facilidade de acesso e maior circulação da população, e/ou em localidade estratégica para facilitar a articulação com a rede (CRAS, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, etc.) e a própria circulação da família;

⁴⁵ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/creas-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social/creas-implantacao>. Acessado em 10 de setembro, 2011.

- Municípios ou DF com mais de uma Unidade CREAS: localização da Unidade em territórios com maior incidência de situações de risco pessoal e social e violação de direitos; territorialização e localização dos equipamentos da rede essencial de articulação do CREAS (territorialização dos CRAS, rede socioassistencial, Saúde Mental, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, entre outros); divisão administrativa do município, quando for o caso; observada a facilidade de acesso.

Além de localização estratégica e facilidade de acesso a meio de transporte público⁴⁶, é importante assegurar às equipes do CREAS possibilidades e meios para o deslocamento no território.

O SUAS fala ainda do número de CREAS a ser implantando em cada município:

Quadro 8. Implantação de CREAS nos municípios brasileiros

Porte do Município	Número de habitantes	Parâmetros de referência
Pequeno Porte I	Até 20.000	Cobertura de atendimento em CREAS Regional; ou Implantação de 01 CREAS, quando a demanda local justificar.
Pequeno Porte II	De 20.001 a 50.000	Implantação de pelo menos 01 CREAS.
Médio Porte	De 50.001 a 100.000	Implantação de pelo menos 01 CREAS.
Grande Porte, Metrópoles e DF	A partir de 100.001.	Implantação de 01 CREAS a cada 200.000 habitantes.

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; SUAS.

É importante mencionar que o quadro apresenta parâmetros de referência, sendo o diagnóstico socioterritorial e os dados de vigilância socioassistencial fundamentais para a definição mais apropriada do quantitativo de unidades CREAS necessárias, considerando a realidade de cada território. Porém, se tivéssemos que

⁴⁶ Além da situação da dificuldade de acessibilidade da população aos serviços da rede de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil, outro importante problema que a população de Manaus vivencia no seu cotidiano é a precariedade do transporte coletivo urbano.

considerar apenas a variável *população de Manaus* teríamos que ter instalados nove CREAS, ou pelo menos um em cada zona administrativa da cidade. O fato real é que apenas um existe e ainda em condições de acessibilidade comprometida por inúmeras “barreiras não facilitadoras”. Portanto, é urgente que as autoridades municipais, assim como o SUAS do ponto de vista da fiscalização, tomem providências quanto à instalação e funcionamento do CREAS.

Quanto à situação do **SAVVIS**, a atual coordenadora do serviço, Dra. Zélia Campos ressalta que as crianças e adolescentes que chegam à unidade localizada na Maternidade Moura Tapajós (bairro da Compensa, Zona Oeste) têm prioridade no atendimento. A prioridade se dá, primeiro pelas exigências do ECA, segundo, porque nos casos de abuso sexual, a criança ou adolescente deve ser levada ao atendimento emergencial em até 72 horas depois do ocorrido. Estas 72 horas exigidas são necessárias para que se possa fazer os exames e tratar o paciente contra possíveis DSTs, antiretrovírias e com a pílula do dia seguinte, para evitar a gravidez. Em até cinco dias é possível fazer algo, mas depois, a situação torna-se mais complicada, especialmente em se tratando de doenças. Ainda segundo a coordenadora, o problema é que somente 20% dos casos chegam ao SAVVIS no período indicado, ocasionando sérios problemas às vítimas.

Ressalta-se que em Manaus, na área da saúde, além do SAVVIS, outro serviço que presta atendimento às vítimas de violência sexual é o Serviço de Atendimento às Vítimas de Abuso Sexual (SAVVAS)⁴⁷, que funciona no Hospital Universitário Francisca Mendes (Zona Norte de Manaus).

Somos de acordo com a equipe de profissionais que atuam no SAVVIS, assim como com os usuários deste Serviço, de que apesar dos desafios e dificuldades elencadas por estes, o SAVVIS encontra-se bem localizado na Av. Brasil, conforme demonstrado na Figura 2. Vemos que o desafio maior é que, pela necessidade de atendimento emergencial e ambulatorial na área da saúde, outros serviços deveriam

⁴⁷ O SAVVAS foi criado, em Manaus, em 2001 e antes funcionava nas dependências do Hospital Universitário Getúlio Vargas, sendo transferido em 2003 para o Hospital Universitário Francisca Mendes (vinculado à Universidade Federal do Amazonas). Conta em sua equipe de profissionais: médico ginecologista, psicólogo, assistente social, enfermeiro, farmacêutico e equipe de apoio. Atende uma média diária de 4 a 6 vítimas de abuso sexual. Atendeu, no período de 2001 a 2007, 1.203 casos de violência sexual. Não tivemos acesso às informações quanto à zona de procedência das vítimas.

Disponível em: <http://www.conass.org.br/arquivos/file/apresenta_projeto_savas_am.pdf> Acessado em 10 de outubro de 2011.

ser instalados na cidade para uma população com demanda suficiente de casos de violência sexual.

Figura 2. Manaus: localização do SAVVIS⁴⁸

A mobilidade da população residente em outras zonas da cidade de Manaus que precisa se deslocar até o SAVVIS é um problema evidente. Ressaltamos que o SAVVIS goza de boa acessibilidade para a população proveniente das zonas Oeste e Centro-Oeste, mas com grandes dificuldades de acesso para as populações residente nas outras zonas da cidade. Nossa hipótese é que, conforme os mapas 17 e 18 (conf. Cap. III), a prevalência para o número de denúncias seja maior para a Zona Oeste por causa da localização do SAVVIS na Av. Brasil.

O SAVVIS acabou se tornando um ponto de referência para a zona Oeste quando o assunto é violência sexual. Mas, conforme os mesmos mapas, o SAVVIS recebe grande demanda da zona Leste, como também demanda de todas as zonas da cidade. Se o SAVVIS, que também recebe uma demanda significativa da Zona Norte, onde também está localizado o SAVVAS (cujos objetivos são semelhantes aos do SAVVIS), pensamos que, provavelmente, por causa da localização do SAVVAS na Zona Norte, a prevalência do número de casos possivelmente deve ser da Zona Norte ou da Zona Leste. Se esta hipótese se confirmasse, somando os casos das Zonas Norte e Leste do SAVVIS e SAVVAS, a necessidade de instalação de novos serviços para as zonas Norte e Leste seria muito mais evidente. Para a

⁴⁸ Para melhor visualização, conferir Apêndice 7

confirmação de tal hipótese, há a necessidade de uma nova investigação quanto às denúncias e atendimentos realizados pelo SAVVAS

Uma sugestão para o SAVVIS seria a insistência na continuidade do treinamento de outras unidades de saúde vinculadas ao Município, o que facilitaria muito ao acesso da população na área da saúde. O SAVVIS até que ofereceu vários treinamentos para profissionais das Policlínicas instaladas em outras zonas da cidade, porém, conforme a declaração do próprio representante do SAVVIS: [...] *Nós já treinamos o SAVVIS nas policlínicas e outros locais e estes serviços não foram adiante. Com isso a nossa demanda fica cada vez maior e a equipe continua a mesma* (Assistente Social).

Quanto à **DEPCA**, reconhecemos a importância de uma delegacia especializada em proteção à criança e ao adolescente, realidade não tão comum as várias cidades de médio e grande porte no Brasil. A questão é que todos os atores entrevistados da rede de enfrentamento e mais os usuários dos serviços apresentaram reclamações quanto à dificuldade de ver acontecer o *eixo responsabilização*: reclamam morosidade no atendimento, burocratização e impunidade. É necessário que imediatamente se afaste o agressor da vítima conforme preconiza o ECA, mas as condições necessárias para abrigar essas crianças e adolescentes violentados em Manaus ainda são insuficientes para tão grande e crescente demanda.

Figura 3. Manaus: localização da DEPCA⁴⁹

⁴⁹ Para melhor visualização, conferir Apêndice 8

Outros dados da DEPCA, (cf. mapa 16, cap. III) apontam para o grande número de denúncias provenientes da Zona Leste, Centro-Oeste e Norte, e isso é muito significativo, pois para a DEPCA devem ser notificados todos os casos que chegaram aos conselhos tutelares da cidade, aos serviços de saúde e de assistência social, assim como de demanda espontânea. Compreendemos que a DEPCA tem um número de casos expressivos para a Zona Centro-Oeste porque está localizada nesta Zona, o que facilita o acesso da população ali residente, por questões de proximidade. O problema é que a DEPCA está localizada numa área de difícil acesso para quem vêm de outras zonas da cidade, conforme o relato das pessoas entrevistadas e até mesmo pela constatação de outros atores da rede de enfrentamento.

Observe na Fig. 3 que atualmente nem placa de identificação a delegacia possui, dificultando ainda mais o acesso da população. Sugerimos a instalação da atual DEPCA em área central da cidade, próxima a algum terminal central de integração de ônibus, assim como a instalação de outra DEPCA próxima às zonas Leste e Norte da cidade. A DEPCA necessita ainda ampliar o número de profissionais para o atendimento psicossocial (conta apenas com uma psicóloga e uma assistente social), assim como de outros profissionais envolvidos com a questão jurídica da responsabilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ECA, Art. 30).

O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes não se explica por si só, pois é também resultado de uma prática socioespacial que ocorre historicamente. Não deve ser vista como elemento isolado, mas analisado em sua totalidade, isto é, não é algo pronto e acabado, pois o espaço está em contínuo movimento e é resultado da matéria trabalhada em sua totalidade.

A presente pesquisa procurou dar sua colaboração no campo investigativo acerca do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus, a partir de uma leitura geográfica e psicossocial do fenômeno. Para sua análise, procurou-se ter sempre presente a formação socioespacial de Manaus no contexto do quadro regional da Amazônia e a análise das denúncias deste tipo de violência, ocorridas no período de 2006-2010, em três instituições que compõem a rede de enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus.

Constatamos que muitas vezes, as condições que favorecem a ocorrência dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes podem ser confundidas com sua própria causa. Os resultados encontrados nesta pesquisa, embora ainda careçam de maior profundidade, haja vista a complexidade do fenômeno estudado, ajudou-nos a entender as relações nos sistemas de ações sociais e como as redes se implantam de modo a participarem da construção do espaço urbano: concentrador de renda, produtor de ideologias, socialmente excludente, que, ao se articular a partir das relações de poder que se estabelecem historicamente, socialmente e institucionalmente, criaram condições favoráveis à continuidade da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Constatamos que a formação do quadro regional da Amazônia, a partir de seus projetos de ocupação e “desenvolvimento”, teve sua base na exploração material e sexual de seus povos, o que sustentou ao longo do tempo, a continuidade de inúmeras formas de violência, dentre estas, a violência sexual infanto-juvenil em Manaus, como forma de abuso de poder e de gênero.

Compreendemos que a violência infanto-juvenil em Manaus é explicada por infinitas razões e não são as formas de empobrecimento da população que geram este tipo de violência. Por outro lado, não se pode negar que a distribuição espacial

do fenômeno em Manaus tem forte ligação com as carências de infra-estrutura urbana e de equipamentos e serviços nas zonas da cidade onde a frequência do número de denúncias é maior, constituindo-se, assim, de espaços segregados e de maior vulnerabilidade.

Constatamos ainda que as instituições que compõem a *rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes* são insuficientes frente à demanda do número de casos e à superfície territorial, para a crescente população de Manaus que busca por seus serviços.

A rede de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Manaus apresenta desafios quanto à melhoria do atendimento de seus usuários, tendo sua maior fragilidade na falta de articulação. As instituições de atendimento necessitam ser mais bem distribuídas no espaço urbano, devendo considerar para tanto o acesso e a acessibilidade da população às mesmas. Por outro lado, uma vez funcional, a rede apresenta-se como recurso imprescindível à prevenção, intervenção e eliminação da violência sexual infanto-juvenil no espaço urbano de Manaus.

No que diz respeito aos casos denunciados às instituições pesquisadas (CREAS, SAVVIS e DEPCA), apesar da ressalva feita por Minayo (2005), quanto ao fato de os dados sobre violência serem, por natureza, problemáticos, provisórios e tentativos, não traduzindo a verdade, a análise dessas denúncias mostrou-se um procedimento pertinente ao delineamento deste fenômeno em Manaus, que apesar de ser tão complexo, oferece-nos inúmeras possibilidades de orientar diferentemente o debate na área, ampliando as possibilidades de reflexão tanto para a violência sexual, quanto para outras formas de maus-tratos envolvendo crianças e adolescentes, em nossa sociedade.

A pesquisa quantitativa deu-nos ainda a possibilidade de verificar que em cada instituição estudada existe um protocolo de atendimento para as denúncias de violência sexual. Este procedimento cria inúmeras dificuldades para a obtenção de um diagnóstico da atual realidade do fenômeno em Manaus, gerando duplicidade, triplicidade de casos notificados e, acima de tudo, tornando o tão sonhado “depoimento sem danos” e sem “revitimização” ainda tão distantes de nossa realidade.

Identificamos que é necessário a implantação de um protocolo de denúncia e de registro de informações, em termos de padronização, informatização e integração

dos dados, o não menos importante “sistema de informação da rede”. Com a implantação do sistema de informações se poderia obter maior eficiência e eficácia no atendimento dos usuários das instituições, facilitando a articulação da rede de enfrentamento frente aos casos denunciados, encaminhados e acompanhados.

Outro dado importante diz respeito ao Disque Denúncia Nacional (Disque 100). Recordamos que a sede do Disque Denúncia é em Brasília e que os casos denunciados são retornados para encaminhamento aos Conselhos Tutelares locais, seguindo uma média de cinco a dez dias, podendo se estender até quinze. A morosidade para o encaminhamento da denúncia leva as pessoas a desistirem de buscar ajuda. O mais grave nisso tudo, é que esta morosidade continua mantendo a criança e o adolescente em contato com o ambiente de violência. É necessário se pensar na descentralização do serviço, com a criação de Disque Denúncia local, funcional e com pessoas habilitadas para desempenhar tão importante função de escuta das denúncias e de encaminhá-las à rede de proteção.

O resultado da pesquisa qualitativa nos faz constatar, mais uma vez, que é notório o esforço dos atores envolvidos na rede de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus. Passos significativos foram dados, mas a rede ainda é frágil, carece de articulação, mobilização entre os atores que a constituem e destes, com a sociedade civil e seus usuários. Destacamos o esforço do PAIR-Manaus que têm procurado mobilizar a rede para que sejam observados e cumpridos os seis eixos norteadores do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. No entanto, como observa Fernandez (2008), o PAIR-Manaus não conseguiu conquistar e garantir autonomia para encaminhar determinadas decisões políticas oriundas de Brasília.

Durante a coleta de dados percebemos o esforço das três instituições (CREAS, SAVVIS e DEPCA) para dar conta da exigente e crescente demanda a cada ano. É notório a falta de recursos humanos e financeiros, condições físicas/estruturais ou materiais para o atendimento; tempo para refletir, se reciclar, avaliar e se planejar. Há sempre tanta cobrança dos órgãos aos quais estão vinculados, mas, o apoio necessário dos mesmos deixa muito a desejar. Percebe-se certo desgaste e cansaço desses atores, dando-nos a impressão, a todo instante, que estão sempre sobrecarregados de coisas para fazer, que o tempo é mínimo para dar conta da demanda e de tantas exigências. Passa-nos a impressão de que tentam se reanimar, remotivar-se, mas a ausência de apoio e de condições para

exercerem seu trabalho os faz perguntar se realmente vale a pena o envolvimento com esta causa.

O PAIR-Manaus e toda a *rede de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil* de Manaus precisam urgentemente de apoio e sustento político da parte das autoridades locais, seja do município, quanto do estado. Se a questão da violência sexual infanto-juvenil não fizer parte da agenda pública municipal e estadual (pois ainda não faz), e consequentemente não fizer parte dos seus orçamentos anuais, ainda estaremos distantes de ver acontecer políticas públicas que garantam condições necessárias para que os direitos das crianças e adolescentes manauaras sejam respeitados. A partir disso, melhorariam as condições de acesso e acessibilidade da população aos serviços de atendimento e poderíamos dispor de condições de desenvolver, de fato, os seis eixos do Plano Nacional.

A análise dos dados coletados demonstrou que a situação de Manaus quanto à violência sexual infanto-juvenil é extremamente preocupante e necessita de ações emergenciais. Nossa preocupação aumenta ainda mais porque a Copa do Mundo de 2014 está se aproximando e como Manaus é uma das *idades-sede da copa*, tememos pela ampliação do grau de vulnerabilidade das crianças e adolescentes. O que se está fazendo, para prevenir, desde já, a ampliação da violência sexual infanto juvenil, especialmente a exploração sexual e o turismo sexual em vista da Copa do Mundo?

Torna-se necessário a mobilização de todos, para que as estatísticas deixem de ser apenas um vergonhoso retrato das relações adulto-criança, e tornem-se verdadeiros motivos de preocupação social. O problema da violência contra crianças e adolescentes merece mais atenção, por parte de pesquisadores e por parte de toda a sociedade.

Chamamos ainda a atenção para algumas situações que muito têm nos incomodado na sociedade e que acreditamos serem elementos importantes para aquecer o debate em torno da questão da violência sexual infanto-juvenil. Uma delas é o excesso de medo, por exemplo, quando crianças e adolescentes são observados com tanta reserva quando recebem ternuras por parte de pessoas próximas e são orientadas a temer as naturais manifestações de afeto dos familiares e educadores, por exemplo. Um abraço, um afago, uma cócega, o colocar uma criança no colo podem, por muitos, serem condições de abuso sexual dependendo muito de qual linha de conceito utilizam. É preciso considerar que as verdadeiras

manifestações de afeto, sem segundas intenções são, de qualquer forma, necessárias para o desenvolvimento da criança. É verdade que os pais e educadores precisam estar muito atentos à ação dos pedófilos (que usam das mais impressionantes estratégias para conseguir a confiança da criança), mas que é importante também manter uma vigilância com bom senso e sem exageros, porque a grande maioria das pessoas não abusa sexualmente de crianças (SANDERSON, 2005). Conversar com as crianças e adolescentes sobre violência, insegurança, abordagens de adultos e estranhos, situações de risco é muito importante. Outra situação é proporcionar aos pais, às crianças e adolescentes informações corretas, que farão com que estes se sintam protegidos, menos vulneráveis, o que permitirá ainda usufruírem do direito de desenvolver amizades seguras com adultos, sem medo de serem abusadas.

O contraditório é o fato de expor crianças e adolescentes às situações bastante precoces do ponto de vista sexual para sua idade. Situações essas excessivas e abusivas para sua condição emotiva, privando-as do sentimento de respeito em relação a si mesmas e em relação à intimidade dos e com os outros (KORNAS-BIELA, 2007). Sobre isso, observamos que não é incomum aqueles que acusam de *moralismo barato* pessoas e entidades que chamam atenção sobre o namoros entre crianças; experiências sexuais precoces de crianças e adolescentes; certos conteúdos e campanhas de “educação sexual” nas escolas ou das campanhas de prevenção afirmando que “basta usar a camisinha” para garantir sexo seguro; da exposição do corpo feminino como produto em músicas, shows, comerciais de cerveja, nomes de bandas de forró (xote de menina, muleka abusada, garota assanhada, garota safada, calcinha preta, rabo de saia, rabo de vaca etc.); das *tórridas* cenas sensuais das novelas e filmes, entre outros.

A cada ano que passa, cresce, ainda mais, o número de crianças e adolescentes abusadores, dados estes presentes em nossa pesquisa. Deveríamos nos perguntar por quê? Não estaria toda esta acentuada erotização da infância e a banalização da sexualidade colaborando acentudamente para tal fenômeno? Com tanto estímulo (explícito ou velado) acerca da questão sexual o que podemos esperar?

Ficamos preocupados com aqueles que se indignam com os casos de pedofilia, mas que muitas vezes sustentam individualmente o consumo de material pornográfico, que defendem a legalização da prostituição, a “democratização” e o

não controle da internet por vias governamentais e legais, a difamação e humilhação pública dos pedófilos. Acreditamos que campanhas e reportagens de mídias sensacionalistas e difamatórias dos pedófilos estão carregadas de ideologias e preconceitos e que, trágica e ironicamente, identificá-los e humilhá-los publicamente do modo como o fazem só levam os abusadores e exploradores sexuais de crianças e adolescentes à clandestinidade, deixando-os ainda mais escondidos. Uma mídia sensacionalista em torno de casos de violência sexual, “serve para criar amplificação da anormalidade, pânico moral e histeria” (SANDERSON, 2005, SILVERMAN e WILSON, 2002). É preciso *um outro olhar* sobre os abusadores de crianças e adolescentes, pois antes de tudo, são pessoas. Precisam ser responsabilizados sim, pelo que cometeram. Mas, imaginemos que se houvesse um programa sério de *tratamento* dessas pessoas, quantas delas poderiam ser ajudadas e como isso repercutiria quanto à prevenção do fenômeno.

Bourdieu (1997) em sua obra *Sur la télévision* diz que os homens ou as mulheres têm sua responsabilidade, mas que eles ou elas são em grande parte definidos em suas possibilidades e suas impossibilidades pela estrutura na qual estão situados e pela posição que ocupam nessa estrutura.

Para Bourdieu (1997, p.20), o assunto da televisão é imposto, as condições da comunicação são impostas e a televisão e a mídia são o que vemos e o que não vemos, porque sobre ela quem dita as regras é a economia de mercado. “A televisão é um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica, [...] exercendo uma forma perniciosa de violência simbólica”.

Por isso, se a mídia não quer tornar-se cúmplice no abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, ela precisa acabar com o tipo de reportagem sensacionalista em torno da violência sexual infanto-juvenil. Dizemos isso porque a mídia precisa olhar para seu papel na sexualização de crianças e adolescentes. Cada vez mais crianças são destacadas em propagandas como consumidoras de produtos adultos (roupas, calçados, cosméticos, música, entretenimento...), fazendo voltar no tempo a velha visão da criança como “adulto em miniatura”. Está se tornando cada vez mais comum vermos crianças e adolescentes maquiados, com unhas, sobrancelhas e cabelos feitos. Meninas vestidas com roupas sensuais e saltinhos que exibem as formas de seus corpos. Não menos comum é vermos crianças em programas de adultos imitando seus ídolos artistas, especialmente cantores, procurando assumir destes os gestos, os gostos e a vestimenta. E o que

dizer das letras das músicas e de outras formas de depreciação da mulher? Como não chamar isso de violência?⁵⁰

Um dos limites desta pesquisa é o fato de que nossa análise carece de uma profundidade maior acerca da sexualidade, acompanhada de uma leitura filosófica da pessoa. Durante os séculos passados foi empreendida uma dura batalha sobre a verdade concernente ao conceito de pessoa, seus direitos, o sentido e a finalidade da vida. Atualmente, percebemos que a falta de uma perspectiva transcendental no sentido e significado da vida, especialmente de ignorar a dimensão ética, moral e espiritual da sexualidade humana, fazem com que a pessoa tenda a tornar-se velozmente escravo de certos valores, como o ter, o poder e o prazer. A ausência de limites, o consumismo, o relativismo e o prazer sexual a qualquer custo, torna também a pessoa vítima de si mesmo.

Percebemos que o ato sexual adquireu autonomia demais, deixando de lado a amplitude da sexualidade humana. O prazer sexual assumiu um valor mais alto do que a vida, tornando-se uma forma de idolatria, assim como a sexualidade acabou ficando privada dos seus valores éticos e morais.

Kornas-Biela (2007) afirma que quando o corpo torna-se produto ou é utilizado como meio para uma finalidade, por exemplo, para entreter, para aumentar as vendas de alguns produtos, já não é mais corpo que pertença a uma pessoa, visto que, em tal caso, devido à sua dignidade pessoal, o corpo não poderia ser usado como meio para nenhuma finalidade⁵¹.

Banalizar a sexualidade, limitando-a somente aos aspectos físico (corporeidade) ou ao prazer sexual egoísta, empobrece seu valor e ao mesmo tempo o valor da outra pessoa como sujeito sexual, leva a uma falta de sensibilidade em relação às necessidades dos outros, em particular das crianças e adolescentes, aumentando a probabilidade de violação dos seus direitos e necessidades. Este tipo de contexto cultural também cria dificuldades para se instalar, na mente das

⁵⁰ Peço atenção do caro leitor para a principal manchete de um jornal (veja Anexo 11) de circulação em Manaus, que retrata o que acabamos de observar sobre a mídia. Por um lado fala do “Terror. Jovem é estuprada no quintal de casa”. Por outro lado, mostra a imagem de uma mulher nua “comendo” comida de cachorro. O que isso nos diz?

⁵¹ Bourdieu (2010) fala que a definição social do corpo, e especialmente dos órgãos sexuais, é produto de um trabalho social de construção, onde o paradoxo está na divisão em gêneros relacionais, que legitima uma relação de dominação masculina. Foucault (1984) enfatiza que o controle sobre os corpos e seus prazeres é o controle do poder, uma vez que as instituições, como, por exemplo, o Estado necessitam controlar suas populações no tempo e no espaço.

crianças, o respeito ao próprio corpo e ao dos outros, o respeito à sexualidade; ao mesmo tempo, torna-a vulnerável ao abuso sexual.

Portanto, uma chave de leitura sobre a expansão do fenômeno da violência sexual, pode ser lida a partir do aprofundamento da questão da separação da personalidade humana, do conceito integral de pessoa e de uma sexualidade a ser vivida e pautada por princípios éticos e morais.

Seguindo esta linha de reflexão, poderíamos então dizer que o direito de uma criança e adolescente de ser protegido contra essa forma de violência não deve nascer exclusivamente do estado de direito ou de alguma legislação. Este direito nasce de uma *lei natural*, que é anterior à *lei positiva*: o de desenvolver e de viver uma sexualidade mais plena, condição fundamental de sua dignidade.

Deste modo, encerramos nossa pesquisa com um trecho de um poeta que diz:

Tudo o que dorme é criança de novo.
Talvez porque no sono não se possa fazer mal, e se não dá conta da vida, o maior criminoso, o mais fechado egoísta é sagrado, por uma magia natural, enquanto dorme.
Entre matar quem dorme e matar uma criança não conheço diferença que se sinta (FERNANDO PESSOA).⁵²

⁵² Disponível em <http://www.minutodesabedoria.com.br/conteudo/autores-famosos/5/fernando-pessoa/4064/br-tudo-o-que-dorme-e-crianca-de-novo/>. Acessado em 25 de outubro de 2011

REFERÊNCIAS

1. ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050/1994. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência às edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos**, 1994.
2. ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. A alienação da autoridade: notas sobre a violência urbana e criminalidade. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis. (Org.) **Fórum Nacional: A construção da modernidade econômico-social. Governabilidade, sistema político e violência Urbana**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1994.
3. ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2. Ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar Editores, 1998. IN: OLIVEIRA, José Ademir. **Manaus de 1920-1967 – a cidade doce e dura em excesso**. Valer: UFAM: Governo do Estado do Amazonas, 2003.
4. ADED, Naura Liane de Oliveira.; DALCIN, Bruno Luís Galluzzi da Silva.; CAVALCANTI, Maria Tavares. Estudo da incidência de abuso sexual contra crianças no Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 23(8):1971-1975, ago. 2007.
5. AGÊNCIA AMAZÔNIA DE NOTÍCIAS. **Mapa da Escravidão Sexual na Amazônia**. 2007. Disponível em <http://noticias.agenciaamazonia.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2122&Itemid=531> Acesso em 12 de março de 2011.
6. AGÊNCIA AMAZÔNIA DE NOTÍCIAS. **PF descobre rede de prostituição em Barcelos, Presidente Figueiredo e Tabatinga, no Amazonas**. 2008. Disponível em<http://noticias.agenciaamazonia.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2415&Itemid=529> Acesso em 12 de março de 2011.
7. AGÊNCIA UGA-UGA DE COMUNICAÇÃO e CHILDHOOD. **Abuso sexual de crianças e adolescentes. Manual de orientação para educadores**. Manaus: Agência Uga-Uga, 2004.
8. AGRAN, Phyllis F. *et alii*. Rates of pediatric injuries by 3-month intervals for children 0 to 3 years of age. **Pediatrics**, Jun;111(6 Pt 1):683-92, 2003.

9. ALGERI, Simone; SOUZA, Luccas Melo de. Violência contra crianças e adolescentes: um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem. **Revista Latino Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, 14(4):625-631, jul-ago, 2006.
10. ALMEIDA PRADO, Maria do Carmo Cintra de. (Orgs.). **O mosaico da violência: a perversão na vida cotidiana**. São Paulo: Vetor, 2004.
11. ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 107-122.
12. AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, 11(3): 559-78, 1998.
13. AMAZONAS – GOVERNO DO ESTADO/SEPLAN/PREFEITURA DE MANAUS/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO/PNUD BRASIL. **Desenvolvimento Humano em Manaus**. Amazonas: Atlas Municipal. 2006, volume I, 2006.
14. AMAZONAS. **Perfil Básico da Região Metropolitana de Manaus, 2007**. Governo do Estado do Amazonas. Secretaria do Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN), 2007.
15. AMÊNDOLA, Márcia Ferreira. **Crianças no labirinto das acusações: falsas alegações de abuso sexual**. Curitiba: Juruá, 2009.
16. ARAÚJO, Ana Eugenia Ribeiro de Araújo e; BOAZ, Cleidilene de Jesus Botelho; ALMEIDA, Edilen Ribeiro. Violência sexual contra crianças e adolescentes: compreendendo a intervenção preventiva da terapia ocupacional. **RIB - Revista de Investigação Biomédica do Uniceuma**, 2: 65-76, 2010.
17. ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicol. estud.**, Maringá, 7(2):3-11, jul-dez, 2002 .
18. ARENDT, Hanna. **Sobre violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 114p.
19. ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
20. AUSTRALIAN INSTITUTE OF HEALTH AND WELFARE (AIHW). **Child Abuse and Neglect Australia**. Camberra: AIHW, 2004.

21. AZEVEDO, Márcio. **PF prende juiz federal acusado de envolvimento com Pedofilia**. JORNAL A CRÍTICA, 2010. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/manuel/AmazoniaManausAmazonas-BranquinhoPedofilia0306569408.html>> Acesso em 10 de agosto de 2010.
22. AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo. Iglu, 1998.
23. BADIE, Bertrand. **Le fin des territories**. Paris: Fayard, 1995.
24. BADINTER Elisabeth. **O amor conquistado: mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
25. BARROS, Marcos. A complexidade amazônica e o desenvolvimento sustentável. In: FREITAS, Marcílio de; SILVA, Marilene Corrêa da; BARROS, Marcos. **Diálogos com a Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2010, pp. 35-63.
26. BARROSO, João. **Os liceus: organização pedagógica e administração (1836-1960)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1995.
27. BATELLA, Wagner; DINIZ, Alexandre. O uso de técnicas elementares de estatística espacial no estudo da reestruturação espacial da criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais: 1996-2003. **Caderno de Geografia (PUCMG)** Minas Gerais, 16: 153-167, 2006.
28. BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. São Paulo: Edusp, 1979.
29. BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**. Análise do processo de desenvolvimento. Manaus: Editora Valer/Editora INPA/EDUA, 2007.
30. BAZON, Marina Rezende. Estudos epidemiológicos de maus-tratos com base nas informações colhidas junto ao setor educacional. In: WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de A.; ARAÚJO, Elaine Aparecida C. **Prevenção do Abuso Sexual Infantil**. Um enfoque interdisciplinar. Curitiba: Juruá Editora, 2009.p. 136-149.
31. BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. In: **Estudos Avançados/Universidade de São Paulo**. Instituto de Estudos Avançados. Amazônia Brasileira I, vol. 19, n. 53 (2005) – São Paulo: IEA, 2005. p.71-86.
32. _____. **Amazônia: geopolítica na virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
33. _____. O Uso Político do Território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Berta K.; COSTA, Rogério K.; SILVEIRA, Carmem

- B.; (orgs.) **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
34. BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação social e cultural**. 3ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2009.
35. BENTES, Rosalvo Machado. **A Zona Franca e o processo migratório para Manaus**. (Dissertação de Mestrado) Belém: UFPA/NABA/PLADES, 1983. p.26.
36. BERENSTEIN, Isidoro. Notas sobre la violência. **Revista de la Asociación Psicanalítica de Buenos Aires**, 22(2):333-343, 2000.
37. BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
38. BIBLIA DE JERUSALÉM. **Evangelho de Lucas** (Lc 14,21). São Paulo: Paulus, 1985.
39. BLACK, Danielle A.; HEYMAN, Richard E.; SLEP, Amy M. Smith. Risk factors for child sexual abuse. **Aggression and Violent Behavior**, 6, 2003-229, 2001.
40. BOING, José. O poder do Estado e a construção da justiça e da paz. In **Vida Pastoral: a paz é fruto da justiça**. Ano 50, n. 265, março-abril de 2009.
41. BORGES, Jeane Lessinger; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. **Psicologia em estudo**, Maringá, 13(2):371-379, 2008.
42. BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9a. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
43. _____. **A miséria do mundo**. São Paulo: Editora Vozes, 2008.
44. _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
45. _____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, p.149-168, 1999.
46. _____. **Sur la télévision** (suivi de *L'emprise du journalisme*). Paris: Liber Édition, 1997.
47. BRAGA, Adriana. Corporeidade discursiva na imprensa feminina: um estudo de editoriais. In: CARVALHO, Marie Jane Soares; ROCHA, Cristiane Maria Famer (Org.) **Produzindo gênero**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.
48. BRAGA, Genésimo. **Chão e graça de Manaus**. Manaus: Ed. Fundação Cultural do Amazonas, 1975, 136p.
49. BRASIL. **Lei 12.015 de 7 de agosto de 2009**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_3/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm. Acesso em 10 de março de 2010.

- 50._____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório de Monitoramento 2003-2005**. Brasília – 2006
- 51._____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde**. Brasília, 2002a.
- 52._____. **Código Penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2002b.
- 53._____. Ministério Da Saúde. **Violência Intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002c.
- 54._____. Fundação Oswaldo Cruz/ Ministério da Justiça/ Sociedade Brasileira de Pediatria. **Guia de Atuação Frente a Maus-tratos na Infância e Adolescência: Orientações para Pediatras e Demais Profissionais que Trabalham com Crianças e Adolescentes**. Rio de Janeiro, 2001a.
- 55._____. Ministério da Justiça. **Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil**. Brasília, 2001b.
- 56._____. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- 57._____. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Campinas: Jurídica Mizuno, 1999.
- 58._____. Lei n. 2.848 de 7 de setembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial [da] União Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del2848.htm>>. Acesso em: 12 set. 2010.
- 59.BRIERE, John; ELLIOTT, Diana. Prevalence and psychological sequelae of selfreported childhood physical and sexual abuse in a general population sample of men and women. **Child Abuse Negl.** Los Angeles, 27(10), out. 2003.
- 60.BRIGIONTTI, Maria Ines. **La escuela ante los niños maltratados**. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- 61.BRUNET, Roger; FERRAZ, Robert; THERRY, Herve. **Les mots de la géographie**, dictionnaire critique. Paris: La Documentation Française; Montpellier: Reclus, 1993.
- 62.CACRC. Crimes Against Children Research Center. **Second Youth Internet Safety Survey (YISS-2)**. Retrieved November 22, 2006.

63. CALDEIRA, Teresa Pires. **A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores de periferia**. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.124.
64. CARLOS, Ana Fani. Da “Organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios** São: Contexto, 2011, p. 53-73
65. CARNEIRO FILHO, Arnaldo. Manaus: fortaleza extrativismo – cidade, um histórico de dinâmica urbana amazônica. In. ROJAS, Luisa Basilia Iñiguez; TOLEDO, Luciano Medeiros (Org). **Espaço e doença: um olhar sobre o Amazonas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998, p.l.6.1 – l.6.5
66. CARVALHO, Ana Clara de Rebolças. *et alii*. Maus-tratos: estudo através da perspectiva da delegacia de proteção à criança e ao adolescente em Salvador, BA. **Ciênc. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.14, n.2 mar./abr. 2009.
67. CARVALHO, Marie Jane Soares; MACHADO, Juliana Brandão; ROSA, Tatiane da Silva. Tempos compostos: gênero e classe social nos usos do tempo entre crianças. In: CARVALHO, Marie Jane Soares; ROCHA, Cristianne Maria Famer. (Org.) **Produzindo gênero**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.
68. CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
69. _____. **Fim do milênio**. São Paulo. Ed: Paz e Terra, 1996
70. CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Dinâmicas Sociais e Territoriais das pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: CEJULP, 2006.
71. CECCIM, Ricardo; PALOMBINI, Analice. Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado. In: MAIA, Marisa Schargel (Org.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
72. CECRIA. Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. **Pesquisa Sobre Tráfico De Mulheres e Adolescentes Para Fins De Exploração Comercial no Brasil**, Brasil, 2002.
73. CECRIA. Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes. **Políticas públicas e estratégias contra exploração sexual comercial e o abuso sexual intra-familiar de crianças e adolescentes**, Brasília, dezembro 1997.
74. CIESAS. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social. Sistema Nacional para El Desarrollo Integral de la Familia DIF, **Infancia**

- robada. Ninãs y niños víctimas de explotación sexual comercial en México,** 2009.
75. CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. **Condicionantes sociais, poder de polícia e o setor de produção criminal.** Rio de Janeiro, IPEA, 2003a.
76. _____. **Criminalidade:** Social versus polícia. Rio de Janeiro, IPEA, 2003b.
77. CHAUI, Marilena. **Ações afirmativas: estratégias para ampliar a democracia.** Palestra promovida pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2007. Disponível em www.portaldaigualdade.gov.br, Acesso em 14/09/2010.
78. _____. **Cultura e Democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2006.
79. _____. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher:** sobre mulher e violência. Vol.4. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
80. CHILDLINE. **Annual Report.** London: ChildLine, 2003
81. CIUFFO Lia Leão; RODRIGUES, Benedita Maria Rêgo Deusdará; CUNHA, Janice Machado da. O enfermeiro diante do diagnóstico de abuso sexual infantil. **Brazilian Journal of Nursing**, Rio de Janeiro, 7(1), apr, 2008.
82. CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão humana. IN: ROSENTHAL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato. **Matrizes da Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: UFRL, 2001.
83. COELHO, Sônia Vieira. Representações de gênero nas relações familiares. In: **Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais.** Vol. I Fundamentos Teóricos e Epistemológicos. Belo Horizonte: Oficina de Arte & Prosa, 2005. p.165-178.
84. COHEN, Regina. Urbanismo e Acessibilidade. In: **Jornal Superação.** Ano VII, n. 6, Rio de Janeiro: out, nov, dez., 1993.
85. CORDEIRO, Flávia de Araújo. **Orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.** Promotoria de Justiça e Defesa da Infância e da Juventude. Brasília, 2006.
86. CORRÊA, Luis de Miranda. **O Nascimento de uma Cidade.** (Manaus, 1890 a 1900). Manaus: Edições Governo do Estado do AM. 1966, p. 56.

87. CORRÊA, Roberto Lobato. Rede Urbana e Formação Espacial : Uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, 5(8): 121-129, p 125. jan.jun, 2000.
88. _____. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 4 (3):39-68, jul./set. 1987.
89. CORRIERE DELLA SERA, 28 de outubro, 1998, p. 15
90. COSTA, Heloísa Lara Campos da. **As mulheres e o poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.
91. COSTA, Liana Fortunato *et alii*. Transgeracionalidade em famílias com abuso sexual. In: COSTA, Liana Fortunato *et alii*. **Violência no cotidiano: do risco à proteção**. Brasília: Líber/Universa, 2005, p. 75-85.
92. COSTA, Maria Conceição Oliveira *et alii*. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 12 (5): 1129-1141, set.-out, 2007.
93. COULOURIS, Daniella Georges. Gênero e discurso jurídico: possibilidades para uma análise sociológica. In: CARVALHO, Marie Jane Soares, ROCHA, Cristianne Maria Famer (Org.) **Produzindo gênero**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.
94. CRAMI. CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA DO ABCD. **Evolução das notificações recebidas pelo CRAMI de 1992 a 2002**. (2004). Disponível em: <<http://www.crami.org.br>> Acesso em: maio de 2004.
95. CRANG, Mike; THRIFT, Nigel (ed.). **Thinking space**. Routledge: London, 2000, xiii+384p.
96. CRUZ, Patrícia de Góes **A criança num ambiente urbano densamente povoado: aspectos de restrição e uso do espaço**. 2008. 98f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, UFAM: 2008.
97. DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 11, suppl.0, 2006.
98. DAMIANI, Amélia Luisa. Geografia Política e novas territorialidades. In: PONTUSCHKA Nidia N.; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. (Org.). **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

99. DAOU, Ana Maria Lima. **A cidade, o teatro e o “paiz das seringueiras”**: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998, p. 96.
100. DEBLINGER, Esther; HEFLIN, Anne Hope. **Treating sexually abuse children and their non-offending parents**: a Cognitive-Behavioral approach. Thousand Oaks: Sage Publications, 1996.
101. DeMAUSE, Lloyd. The history of child abuse. **Journal of Psychohistory** 25, 3, inverno, 1998.
102. _____. The university of incest. **Journal of Psychohistory** 19, 2, outono, 1991.
103. DHNET. Rede de Direitos Humanos e Cultura. **Construção de rede de proteção de direitos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/2/construcao.htm>. Acesso em: 10 de outubro de 2011.
104. DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**. Manaus: 1890-1920. Manaus: Editora Valer, 1988.
105. DIAS, Leila C. **Redes de telecomunicações e metrópole: ordem e desordem no papel hegemônico de São Paulo**. In: VI Encontro Nacional da Anpur, 1996, Brasília. Anais do VI Encontro Nacional da Anpur. BRASÍLIA - DF: Cidade, 1995. 1:137-143.
106. DI FILIPPO, Laura Concetta. **L’abuso intrafamiliare sui minori nella prospettiva criminologica integrate**. Milano: Giuffrè Editore, 2003.
107. DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da Noite**. A prostituição e meninas escravas no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1992.
108. D’OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Violência, gênero e saúde. In: D’OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas (Org.). **Curso de capacitação para o atendimento a mulheres em situação de violência** – coletânea de textos. Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP e Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. São Paulo, 1997.
109. DREZETT, Jefferson. **Profilaxia pós-infecciosa de mulheres estupradas**. Texto apresentado para a IV Conferência Internacional sobre Infecção pelo HIV em Mulheres e Crianças. Rio de Janeiro, abril de 2002.
110. _____. **Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas**. Tese de Doutorado. Centro

- de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil, Escola de Medicina/USP, 2000.
111. EASTMAN, Alberto Concha. Relatório mundial sobre a violência e a saúde da OMS: Uma resposta ao desafio da violência. **Revista da saúde**, ano 3, n. 3. dez, 2002.
 112. ECPAT INTERNATIONAL. End child prostitution, child pornography and trafficking of children for sexual purpose - ECPAT International (2010). **Comercial sexual exploitation of children**. Disponível em: <http://www.ecpat.net/EI/EI_publications.asp> Acesso em 20 de agosto de 2011.
 113. _____. **Brasil: informe global de monitoreo de las acciones em conta de la explotacion sexual comercial de niños, niñas y adolescentes**. Bangkok (Tailandia): ECPAT, 2006.
 114. ELLIOTT, Anne; CARNES, Connie. Reactions of nonoffending parents to the sexual abuse of their child: A review of the literature. **Child Maltreatment**, 6(4):314-331, 2001.
 115. EURISPES. Instituto di Studi Politici, Economiche e Sociali. **6º Rapporto Nazionale sulla condizione dell'infanzia e dell'adolescenza**. Retrieved November, 7, 2006.
 116. FAIMBERG, Haydée. **Gerações mal-entendidas e verdades históricas**. Porto Alegre: Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul/Criação Humana, 2001.p.136-158.
 117. FALEIROS, Eva T. Silveira; CAMPOS, Josete de Oliveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.
 118. FARIAS, Elaíze. **Indígenas do Amazonas, vítimas do turismo sexual entram com denúncia na justiça dos Estados Unidos**. JORNAL A CRÍTICA. 2011. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/amazonia/Indigenas-Amazonas-turismo-denuncia-norte-americana_0_514748730.html> Acesso em 10 de julho de 2011.
 119. FERNANDES, Florestan. **Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1975
 120. FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. **Os paradoxos do processo de formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no Estado do Amazonas (1999-2006)**. 2008. Tese (Doutorado)

- Universidade de Brasília (UNB): Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2008.
121. FERREIRA, Ana Lúcia. **O atendimento a crianças vítimas de abuso sexual: avaliação de um serviço público**. 2002. Tese de Doutorado em Saúde Pública (Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz). Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ 2002.
 122. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0**. Editora Positivo, 3ª. Edição, 2004.
 123. FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. Território da Violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 18, p.155-168, 2005.
 124. FOUCAULT, Michel. Sexualidade e Poder. In: MOTTA, Manuel Barros da (Org.) **Michel Foucault: ética, sexualidade, política**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 56-81.
 125. _____. **Vigiar e punir: historia da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1996.
 126. _____. **Microfísica do poder**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
 127. _____. **Histoire de la sexualité 2: l'usage de plaisir**. Paris: Gallimard, 1984.
 128. FREIRE, José Ribamar Bessa *et alii*. **Amazônia no Período Colonial (1616-1798)**. Manaus: Universidade do Amazonas, Departamento de História, 1987.
 129. FREIRE COSTA, Jurandir. Foucault e a terapêutica dos prazeres. **Revista Agora**, Rio de Janeiro, 2(1): 9-25, 1999.
 130. _____. **Ordem médica e norma familiar**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
 131. FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2006.
 132. FREITAS, Marcílio de. Educação e Desenvolvimento Sustentável e a Amazônia – pressupostos e virtualidades. In: FREITAS, Marcílio de; SILVA, Marilene Corrêa da; BARROS, Marcos. **Diálogos com a Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2010, pp. 35-63
 133. FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
 134. GAZZETTA UFFICIALE n. 185, 10 de agosto, 1998, p. 3.

135. GIBSON, Laura; LEITENBERG, Harold. Child sexual abuse prevention programs: do they decrease the occurrence of child sexual abuse? **Child Abuse & Neglect**, 24:1115-1125, 2000.
136. GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade**: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.
137. GLASER, Danya. Child abuse and neglect and the Brain – A Review. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, 41(1): 97-116, 2000.
138. GONÇALVES, Hebe Signorini; FERREIRA, Ana Lúcia. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18 (1):315-319, jan-fev, 2002.
139. GONZALES REY, Fernando Luiz. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Thompson, 2002.
140. GOODMAN-BROWN, Tina B. *et alii*. Why children tell: a model of children's disclosure of sexual abuse. **Child Abuse & Neglect**, 27: 525-540, 2003.
141. HABIGZANG, Luisa Fernanda *et alii*. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, 19(3):02, 2006.
142. _____. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: Aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro, 20(5), 2005.
143. HABIGZANG, Luisa Fernanda; CAMINHA, Renato Maiato. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**: conceituação e intervenção clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
144. HAESBAERT Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.
145. HARVEY, David. Changing the Geography of Geographical Change. **Geography Review**, 2:2-4, 1998.
146. _____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
147. HAUGAARD, Jeffrey J. Recognizing and treating uncommon behavioral and emotional disorders in children and adolescents who have been severely maltreated: introduction. **Child Maltreatment**, 9(2), 2004.
148. _____. The challenge of defining child sexual abuse. **American Psychologist**, 55(9), 2000.

149. HEISE, Lori. Gender-based abuse: The global epidemic. **Cadernos de Saúde Pública** 10(1):135-145, 1994.
150. HEISE, Lori; ELLSBERG, Mary; GOTTMOELER, Megan. Ending Violence against women. **Population Reports**, 27(4):1-43, 1999.
151. IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – 2010(a)**. Disponível em <<http://ibge.gov.br>> Acesso em: 04 abril. 2011.
152. _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades – 2010(b)**. Disponível em <<http://ibge.gov.br/cidadesato>> Acesso em: 04 abril. 2011.
153. _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades – 2008**. Disponível em <[http:// www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1)> Acesso em: 04 abril. 2011.
154. _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População – 2007**. Disponível em <<http://ibge.gov.br>> Acesso em: 04 abril. 2011.
155. _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades – 2003**. Disponível em <[http:// www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1)> Acesso em: 04 abril. 2011.
156. _____. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/ cidadesat.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat.htm?1)>. Acesso em 07/10/2010.
157. _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – 1991**, n. 4, Amazonas. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.
158. _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil – 1990**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1990.
159. _____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – 1970**. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br>> Acesso em: 04 abril. 2011.
160. III WORLD CONGRESS AGAINST SEXUAL EXPLOITATION OF CHILDREN AND ADOLESCENT, RIO 2008. **Declaração do Rio de Janeiro e chamada para ação para prevenir e eliminar a exploração sexual de crianças e adolescentes**. Rio, 2008, pp. 5-6.

161. JONZON, Eva; LINDBLAD, Frank. Disclosure, reactions and social support: findings from a sample of adult victims of child sexual abuse. **Child Maltreatment**, 9(2), 2004.
162. JORNAL DEZ MINUTOS. **Polícia prende 9 pessoas por exploração sexual em Maués**. 2(935):5, 2011.
163. KISS, Ligia Bittencourt. **Violência contra mulheres no contexto urbano**: estudo sobre a distribuição espacial da violência no Município de São Paulo. 2009. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009.
164. KOLLER, Sílvia Helena. Violência doméstica: uma visão ecológica. In: **Violência doméstica**. São Leopoldo: Amemcar, 1999. p. 32-42.
165. KORNAS-BIELA, Dorotas. Direitos da criança, violência e exploração sexual. In: **Lexicon**. Pontifício Conselho para a Família. Termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas. Brasília: Edições CNBB, 2007, pp. 209-226.
166. KRUG, Etienne *et alii.* (Org.). **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.
167. LABBÉ, Jean. Ambroise Tardieu: the man and his work on child maltreatment a century before kempe, **Child Abuse Negl.**, 29 (4):307-9, Apr, 2005.
168. LACRI. Laboratório de Estudos da Criança. **A ponta do Iceberg**: dados de incidência e prevalência, 2010. Disponível em: <[http: www.usp.br/ip/laboratorios/lacri](http://www.usp.br/ip/laboratorios/lacri)>. Acesso em: junho 2010.
169. LAMOUR, Martine. Os abusos sexuais em crianças pequenas: sedução, culpa, segredo. In: GABEL, Marceline (Org.). **Crianças vítimas de abuso sexual**. (pp. 43-61). São Paulo: Summus, 1997.
170. LANDINI, Tatiana Savóia. Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19(supl.2):273-282, 2003.
171. LAVERGNE, Chantal; TOURIGNY, Marc. Incidence de l'abus et la négligence envers les enfants: recision des écrits. **Criminologie**, 33(1): 47-72, 2000.
172. LARRAIN, Soledad; RODRIGUEZ, Teresci. Los orígenes y el control de la violencia doméstica en contra de la mujer. In: GOMEZ, E. **Género, Mujer y Salud en las Américas**, Washington, D.C.: Organización Panamericana de la Salud. Publicación Científica nº 541, 1993, pp. 202-209.
173. LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4. Ed. Paris: Anthropos, 2000.

174. _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
175. _____. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
176. LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 2003.
177. _____. **Un autre regard**. Paris: L'Homme, 1993.
178. LIDCHI, Victoria. Panorama Internacional e a posição do Brasil no enfrentamento e prevenção do abuso sexual infantil. In: WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de A.; ARAÚJO, Eliane Aparecida C. **Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2009, p. 41-56.
179. LIMA AYRES, Débora. **The Social Category Caboclo**: the history, social organization, identity and outsider's social classification of the rural population of an Amazonian Region (the middle Solimões), 1992. Tese de Doutorado. Universidade de Cambridge, Cambridge, 1992.
180. LIMA, Clinaura Maria de. **Infância ferida**: os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais. Curitiba: Juruá Editora, 2011.
181. LIMOEIRO-CARDOSO, Mirian. Ideologia da globalização e (des)caminhos da ciência social. In: GENTILI, Pablo (org). **Globalização excludente**. Desigualdade exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
182. LOPÉZ, Érike Gomez Tagle. **La explotación sexual e comercial de ninas, niños y adolescentes**. Instituti Nacional de Ciências Penales, México, 2005.
183. LOYOLA, Maria Andréa. Sexo e sexualidade na antropologia. In: LOYOLA, Maria Andréa. (Org.). **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
184. MACHADO, Heloisa Beatriz *et alii*. **Abuso sexual**: diagnóstico de casos notificados no município de Itajaí/sc, no período de 1999 a 2003, como instrumento para a intervenção com famílias que vivenciam situações de violência. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
185. MAGALHÃES, Ana Paula. **Abuso sexual incestuoso**: um tema centrado na criança e na família. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2005.
186. MAIA, Álvaro. **Pela Glória de Ajuricaba**. Manaus: Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 1952.
187. MARRA, Marlene Magnabosco; COSTA, Liana Fortunato. **Temas da clínica do adolescente e da família**. São Paulo: Ágora, 2010.

188. MARTINS, José de Souza. **Fronteira – a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
189. MARTINS, Rosimeire de Cavalho. **Jovens Mulheres Vitimizadas: abuso sexual, sofrimento e resiliência**. Curitiba: Juruá, 2010
190. MARTINELLI, Marcello. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática**, 4a. Ed.S. Paulo: contexto, 2007.
191. MASSEY, Doreen. Geography on the Agenda. **Progress in Human Geography**, 1:5-17, 2001.
192. MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho em Bauru**. São Paulo: SEDUSC, 2002.
193. MEIRELLES, Mário. **História do Maranhão**. São Luiz: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.
194. MELGAÇO, Lucas. **Securização Urbana: da psicosfera do medo à tecnosfera da segurança**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia Humana. FFLCH – USP. São Paulo, 2010.
195. _____. **A geografia do atrito**. Dialética espacial e violência em Campinas-SP. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 2005.
196. MELLO, Ricardo Pimentel. **A construção da noção de abuso sexual infantil**. Belém: EDULFPA, 2006.
197. MICHAUD, Yves. **A violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 2001.
198. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, 10 (supl.1):7-18, 1994.
199. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência: um problema para a saúde dos brasileiros**. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
200. MINUCHIN, Salvador. **Família: Estrutura e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
201. MIRANDA, Evaristo Eduardo de. Processos e Desafios Ecológicos da Amazônia. In: MERONI, Fabrizio (Org.). **As cidades, as culturas e seus desafios – o CCFC na Amazônia**. Bauru, SP: Edusc, 2008, p.287.

202. _____. **Quando o Amazonas corria para o pacífico.** Uma história desconhecida da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 2006.
203. MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Redes e territórios na Amazônia:** O estudo geográfico das estratégias territoriais das empresas de telefonia móvel no Estado do Pará. **Revista Geografar.** Curitiba, 2009. 4(2): 01-28, jul./dez.
204. MOLINARI, Deivison Carvalho; SOUZA, Geraldo Alves. As condições de circulação dos pedestres sobre as calçadas da zona central de Manaus. In: **Boletim Amazonense de Geografia**, n. 04, Manaus: Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Manaus, 2004, pp. 97-110.
205. MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza *et alii*. Violência sexual contra criança no meio intrafamiliar atendidos no SAMVVIS, Teresina, PI. **Rev. bras. enferm.**, 61(4):459-63, jul-ago, 2008.
206. MORAIS, Régis. **O que é violência urbana.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
207. MORELLE, Marie. **La rue des enfants, les enfants des rues.** CNRS Editions: Paris, 2007.
208. MORIN, Edgar. Epistemologia de la complejidad. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Nuevos paradigmas, culturas y subjetividad.** Buenos Aires: Paidós 1991.
209. MOSER Antonio. Pedofilia: reflexões a partir de escândalos recentes. IN: **Mobilidade humana e evangelização.** Petrópolis (RJ): REB, fasc. 278, abril, 2010, p. 425.
210. MOURA, Edila Arnaud Ferreira *et alii*. **A utilização do trabalho feminino nas indústrias de Belém e Manaus.** Belém: UFPA/NABA, 1986.
211. MOURA, Edila Arnaud Ferreira *et alii*. **Zona Franca de Manaus:** os filhos da era eletroeletrônica. Belém: UNAMAZ, FUA, UFPA, 1993.
212. MUNHOZ, Fabíola. **Rotas da exploração sexual: Por que muitas mulheres da Amazônia seguem esse caminho?** PORTAL ISTO É AMAZÔNIA, 2010. Disponível em <<http://www.istoeamazonia.com.br/index.php?option=comcontent&task=view&id=1885&Itemid=2>> Acesso em 12 de março de 2011
213. MUSSO Pierre. Gênese et critique de la notion de reseau. In PARROCHIA, Daniel. **Penser les reseaux.** Seussey: Champ Vallon, 2001. p.194-217
214. NCCAN. National Center of Child Abuse And Neglect, U.S. Department of Health and Human Services e Faller, K.C. **User Manual Series. Child Sexual Abuse: intervention and treatment issues.** Retrieved November 7, 2006.

215. NEUMAM, Marcelo. **Expressões da violência sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/humanities/1730418-express%C3%B5es-da-viol%C3%Aancia-sexual-contr>>. Acesso em: 10 maio 2008.
216. NOBRE, Eduardo A.C. **Reestruturação econômica e território: a expansão recente do terciário na marginal do rio Pinheiros**. 2000. Tese (Doutorado). São Paulo: FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2000.
217. NOHRIA Nitin, ECCLES Robert G. **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992.
218. NOSSA, Leonencio; CELSO JÚNIOR. **Cidades Amazônicas viram Eldorado da Prostituição Infantil**. O ESTADÃO. 06/09/2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/busca/Prostituição%20Infantil%20Amazônia>> Acesso em 12 de março de 2011.
219. NSPCC. National Society for the Prevention of Cruelty to Childre. **Annual Report**. London: NSPCC, 2003.
220. NURCOMBE, Barry. Child sexual abuse I: psychopathology. **Australian and New Zealand Journal of Psychiatry**, 34(1): 85-91, 2000.
221. OFFNER, Jean-Marc; PUMAIN, Denise. **Réseaux et territoires: Significations croisées**. Paris: Ed. de l'Aube, 1996.
222. OIT/DPRF/SDHPR. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Departamento da Polícia Rodoviária Federal (DPRF). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDHPR). **Mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais brasileiras (2009-2010)**. Brasília: SDHPR, 2011.
223. OLIVEIRA, Adélia Engrácia. **Ocupação Humana na Amazônia – desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense. Brasília: CNPq, 1983.
224. OLIVEIRA, José Ademir de. **Manaus de 1920-1967: a cidade doce em excesso**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Editora Valer/EDUA, 2003.
225. OLIVEIRA, José Ademir de; COSTA, Danielle Pereira. A Análise da Moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. **Scripta Nova**,

- Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, v. XI, p. (30), Universidad de Barcelona, 2007.
226. OLIVEIRA, Márcio Pinõn. Para compreender o “Leviatã Urbano” – a cidadania como nexó político-territorial. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios** São: Contexto, 2011, p. 177-206.
227. OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
228. OLIVEIRA, Rafael da Silva. As transformações na organização espacial do estado de Roraima: uma conversa inicial a partir da BR-174. **ACTA Geográfica**, ano I, nº01, p.45-65, 2007.
229. ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção Internacional dos Direitos da Criança**. Secretaria Geral das Nações Unidas, 1989.
230. OSOFSKY, Joy D. Prevalence of children’s exposure to domestic violence and child maltreatment: implications for prevention and intervention. **Clinical Child Family Psychology Review**, 6(3):161-170, 2003.
231. . **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 1999.
232. OMS. Organização Mundial da Saúde. Organização Mundial da Saúde. **Global Estimates of Health Consequences due to Violence against Children**. Documentos preparatórios para o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência contra crianças. Genebra, OMS, 2006.
233. _____. Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002.
234. ORTEGA VALCÁRCEL, José. La Geografía para el siglo XXI. In: **Geografía Humana: procesos, riesgos e incertidumbres em um mundo globalizado**. 3ª. Edition. Barcelona: Editorial Ariel, 2008. p. 24-55.
235. _____. **Los horizontes de la Geografía**. Ariel: Barcelona, 2000. 605 pp.
236. PÁDUA, Eliane Alabe. **Abuso sexual infantil, para combater é preciso denunciar**. 2008. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/bonde.php?id_bonde=1-34--15-20080508>. Acesso em: 17 de junho 2011.
237. PAIR-AMAZONAS. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. **Relatório do Projeto de Expansão do Programa de Ações Integradas e Referenciais de**

- Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro.** (Disponível em <<http://www.direitoshumanos.gov.br/spdca>>. Acesso em: 15 de agosto de 2011.
238. _____. **Relatório do Projeto de Expansão de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro** – PAIR no Amazonas. SEDH/UFAM, 2009.
239. PAOLUCCI, Elizabeth O.; GENUIS Mark L.; VIOLATO, Cláudio. A meta-analysis of the published research on the effects of child sexual abuse. **The Journal of Psychology**, 135(1):17-36, jan, 2001.
240. PASSETTI, Edson. **Violentados: crianças, adolescentes e Justiça**. São Paulo: Imaginário, 1995.
241. PEREIRA, Deusamir. **Amazônia insustentável – Zona Franca de Manaus: estudo e análise**. Manaus: Editora Valer, 2006.
242. PEREIRA, Manuel Nunes. **Moronguetá, um Decameron Indígena**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
243. PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro, 81 (5,supl): s197-s204, nov., 2005.
244. PINHEIRO, Márcia da Silva. **Aspectos bio-psico-sociais da criança e do adolescente**. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA. Bahia-BA, 2000.
245. PINHEIRO, Paulo Sergio. **World Report on Violence against Children**. United Nations, august 2006. Disponível em: <http://www.unicef.org/violencestudy/reports/SG_violencestudy_en.pdf>. Acesso em: 11 out. 2009.
246. PINHEIRO, Paulo Sérgio; ANICAMA, Cecília. **A infância ainda em risco**. Le mond Diplomatic Brasil. Novembro, 2009, p. 36.
247. PINTO JÚNIOR, Antonio Augusto. **Violência sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2005.
248. PIRES FILHO, Moacyr Ferreira. **Abuso sexual em meninos: a violência intrafamiliar através do olhar de psicólogo que atende em instituições**. Curitiba: Juruá, 2009.
249. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**, 2006. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência

- da República: <<http://www.direitoshumanos.gov.br/spdca>>. Acesso em: 15 de agosto de 2011
250. PNAD - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009**, Brasília: IBGE, 2009.
 251. PORRO, Antonio. **As crônicas do Rio Amazonas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1992.
 252. PORTAL AMAZÔNIA. **Amazonas registra exploração sexual em 19 municípios**. Disponível em <http://portalamazonia.globo.com/new-structure/view/scripts/noticias/noticia.php?id=112789>. Acesso em 28 de agosto de 2011.
 253. PRIORE, Mary Del. **Histórias das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.
 254. PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Brasília: DPTDCA/SNPDCA/SDH-PR, 2011a.
 255. PROGRAMA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES/DPTDCA/SNPDCA/SDH/PR. **Disk Denúncia Nacional (Disk 100)**, 2011b.
 256. QUEIROZ, Ivan. A cidade sitiada: da violência consentida ao medo com sentido. In: PONTUSCHKA, Nidia N.; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Org.). **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
 257. RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.
 258. REIS, Gustavo Moraes Rego. **A cabanagem – um episódio histórico da guerra insurrecional na Amazônia (1835-1839)**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, série Torquato Tapajós (4)/Ed. Sérgio Cardoso, 1965.
 259. RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
 260. RIBEIRO, Maria de Nazaré de Souza. **De leprosário a bairro: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antonio Aleixo (Manaus-AM)**. 2011. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: Departamento de Geografia, 2011.
 261. RIBEIRO, Márcia Aparecida; FERRIANI, Maria Das Graças Carvalho; REIS, Jair Naves dos. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características

- relativas à vitimização nas relações familiares. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20 (2): 456-464, Mar-Apr., 2004.
262. RODRIGUES, Arlete. Geografia e violência urbana. In: PONTUSCHKA, Nidia N.; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Org.). **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
263. ROJAS, Luisa Basilia Iñiguez, PEITER, Paulo. Diferenciação territorial e desigualdade social. In: ROJAS, Luisa Basilia Iñiguez; TOLEDO, Luciano Medeiros (Org). **Espaço e doença**: um olhar sobre o Amazonas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998, p.I.1.1 – I.1.10.
264. ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: recuperando a memória de uma pesquisa sobre a força de trabalho na agricultura canavieira na macro área de Ribeirão Preto (São Paulo-Brasil), 1977-2008. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, 1(1):121-133, jan./jul., 2010.
265. RUGGIERO Kenneth J.; McLEER Susan V.; DIXON, Faye. Sexual abuse characteristics associated with survivor psychopathology. **Child Abuse & Neglect**, 24(7): 951-964, July, 2000.
266. RUNYON, Melissa K.; KENNY Maureen C. Relationship of attributional style, depression and post trauma distress among children who suffered physical or sexual abuse. **Child Maltreatment**, 7(3): 254-264, 2002.
267. RUTHERFORD, Andrew *et alii*. Violência: um glossário. **Jornal de Epidemiologia e Saúde Comunitária**. Aceito outubro 30, 2006.
268. SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cad. Pagu**. Campinas, 16:115-136, 2001.
269. SALAZAR Admilton Pinheiro. **Amazônia**: globalização e sustentabilidade. 2ª. Ed. Manaus: Editora Valer, 2006.p.269
270. SALIBA, Orlando *et alii*. Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, 41(3):472-7, 2007.
271. SALLES, Vicente. **O negro no Pará**. Belém: Graficentro/Cejup, 1988.p.51-72.
272. SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **As viagens do ouvidor Sampaio**. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1985.
273. SANDERSON, Christiane. **The seduction of children**: empolwering parents and teachers to protect children from child sexual abuse. New York: Basic Books, 2005.

274. SANTANA Mario Rubens Costa. Caráter territorial urbano das redes. **Diálogos & Ciência. Revista da Rede de Ensino FTC**, 5(11): 1-12, 2007.
275. SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
276. _____. Para além do pensamento abissal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 78:34-46, 2007.
277. SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. IN: OLIVEIRA, José Ademir de. **Manaus de 1920-1967: a cidade doce em excesso**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas/Editora Valer/EDUA, 2003.
278. SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. **Pobreza e prostituição na Belle Époque Manauara: 1890-1917**. IN: Revista de História Regional 10(2):87-108, Inverno, 2005. p.89.
279. SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2008a.
280. _____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5.ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.
281. _____. **Da totalidade ao lugar**. 1ª. Ed. Reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008c
282. _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
283. _____. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. **Território, Territórios**. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38.
284. _____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton Santos; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
285. _____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
286. _____. **Por uma Geografia Nova**, São Paulo: Hucitec, 1986.
287. SANTOS, Simone Valdete dos. Mulher: figura de desordem na ordem do emprego. In: CARVALHO, Marie Jane Soares; ROCHA, Cristiane Maria Famer. (Org.) **Produzindo gênero**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.
288. SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.

289. SASSEN, Saskay. **La ciudad global**: uma introducción al concepto y su historia. In: Mutaciones.. Barcelona: Actar Editores, 2001. p. 104-114.
290. SAVITCH, Hank V. **Post-industrial cities**: politics and planning in New York, Paris and London. Princeton: Princeton University Press, 1988.
291. SAYWITZ, Karren J. *et alii*. Treatment for sexually abused children and adolescents. **American Psychologist**, 55(9):1040-9, 2000.
292. SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. estado**. Brasília, 21(1), abr. 2006.
293. SEPLAN. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento. **Produto Interno Bruto de Manaus**. Disponível em: http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/noticias/arq/20110919085031pib_anual.pdf.> Acesso em 10 de agosto de 2011.
294. SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. In: **Estudos Avançados/Universidade de São Paulo**. Instituto de Estudos Avançados. Amazônia Brasileira II, vol. 19, n. 54 (2005) – São Paulo: IEA, 2005. p. 99-113.
295. SERAFIM, Antonio de Pádua *et alii*. Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. **Rev. Psiquiatr. Clín.**, São Paulo, 36(3), dez. 2009.
296. SILVEIRA, Rosa Maria Hessel; SANTOS, Cláudia Amaral dos. Gênero e diferenças em textos escolares infantis. In: CARVALHO, Marie Jane Soares; ROCHA, Cristiane Maria Famer (Org.) **Produzindo gênero**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.
297. SIQUEIRA, Fábio Ramos Martins. **História da Sexualidade Brasileira**. São Paulo: Leitura Médica, 2008.
298. SILVA, Cinthia Marina; MACIEL, José Alves. Violência sexual intrafamiliar contra a criança e o adolescente na cidade de Gurupi/ TO, nos anos de 2007 e 2008 e o código penal brasileiro após o advento da lei 12.015 de 2009. **Revista Cereus**. N. 3, jun./dez. 2010.
299. SILVA, Marilene Corrêa da. Amazônia – contextualização e indicadores sociais. In: In: FREITAS, Marcílio de; SILVA, Marilene Corrêa da; BARROS, Marcos. **Diálogos com a Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2010, pp. 103-138.
300. _____. **O Paiz do Amazonas**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/UniNorte, 2004.

301. _____. **Agenda Amazônica 21 – Valorização Humana e Social.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas - Coleção Polêmicas da Amazônia, n. 2, 2001.
302. _____. **Metamorfoses da Amazônia.** Manaus: Universidade do Amazonas, 1999.
303. SILVA, Oyama Ituassú da. **A escravidão no Amazonas.** Manaus: Editora Metro Cúbico, 1982.
304. SILVERMAN, John; WILSON, David. **Innocence Betrayed: Paedophilia, the Media and Society.** London: Polity Press, 2002
305. SLUZKI, Carlos E. **A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
306. SOARES DE MOURA, Anna Tereza M.; REICHENHEIM, Michael E. Estamos realmente detectando violência familiar contra criança em serviços de saúde? A experiência de um serviço público do Rio de Janeiro, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(4): 1124-1333, 2005.
307. SOREL, Georges **Reflexões sobre a violência.** Tradução de Orlando dos Reis. Petrópolis, RJ: Vozes, (Coleção Clássicos do Pensamento Político n. 23), 1993.
308. SOUZA, Cecília de Mello; ADESSE, Leila.(Orgs). **Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios.** Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2005. 188p.
309. SOUZA, Célia Ferraz; PASAVENTO, Sandra J. **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano.** Porto Alegre: Ed. da Universidade. UFRGS, 1995.
310. SOUZA, Edinilsa Ramos de; ASIS, Simone Gonçalves de; VECHI, Fernanda de Carvalho. Estratégias de atendimento aos casos de abuso sexual infantil: um estudo bibliográfico. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, 2(2):105-116, maio-ago., 2002.
311. SOUZA, Luana Shirlei. O enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva da política nacional de assistência social. In: WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de A.; ARAÚJO, Eliane Aparecida C. **Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar.** Curitiba: Juruá, 2009.

312. SOUZA, Marcelo José L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná *et alii.*(Orgs). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995. p.77-116.
313. SOUZA, Márcio. **Breve História da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
314. SPINDEL, Cheywa Rojza. Formação de um novo proletariado: as operárias do Distrito Industrial de Manaus. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, 4 (2):3, jul-dez, 1987.
315. SQUIZZATTO, Ana; PEREIRA, Wilza Rocha. **Caracterização das Vítimas de Violência Sexual a partir da Análise dos Registros feitos pela Coordenadora Geral de Medicina Legal**. Cuiabá-MT, 2004
316. STRASBURGER, Victor C.; WILSON, Barbara J.; JORDAN, Amy B. **Crianças, adolescentes e a mídia**. Tradução: Sandra Mallmann. Porto Alegre: Penso, 2011.
317. SUFRAMA/SAP/DEMOI/COISE. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=8965. Acessado em 07/10/2010.
318. SVRI. Sexual Violence Research Initiative. **Sexual Violence in Latin America and the Caribbean: a desk review**. Pretoria (South Africa): SVRI, march, 2010.
319. TAPAJÓS, Leandro. **Deputado denuncia prostituição de adolescentes indígenas do Vale do Javari, na região do Alto Solimões, no Amazonas**. JORNAL A CRÍTICA, 21 de setembro de 2011.
320. TECNOSAN. **Estudos Demográficos e de Ocupação e Uso do Solo**. Manaus, 1988.
321. TEIXEIRA, Lumena Celi. Sentido subjetivo da exploração sexual para uma adolescente prostituída. In: OZELLA, Sérgio. **Adolescências Construídas – A visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p.102-136.
322. TERENCEZI, Paola; FABBRI, Bárbara. **Como prevenire L'abuso sessuale e i suoi effetti**: guida per i genitori. Milano: Edizioni San Paolo, 2001.
323. THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. In: **Estudos Avançados/Universidade de São Paulo**. Instituto de Estudos Avançados. Amazônia Brasileira I, vol. 19, n. 53 (2005) – São Paulo: IEA, 2005. p. 37-49.
324. THOMPSON, Jhon B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Vozes: 1995.

325. TORRES, Iraildes Caldas. **Reconstruindo a imagem da mulher amazônida**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003, p.70.
326. TROCMÉ, Nico *et alii*. **Canadian Incidence Study of Reported Child Abuse and Neglect – 2003: Major Findings**. Ottawa, On: Minister of Public Works and Government Services Canada, 2005.
327. UNICEF. United Nations Children's Fund. Child protection from violence, exploitation and abuse. **A statistical snapshot**. UNICEF, 2011. Disponível em: <<http://www.childinfo.org/files/Child Protection>> Acesso em 20 de agosto de 2011
328. UNICEF. United Nations Children's Fund. **Ser Criança na Amazônia: uma análise das condições de desenvolvimento infantil na Região norte do Brasil**. Belém: 2004.
329. VALVERDE, Orlando. Uma história da vida do Amazonas. In: ROJAS, Luisa Basilia Iñiguez; TOLEDO, Luciano Medeiros (Org). **Espaço e doença: um olhar sobre o Amazonas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998, p.l.1.1-l.1.10.
330. VASCONCELLOS, Eduardo. **O que é trânsito..** 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
331. VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia Urbana: avanço ou desafio? In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
332. VELHO, Gilberto. Violência, Reciprocidade e Desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Orgs.). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
333. VIANNA, Guaraci de Campos. **Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e as novas disposições do Código Penal introduzidas pela lei 12015/ 2009**. Rio de Janeiro, 2010.
334. WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelos Rios Amazonas e Negro**. São Paulo: Edusp, 1979.
335. WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920**. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1993.
336. WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de A.; ARAÚJO, Eliane Aparecida C. **Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2009.

337. WOLLF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta**: uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.
338. UNGLERT Carmen Vieira de Sousa, ROSENBURG Cornélio Pedroso, JUNQUEIRA Claudette Barriguela. Acesso aos serviços de saúde: uma abordagem de geografia em saúde pública. **Rev. Saúde Pública** [serial on the Internet]. 1987 Oct [cited 2011 May 23]; 21(5): 439-446.
339. ZOTTIS, Graziela Aline Hartmann; ALGERI, Simone; PORTELLA, Vera Catarina Castiglia. Violência intrafamiliar contra a criança e as atribuições do profissional de enfermagem. **Revista Família, Saúde e Desenvolvimento**. Curitiba, 8(2):146-153, maio-ago. 2006.

APÊNDICES

Apêndice 1: FORMULÁRIO PARA A COLETA DE DADOS QUANTITATIVOS JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES QUE ATENDEM CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)
PESQUISA DE DOUTORADO

“ESPAÇOS VIOLADOS: UMA LEITURA GEOGRÁFICA E PSICOSSOCIAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL
INFANTO-JUVENIL NA ÁREA URBANA DE MANAUS-AM (2006-2010)

Formulário para a Coleta de Dados Quantitativos. LOCAL: SAVVIS, CREAS, DEPCA

Código: _____ Pesquisador: _____ DATA: _____ HORA _____

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE

1.1 Idade: _____; 1.2 Sexo: _____; 1.3 Bairro: _____; 1.4 Zona: _____

1.5 Escolaridade:

- 1.5.1 não-alfabetizado ();
- 1.5.2 educação infantil ();
- 1.5.3 Fundamental I, 1º ao 5º ano ();
- 1.5.4 Fundamental II – 6º ao 9º ();
- 1.5.5 Ensino Médio ();
- 1.5.6 Não está estudando mas está em idade escolar ()
- 1.5.7 Não está ainda em idade escolar ()

2. DADOS SOBRE A OCORRÊNCIA

2.1 Período

2.1.1 Ano _____ 2.1.2 Mês _____ 2.1.3 Dia da semana: _____
2.2.4 Manhã (); 2.2.5 Tarde (); 2.2.6 Noite ou Madrugada ();

2.2 Local da ocorrência

2.2.1 Residência da criança/adolescente (); 2.2.2 Residência do suposto (); 2.2.3 Via pública/Praça ()
2.2.4 Instituições públicas/privadas(); 2.2.5 Balneário (); 2.2.6 Sítio(); 2.2.7 Hotel-Motel();
2.2.8 Casa de Show (); 2.2.9 Barco regional (); 2.2.10 Dependência de uma igreja ();
2.2.11 Escola (); 2.2.12 Comércio (); 2.2.13 Terreno baldio ();
2.2.14 Outro () _____

2.3. Tipo de violência sexual:

2.3.1 Abuso sexual (); 2.3.2 Exploração Sexual ();

2.3.2 Subtipo de Violência Sexual - LEI Nº 12.015, DE 7 DE AGOSTO DE 2009. DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL- DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro ()

Art. 213 -maior de 14 anos. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso;

Estupro de vulnerável ()

Art. 217-A. Atos libidinosos/conjunção carnal – menor de 14 anos/deficiente mental;

Satisfação de lascívia ()

Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem)

Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável ()

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone)

Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual ()

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro).

Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual ()

Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual)

2.4. Outras formas de Violência

2.4.1 Física (lesão/corporal e morte) (); 2.4.2 Negligência (); 2.4.3 Psicológica ();

3. DADOS DA PESSOA SUPOSTAMENTE ABUSADORA

3.1 Sexo: ____ 3.2 Idade (estimativa): _____

3.3 Ocupação:

3.3.1 Motorista de ônibus (); 3.3.2 Motorista de taxi (); 3.3.3 Pessoa envolvida com droga (); 3.3.4 Vigilante ();

3.3.5 Pedreiro (); 3.3.6 Político (); 3.3.7 Líder Religioso Padre (); 3.3.8 Líder Religioso Pastor ();

3.3.9 Líder Religioso Espírita (); 3.3.10 Líder Religioso Umbanda ();

3.3.11. Líder Religioso de outra denominação (); _____

3.3.12 Caseiro(); 3.3.13 Professor (); 3.3.14 Professora ();

3.3.15 Feirante (); 3.3.16 Idoso Aposentado(); 3.3.17 Médico (); 3.3.18 Funcionário Público(); 3.3.19 Policial (); 3.3.20 Vigilante e segurança (); 3.3.21 Comerciante /Vendedor (); 3.3.22 Desempregado / sem ocupação ();

3.3.23 OUTROS () _____

3.4 Relação da vítima com o suposto: 3.4. 1 Conhecido (); 3.4. 2 Desconhecido; 3.4.3 Parente ()

3.5 Tipo de parentesco

3.5.1 Pai (); 3.5.2 Mãe (); 3.5.3 Padrasto (); 3.5.4 Madrasta (); 3.5.5 Tio (); 3.5.6 Tia();

3.5.7 Primo (); 3. 5.8 Prima (); 3.5.9 Avô (); 3.5.10 Avó (); 3.5.11 Cunhado ();

3.5.12 Cunhada (); 3. 5.13 Irmão (); 3.5.14 Irmã (); 3.5.15 vizinho (); 3.5.16 amigo da família ()

3.5.17 padrinho/madrinha família ()

3.5.18 outros () _____

4. SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA CRIANÇA/ADOLESCENTE

4.1 Renda Familiar:

4.1.1 Menos de 1 salário (); 4.1.2 De 1 a 3 salários min. (); 4.1.3 De 4 a 6 salários min ();

4.1.4 De 7 a 10 salários min (); 4.1.5 Acima de 10 salários min ()

4.2 Tipo de moradia onde reside a criança/adolescente:

4.2.1 própria (); 4.2.2 alugada (); 4.2.3 cedida (); 4.2.4 abrigo (); 4.2.5 outros () _____

4.3. A criança/adolescente reside com

4.3.1. Os pais ();

4.3.2. Com algum parente (exceto os pais) ();

4.3.3 Com padrinho(a) ();

4.3.4 Com outras crianças/adolescentes em abrigo ();

4.3.5 Nas ruas e praças ();

4.3.6.Nos barcos ();

4.3.7outros () _____

Apêndice 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA INSTITUCIONAL PARA A COLETA DE DADOS QUALITATIVOS JUNTO AOS REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES QUE ATENDEM CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)
PESQUISA DE DOUTORADO
“ESPAÇOS VIOLADOS: UMA LEITURA GEOGRÁFICA E PSICOSSOCIAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NA ÁREA URBANA DE MANAUS-AM (2006-2010)

ROTEIRO DE ENTREVISTA INSTITUCIONAL

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1. CÓDIGO: _____ 1.2 SEXO: _____ 1.3 IDADE: _____

1.4. INSTITUIÇÃO EM QUE ATUA _____

1.5. PROFISSÃO _____

1.6. FUNÇÃO NA INSTITUIÇÃO _____

1.7. LINHA DE TRABALHO DA INSTITUIÇÃO: _____

2. QUESTÕES

2.1. Quais são os principais avanços ou conquistas alcançados nos últimos cinco anos por sua Instituição quanto ao enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus?

2.2. Quais são as principais dificuldades e desafios encontrados por sua Instituição para o enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus?

2.3. Como o senhor (a) avalia a articulação em *rede* das instituições, entidades, organismos e outros parceiros envolvidos no enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus?

* Se tivesse que sugerir algo para a melhoria da rede, quais seriam os aspectos?

2.4. Como o senhor (a) avalia a localização de sua instituição no espaço urbano da cidade no que diz respeito às questões relativas à sua estrutura, acesso e acessibilidade dos usuários do serviço?

**Apêndice 3: ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A COLETA DE DADOS
QUALITATIVOS JUNTO AOS USUÁRIOS (ACOMPANHANTES DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES) QUE ESTÃO SENDO ATENDIDOS PELAS INSTITUIÇÕES
QUE ATENDEM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA)
PESQUISA DE DOUTORADO
“ESPAÇOS VIOLADOS: UMA LEITURA GEOGRÁFICA E PSICOSSOCIAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL
INFANTO-JUVENIL NA ÁREA URBANA DE MANAUS-AM (2006-2010)

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O USUÁRIO
(responsável pela criança/adolescente supostamente violentada sexualmente)

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1. CÓDIGO _____ 1.2 SEXO: _____ 1.3 IDADE: _____

1.2. BAIRRO _____ 1.3 ZONA _____

1.4. GRAU DE PROXIMIDADE COM A CRIANÇA/ADOLESCENTE: _____

2. QUESTÕES

2.1. ACESSO: como o senhor(a) avalia o atendimento recebido por esta Instituição?

* Teria alguma sugestão a fazer?

2.2. ACESSIBILIDADE: como o senhor(a) avalia a localização desta Instituição em relação à saída de sua casa para chegar até aqui e ser atendido?

* Teria alguma sugestão a fazer?

Apêndice 4: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE PARA OS REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS

1. TÍTULO DA PESQUISA: “ESPAÇOS VIOLADOS: UMA LEITURA GEOGRÁFICA E PSICOSSOCIAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NA ÁREA URBANA DE MANAUS-AM (2006-2010).
2. JUSTIFICATIVA: carência de estudos sobre o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus, para mostrar como esta forma de violência ocorre no espaço urbano da cidade.
3. OBJETIVO GERAL: entender a violência sexual infanto-juvenil em Manaus (2006-2010), a partir de uma leitura geográfica e psicossocial do fenômeno.
4. O QUE SERÁ FEITO: (PROCEDIMENTO) 04 (QUATRO) perguntas, o que chamamos de entrevista, para os técnicos envolvidos com as instituições ou organismos que lidam com o enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus.
5. POSSÍVEIS RISCOS: (X) não; POSSÍVEIS DESCONFORTOS: (X) talvez;
6. BENEFÍCIOS ESPERADOS QUE CONTEMPLAM ALÉM DO PROJETO, O SUJEITO DA PESQUISA: pretende-se com este estudo apresentar uma análise geográfica e psicossocial do fenômeno estudado, em vista de colaborar com a rede de enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus para a melhoria do atendimento dos indivíduos e de possíveis implicações em políticas públicas.
7. INFORMAÇÕES: o estudo será realizado em uma única etapa. Durante a realização da entrevista ou mesmo depois de sua realização o Sr (a) poderá se recusar a participar do estudo, sendo o seu consentimento retirado, sem que haja qualquer prejuízo a sua assistência, seus familiares ou quaisquer pessoas próximas. A entrevista será gravada para depois ser transcrita ou poderá ser escrita de próprio punho do entrevistado.
8. ASPECTO LEGAL: este consentimento foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas em seres humanos. Atende a resolução n.196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde- Brasília (DF) e suas complementares.
9. CONFIABILIDADE: Todas as informações coletadas são sigilosas. O Sr(a) terá direito a privacidade. Sua identidade (nome e sobrenome) não será divulgado. Porém o(a) Sr.(a) assinara o termo de consentimento para que eu possa entrevista-lo(a) e os resultados obtidos possam ser utilizados nesta pesquisa e apresentado em congressos e publicações científicas.
10. OUTROS: Se eventualmente o Sr (a) vier a sofrer danos decorrência da pesquisa, o Sr(a) terá o apoio, inclusive, indenizatória, tanto do Coordenador(a) do estudo, como a Instituição onde a pesquisa foi realizada. A participação nesta pesquisa é voluntária e não será oferecida nenhuma gratificação em dinheiro ou em outra espécie pelas informações fornecidas.

Eu _____, RG _____ Domiciliado _____ nesta cidade _____ nesta cidade _____, a rua _____ telefone _____ Autorizo a Universidade do Estado do Amazonas(UEA, Programa DINTER USP-UEA), localizada na Escola Normal Superior, Av. Djalma Batista, 2470 (Cep. 69050-010), Chapada, Manaus-AM, tel (92) 32152070 por intermédio do pesquisador responsável a desenvolver a pesquisa descrita acima, prof. M.Sc. Joaquim Hudson de Souza Ribeiro (Tel 92 8108 7172), a utilização de minhas informações na pesquisa que será realizada. Concordo com que li, ou foi lido, e farei o que me for solicitado.

Manaus, ____/____/20____

ASSINATURA DA PESSOA (e sigla da Instituição)

ASSINATURA DO PESQUISADOR

Apêndice 5: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE PARA OS RESPONSÁVEIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VITIMIZADOS

1. TÍTULO DA PESQUISA: “ESPAÇOS VIOLADOS: UMA LEITURA GEOGRÁFICA E PSICOSSOCIAL DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL NA ÁREA URBANA DE MANAUS-AM (2006-2010).
2. JUSTIFICATIVA: carência de estudos sobre o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus, para mostrar como esta forma de violência ocorre no espaço urbano da cidade.
3. OBJETIVO GERAL: entender a violência sexual infanto-juvenil em Manaus (2006-2010), a partir de uma leitura geográfica e psicossocial do fenômeno.
4. O QUE SERÁ FEITO: (PROCEDIMENTO) 02 (DUAS) perguntas, o que chamamos de entrevista, para os responsáveis de crianças/adolescentes usuários das instituições ou organismos que lidam com o enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus.
5. POSSÍVEIS RISCOS: (X) não; POSSÍVEIS DESCONFORTOS: (X) talvez;
6. BENEFÍCIOS ESPERADOS QUE CONTEMPLAM ALÉM DO PROJETO, O SUJEITO DA PESQUISA: pretende-se com este estudo apresentar uma análise geográfica e psicossocial do fenômeno estudado, em vista de colaborar com a rede de enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Manaus para a melhoria do atendimento dos indivíduos e de possíveis implicações em políticas públicas.
7. INFORMAÇÕES: o estudo será realizado em uma única etapa. Durante a realização da entrevista ou mesmo depois de sua realização o Sr (a) poderá se recusar a participar do estudo, sendo o seu consentimento retirado, sem que haja qualquer prejuízo a sua assistência, seus familiares ou quaisquer pessoas próximas. A entrevista será gravada para depois ser transcrita ou poderá ser escrita de próprio punho do usuário.
8. ASPECTO LEGAL: este consentimento foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas que regulamentam as pesquisas em seres humanos. Atende a resolução n.196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde- Brasília (DF) e suas complementares.
9. CONFIABILIDADE: Todas as informações coletadas são sigilosas. O Sr(a) terá direito a privacidade. Sua identidade (nome e sobrenome) não será divulgado. Porém o(a) Sr.(a) assinara o termo de consentimento para que eu possa entrevista-lo(a) e os resultados obtidos possam ser utilizados nesta pesquisa e apresentado em congressos e publicações científicas.
10. OUTROS: Se eventualmente o Sr (a) vier a sofrer danos decorrência da pesquisa, o Sr(a) terá o apoio, inclusive, indenizatória, tanto do Coordenador(a) do estudo, como a Instituição onde a pesquisa foi realizada. A participação nesta pesquisa é voluntária e não será oferecida nenhuma gratificação em dinheiro ou em outra espécie pelas informações fornecidas.

Eu _____,
 RG _____ Domiciliado _____ nesta _____ cidade _____ nesta _____ cidade, _____ a
 rua _____ telefone _____ Autorizo a Universidade do
 Estado do Amazonas(UEA, Programa DINTER USP-UEA), localizada na Escola Normal Superior,
 Av. Djalma Batista,2470(Cep.69050-010), Chapada, Manaus-AM, tel(92)32152070 por intermédio do
 pesquisador responsável a desenvolver a pesquisa descrita acima, prof. M.Sc. Joaquim Hudson de
 Souza Ribeiro (Tel 92 8108 7172), a utilização de minhas informações na pesquisa que será realizada.
 Concordo com que li, ou foi lido, e farei o que me for solicitado.

Manaus, ____/____/20____

 ASSINATURA DA PESSOA (ou impressão digital)

 ASSINATURA DO PESQUISADOR

Apêndice 6 – LOCALIZAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)

Apêndice 7 – LOCALIZAÇÃO SERVIÇO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL (SAVVIS)

Apêndice 8 – LOCALIZAÇÃO DA DELEGACIA ESPECIALIZADA EM PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (DEPCA)

ANEXOS

Anexo 1 – TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO NO CREAS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
DINTER, CONVÊNIO USP/UEA

Manaus, 25 de maio de 2010.

Ao Ilmo. Sr.

Sildomar Abtibol

Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH)

Sra. Ana Lúcia Mitouso de Carvalho

Gerente do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)

Servimo-nos do presente para solicitar o consentimento de V. Sa. para que o pesquisador solicitante e os acadêmicos abaixo relacionados, ambos pertencentes à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), possam realizar a pesquisa intitulada CARTOGRAFIA DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MANAUS-AM, 2006-2010. A pesquisa tem como objetivo investigar o fenômeno do abuso sexual de crianças e adolescentes em Manaus-AM, no período de 2006 a 2010, segundo sua distribuição espacial, seus fatores de vulnerabilidade e suas conseqüências. Pretende-se realizar a coleta de dados no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) em Manaus-AM.

Trata-se de uma Pesquisa de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Convênio MINTER/DINTER USP/UEA, cuja pesquisa de campo esta prevista para os meses de julho a setembro do corrente ano, após a apreciação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Escola Superior de Ciências da Saúde – ESA. Em anexo encaminhamos o Projeto de Pesquisa

Certos de sua colaboração,

JOAQUIM HUDSON DE S. RIBEIRO
Psicólogo
CRP 01/10.207

Prof. M.Sc. Joaquim Hudson de Souza Ribeiro
Coordenador da Pesquisa (92) 8108-7172

Profa. Dra. Lígia Fonseca Heyer
Profª Drª Lígia Fonseca Heyer
Coord/UEA-MINTER/DINTER/USP/UEA

Acadêmicos envolvidos: Alison Braga Kogien ; Carlos Alves da Rocha Neto; ; Netanel de Oliveira da Rocha; Jimmy Nelson de Souza Scantbelruy; Sherlly Rossetti de Sousa; Lidia Castro de Souza

Na qualidade de Dir. do Dep. de Proteção Social Especial..... autorizo a coleta de dados e informações pertinentes à Pesquisa acima descrita.

SECRETRIA MÚNIC. DE ASSIST. SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS - SEMASDH
Alcides Albano Pecanha
Dep. de Proteção Social Especial

Manaus, 08/06 de 2010

Anexo 2 – TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO NO SAVVIS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
DINTER, CONVÊNIO USP/UEA

Manaus, 07 de junho de 2010.

Às Il mas. Sras.

Mônica Dantas - *Diretora da Maternidade Dr. Moura Tapajós*

Zélia Campos – *Coordenadora do SAVVIS*

Servimo-nos do presente para solicitar o consentimento de V. Sa. para que o pesquisador solicitante e os acadêmicos abaixo relacionados, ambos pertencentes à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), possam realizar a pesquisa intitulada CARTOGRAFIA DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MANAUS-AM, 2006-2010. A pesquisa tem como objetivo investigar o fenômeno do abuso sexual de crianças e adolescentes em Manaus-AM, no período de 2006 a 2010, segundo sua distribuição espacial, seus fatores de vulnerabilidade e suas conseqüências. Pretende-se realizar a coleta de dados no Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual SAVVIS (Maternidade Dr.Moura Tapajós) em Manaus-AM, junto às Fichas de Atendimento desta Instituição e por meio de entrevistas às crianças e adolescentes vitimados, garantindo todo sigilo exigido quanto aos dados pessoais das pessoas.

Trata-se de uma Pesquisa de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Convênio MINTER/DINTER USP/UEA, cuja pesquisa de campo esta prevista para os meses de junho a setembro do corrente ano, após a apreciação do projeto pela Comissão de Ética em Pesquisa da SEMSA (COEP) e do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Escola Superior de Ciências da Saúde – ESA. Em anexo encaminhamos o Projeto de Pesquisa
Certos de sua colaboração,

JOAQUIM HUDSON DE SOUZA RIBEIRO
Psicólogo
CRP 01/10.207

Prof. M.Sc. Joaquim Hudson de Souza Ribeiro
Coordenador da Pesquisa (92) 8108-7172

Acadêmicos envolvidos: Alison Braga Kogien ; Carlos Alves da Rocha Neto; : Netanel de Oliveira da Rocha; Jimmy Nelson de Souza Scantbelruy; Sherlly Rossetti de Sousa; Lidia Castro de Souza

Na qualidade de DIRETORA DA MAT. MOURA TAPAJÓS autorizo a coleta de dados e informações pertinentes à Pesquisa acima descrita.

Recebi em: 07.06.10
Dra. Mônica Dantas - 10:39h
fone: 3216 8767
Netanel - 16

Manaus, 09 de junho de 2010

Dra. Mônica Oliveira Dantas
CRM 1635
Diretora
Maternidade Dr. Moura Tapajós

Anexo 3 – AUTORIZAÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA NO SAVVIS

<p>MANAUS Saúde Você merece uma cidade melhor</p>	<p>Subsecretaria de Executiva - SUBEXEC Departamento de Administração - DA Divisão de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde - DTRAB Gerência de Educação na Saúde - GESAU</p>
--	--

Manaus, 08 de junho de 2010

AUTORIZAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito que a Pesquisa intitulada **"Cartografia do abuso sexual de crianças e adolescentes em Manaus - AM, 2006-2010"** de responsabilidade do Sr. **Joaquim Hudson de Souza Ribeiro** foi autorizada pela Comissão de Ética em Pesquisa dessa Secretaria - COEP/SEMSA.

De acordo com o parecer do projeto, solicitamos e vinculamos a autorização ao pedido de anuência dos seguintes órgãos de interesse: Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA), Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS) e do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).

Informamos que essa autorização deve ser encaminhada junto com o Projeto a um Comitê de Ética em Pesquisa, considerando que a Comissão de Ética em Pesquisa COEP/SEMSA encontra-se em processo de reconhecimento pela CONEP.

Ademarina Teixeira Cardoso
Gerência de Educação na Saúde

Ademarina Teixeira Cardoso
Gerência de Educação na Saúde
SEMSA - MANAUS

Av. Mário Ypiranga Monteiro, Nº 1695 Cep - 69057-002
Telefone/Fax: 3236-8987 | E-mail: gesau@pmm.am.gov.br

Anexo 4 – TERMO DE ANUÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO NA DEPCA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
DINTER, CONVÊNIO USP/UEA

Manaus, 25 de maio de 2010.

Ao Ilmo. Sr

Dr. Mário César Nunes

Delegado Geral de Polícia Civil

Dra. Linda Gláucia de Moraes

Delegada da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA)

Servimo-nos do presente para solicitar o consentimento de V. Sa. para que o pesquisador solicitante e os acadêmicos abaixo relacionados, ambos pertencentes à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), possam realizar a pesquisa intitulada CARTOGRAFIA DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MANAUS-AM, 2006-2010. A pesquisa tem como objetivo investigar o fenômeno do abuso sexual de crianças e adolescentes em Manaus-AM, no período de 2006 a 2010, segundo sua distribuição espacial, seus fatores de vulnerabilidade e suas conseqüências. Pretende-se realizar a coleta de dados na Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA). Trata-se de uma Pesquisa de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Convênio MINTER/DINTER USP/UEA, cuja pesquisa de campo esta prevista para os meses de julho a setembro do corrente ano, após a apreciação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Escola Superior de Ciências da Saúde – ESA. Em anexo encaminhamos o Projeto de Pesquisa

Certos de sua colaboração,

JOAQUIM HUDSON DE S. RIBEIRO
Psicólogo
CRP 01/10.207

Prof. M.Sc. Joaquim Hudson de Souza Ribeiro
Coordenador da Pesquisa (92) 8108-7172

Profa. Dra. Ligia Fonseca Heyer

Profª Drª Ligia Fonseca Heyer
Coordenadora UEA-MINTER/DINTER/USP/UEA

Acadêmicos envolvidos: Alison Braga Kogien ; Carlos Alves da Rocha Neto; ; Netanel de Oliveira da Rocha; Jimmy Nelson de Souza Scantbelruy; Sherlly Rossetti de Sousa; Lidia Castro de Souza

Na qualidade de autorizo a coleta de dados e informações pertinentes à Pesquisa acima descrita.

POLÍCIA CIVIL - D. G.

Akerna M. Chagas Corado
Chefe de Gabinete/ DG
Mat 171 446-5-A.

DATA: 27.05.2010

Manaus, 28/05 de 2010

HORA: 12:05

Responsável:

Anexo 5 – AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

IDENTIFICAÇÃO

Proc. nº 160/10-CEP/UEA – Projeto de Pesquisa “**Cartografia do abuso sexual de crianças e adolescentes em Manaus – AM, 2006-2010.**”

Interessado(a) – M.Sc. Joaquim Hudson de Souza Ribeiro

Data de apreciação - 11.06.2010

DECISÃO

Nesta data, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado do Amazonas, acatando voto do(a) eminente relator(a), **APROVOU** o processo supra identificado, com base no caput do item VII, na alínea a do sub-item VII.13 e na alínea a do sub-item IX.2 da Resolução CNS 196/96, ficando, portanto, autorizado o início da pesquisa proposta.

Plenário do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas, em Manaus, 11 de junho de 2010.

Profª. Drª. Ivete de Araújo Roland
Coordenadora do CEP/UEA

Anexo 6 – FICHA DE NOTIFICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 2549 - Parque 10.

Cep. 69057-002 – Manaus – Amazonas

Fone: 92 3632-2515

www.pmm.am.gov.br

FICHA DE NOTIFICAÇÃO DE SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE MAUS-TRATOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES IDENTIFICADOS NAS ESCOLAS

(Considera-se criança e pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescentes aquela entre 12 e 18 anos de idade – Lei nº. 8.069, 13/7/90 – Estatuto da Criança e Adolescente)

I – IDENTIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO

Data do atendimento: ____/____/____

Instituição: _____

Endereço da Instituição: _____

Telefones: _____

Profissionais envolvidos no atendimento (incluir categoria profissional): _____

II – IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA / ADOLESCENTE

Nome: _____

D.N. : ____/____/____

Idade: ____ Sexo: ____ Registro na Unidade: _____

Filiação: _____

Responsável (is) Legal (is): _____

Acompanhante: _____

Grau de Relacionamento: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Referências para localização: _____

III – CARACTERIZAÇÃO DOS MAUS-TRATOS / VIOLÊNCIA (Tipos e prováveis agressores)

Maus-tratos identificados/Causador (es) provável (is) maus-tratos:

Violência Sexual Mãe () Pai () Desconhecido () Outros () _____

Violência Psicológico Mãe () Pai () Desconhecido () Outros () _____

Violência física Mãe () Pai () Desconhecido () Outros () _____

Negligência Mãe () Pai () Desconhecido () Outros () _____

Abandono Mãe () Pai () Desconhecido () Outros () _____

Outras síndromes específicas de maus-tratos _____

Síndrome não especificada de maus-tratos _____

Descrição sumária do ocorrido: _____

IV – DADOS DO ATENDIMENTO (incluir observações da anamnese e exame físico que surgiram a partir da caracterização de maus-tratos).

V – CONDUTA, ORIENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DESTINO DADO A VÍTIMA

Ficha encaminhada ao Conselho Tutelar da Zona ____ em ____/____/____

Assinatura e carimbo da Direção

Obs. Vale ressaltar que a denúncia (notificação) é obrigatória e a responsabilidade do profissional da educação é intransferível e pode ser legalmente cobrada, conforme a constituição Federal e o Estatuto da Criança e do adolescente.

Anexo 7 – FICHA DE ATENDIMENTO INICIAL E ACOMPANHAMENTO DO CREAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEMASDH.

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO – PIA Data: ____/____/____

1. Dados do Encaminhamento

Instituição: _____

Motivo da Solicitação: _____

Serviços Solicitados: _____

A. Social: _____

Psicóloga: _____

Advogada: _____

2. Identificação do usuário

Nome: _____ Apelido: _____

Filiação: _____

Responsável: _____

Data de Nasc.: ____/____/____ Idade: _____ Sexo: () F () M

Etnia: () branca () indígena () parda () afro descendente

Naturalidade: () Manaus () Am- _____ () Outros _____

Religião: () católica () espírita () Evangélica _____ () umbanda

Orientação sexual: () homossexual () bissexual () heterossexual

Endereço: _____

Ponto de ref. _____ Zona: _____

Fone: _____ E-mail/ orkut _____

3. Atendimento a comunidades tradicionais? () Sim () Não

() Povos indígenas () Quilombola () Ribeirinha () Rural

4. Familiar responsável pelas declarações iniciais: _____

5. Situação Escolar do usuário

Estuda: () Sim () Não () Nunca estudou

Escola: _____ Turno _____ Série: _____

() educação infantil () Fund _____ () Médio _____

() Desistente ano: _____ Motivo: _____

Apresenta alguma habilidade ou interesse especial: () música () dança () artes plásticas

() teatro () esporte () informática () outros _____

Indicação: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEMASDH
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - DPSE
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

3.2 Do acompanhamento da família:

- () foi assegurado convívio familiar, comunitário e social
() teve acesso a serviços de outras políticas públicas
() ampliou a capacidade protetiva da família

3.3 Do atendimento ao usuário:

- () concluiu o plano individual/familiar dos atendimentos
() superou a situação da violação de direitos

4. Tela de conclusão do caso:

Data: _____ Tempo de acompanhamento do caso: _____

Motivo: () alta () completou maioridade () desistência do atendimento
() acompanhamento em outra instituição () outros

Elaboração de relatório: () sim () não Instituição: _____

Responsabilização do autor da violação de direitos: () sim () não

Parecer do Setor Jurídico: _____

5. Análise e observações gerais do caso

Responsável do caso

Responsável do caso

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEMASDH.
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - DPSE.
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO

Nº de atend. Data: ____/____/____ Profissional: _____

1. Avaliação da Gravidade do Caso:

1º Grupo: () Alto risco

- () violência continuada () privação de liberdade () tortura () organização criminosa
() gravidez () aborto (legal / ilegal) () DST () tentativa de suicídio () depressão
() permanência no ambiente de violência
() uso de drogas / tráfico () necessidade de abrigo de outros: _____

2º Grupo () Médio

- () fuga do lar () agressividade () rebeldia () pesadelos () baixa autoestima
() homossexualismo () comportamento sexualizado () outros: _____

3º Grupo () Baixo risco

- () jogos sexuais () namoro () outros: _____

2. Planejamento de intervenção

Procedimentos	Quant.	Observações
Triagem		
Visita domiciliar		
Visita institucional		
Atendimento Social		
Atendimento Familiar		
Atendimento ao Autor da Violência		
Anamnese Psicológica		
Grupo socioeducativo – criança / adolescente		
Grupo de Orientação Familiar		
Grupo de Orientação ao Autor da Violência		
Testes Psicológico		
Recursos Lúdicos		
Encaminhamento		
Monitoramento		
Outros:		
TOTAL		

3. Avaliação do Caso

3.1 Do atendimento do CREAS:

- () foi propiciado ambiente /tempo favorável aos atendimentos (acolhimento)
() teve garantia da efetividade dos encaminhamentos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEMASDH

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

ESPAÇO PARA ELABORAÇÃO DO GENOGRAMA

Observações gerais

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEMASDH.
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - DPSE.
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

APLICAÇÃO DA FICHA E GENOGRAMA - AUTOR DA VIOLÊNCIA

Nº de atend. Data: ____/____/____ Profissional: _____

1. Dados do suposto autor da Violência Sexual.

Nome: _____ Apelido: _____

Idade: _____ Sexo: () F () M

Orientação sexual: () homossexual () bissexual () heterossexual () S/I

Endereço: _____

Ponto de ref. _____ Zona: _____

Ocupação: _____ Local: _____

Vínculo: () pai () mãe () padrasto (a) () tio(a) () irmão (a) () avô (a)

() vizinho () amigo da família () professor (a) () Líder religioso () outros _____

2. Atual situação do suposto autor da violência

() desaparecido () permanece na mesma situação da ocorrência da violência

() recebendo atendimento especializado da rede () em situação de ameaça à família.

3. Outras informações:

Outras ocorrências?	() Sim () Não
Usuário de drogas?	() Sim () Não
Casado / união estável?	() Sim () Não
Tem filhos?	() Sim () Não
Histórico de violência sexual?	() Sim () Não
Reconhece a violência ?	() Sim () Não
Houve denúncia?	() Sim () Não
Passagem pela polícia?	() Sim () Não
Acompanhamento no CREAS?	() Sim () Não
Aceita tratamento?	() Sim () Não

4. Reação frente à Queixa ? _____

5. Indicação: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEMASDH.
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE.
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

ESPAÇO PARA ELABORAÇÃO DO GENOGRAMA

Observações gerais

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEMASDH.
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - DPSE.
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

APLICAÇÃO DA FICHA E GENOGRAMA – VÍNCULO: _____

Nº de atend. _____ Data: ____ / ____ / ____ Profissional: _____

1. Identificação dos familiares

Nome: _____ Idade: _____

Estado civil: () casada () separado judicialmente () solteiro () união estável () viúva

Contribui com a renda familiar: () Sim () Não R\$ _____

Ocupação: () Nunca trabalhou () trabalho informal () trabalho formal

Atividade: _____ Local: _____

Escolaridade: () Nunca estudou () alfabetizado () Fund. incomp. () Fund. Completo

() Médio incomp. () Médio completo () superior incomp. () superior completo

Etnia: () branca () indígena () parda () afro descendente

Naturalidade: () Manaus () Am- _____ () Outros _____

Religião: () católica () espírita () Evangélica _____ () umbanda

Orientação sexual: () homossexual () bissexual () heterossexual () S / I

Endereço: _____

Ponto de ref. _____ Fone: _____

Documentação: () Registro de nascimento () RG () CPF () TE () CTPS

() não possui nenhum documento () necessita retirar algum documento ? _____

Alguma deficiência?	() Sim () Não	Qual?	
Uso de medicamento?	() Sim () Não	Qual?	
Usuário de drogas?	() Sim () Não	Qual?	
Situação de rua?	() Sim () Não		
Método contraceptivo?	() Sim () Não	Quais?	
História de violência?	() Sim () Não		
Tem filhos?	() Sim () Não	Quantos?	

2. Reação frente à Queixa (acredita no fato? Busca responsabilização e proteção?):

3. Indicação: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEMASDH.
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE.
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

11. Do conhecimento do fato pelos responsáveis

Houve relato do fato: () Sim () Não Para Quem/Quando? _____

Forma pelo qual responsável ficou sabendo:

12. O que mudou na família após a descoberta da violência?

() conflito conjugal () mudança de endereço () mudança da escola () separação do casal

() rivalidade entre mãe e filha () sentimento de culpa () negação () abrigamento

() preconceito com a vítima () fuga do lar () outros

13. Dinâmica Familiar

Pais Separados?	() Sim () Não	Quanto tempo?
Constituíram nova família?	() Sim () Não	
Processo tramitando na Justiça pela guarda?	() Sim () Não	
Regulamentação da guarda / visita?	() Sim () Não	

Observado indícios de alienação parental: () Sim () Não Quanto tempo?

14. Observações gerais

[The page contains faint horizontal lines, suggesting it was part of a lined notebook or document.]

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEMASDH.
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE.
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

9.1 Estrutura familiar atual (ocupação e desempenho dos papéis familiares)

Nº.	Nome	Idade	Vínculo	Escolaridade	Ocupação	Renda
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						

Renda familiar: R\$ _____ Nº membros/família _____ Renda per capita familiar _____
 () 0 a 1 s/m () 2 a 3 s/m () 3 a 4 s/m () mais de 4 s/m

Indicação: _____

10. Tipo de violação de direitos

() Violência Sexual

- () **abuso** () Estupro (maior de 14 anos) () Tentativa de Estupro
 () Estupro de vulnerável (atos libidinosos/ conjunção carnal - menor de 14 anos/ deficiente mental.)
 () **exploração sexual** () Comércio () Turismo () Pornografia Infanto-Juvenil
 () Tráfico de pessoas

() Demais Violências

- () física (lesão corporal/morte) () negligência () psicológica (ameaças)
 () abandono de incapaz (lesão corporal / morte) () situação de rua e mendicância
 () vivência de trabalho infantil

10.1 Caracterização da violência

- () intra () extra-familiar () envolvimento de intermediários (rede)
 () suspeita () confirmada () continuada _____
 Violência Institucional: () Sim () Não Instituição? _____

10.2. Localização territorial da situação de vulnerabilidade

- () casa () casa de vizinhos () Motel/ Hotel () escola () Bar/ Restaurante () Porto ()
 ruas/avenidas () Shopping () casa de prostituição () Lan House () Outros: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - SEMASDH
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – DPSE
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

6. Documentação

() Registro de nascimento () RG () CPF () título de eleitor () CTPS
() necessita retirar algum documento? () Sim () Não Qual? _____

Indicação: _____

7. Outras informações sobre o usuário

Portador de deficiência?	() Sim () Não	Qual?	
Usa algum medicamento?	() Sim () Não	Qual?	
Usuário de drogas?	() Sim () Não	Qual?	
Já fez algum aborto?	() Sim () Não	Quantos?	
Método contraceptivo?	() Sim () Não	Quais?	
Reside com família?	() Sim () Não	Onde?	
Situação de rua?	() Sim () Não	Local?	
Abrigos/ família substituta?	() Sim () Não	Onde?	

8. Procedimentos de responsabilização:

Comunicado ao Conselho Tutelar: () sim () não Conselheiro: _____

Denúncia: () sim () não Data: _____

Fase legal: () B.O. nº: _____ Inquérito nº: _____

Exame no IML: () sim () não nº _____ Data: _____

Família constituiu advogado? () sim () não

() Defensoria pública () Escritório Modelo () particular

Indicação: _____

9. Situação socioeconômica da família

Condição de moradia: () própria () cedida () invadida () alugada R\$ _____

() reside temporariamente com terceiros () outros _____

Recebe algum benefício Social: () Sim () Não Qual? _____

() Federal () Estadual () Municipal Valor: R\$ _____

Anexo 8 – FICHA DE ATENDIMENTO INICIAL E ACOMPANHAMENTO DO SAVVIS

República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde

SINAN
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO

Nº

FICHA DE NOTIFICAÇÃO / INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS

Definição de caso: Suspeita ou confirmação de violência. Considera-se violência como o uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002).
Atenção: Em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, a notificação deve ser obrigatória e dirigida aos Conselhos Tutelares e/ou autoridades competentes (Juizado da Infância e Juventude e/ou Ministério Público da localidade), de acordo com o art. 13 da Lei no 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Também são considerados de notificação compulsória todos os casos de violência contra a mulher (Decreto-Lei no 5.099 de 03/06/2004, Lei no 10.778/2003) e maus tratos contra a pessoa idosa (artigo 19 da Lei no 10.741/2003).

Dados Gerais	1 Tipo de Notificação 2 - Individual		3 Data da notificação	
	2 Agravado/doença VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS		Código (CID10) Y09	
	4 UF	5 Município de notificação	Código (IBGE)	
	6 Unidade de Saúde (ou outra fonte notificadora)		Código (CNES)	7 Data da ocorrência da violência
Notificação Individual	8 Nome do paciente		9 Data de nascimento	
	10 (ou) Idade 1 - Hora 2 - Dia 3 - Mês 4 - Ano	11 Sexo M - Masculino F - Feminino I - Ignorado	12 Gestante 1-1º Trimestre 2-2º Trimestre 3-3º Trimestre 4- Idade gestacional Ignorada 5-Não 6- Não se aplica 9-Ignorado	13 Raça/Cor 1-Branca 2-Preta 3-Amarela 4-Parda 5-Indígena 9- Ignorado
	14 Escolaridade 0-Analfabeto 1-1ª a 4ª série incompleta do EF (antigo primário ou 1º grau) 2-2ª série completa do EF (antigo primário ou 1º grau) 3-3ª a 8ª série incompleta do EF (antigo ginásio ou 1º grau) 4-Ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau) 5-Ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau) 6-Ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau) 7-Educação superior incompleta 8-Educação superior completa 9-Ignorado 10- Não se aplica			
	15 Número do Cartão SUS		16 Nome da mãe	
Dados de Residência	17 UF	18 Município de Residência	Código (IBGE)	19 Distrito
	20 Bairro	21 Logradouro (rua, avenida,...)		Código
	22 Número	23 Complemento (apto., casa, ...)		24 Geo campo 1
	25 Geo campo 2	26 Ponto de Referência		27 CEP
Dados Complementares	31 Ocupação			
	32 Situação conjugal / Estado civil 1 - Solteiro 3 - Viúvo 8 - Não se aplica 2 - Casado/união consensual 4 - Separado 9 - Ignorado		33 Relações sexuais 1 - Só com homens 3 - Com homens e mulheres 2 - Só com mulheres 8 - Não se aplica 9 - Ignorado	
	34 Possui algum tipo de deficiência/ transtorno? 1- Sim 2- Não 9- Ignorado		35 Se sim, qual tipo de deficiência /transtorno? 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado Física Visual Transtorno mental Outras deficiências/ Síndromes Mental Auditiva Transtorno de comportamento	
	36 UF 37 Município de ocorrência			
Dados da Ocorrência	38 UF	37 Município de ocorrência	Código (IBGE)	38 Distrito
	39 Bairro	40 Logradouro (rua, avenida,...)		Código
	41 Número	42 Complemento (apto., casa, ...)		43 Geo campo 3
	44 Geo campo 4	45 Ponto de Referência		46 Zona 1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periurbana 9 - Ignorado
47 Hora da ocorrência (00:00 - 23:59 horas)		48 Local de ocorrência 01 - Residência 04 - Local de prática esportiva 07 - Comércio/serviços 02 - Habitação coletiva 05 - Bar ou similar 08 - Indústrias/construção 03 - Escola 06 - Via pública 09 - Outro 99 - Ignorado		
49 Ocorreu outras vezes? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado		50 A lesão foi autoprovocada? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado		

Violência doméstica, sexual e/ou outras violências

Sinan NET

SVS

10/07/2008

Tipologia da violência	51 Tipo de violência 1- Sim 2- Não 9- Ignorado			52 Meio de agressão 1- Sim 2- Não 9- Ignorado		
	☐ Física ☐ Tráfico de seres humanos ☐ Psicológica/Moral ☐ Financeira/Econômica ☐ Intervenção legal ☐ Tortura ☐ Negligência/Abandono ☐ Outros ☐ Sexual ☐ Trabalho infantil			☐ Força corporal/ espancamento ☐ Obj. perfuro-cortante ☐ Arma de fogo ☐ Enforcamento ☐ Substância/ Obj. quente ☐ Ameaça ☐ Obj. contundente ☐ Envenenamento ☐ Outro		
Violência Sexual	53 Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado			54 Se ocorreu penetração, qual o tipo? 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado		
	☐ Assédio sexual ☐ Atentado violento ao pudor ☐ Exploração sexual ☐ Estupro ☐ Pornografia infantil ☐ Outros			☐ Oral ☐ Anal ☐ Vaginal		
Consequências da violência	55 Procedimento realizado 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado			56 Consequências da ocorrência detectadas no momento da notificação 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado		
	☐ Profilaxia DST ☐ Profilaxia Hepatite B ☐ Coleta de sêmen ☐ Contracepção de emergência ☐ Profilaxia HIV ☐ Coleta de sangue ☐ Coleta de secreção vaginal ☐ Aborto previsto em lei			☐ Aborto ☐ DST ☐ Transtorno mental ☐ Estresse pós-traumático ☐ Gravidez ☐ Tentativa de suicídio ☐ Transtorno comportamental ☐ Outros		
Lesão	57 Natureza da lesão (considerar somente o diagnóstico principal)			10 - Queimadura		
	01 - Contusão 04 - Fratura 07 - Traumatismo crânio-encefálico 11 - Outros 02 - Corte/perfuração/laceração 05 - Amputação 08 - Politraumatismo 88 - Não se aplica 03 - Entorse/luxação 06 - Traumatismo dentário 09 - Intoxicação 99 - Ignorado			10 - Queimadura 11 - Outros 88 - Não se aplica 99 - Ignorado		
Dados do provável autor da agressão	58 Parte do corpo atingida (considerar somente o diagnóstico principal)			61 Sexo do provável autor da agressão		
	01 - Cabeça/face 04 - Coluna/medula 07 - Quadril/pelve 10 - Órgãos genitais/ânus 02 - Pescoço 05 - Tórax/dorso 08 - Membros superiores 11 - Múltiplos órgãos/regiões 03 - Boca/dentes 06 - Abdome 09 - Membros inferiores 88 - Não se aplica 99 - Ignorado			1 - Masculino 2 - Feminino 3 - Ambos os sexos 9 - Ignorado		
Evolução e encaminhamento	59 Número de envolvidos 1- Um 2- Dois ou mais 9- Ignorado			62 Suspeita de uso de álcool		
	60 Vínculo / grau de parentesco com a pessoa atendida 1- Sim 2- Não 9- Ignorado ☐ Pai ☐ Ex-Cônjuge ☐ Amigos/conhecidos ☐ Policial/agente da lei ☐ Mãe ☐ Namorado(a) ☐ Desconhecido(a) ☐ Padrasto ☐ Ex-Namorado(a) ☐ Cuidador(a) ☐ Própria pessoa ☐ Madrasta ☐ Filho(a) ☐ Patrão/chefe ☐ Outros ☐ Cônjuge ☐ Irmão(ã) ☐ Pessoa com relação institucional			1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado		
	63 Encaminhamento no setor saúde 1 - Encaminhamento ambulatorial 2 - Internação hospitalar 8 - Não se aplica 9 - Ignorado			64 Encaminhamento da pessoa atendida para outros setores 1- Sim 2- Não 9- Ignorado		
	☐ Conselho Tutelar (Criança/Adolescente) ☐ Delegacia de Atendimento à Mulher/DEAM ☐ Centro de Referência da Mulher ☐ Vara da Infância / Juventude ☐ Delegacia de Prot. da Criança e do Adolescente ☐ Centro de Referência da Assistência Social/CREAS-CRAS ☐ Casa Abrigo ☐ Outras delegacias ☐ Instituto Médico Legal (IML) ☐ Programa Sentinela ☐ Ministério Público ☐ Outros			65 Violência Relacionada ao Trabalho 1- Sim 2- Não 9- Ignorado 66 Se sim, foi emitida a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) 1- Sim 2- Não 8- Não se aplica 9- Ignorado 67 Circunstância da lesão CID 10 - Cap XX		
	68 Classificação final 1 - Confirmado 2 - Descartado 3 - Provável 8 - Inconclusivo			69 Evolução do caso 1 - Alta 3 - Óbito por Violência 2 - Evasão / Fuga 4 - Óbito por outras causas 9 - Ignorado		
	70 Se óbito por violência, data			71 Data de encerramento		
Informações complementares e observações Nome do acompanhante _____ Vínculo/grau de parentesco _____ (DDD) Telefone _____ Observações Adicionais: _____ _____ _____ _____						
Disque-Saúde 0800 61 1997 TELEFONES ÚTEIS Central de Atendimento à Mulher 180 Disque-Denúncia - Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 100						
Notificador	Município/Unidade de Saúde			Cód. da Unid. de Saúde/CNES		
	Nome		Função	Assinatura		
Violência doméstica, sexual e/ou outras violências Sinan NET SVS 10/07/2008

PREFEITURA DE
MANAUS

ESTADO DO AMAPÁ
PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA
SUBSECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DISTRITO DE SAÚDE OESTE
MATERNIDADE MUNICIPAL DR. MOURA TAPAJÓZ

PRESCRIÇÃO MÉDICA

(Para mulheres com ≤ 45 kg, gestantes e crianças)

Paciente: _____ Idade: _____ anos.

Data: ____ / ____ / ____ Reg. Nº: ____ Peso: ____ kg Enf.: _____ Leito: _____

1. Dieta

2. Contracepção de EMERGÊNCIA ☐ NÃO ☐ SIM (LEVONORGESTREL 1,5mg 1 comp. dose única)

3. PROFILAXIA DO HIV:

A) ZIDOVUDINA: 90 A 180MG/M² [_____ ML] V.O A CADA 8/8HORAS.

B) LAMIVUDINA: 4MG/KG [_____ ML] V.O A CADA 12/12HORAS.

C) LOPINAVIR + RITONAVIR: (KALETRA) 230 + 57,5 MG/M² [_____ MEDIDAS] V.O A CADA 12/12HORAS.

$$\text{Superfície Corporal(m}^2\text{)} = \frac{(\text{peso} \times 4) + 7}{\text{peso} + 90}$$

4. PROFILAXIA PARA AS OUTRAS DST'S: (SÍFILIS; GONORRÉIA; CLAMÍDIA E CANCRO MOLE; TRICOMONÍASE)

A) PENICILINA G. BENZATINA ☐ Crianças/ Adolescentes 50.000 UI/Kg (Dose máxima 2.4000.000)

Fazer _____ IM em cada glúteo.

☐ Gestantes: 2.400.000 UI (1.200.000 em cada glúteo) IM dose única

OBS: Em caso de alergia a PENICILINA, administrar: ESTEARATO DE ERITROMICINA

☐ Crianças/ Adolescentes 50mg/kg/dia, _____ ml VO a cada 6 horas por 15 dias.

☐ Gestantes: 500mg VO a cada 6 horas durante 15 dias.

B) CEFTRIAXONA

☐ Crianças/ Adolescentes:

☐ 250mg IM dose única

☐ 250mg IV lento (30 minutos) – 1g/10ml = retirar 2,5ml e diluir em 50ml de SG ou SF.

☐ Gestantes:

☐ 500mg IM dose única

☐ 500mg IV lento (30 minutos) – 1g/10ml = retirar 5ml e diluir em 50ml de SG ou SF.

C) AZITROMICINA:

☐ Crianças/ Adolescentes: 20mg/kg V.O dose única

Tomar _____ ml via oral.

☐ Gestantes: 1g V.O dose única

D) METRONIDAZOL:

☐ Crianças/ Adolescentes: 15mg/kg V.O 8/8horas por 7 dias (máx. 2g dose única)

Tomar _____ ml via oral.

☐ Gestantes: 2g V.O dose única

OBS: Iniciar profilaxia para DST/HIV somente até 72 horas após a violência.

SERVIÇO DE FARMÁCIA

MATERNIDADE DR. MOURA TAPAJÓZ

Dispensado por:

Recebido por:

Data: ____ / ____ / ____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do Médico
CRM nº

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA

FICHA DE SOLICITAÇÃO DE EXAMES

I – Identificação do cliente

1. Nome Completo:		2. Data de Nascimento:	2.1 Idade:
3. Sexo: ☐ Masc ☐ Fem	4. Raça/ Cor: ☐ Branc ☐ Negr ☐ Asiatic ☐ Mestiç ☐ Indigen	5. Estado Civil: ☐ Solteiro ☐ Casad ☐ Viuv ☐ Outros	
6 RG:	7. Telefone:	8. Nome da mãe:	
9. Endereço: (rua ou avenida/ nº/ bairro/ cidade)			

Número do SINAN

Número do Prontuário

Data Recebimento:

_ / _ / _ : _

II – Dados Complementares

11. Exames de rotina de pré-natal: ☐ SIM ☒ NÃO
12. Comunicante de que doença? -----
13. Atividade profissional?
14. Suspeita clínica de: VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL
15. Data dos primeiros sintomas: -----
16. Tomou vacina nos últimos 30 dias? ☐ SIM ☐ NÃO Antes: ☐ SIM ☐ NÃO Qual? -----
17. Localidade provável onde contraiu a doença:
18. Presença de Malformação congênita: ☐ SIM ☒ NÃO

III – Sinais e Sintomas

☐ Amigdalite	☐ Anorexia	☐ Artralgia	☐ Astenia	☐ Cefaléia	☐ Membrana
☐ Congestão Nasal	☐ Conjuntivite	☐ Coriza	☐ Diarréia	☐ Dor abdominal	☐ esbranquiçada
☐ Dor retro-orbitária	☐ Edema	☐ Esplenomegalia	☐ Exantema	☐ Faringite	☐ (garganta)
☐ Febre	☐ Fezes esbranquiçadas	☐ Flatulência	☐ Glaucoma	☐ Infárta/ o ganglion.	
☐ Laringite	☐ Lombalgia	☐ Mialgia	☐ Náuseas	☐ Orite	
☐ Parestesia	☐ Prostração	☐ Prurido	☐ Sangramento	☐ Icterícia	
☐ Tosse	☐ Urina escura	☐ Vômito	☐ Tosse com secreção	☐ -----	

IV – Resultados de Exames Bioquímicos Complementares:

ALT (TGP): -----	Outros: -----
AST (TGO): -----	

V – Exames Solicitados

EXAME	Material da Amostra	Data da Coleta
Sorologia para Hepatite B e C	Sangue	
Tuberculose: ☐ Baciloscopia ☐ Cultura		
☐ Diagnóstico ☐ 1ª amostra ☐ 2ª amostra		
☐ Controle ☐ Teste de Sensibilidade		

VI- Dados Operacionais

Município Solicitante com Código do IBGE:	Unidade de Saúde
Condições da amostra: ☐ Lipêmica ou leitosa ☐ Hemolisada ☐ Ictérica ☐ Satisfatória ☐ Outra: -----	
Técnico responsável pelo envio	Técnico responsável pelo recebimento
Profissão do solicitante: (Nome, número do Conselho e telefone legíveis)	
Assinatura: Carimbo	

Anexo 9 – FICHA DE ATENDIMENTO INICIAL E ACOMPANHAMENTO DA DEPCA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente - DEPCA

SERVIÇO SOCIAL

REGISTRO DE ATENDIMENTO

DATA DO REGISTRO	DATA DO ATENDIMENTO	Nº REGISTRO	ETNIA
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

1. IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA / ADOLESCENTE:

Nome: _____ Idade: _____ Sexo: _____
 Data do Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____
 Filiação: Pai: _____ Idade: _____
 Escolaridade: _____ Profissão: _____
 Mãe: _____ Idade: _____
 Escolaridade: _____ Profissão: _____
 Nome da pessoa com quem a criança mora: _____
 Escola onde estuda: _____
 Diretor (a): _____
 Professor (a): _____
 Série: _____ Turma: _____ Turno: _____
 Endereço da Escola: _____
 Observações: _____

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL:

Nome: _____ Idade: _____ Sexo: _____
 Endereço: _____
 Ponto de Referência: _____
 Bairro: _____ Zona: _____ Telefone: _____
 Grau de Parentesco: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
 Possui guarda legal: SIM ☐ NÃO ☐
 Naturalidade: _____ Religião: _____
 Profissão/Ocupação: _____ -Estado Civil: _____
 Local de Trabalho: _____
 Escolaridade: _____
 Nº de Pessoas da Família: _____
 Nº de Pessoas da Família que Trabalham: _____
 Nº de Pessoas da Família que Estudam: _____
 Renda Familiar: _____
 Observações: _____

DOCUMENTAÇÃO DO RESPONSÁVEL:

R.G.: _____ Órgão Emissor: _____ CPF: _____
 Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____
 Comprovante de Residência: _____
 Termo de Guarda: _____

REGISTRO DA OCORRÊNCIA:**4.1 - Direitos Violados:**

- Vida e Saúde ☐
 Liberdade, Respeito e Dignidade. ☐
 Convivência Familiar / Comunitária ☐
 Educação, Cultura, Esporte e Lazer ☐
 Profissionalização e Proteção do Trabalho ☐

Descrição do fato / Violação:

5.1 - Violência Doméstica: - Física: { Maus-tratos ☐
 Espancamentos ☐

- Psicológica: { Depreciação ☐
 Discriminação ☐
 Desrespeito ☐

- Negligência ☐

{ Humilhações ☐
 Ameaças ☐
 Impedimentos ☐
 Ridicularizações ☐

5.2 - Violência abuso sexual:

{ Sem contato físico

Voyeurismo ☐

{ Exibicionismo ☐
 Telefonemas obscenos ☐
 Abuso Verbal ☐

{ Com contato físico

{ ~~Atentado Viol. ao Pudor~~ ☐
 Corrupção de Menores ☐
 Estupro ☐
 Import. Ofens. ao Pudor ☐
~~Poss. Sexual Med. Fraude~~ ☐
 Tentativa de Estupro ☐

5.3 - Exploração do Trabalho Infante / Juvenil ☐

5.4 - Fuga do Lar/Induzimento ☐

DADOS DO SUPOSTO AGRESSOR:

Nome: _____ R.G.: _____ Sexo: _____
 Endereço: _____ Bairro: _____ Fone: _____
 Idade: _____ Religião: _____ Empregado: () Sim () Não
 Vínculo do Agressor: _____ Escolaridade: _____
 Profissão: _____
 Outros dados: _____

7. AVALIAÇÃO:

a) Você sabe porque veio até aqui?

b) Alguém lhe orientou sobre o que dizer? Quem?

 

4. The fourth step is to develop a solution or answer. This involves applying the knowledge and skills gained from the previous steps to create a response that addresses the problem.

5. The fifth step is to evaluate the solution or answer. This involves checking the response against the original problem and requirements to ensure it is accurate and complete.

c) Como é o seu relacionamento com seus pais e irmãos?

d) Quem passa mais tempo com você em casa?

A

8. Observações Adicionais::

 

9 Encaminhado por: _____

10. Responsável pelo Registro: _____

Providências tomadas:

Parecer Técnico:

Manaus, ____ de _____ de _____.

Assinatura

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente - DEPCA

ENCAMINHAMENTO

DA: Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente - DEPCA.

PARA: _____

ASSUNTO:

1

Manaus, _____ de _____ de _____

Técnico Responsável

Anexo 10– FLUXOGRAMA DE ENCAMINHAMENTO DE SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE ESTUPRO, EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRÁFICO

FLUXOGRAMA DE ENCAMINHAMENTO DE SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE ESTUPRO EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRÁFICO

Anexo 11– FLUXOGRAMA DE ENCAMINHAMENTO DE SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE MAUS TRATOS

FLUXOGRAMA DE ENCAMINHAMENTO DE SUSPEITAS OU CONFIRMAÇÃO DE MAUS TRATOS (violência física, psicológica, negligencia e abandono) E VIOLÊNCIA SEXUAL (Assédio e abuso sexual)

Anexo 12– CONTATOS DE ALGUNS ATORES DA REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL EM MANAUS

INSTITUIÇÃO, ÓRGÃO OU SERVIÇO	TELEFONE
Central de Atendimento Emergencial	0800921407; 32157035
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	3232-7886
Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA)	3659-0060; 36568545
Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS)	3671-3837
Serviço de Atendimento às Vítimas Abuso Sexual (SAVAS)	21232911
Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Amazonas (CEDECA – PÉ NA TABA)	3238-0822
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Amazonas (CEDCA)	36424449
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	3214-2082; 32383216
Central de Resgate	08000921407
PAIR- Manaus	3632-2515
Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC)	3614-2240
SEJUS/Direitos Humanos	3215-2736
Coordenadoria da Infância e da Juventude	3655-0644
Juizado da Infância e da Juventude	3611-4714; 4470
Delegacia da Mulher	3236-7012
Ministério Público do Estado do Amazonas	657-6840
Vara Especializada de Crimes Contra Criança Adolescente e Idoso	3611-0157
Conselhos Tutelares	
SUL 1	3663-9556
SUL II	3624-7800
CENTRO-SUL	3611-5208; 3663-1222
NORTE	3641-0308; 9723
LESTE I	32497415
LESTE II	3681-7287; 7226
OESTE	3671-2694; 3214-8100
CENTRO-OESTE	3657-0629; 3238-3216
RURAL	3215-2300; 3214-3606

Anexo 13 – CONTRADIÇÕES DA MÍDIA

MANAUS

Hoje

Nº 957

R\$ 0,50

Sábado, 29, e domingo, 30 de Outubro de 2011

Essas gatas valem ouro

PÁGINA 15

Jojo Paricat deixa o programa

PÁGINA 27

Terror PÁGINA 4

Jovem é estuprada no quintal de casa

Uma estudante universitária de 18 anos foi roubada e estuprada por um assaltante, por volta de 3h30 de sexta-feira (28), na casa onde mora, no Novo Aéreo.

fim de semana